



BRAZILIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES

VOL. 34, SÃO PAULO, BRAZIL
DECEMBER 2019



Vivian Urquidí¹Carta às leitoras e aos leitores da *Brazilian Journal of Latin American Studies*,

A equipe editorial da *BJLAS* apresenta a **edição número 34** da revista científica especializada em análises críticas, debates teóricos e interpretações da realidade latino-americana nas ciências sociais e nas humanas. A *BJLAS* é uma produção do **Programa de Pós-graduação Integração da América Latina (PROLAM/USP)**, que desde 2002 divulga a produção de conhecimento sobre a América Latina vista como um todo e também sobre países específicos dessa região.

Abrimos a *BJLAS* com o resgate de uma etapa da história da arte latino-americana, entre as décadas de 1950 e 1970, que interpreta um momento de produção cultural regional em que a arte esteve estreitamente atrelada aos projetos políticos da época. De autoria dos doutorandos em *Estética e História da Arte* da Universidade de São Paulo, Luiza Mader Paladino e Bruno Sayão, o artigo *Arte e Imperialismo na América Latina: Das Políticas de Modernização Cultural à Arte Conceitual* analisa o movimento estético-político do construtivismo vinculado aos projetos desenvolvimentistas da América Latina. Sabemos que o cenário deste projeto foram as ditaduras militares e o permanente assédio estadunidense à região. Na contramão desta ordem, projetos estéticos de artistas latino-americanos engajados nos movimentos de luta contra o autoritarismo e o imperialismo oferecem saídas para curar as cicatrizes do passado, e nos indicam caminhos para enfrentar mazelas sempre atuais.

A resistência a modelos hegemônicos também inspira a análise da dependência cultural que o pesquisador Daniel Mendes do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA nos oferece em *O Entre-lugar da Cultura (pop)ular na América Latina: Criação e Crítica Contemporâneas nestes Trópicos*. O autor resgata um conceito caro às lutas pela identidade latino-americana, a *cultura popular*, para repensar aquelas tendências de importar critérios e padrões estéticos, esquecendo, negligenciando ou abandonando nossas alteridades. O fio condutor que o autor propõe é a teoria crítica literária do brasileiro Silviano Santiago, adaptada à análise da *cultura popular* - conceito resgatado e ampliado neste artigo. Como resultado, o trabalho oferece estratégias criativas de interpretar a experiência híbrida das criações artísticas dos nossos artistas, nos entre-lugares do local articulado ao global.

Ainda no campo da Crítica da Arte, o último artigo é uma interpretação de tradições orais do nordeste brasileiro, a partir da escola literária do realismo maravilhoso latino-americano. A escola literária que serve de prisma interpretativo deste estudo surgiu no início do século XX como resposta latino-americana às narrativas fantásticas da literatura ocidental e também como reação aos regimes ditatoriais da segunda metade do século XX. Nessa seara, ao interpretar contos que nascem em tradições orais, a mestre em Literatura Erika Ruth Melo Ciarlini interpreta o lugar das narrativas populares latino-americanas como “*resposta de um povo, historicamente vítima da nomeação autoritária de outras culturas, ora pela colonização ora pelo imperialismo*”. Esta é a temática do artigo *Realismo Maravilhoso e Tradição Oral nas Narrativas Populares do Nordeste Brasileiro em Mentiras Grossas de Zé*

¹Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pós-doutora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É Professora adjunta da Universidade de São Paulo no Curso de Gestão de Políticas Públicas e no Programas de Pós-graduação Integração da América Latina.

Rotinho, de João Nonon de Moura Fontes Ibiapina. Melo Ciarlini resgata com muita propriedade a crítica literária de Irlemar Chiampi, autora do primeiro estudo crítico sobre Realismo Maravilhoso realizado no Brasil.

Passamos da Crítica da Arte para a História Social sem, contudo, abandonar uma das temáticas mais caras do pensamento sobre a América Latina, qual seja o lugar dos sujeitos subalternizados, neste caso os indígenas e sua representação nas narrativas históricas das conquistas e derrotas das lutas na região. Em **Guerra do Pacífico: A História de uma Derrota**, Ruth Cavalcante, doutoranda em História da UFES, confronta duas versões de uma guerra traumática para o povo peruano que, no final de século XIX, é envolvido num conflito armado entre Chile e Bolívia. O inusitado da análise é que a leitura da Guerra do Pacífico seja realizada neste artigo a partir do debate entre dois intelectuais - Ricardo Palma e Manuel Gonzalez Prada – e suas posições políticas sobre o papel do *índio* e sua situação social e cultural como elementos definidores do insucesso peruano durante o conflito bélico.

Os dois próximos artigos tratam do papel da mulher no Mercosul em cenários de desigualdade e lutas pela ampliação das margens do direito e da política.

A partir das Ciências Jurídicas e do Direito, esta análise trata da participação e da ação dos movimentos sociais femininos. No artigo, a pesquisadora da UNISINOS, Luana Marina dos Santos, analisa o crescente protagonismo feminino na tomada de decisões sobre seus direitos no cenário internacional e particularmente no Mercosul. Sob o título **A Influência dos Movimentos Sociais das Mulheres nos Processos Decisórios do Mercosul: Uma Breve Análise a partir dos Elementos Propulsores dos Fenômenos da Globalização**, dos Santos demonstra como, a partir da década de 1990, os movimentos de mulheres vêm se articulando nacional e regionalmente, conseguindo um impacto sobre as temáticas debatidas e sobre as decisões do Bloco. Desta estratégia resultam foros qualificados como a *Reunião Especializada da Mulher*. Muito embora o cenário instável da política e da economia regional e a despeito dos processos institucionais não totalmente racionalizados no interior do Bloco, a autora observa que há importantes evidências do crescimento da participação das mulheres nas diversas instâncias dos foros e das conferências especializadas.

O segundo artigo que apresentamos sobre esta temática complementa de modo exemplificador o pressuposto da articulação feminina e das agendas de gênero no cenário regional. Em **Mujeres Maravilla en el Mercosur en busca de Visibilidad**, da socióloga Victoria Darling, são analisadas as origens da desigual situação social da mulher nos países do Mercosul. A partir de dados empíricos e de fontes oficiais sobre o tipo de atividades, os níveis de remuneração, o tempo investido e, entre outros, a evidência das jornadas múltiplas de trabalho externo e doméstico da mulher, a pesquisadora e docente da UNILA identifica como se origina a desigualdade social para a mulher nestes países. Em seguida, detalha as tarefas geralmente domésticas não remuneradas e que, por isto, são desvalorizadas e invisibilizadas na sociedade e nas políticas públicas. Interpreta também um documento síntese do Mercosul, elaborado por especialistas no formato de Recomendações - Políticas de Cuidado – para compreender e reparar a situação subalternizada das *Mulheres Maravilha* na região. A socióloga oferece, de

forma detalhada, indicadores sociais de referência que poderão estabelecer se há avanços na matéria e também orientar políticas públicas efetivas de incentivo e reparação.

As mudanças no cenário político e econômico desde os anos 1980, que impulsionaram sujeitos políticos a se organizar por direitos, são provocadas por uma ação mais ampla de reestruturação do Estado e abertura de fronteiras para facilitar a circulação de mercadorias, capitais e serviços.

O artigo que aqui apresentamos interpreta de modo esquemático e profundo esta nova composição global da economia e indica que se caracteriza pela imposição de uma nova divisão internacional do trabalho. Em *Cadenas Globales de Valor: Epicentro de la Nueva División Internacional del Trabajo (1980-2016)*, o docente de economia da UNAM, Jonatan Badillo-Reguera, analisa as constantes transformações produtivas e dos fluxos de investimento que ocorrem com o fenômeno da globalização econômica. O foco na divisão do trabalho e no papel das empresas transnacionais é a matriz explicativa da articulação que une o local -e o subordina- ao global sob a lógica e os interesses das cadeias globais de valor.

Afinada com esta perspectiva, a pesquisa proposta no artigo que se segue alude também a esse novo tipo de organização produtiva, induzida neste caso pelas grandes empresas transnacionais dedicadas ao monocultivo da soja. O caso estudado se transforma em tipo emblemático porque, muito embora as cadeias produtivas da soja sejam controladas por grupos de grandes transnacionais -com alta tecnologia, sem nenhum processamento local, e destinada ao mercado externo-, observa-se que 90% da produção está sob responsabilidade de latifundiários e empresários brasileiros, conforme os dados do trabalho. O artigo resulta do doutorado em *Geografía* na UNESP da pesquisadora Lorena Izá Pereira, sob o título *El Agronegocio de la Soja en el Paraguay: las Contradicciones de un Modelo de Desarrollo*. A análise que se desenvolve a partir de uma perspectiva crítica sobre a acumulação de capital oferece também um relato preciso sobre a concentração fundiária e as lutas pela terra, e sobre o projeto neoextrativista paraguaio.

Finalizamos a edição 34 da *Brazilian Journal of Latin American Studies* com um estudo que resulta da abordagem original para um sintoma - o aumento dos fluxos migratórios regionais - como um dos problemas decorrentes do tipo de globalização econômica atual. O trabalho baseia-se na pesquisa desenvolvida no *Programa de Pós-graduação Integração da América Latina* da USP, realizada em coautoria pelos especialistas em direito Lucas Fernandes da Costa e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. O fenômeno aqui analisado trata da vulnerabilidade social e legal do migrante que será engajado como força de trabalho em atividades ilícitas como o jogo. O artigo *La Criminalización Brasileña de Mano de Obra Inmigrante Latinoamericana en Casas de Apuesta Clandestina* é uma análise importante da complexidade de aspectos que envolvem a migração contemporânea: a situação socioeconômica e política dos países de origem e a transformação do Brasil como foco que atrai migrantes; o tráfico de pessoas e a vulnerabilidade dos sujeitos transformados em mão de obra da atividade ilícita do jogo; e, finalmente, a ausência de uma matriz legal receptiva e de proteção para os migrantes.

A *BJLAS* finaliza esta edição com uma resenha de uma obra oportuna sobre a crise do *progressismo* na América Latina. Sob o título de *América Latina e a Onda Progressista:*

Réquiem para um Sonho, a doutoranda em *História Econômica* da USP, Joana Salém Vasconcelos, resenha o livro *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*, que resulta da viagem por onze países da América Latina realizada pelo autor do livro Fabio Luís Barbosa dos Santos.

Carta a las lectoras y a los lectores de la *Brazilian Journal of Latin American Studies*

El equipo editorial de *BJLAS* presenta el número 34 de la revista científica especializada en análisis críticos, debates teóricos e interpretaciones de la realidad latinoamericana en las ciencias sociales y humanas. A *BJLAS* es una producción del *Programa de Pós-graduação em Integração de América Latina* (PROLAM/USP), que desde 2002 promueve la producción de conocimiento sobre América Latina, región considerada como un todo, y también sobre países específicos de este territorio.

Abrimos a *BJLAS* recuperando una etapa en la historia del arte latinoamericano, entre los años 50 y 70, que interpreta un momento de producción cultural regional en el que el arte estaba estrechamente vinculado a los proyectos políticos de la época. Escrito por los estudiantes de doctorado en *Estética e História do Arte* de la *Universidade de São Paulo*, Luiza Mader Paladino y Bruno Sayão, el artículo *Arte e Imperialismo na América Latina: das Políticas de Modernização Cultural à Arte Conceitual* analiza el movimiento estético-político del constructivismo vinculado a los proyectos desarrollistas en América Latina. Sabemos que el escenario de tal proyecto fueron las dictaduras militares y el hostigamiento estadounidense permanente a la región. Contrariamente a este orden, los proyectos estéticos de artistas latinoamericanos que participan en la lucha contra el autoritarismo y el imperialismo ofrecen formas de sanar las cicatrices del pasado y nos muestran modos de enfrentar los malestares siempre presentes.

La resistencia a los modelos hegemónicos también inspira el análisis de la dependencia cultural que el investigador Daniel Mendes del *Instituto de Humanidades, Artes e Ciências* de la UFBA nos ofrece en *O Entre-lugar da Cultura (pop)ular na América Latina: Criação e Crítica Contemporâneas nestes Trópicos*. El autor rescata un valioso concepto en las luchas identitarias en América Latina, la *cultura popular*, para repensar la tendencia a importar criterios y estándares estéticos, olvidando, descuidando o abandonando nuestra alteridad. El hilo conductor propuesto por el autor es la teoría crítica literaria del brasileño Silviano Santiago, adaptada al análisis de la *cultura popular* - un concepto rescatado y ampliado en este artículo. Como resultado, el trabajo ofrece estrategias creativas para interpretar la experiencia híbrida de las creaciones artísticas de nuestros artistas, en los *entrelugares* que articulan lo local a lo global.

Aún en el campo de la Crítica del Arte, el último artículo es una interpretación de las tradiciones orales del noreste del Brasil, a partir de la escuela literaria del realismo fantástico latinoamericano (o realismo maravilloso, como es designado en el Brasil). La escuela literaria que sirve como prisma interpretativo de este estudio surgió a principios del siglo XX como una respuesta latinoamericana a las narrativas fantásticas de la literatura occidental y también como una reacción a los regímenes dictatoriales de la segunda mitad del siglo XX. En este ámbito, al interpretar cuentos que nacen en tradiciones orales, la Maestra de Literatura Erika Ruth Melo Ciarlini interpreta el lugar de las narrativas populares latinoamericanas como "*la respuesta de un pueblo, históricamente víctima de la designación autoritaria de otras culturas, unas veces por la colonización, otras veces por el imperialismo*". Este es el tema del artículo *Realismo Maravilhoso e Tradição oral nas Narrativas Populares do Nordeste*

Brasileiro em Mentiras Grossas de Zé Rotinho, de João Nonon de Moura Fontes Ibiapina. Melo Ciarlini rescata acertadamente la crítica literaria de Irlemar Chiampi, autora del primer estudio crítico sobre Realismo Fantástico realizado en el Brasil.

Pasamos de la Crítica del Arte a la Historia Social sin abandonar, no obstante, uno de los temas más apreciados del pensamiento sobre América Latina, que es el lugar de los sujetos subordinados, en este caso los indígenas y su representación en las narrativas históricas de las conquistas y derrotas de las luchas regionales. En ***Guerra do Pacífico: A História de uma Derrota***, Ruth Cavalcante, doctorante en Historia de la UFES, confronta dos versiones de una guerra traumática para el pueblo peruano que, a fines del siglo XIX, es involucrado en un conflicto armado entre Chile y Bolivia. Lo inusual del análisis es que la lectura de la Guerra del Pacífico se realiza en este artículo basada en el debate entre dos intelectuales - Ricardo Palma y Manuel González Prada -, y sus posiciones políticas sobre el papel del indio y su situación social y cultural como elementos definitorios del fracaso peruano en el conflicto bélico.

Los siguientes dos artículos tratan sobre el papel de la mujer en el Mercosur en escenarios de desigualdad y luchas para ampliar los límites de sus derechos y de su actuación en la política.

Desde las Ciencias Jurídicas y del Derecho, este análisis aborda la participación y la acción de los movimientos sociales femeninos. En el artículo, la investigadora de UNISINOS, Luana Marina dos Santos, examina el papel creciente de las mujeres en la toma de decisiones sobre sus derechos en la escena internacional y particularmente en el Mercosur. Bajo el título ***A Influência dos Movimentos Sociais das Mulheres nos Processos Decisórios do Mercosul: uma Breve Análise a partir dos Elementos Propulsores dos Fenômenos da Globalização***, dos Santos demuestra cómo, desde la década de 1990, los movimientos de mujeres vienen articulándose a nivel nacional e regional, alcanzando impacto con los temas discutidos y en las decisiones del Bloque. De esta estrategia se originan foros calificados como la *Reunião Especializada de Mulheres*. A pesar del escenario inestable de la política y la economía regionales, y aunque los procesos institucionales no sean completamente racionalizados dentro del Bloque, la autora señala que hay evidencias importantes de la creciente participación de las mujeres en varios foros y conferencias especializadas.

El segundo artículo que presentamos sobre este tema complementa de manera ejemplar el supuesto de la articulación femenina y las agendas de género en el escenario regional. En ***Mujeres Maravilla en el Mercosur en busca de Visibilidad***, de la socióloga Victoria Darling, se analizan los orígenes de la desigual situación social de las mujeres en los países del Mercosur. A partir de datos empíricos y fuentes oficiales sobre los tipos de actividades, sobre niveles de remuneración, tiempo invertido y, entre otros, sobre las evidencias de las múltiples jornadas de trabajo externo y doméstico de las mujeres, la investigadora y docente de UNILA identifica cómo se origina la desigualdad social para las mujeres en estos países. Luego detalla las tareas domésticas generalmente no remuneradas que, por lo tanto, están infravaloradas e invisibles en la sociedad y las políticas públicas. También interpreta un documento de síntesis del Mercosur, preparado por expertos en el formato de Recomendaciones - Políticas de Cuidado - para comprender y reparar la situación subordinada de las *Mujeres Maravilla* en la región. La socióloga ofrece, de manera detallada, indicadores

de referencia social que permitirán establecer si hay avances en el tema y también guiar políticas públicas efectivas de incentivo y reparación.

Los cambios en el panorama político y económico desde la década de 1980, que impulsaron a sujetos políticos a organizarse por los derechos, son causados por una acción más amplia de reestructuración estatal y apertura de fronteras para facilitar la circulación de bienes, capital y servicios.

Aquí un artículo interpreta de manera profunda y esquemática esta nueva composición global de la economía, e indica que se caracteriza por la imposición de una nueva división internacional del trabajo. En ***Cadenas Globales de Valor: Epicentro de la Nueva División Internacional del Trabajo (1980-2016)***, el profesor de economía de la UNAM, Jonatan Badillo-Reguera, analiza las constantes transformaciones productivas y los flujos de inversión que ocurren con el fenómeno de la globalización económica. El enfoque en la división del trabajo y el papel de las empresas transnacionales es la matriz explicativa de la articulación que une lo local – y lo subordina – a lo global, bajo la lógica y los intereses de las cadenas globales de valor.

En sintonía con esta perspectiva, la investigación propuesta en el siguiente artículo también alude a este nuevo tipo de organización productiva, inducida en este caso por las grandes empresas transnacionales dedicadas al monocultivo de soja. El estudio de caso se convierte en un tipo emblemático porque, aunque las cadenas de producción de soja están controladas por grandes grupos transnacionales, con alta tecnología, sin procesamiento local y destinadas al mercado extranjero, se observa que el 90% de la producción es bajo la responsabilidad de los terratenientes y empresarios brasileños, según los datos del trabajo. El artículo es el resultado de un doctorado en Geografía en la UNESP por la investigadora Lorena Izá Pereira, bajo el título ***El Agronegocio de la Soja en el Paraguay: las Contradicciones de un Modelo de Desarrollo***. El análisis que se desarrolla desde una perspectiva crítica sobre la acumulación de capital también proporciona una descripción precisa de la concentración fundiaria y las luchas por la tierra, y el proyecto neo-extractivo paraguayo.

Concluimos el número 34 de la ***Brazilian Journal of Latin American Studies*** con un estudio que resulta del enfoque original de un síntoma, el aumento de los flujos migratorios regionales, como uno de los problemas que surgen del tipo actual de globalización económica. El trabajo se basa en la investigación desarrollada en el ***Programa de Posgrado Integración de América Latina*** de la USP, en coautoría de los expertos en Ciencias Jurídicas Lucas Fernandes da Costa y Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. El fenómeno analizado aquí se refiere a la vulnerabilidad social y legal del migrante que participará como fuerza laboral en actividades ilícitas como el juego. El artículo ***La Criminalización Brasileña de Mano de Obra Inmigrante Latinoamericana en Casas de Apuesta Clandestina*** es un análisis importante de la complejidad de los aspectos relacionados con la migración contemporánea: la situación socioeconómica y política de los países de origen y la transformación del Brasil como un foco que atrae a los migrantes; la trata de personas y la vulnerabilidad de los sujetos transformados en mano de obra por actividades ilícitas de juego; y, finalmente, la ausencia de una matriz legal receptiva y protectora para los migrantes.

BJLAS concluye esta edición con una reseña de una obra oportuna sobre la crisis del

progresismo en América Latina. Bajo el título de ***América Latina e a Onda Progressista: Réquiem para um Sonho***, Joana Salém Vasconcelos, estudiante de doctorado en *Historia Económica* de la USP, reseña el libro *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*, que resulta del viaje a través de once países de América Latina que realiza el autor del libro Fábio Luís Barbosa dos Santos.

Letter to the readers of the *Brazilian Journal of Latin American Studies*

The *BJLAS* editorial board is honoured to introduce its 34th issue. This journal is specialized in critical analysis, theoretical debate, and interpretations of Latin American reality in the social sciences and the humanities field. The *BJLAS* is sponsored by the *Latin American Integration Graduate Program (PROLAM / USP)*, which since 2002 has published papers, essays, and book reviews about Latin America as a whole and also about specific countries of this region.

We open this issue rescuing a given stage in the history of Latin American art, between the 1950s and 1970s, which corresponds to a moment of regional cultural production when art was closely linked to the political projects of that period. Written by the doctoral students in *Aesthetics and History of Art* at the *University of São Paulo (USP)*, Luiza Mader Paladino and Bruno Sayão, the article “*Art and Imperialism in Latin America: from Policies of Cultural Modernization to Conceptual Art*” analyzes the aesthetic-political movement of constructivism linked to development projects in Latin America. It is well known that the scenario of this project was the military dictatorships and the permanent American interferences in the region. On the other hand projects by Latin American artists engaged in movements against authoritarianism and imperialism offer ways to heal the scars of the past, and show us ways to face ever-present problems.

Resistance to hegemonic models also inspires the analysis of the cultural dependence that the researcher Daniel Mendes from the *Institute of Humanities, Arts and Sciences* at the *Federal University of Bahia* offers us in his article “*The Place-between of (Pop)ular Culture in Latin American: Contemporary Creation and Criticism in these Tropics*”. The author rescues a sensitive concept to the struggles over the Latin American identity and popular culture, in order to rethink tendencies of importing aesthetic criteria and standards, forgetting, neglecting or abandoning our otherness. The core thought proposed by the author comes from the Brazilian literary critical theory of Silviano Santiago, adapted to the analysis of popular culture - a concept rescued and expanded in this article. As a result, the article offers creative strategies for interpreting the hybrid experience of artistic creations between (*‘place-between’*) the articulated local and the global.

The last article in the field of Art Criticism is an interpretation of oral traditions of northeastern Brazil, from the literary school of Latin American Marvelous Realism. The literary school that serves to interpret this study emerged in the early twentieth century as a Latin American response to the fantastic narratives of Western literature and also as a reaction to the dictatorial regimes of the second half of the twentieth century. In this field, when interpreting tales that are born in oral traditions, Master of Literature Erika Ruth Melo Ciarlini interprets the Latin American popular narratives as “the response of a people, historically victim of the authoritarian nomination of other cultures, sometimes by colonization, others by imperialism”. This is the subject of the article “*Marvelous Realism and Oral Tradition in the Popular Narratives of Northeastern Brazil in the thick lies of Zé Rotinho* by João Nonon de

Moura Fontes Ibiapina". Melo Ciarlini rightly rescues the literary criticism of Irleamar Chiampi, author of the first critical study on Marvelous Realism conducted in Brazil.

We move from Art Critics to Social History without, however, abandoning one of the most important subjects on Latin America thought, which is the place of subordinate subjects, in this case the indigenous people and their representation in the historical narratives of the conquests and defeats in the conflicts in the region. In "**Pacific War: The History of a Defeat**", Ruth Cavalcante, a *History* doctoral student at *Federal University of Espírito Santo*, confronts two versions of a traumatic war for the Peruvian people that, in the late 19th century, is involved in an armed conflict between Chile and Bolivia. The unusual thing of this article is the Pacific War analysis based on the debate between two intellectuals - Ricardo Palma and Manuel Gonzalez Prada - and their political positions on the role of the Indian and its social and cultural situation as defining elements of the Peruvian failure during the war.

The next two articles are about the role of women in Mercosur in scenarios of inequality and struggles to broad the law and politics.

From the law sciences, this analysis is about the participation and action of female social movements. In the article, Luana Marina dos Santos, a researcher at *UNISINOS*, analyzes the growing female role in decision-making about their rights in the international scenario and particularly in Mercosur. Under the title "**The Influence of Women's Social Movements on Mercosur's Decision-Making Processes: A Brief Analysis of the Propelling Elements of the Globalization Phenomenon**", dos Santos demonstrates how, since the 1990s, women's movements have been articulating nationally and regionally, impacting on the issues discussed and on the decisions of the bloc. This strategy results in qualified forums such as the Specialized Women's Meeting. Despite the unstable scenario of politics, the regional economy, and the not fully rationalized institutional processes within the bloc, the author notes that there are important evidences of women growing participation in forums and specialized conferences.

The second article we present on this subject complements in an exemplary way the assumption of female articulation and gender agendas in the regional scenario. In "**Wonder Women in Mercosur in search of Visibility**" by the sociologist Victoria Darling, the origins of the unequal social situation of women in Mercosur countries are analyzed. From empirical data and official sources on the type of activities, the levels of remuneration, the time invested and, among others, the evidence of the multiple hours of external and domestic work of women, the researcher and professor at *UNILA* identifies how social inequality for women in these countries are originated. The author then details the usually unpaid domestic work that are, therefore, undervalued and invisible in society and public policy. The author also analyse a document from Mercosur - Care Policies - prepared by experts in the format of Recommendations in order to understand and repair the subordinate situation of Wonder Women in the region. The sociologist offers, in a detailed way, social reference indicators that can establish if there are advances in the subject and also guide effective incentive and reparation public policies.

Changes in the political and economic scenarios since the 1980s, which have driven political subjects to self organize for rights, are driven by broader state restructuring and border openness to facilitate the movement of goods, capital and services.

The article presented here interprets in a profound and schematic way this new global composition of the economy and indicates that it is characterized by the imposition of a new international division of labor. In “***Global Value Chains: Epicenter of the New International Division of Labor (1980-2016)***”, UNAM economics professor Jonatan Badillo-Reguera analyzes the constant productive transformations and investment flows that occur along with the phenomenon of economic globalization. The focus on the division of labor and the role of transnational corporations is the explanatory matrix for the articulation that unites local - and also subordinates it - to the global under the logic and interests of global value chains.

Alongside with the previous article, the research outcomes proposed in the following one also alludes to this new type of productive organization. In this case it was induced by the large transnational companies dedicated to soy monoculture. The case study becomes an emblematic type because, although the soybean production chains are controlled by large transnational groups - with high technology, without any local processing, and for the foreign market -, it is observed that 90% of production is under the responsibility of Brazilian landowners and businessmen, according to the research data. The article is the result of a doctorate in geography at UNESP, researcher Lorena Izá Pereira, under the title “***The Agribusiness of Soya in Paraguay: The Contradictions of a Development Model***”. It is a critical analysis on capital accumulation and also provides an accurate account of land concentration and struggles for land, and the Paraguayan neo-extractive project.

The last article of the 34th issue of the Brazilian Journal of Latin American Studies is a study that results from the original approach to a symptom - increased regional migratory flows - as one of the problems arising from the current type of economic globalization. The article is based on a research developed at USP's *Latin American Integration Graduate Program*, co-authored by law experts Lucas Fernandes da Costa and Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. The phenomenon they analyzed deals with the social and legal vulnerability of the migrant who will be engaged as workforce in illicit activities such as gambling. The article “***The Brazilian Criminalization of Latin American Immigrant Labor in Illegal Gambling Establishments***” is an important analysis of the complex aspects involving contemporary migration: the socioeconomic and political situation of the countries of origin and the transformation of Brazil as an attractive country for immigrants; human trafficking and the vulnerability of subjects transformed into illicit gambling activity workforce; and, finally, the absence of a receptive and protective legal system for migrants.

Finally, this *BJLAS* issue brings a book review of a timely work on the crisis of progressivism in Latin America. Under the title of “***Latin America and the Pink Tide: Requiem for a Dream***”, USP doctoral student in *Economic History*, Joana Salém Vasconcelos, reviews the book “A History of the South American Progressive Wave (1998-2016)”, which results from the book author's, Fábio Luís Barbosa dos Santos, journey through eleven countries in Latin America.

Editores da ***Brazilian Journal of Latin American Studies***

Cadernos PROLAM

Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali

Profa. Dra. Vivian Urquidi

Editor Honorário

Prof. Dr. Sedi Hirano

Editores Assistentes

Ms. Bruno Massola Moda

Ms. Gabriel Galdino

Editores de Texto

Daniel Cajarville Fernández

Fernanda Durazzo Oliveira

Gabriel Dib de Vuono

Giovanna Fidelis Chrispiano

Rogério do Nascimento Carvalho

Estagiário

Renan Dias da Silva

Coordenadores do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina
(PROLAM/USP)

Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves

Recebido em: 25/12/2019

Aprovado em: 25/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

ARTE E IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA: DAS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO CULTURAL À ARTE CONCEITUAL

*ART AND IMPERIALISM IN LATIN AMERICA: FROM POLICIES OF CULTURAL
MODERNIZATION TO CONCEPTUAL ART*

Luiza Mader Paladino¹

Bruno Sayão²

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: Este trabalho apresenta um breve panorama da arte latino-americana, entre as décadas de 1940 e 1980, levando em consideração as principais transformações no campo artístico do período. Esta análise se pauta em uma leitura geral da implantação dos primeiros equipamentos culturais modernos, que tem como pano de fundo a penetração das ideologias construtivas atreladas aos projetos desenvolvimentistas. Em seguida, busca refletir sobre o advento da arte experimental, a partir do estudo de caso de proposições elaboradas por artistas ligados à Arte Conceitual. Esse exame parte de um repertório teórico relevante para a sedimentação das principais correntes do pensamento artístico e político da região. A análise permite ampliar os relatos da história da arte para além da unicidade do objeto, ao inscrevê-lo em um diálogo multifocal.

Palavras-chaves: Vocação Construtiva; Arte Contemporânea; Arte Latino-americana; Arte Conceitual; Modernização Cultural.

Abstract: This paper presents a brief overview of Latin American art from the 1940s to the 1980s, taking into account the main transformations in the artistic field in the period. This analysis is based on a general reading of the implantation of the first modern cultural equipment, which has as its background the penetration of the constructive ideologies linked to the developmental projects. Then, it seeks to reflect on the advent of experimental art, from the case study of propositions elaborated by artists related to the Conceptual Art. This examination starts from a relevant theoretical repertoire for the sedimentation of the main currents of the artistic and political thought of the region. Analysis allows us to broaden the accounts of art history beyond the uniqueness of the object by inscribing it in a multifocal dialogue.

Keywords: Constructive Vocation; Contemporary Art; Latin American Art; Conceptual Art; Cultural Modernization.

¹Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: luizamaderpaladino@gmail.com

²Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: sayaobr@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir do final da década de 1940, os principais centros metropolitanos da América Latina passaram por diversas transformações no campo cultural, em decorrência dos novos projetos econômicos implantados na região. O surgimento das políticas de modernização cultural teve o seu marco no chamado desenvolvimentismo econômico, plano que amparou muitos países latino-americanos nesse período. O crescimento econômico registrado nesses locais buscou seu correlato no desenvolvimento e na renovação de diferentes áreas culturais, a exemplo da abertura de instituições museológicas de caráter moderno.

Do ponto de vista econômico, esse plano mais dinâmico pautou-se nos novos modos de integração capitalista do pós-guerra, buscando estimular o desenvolvimento da burguesia industrial vinculada ao capital transnacional. Sabe-se que foram estratégias para modernizar a economia, impulsionadas pelo avanço da produção industrial, apoiadas na expansão do mercado interno e no recuo das economias agrárias. Sobre esse contexto, Néstor García Canclini³ realizou um estudo pioneiro na área da sociologia da arte, no qual buscou relacionar o surgimento das vanguardas artísticas aos novos projetos econômicos, utilizando teorias ligadas à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁴ para analisar as consequências geradas pela modernização da economia na área da cultura. Uma das teses defendidas pelo autor era de que o subdesenvolvimento dos países da América Latina se explicava pela persistência de economias ancoradas em um perfil agroexportador, latifundiário e orientadas para o exterior. Assim, era preciso superá-lo para alcançar o fôlego das grandes metrópoles, a fim de romper com o isolamento que os impedia de se integrarem ao mercado internacional (CANCLINI, 1979, p. 82). A superação viria com o estímulo do

³ Ver: Canclini (1979, 1984).

⁴ Criada em 1948, a CEPAL foi a “[...] *principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana* [...]” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 15), além de ser referência intelectual “[...] *em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio* [...]” (Id., loc. cit.). Ancorado na metodologia *histórica-estruturalista*, quer dizer, orientada pela busca de relações históricas e comparativas (relação centro-periferia), a CEPAL priorizou uma reflexão crítica e analítica atenta ao comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, bem como de seus agentes em determinadas condições históricas. (Ibid.)

Estado à industrialização, por meio do processo de “substituição de importações”, com o objetivo de desenvolver a indústria voltada para a exportação, para aquecer o mercado interno, gerando avanços tecnológicos, sociais e crescimento econômico; além de diminuir a dependência do mercado internacional. Do mesmo modo, os países centrais ainda poderiam tirar grandes vantagens com a industrialização das periferias, com maior abertura de produtos nela originados. A CEPAL passou a defender a implementação de políticas de estímulo e diversificação das exportações (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 30).

Dentro da unidade cepalina, vale mencionar a importância do pensamento pioneiro do economista brasileiro Celso Furtado sobre a reflexão e análise das economias latino-americanas nesse mesmo período. A partir de seu viés teórico e histórico, Furtado sedimentou toda uma base teórica do subdesenvolvimento para analisar a história econômica da região. O autor defendeu que o subdesenvolvimento merecia uma interpretação teórica própria, em face da inadequação de certas teorias europeias para a realidade local. Até então, as bases teóricas eram elaboradas sob a perspectiva dos países hegemônicos. Buscando explicar o subdesenvolvimento como subproduto da dinâmica da expansão capitalista, o economista afirmou que “[...] o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento [...]” (FURTADO, 2009, p. 161).

Essa breve passagem é crucial para compreender a produção artística a partir dos anos finais da década de 1940, bem como a implantação de um inédito projeto de modernização cultural que esteve atrelado aos novos rumos econômicos da região. É exemplar desse panorama um forte clima de renovação artística que buscou romper com a segregação cultural local, ao receber o apoio e financiamento de fundações geridas por grupos da nova burguesia industrial e empresas multinacionais. Esse projeto não se ancorou em uma articulação exclusivamente local e pode ser lido dentro de uma conjuntura internacional, marcada por conflitos gerados pela Guerra Fria. Esse período do pós-guerra foi assinalado pela presença constante dos Estados Unidos na região para tratar de assuntos estratégicos que incluíam,

também, a criação de projetos de modernização cultural, por meio de investimentos estrangeiros estimulados pela Aliança para o Progresso, no princípio da década de 1960⁵.

Os projetos de renovação cultural não foram somente parte do esforço de uma classe dirigente local a fim de divulgar e ascender a arte local. Esse programa foi incluído em um discurso cuja órbita era maior e mais complexa, e encontrou no campo das produções culturais um fundo para apoios econômicos, promoções e estímulos orientados para garantir o caminho de uma transformação política definitiva. A historiadora da arte argentina Andrea Giunta sustenta que:

[...] o apoio que este conjunto de instituições estadunidenses deu à arte latino-americana deve ser entendido também como um instrumento de propaganda orientado a anular a política cubana dos intelectuais latino-americanos, permanentemente convocados a discutir a cultura da revolução e cujas conclusões eram reproduzidas em revistas da intelectualidade de esquerda de todo o continente. (GIUNTA, 2008, p. 27, tradução nossa)

O interesse político no continente, sob o temor do suposto avanço comunista que ameaçava a liberdade na região, promoveu a liberação de verbas pelo Congresso estadunidense para o apoio econômico, que visava alterar a relação de artistas e intelectuais com o pensamento de esquerda. A União Pan-Americana, a CIA (Central Intelligence Agency) e as multinacionais como Esso, Standart Oil, Shell, Indústrias Kaiser, General Motors, General Electric,

[...] são algumas das empresas que procuraram atualizar a arte latino-americana relativamente às modas norte-americanas e europeias: oferecem aos artistas plásticos, e em alguns casos também a conjuntos teatrais e musicais, amplas salas de exposição, prêmios e difusão, bienais e jurados de Nova Iorque, Londres e Paris. (CANCLINI, 1984, p. 113)

Essas empresas também foram responsáveis pelo financiamento de instituições e eventos culturais, como a Bienal Americana de Arte, realizada pelas Indústrias Kaiser em Córdoba, entre os anos de 1962 e 1966. Oriunda dos Estados Unidos, essa fábrica de automóveis tinha como cartilha empresarial o estímulo de projetos culturais e sociais em sintonia com um programa maior de viés anticomunista. Diferentemente do seu par brasileiro, a Bienal de Córdoba não partia “[...] de uma burguesia industrial de espírito modernizante

⁵ Essa Aliança pode ser lida como um desdobramento do programa da Política de Boa Vizinhaça, promovido pelo presidente Franklin Roosevelt, para aproximar os países latino-americanos dos interesses políticos estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial.

local, mas estadunidense [...]” (MONTERO, 2010 apud COUTO, 2014, p. 10). Marta Traba identifica esse evento como sintomático:

[...] o patrocínio das indústrias Kaiser e a ilusão de que, finalmente, a empresa privada (Instituto Di Tella em Buenos Aires, General Electric em Montevideu, Esso Colombiana em Bogotá, Aço do Pacífico no Chile) lançara-se em grande escala ao patrocínio artístico, pronta a substituir governos indiferentes, protoculturais ou contraculturais, que viam com a mais profunda desconfiança toda migalha de cultura continental com tendência para construir-se um grupo. (TRABA, 1977, p. 55)

Apontando os interesses políticos de hegemonia cultural por trás de eventos desse tipo, a autora lembra que “[...] nunca se teve conhecimento de que ambos [empresa privada e norte-americanos] exerçam sua generosidade sobre os indefesos [...]” (TRABA, 1977, p. 57).

O Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), seguindo os interesses do grupo Rockefeller, exportou diversas exposições itinerantes que circularam pelo continente, além de buscar acordos que aproximassem as alianças artísticas locais aos padrões reproduzidos pelas instituições estadunidenses e pelo Conselho Internacional do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. Alfred Barr Jr., em sua condição de especialista e diretor das coleções do MoMA, foi comissionado para realizar uma viagem por diversos países da América Latina para adquirir obras representativas da Arte Moderna local⁶.

É sabido, igualmente, que o MoMA se constituiu como instituição emblemática e como espaço privilegiado de exibição de Arte Moderna. Sua lógica pautada em uma concepção espacial asséptica e atemporal, sem vínculos com o meio externo, auxiliou na sedimentação da obra de arte com o perfil mais individualizado e autorreferente.

Nessa perspectiva, a arte abstrata enquadrou-se como discurso elevado desse espaço sacralizado. A batalha travada nos primeiros anos da Guerra Fria, a partir das estratégias de exportação de linguagens artísticas (arte abstrata) e modelos expositivos (cubo branco)⁷, se deu, de acordo com Canclini (1979, p. 85), por meio da difusão de uma “[...] experimentação formal aparentemente despolitizada [...]” e “[...] sobretudo o expressionismo abstrato, como

⁶ Como resultado de seu recorrido, Barr organizou a exposição *The Latin-American Collection of the Museum of Modern Art*, em 1943, com aproximadamente 200 obras de artistas como Emilio Pettoruti, Cândido Portinari, Roberto Matta, Wifredo Lam, Torres García e Diego Rivera (SUÁREZ, 1986, p. 76).

⁷ Sobre a consolidação ideológica do espaço modernista – o *cubo branco*, o teórico estadunidense Brian O’Doherty (2002) investiga como a arte do século XX foi produzida a partir de preceitos idealizados de um espaço sacralizado análogo às câmaras mortuárias egípcias ou às cavernas paleolíticas de Lascaux, voltando-se à genealogia dessa câmara de exposição eterna. São nesses recintos ritualísticos que o autor busca as origens e traça um paralelo com os dispositivos que solidificaram o discurso de eternidade da obra artística, tal como difundira o MoMA.

alternativa ao realismo social [...]”. A imposição de um estilo único e legítimo construiu a retórica do abstracionismo como uma ferramenta poderosa que simbolizava a supremacia estadunidense, e sob esse ponto de vista, esquematizava um jogo de oposição que representava o êxito do capitalismo *versus* o realismo de matriz comunista.

Na chave da “[...] *transformação de mitos literários em mitos literais* [...]” (O’ DOHERTY, 2002, p. 14), pureza significava autodefinição e, desse modo, era prioridade do artista dispensar ideias que contaminassem a arte com demandas ideológicas da sociedade. Em suma, abolir quaisquer conteúdos sociais, principalmente os que tomaram como modelo o realismo social do muralismo mexicano.

A nova conjuntura política do pós-guerra teve suas traduções culturais e as artes plásticas, assim como a fundação de um aparato museológico moderno, foram peças-chave desse processo. A arte abstrata como linguagem paradigmática desse raio modernizador resultou em um fator fundamental na militância pela abertura de novos museus de Arte Moderna.

2 VOCAÇÃO CONSTRUTIVA E NOVOS EQUIPAMENTOS MUSEOLÓGICOS

O recorte desta primeira parte do trabalho se propõe a analisar de maneira concisa como as primeiras instituições modernas brasileiras⁸, no final dos anos 1940 e início dos 1950, sustentaram uma imagem inovadora por meio do estímulo às tendências abstratas. O museu se apresentava na condição de produtor de Arte Moderna, que nesse momento era definida pela arte abstrata. A alteração dessa tradição visual, antes vinculada com a identidade do nacional, após os modernismos dos anos de 1920, evidenciou um modo de indicar a

⁸ Esse recorte abrange apenas o grupo de instituições brasileiras, pois foi o primeiro complexo relevante de equipamentos culturais na região do Cone Sul – Museu de Arte Moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro (ambos de 1948); Museu de Arte de São Paulo (1947); Bienal Internacional de São Paulo (1951). Vale ressaltar que o Brasil foi a ponta de lança de modernização das instituições culturais do continente. A Argentina, por exemplo, buscou sair do isolamento cultural da primeira fase do peronismo (1946-1952), que se encontrava à margem dos novos códigos estéticos que haviam sido patrocinados pela nova burguesia econômica e cultural paulistana. Diversos atores culturais argentinos procuraram renovar a programação de seus aparatos institucionais. Contudo, essa atualização institucional será vista apenas ao longo da década de 1960, tendo como ápice a abertura do Centro de Artes Visuais (CAV), do Instituto Torcuato Di Tella, conduzida pelo crítico Jorge Romero Brest, em 1963. Desse modo, justifica-se a escolha pela análise do caso brasileiro.

atualidade das instituições artísticas nacionais numa chave internacionalista. A implantação dos museus de Arte Moderna reivindicava o internacionalismo, “[...] assim revelando o nacionalismo estreito e discriminador, o que é, sem dúvida, exponencial [...]” (LOURENÇO, 1999, p. 104). Contudo, é válido ressaltar que não foi o marco do expressionismo abstrato estadunidense que se consolidou do lado de cá, mas da abstração geométrica vinculada ao Concretismo suíço, alemão e holandês, como observaremos adiante, manifestando uma “*vocação construtiva*”⁹ de nossos artistas.

A criação dos museus paulistanos e cariocas e a inauguração das primeiras Bienais de São Paulo introduziram o Brasil em um novo patamar na trama regional, tornando-o, para os vizinhos, uma vitrine internacional de renovação das linguagens artísticas.

A implantação dos MAMs, após a Segunda Guerra Mundial, colabora para fomentar modificações nas condições culturais e, também, coaduna-se com alguns ideais político-econômicos realizados ao fenômeno da metropolização, industrialização, desenvolvimentismo e alianças com os Estados Unidos. Nesse panorama, São Paulo assume papel ímpar pela concentração de atividades econômicas, em especial na questão industrial, enquadrando-se a abertura do MAM como parte explicitadora de uma imagem que se almeja atingir. (LOURENÇO, 1999, p. 103)

Um novo mecenato proveniente de setores de uma burguesia em ascensão vinculada à indústria buscava projetar-se economicamente por meio de iniciativas culturais. De acordo com Aracy Amaral (2006, p. 240), desde a década de 1930 estava no ar a ideia de se construir um museu moderno, que fora possível com os esforços do crítico de arte Sérgio Milliet e suas conexões com Francisco Matarazzo Sobrinho e Nelson Rockefeller. Embora com perfis institucionais distintos, o MASP e o MAM SP disputaram a supremacia cultural de São Paulo. O primeiro fora fundado em 1947, pelo magnata da área de comunicação Assis Chateaubriand e contou com a consultoria artística do *marchand* italiano Pietro Maria Bardi, que dirigiu esse museu desde a sua fundação, até 1996. No ano seguinte, o MAM SP fora inaugurado sob o comando do industrial Francisco Matarazzo e tinha como diretor artístico, o crítico belga León Degand. As instituições contaram com o apoio de Rockefeller.

A exposição inaugural do MAM SP, *Do Figurativismo ao Abstracionismo*, de 1949, abriu o circuito de mostras do novo Museu e consolidou institucionalmente a inserção da arte abstrata como modelo hegemônico. Por seu turno, o MASP igualmente teve um papel

⁹ Ver: Morais (1979).

relevante na institucionalização da arte abstrata no período, por meio da organização das exposições de Alexander Calder e Max Bill, ambas em 1947. Ademais, a entidade convidou o crítico de arte argentino Jorge Romero Brest para realizar uma série de seis conferências intitulada Como um sul-americano vê o movimento artístico contemporâneo da Europa, em 1950¹⁰. Dois anos antes do ciclo de conferências, Romero Brest e P. M. Bardi iniciaram uma troca de cartas, cujo exame evidencia o interesse do argentino em conhecer o Brasil, em especial São Paulo, “[...] cidade que segundo as notícias, está desenvolvendo um movimento de importância [...]” (BREST, sem data, não paginado, tradução nossa). De acordo com as correspondências, é sabido que Brest buscava incluir devida atenção aos temas ligados à arte abstrata “[...] com certo caráter polêmico na defesa e afirmação da arte abstrata [...]” (Id., loc. cit., tradução nossa). Desde a década de 1930, Brest conduziu com fôlego a crítica argentina e latino-americana. Além disso, atualizou o campo da crítica de arte, por meio da gestão da revista *Ver y Estimar*, que circulou entre 1948 a 1955, na qual teorizou e defendeu a arte abstrata e a autonomia da arte pautada nos preceitos do modernismo¹¹.

O internacionalismo aberto pelo abstracionismo teria repercussões mais amplas, com a abertura da I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1951. Essa instituição tornou-se uma importante vitrine de diversas tendências da arte aos países latino-americanos. O internacionalismo da linguagem abstrata dominou as primeiras Bienais, além de contribuir para a consolidação de São Paulo como novo centro artístico de grande visibilidade global. A Bienal pôs em funcionamento uma complexa maquinaria de gestão cultural, redesenhando uma geografia para o mundo das artes (GARCÍA, 2004, p. 17). As Bienais de São Paulo tinham como missão divulgar a arte brasileira em momento de privilegiada atenção internacional; apresentar a arte estrangeira para o público local; representar simbolicamente a cidade de São Paulo e o mecenato de seu empresariado; e servir como articulação internacional de críticos envolvidos na formulação das representações nacionais (HERKENHOFF, 2001, p. 118-119).

¹⁰ Na década de 1970, Aracy Amaral incluiu a matéria *A arquitetura é a grande arte de nosso tempo*, sobre a repercussão da fala de Brest, no catálogo da exposição *Projeto Construtivo Brasileiro na Arte (1950-1962)*, vinculando as conferências do argentino ao surgimento da arte concreta brasileira, especificamente os artistas que iriam se reunir em torno do Grupo Ruptura (1952), base do Concretismo de São Paulo, e do Grupo Frente (1953), base do Neoconcretismo do Rio de Janeiro.

¹¹ Ver: Giunta; Costa (2005).

Marta Traba, segue no mesmo sentido ao afirmar a importância da Bienal de São Paulo, mas enfatiza o caráter imperialista dessa instituição:

Desde 1951, a Bienal de São Paulo, convocada a nível internacional, converteu-se na mais forte competidora da Bienal de Veneza. Por um lado, os artistas locais sentiram-se fortemente estimulados; por outro, viram-se obrigados a entrar na estética da destruição. [...] Finalmente, a Bienal foi o primeiro e principal veículo de internacionalização da arte no continente, já que determinou a extinção das identidades e deslocou os valores artísticos da expressão até a compulsão. (TRABA, 1977, p. 131)

Sabe-se do impacto que a escultura *Unidade tripartida*, do artista suíço Max Bill, grande prêmio da I Bienal, de 1951, causou no panorama artístico latino-americano no decorrer da década de 1950. A estrutura básica da escultura era a fita de Möbius, uma linha infinita que traduzia a investigação rigorosa do artista aos princípios de uma arte científica com fundamentação matemática e estruturas geométricas. Bill e todo o seu suporte teórico auxiliaram as propostas dos diversos grupos artísticos latino-americanos que trabalharam amparados em alguns pontos fundamentais como a ruptura com a figuração e afirmação dos valores do Concretismo, a preocupação com a inteligibilidade das obras e o desejo de transformação da realidade por meio de uma arte comprometida com o social (PERAZZO, 1990, p. 162). Os artistas brasileiros que se filiaram à batalha pela abstração foram impactados pela delegação suíça, “[...] valendo-se disso para, no ano seguinte (1952) lançarem o Manifesto Ruptura, que traria definitivamente para o Brasil os princípios do novo movimento renovador [...]” (ALAMBERT; CANHÊTE, 2004, p. 46).

A penetração das ideologias construtivas na América Latina relacionou-se aos projetos desenvolvimentistas do continente. De acordo com Ronaldo Brito,

[...] encaixavam-se com perfeição os projetos reformistas e aceleradores dos países [...] e serviram, até certo ponto, como agentes de libertação nacional frente ao domínio da cultura europeia, ao mesmo tempo em que significavam uma inevitável dependência a ela. (BRITO, 1977, p. 303)

O “sonho suíço” de transformação social integrava-se ao esforço de superação do subdesenvolvimento e do atraso econômico e cultural típicos de nossos países, por meio de uma arte disposta à ordem racional, capaz de estabelecer uma dinâmica progressista no campo cultural (Ibid., p. 304).

O certo é que nas décadas de 40-50 há uma coincidência de objetivos entre as ideologias construtivas no plano cultural, o desenvolvimentismo no plano

econômico e as alianças culturais no plano político. No Brasil, por exemplo, a década construtiva por excelência é a do desenvolvimentismo [...] e do processo econômico denominado ‘substituição de importações’. Ao rápido crescimento e modernização das grandes cidades corresponde também a ambição de nossa burguesia superar a condição, como país, de mero exportador de matérias-primas minerais, de país agroexportador. Este esforço modernizador e o crescimento demográfico das cidades vão gerar novas formas culturais. (MORAIS, 1979, p. 88)

As vertentes latino-americanas construtivistas da década de 1950 herdaram das vanguardas modernas europeias um projeto que extrapolava o campo artístico, tecendo reflexões sobre as funções sociais da arte e aproximando-se de campos como o design, a arquitetura, o paisagismo e as artes gráficas, na tentativa de atuar diretamente na vida cotidiana. Tendo em vista que se trata de uma produção artística essencialmente abstrata, o comprometimento com pautas políticas não estava restrito à temática dos trabalhos, mas na crença de uma aliança entre a arte e a indústria para construir uma nova sociedade.

Por seu turno, a década de 1960 frustrou esse otimismo característico dos anos anteriores, gerando uma forte instabilidade política na América Latina, onde a tensão resultante da Guerra Fria favoreceu a instauração de diversas ditaduras militares. No plano econômico, de acordo com Ricardo Bielschowsky (1998, p. 427), os ciclos de desenvolvimentismo reformista fomentados até então foram colocados em cheque e, no caso brasileiro, abortados pelo golpe de 1964. Nessa mesma linha argumentativa, a historiadora Claudia Wasserman, que pesquisou os teóricos da dependência no contexto do exílio chileno, demonstrou que os projetos articulados em torno da CEPAL foram derrotados pelos golpes militares. Segundo a autora,

[...] a partir da crise dos primeiros sinais de esgotamento da chamada “industrialização substitutiva”, começam a aparecer divergências teóricas e políticas entre esses intelectuais e a reflexão principal passará a girar em torno da caracterização do capitalismo “periférico ou dependente” que impediu a sonhada autonomia [...]. (WASSERMAN, 2017, p. 74)

A violência desses regimes ditatoriais, notadamente a censura, impactou diretamente a produção artística latino-americana. Nos países sob governos ditatoriais, artistas de diversas linguagens – música, literatura, teatro, cinema, etc. – foram perseguidos por adotarem temas considerados críticos aos sistemas políticos vigentes. Nas artes visuais, diversas exposições foram fechadas por esses governos e muitos artistas foram vitimados pelo exílio – imposto ou voluntário – por prisões arbitrárias, pela tortura e até mesmo por assassinatos. Assim,

floresceram na América Latina movimentos estéticos de denúncia das arbitrariedades promovidas pelos governos autoritários. Nas artes visuais, ganhou força a chamada Nova Figuração, em que os artistas retomam a arte figurativa negada pelos construtivistas. Frequentemente, os latino-americanos da Nova Figuração utilizaram suportes e técnicas consagradas pela Arte Pop primeiro-mundista para abordar temas explicitamente políticos.

No artigo “Os limites da denúncia”, Sérgio Ferro analisa a influência da Arte Pop no Brasil, indicando que embora possa ter aspectos críticos e ser substancialmente diferente da versão estadunidense, ela é fruto do imperialismo:

A pintura nova brasileira é manifestação clara do que hoje somos: colônia ianque. Expõe o complexo de atitudes contraditórias – atração e repulsão, denúncia e inveja, confusão que compõe as relações tensas entre o colonizador, seus representantes internos e o colonizado. Assim, partiu da linguagem da metrópole para falar de nós. (FERRO, 1967, p. 3)

Em sentido semelhante ampara-se a análise de Marta Traba, que considera a influência da Arte Pop um caráter imperialista em toda a América Latina, uma vez que “O pop não é um sistema de trabalho, mas um repertório de signos nova-iorquinos [...]” (TRABA, 1977, p. 149). Essa busca por reproduzir modelos dos centros hegemônicos encontraria uma ruptura significativa na década seguinte.

Nos anos de 1970, o impacto da Arte Conceitual gerou mudanças ainda mais profundas nos paradigmas da produção artística. Arte Conceitual foi um movimento essencialmente internacional que durou aproximadamente entre as décadas de 1960 a 1980. Desse movimento descendem os conceitualismos que, de acordo com Cristina Freire (2006, p. 8), são uma tendência crítica à arte objetual que inclui diferentes proposições como arte postal, videoarte, performance, intervenções urbanas, livros de artista, xerox, mapas, instalações, etc.

Nessa perspectiva, os conceitualismos deram continuidade ao processo de aproximação entre a arte e a vida cotidiana, ampliando a noção de obra de arte. Grande parte das proposições e ações conceitualistas do período apontou para dois problemas fundamentais: a redefinição do conceito de arte e do objeto artístico; e uma forma estratégica para discutir a realidade social e econômica da região. Ao considerar que o fazer artístico não estava restrito à confecção de objetos, as vertentes conceitualistas passaram a considerar um

gesto, um projeto não realizado, a interação com o público ou mesmo uma ideia como propostas artísticas. Foi sobre essas bases que a atuação política ganhou força nas artes, adotando a transformação social como um ato estético.

A evidente politização das artes visuais latino-americanas na década de 1970 e no início da década seguinte, sobretudo nas vertentes próximas ao conceitualismo, oferece um contraponto à institucionalização ocorrida nas décadas de 1940 e 1950. Embora não negue sistematicamente as instituições, o conceitualismo frequentemente utilizou circuitos marginais para viabilizar formas e mensagens contra-hegemônicas.

Segundo Mari Carmen Ramírez, as vertentes conceitualistas se proliferaram na América Latina como consequência do fracasso das políticas desenvolvimentistas, que impactou, de certa forma, na propagação de sucessivos regimes militares que minaram grande parte do continente. Portanto, a produção de Arte Conceitual no contexto regional deve ser interpretada como decorrente da “[...] inter-relação entre os êxitos e os fracassos do desenvolvimentismo [...]” (RAMÍREZ, 1999, p. 57, tradução nossa), para compreender “[...] as origens do nosso conceitualismo [...]” (Id., loc. cit.).

Assim, as mudanças epistêmicas da arte promovidas pela Arte Conceitual estabeleceram uma relação dialética com o modelo de espaço expositivo consolidado na América Latina do pós-guerra, gerando um conceitualismo híbrido entre institucionalização e rebeldia.

3 DITADURAS, COMPROMETIMENTO POLÍTICO E CONCEITUALISMOS

Uma vez abordados o contexto em que a Arte Conceitual surgiu na América Latina, segue-se para a análise de trabalhos artísticos conceitualistas que abordam diretamente a relação do continente com as políticas imperialistas das potências ocidentais.

São analisadas três proposições: duas da década de 1970 e outra da década seguinte. Os autores dessas obras são o brasileiro Paulo Bruscky, o argentino Horacio Zabala e o uruguaio Clemente Padín. Nesse período, esses três artistas estabeleceram intenso contato entre si, sobretudo, por meio de correspondências. Eles estão entre os pioneiros e

protagonistas da rede de arte postal na região. Essa rede foi uma manifestação fundamentalmente marginal que se consolidou ao longo dos anos de 1970, conectando centenas de artistas ao redor do mundo, por intermédio do compartilhamento de informações e propostas artísticas. Essas obras, majoritariamente ligadas ao conceitualismo, foram realizadas em formatos de fácil reprodutibilidade e postagem — como a xerografia, fotografia, gravura e carimbo — e enviadas pelos correios para integrar revistas e exposições específicas de arte postal. Nos países latino-americanos sob ditaduras, a rede de arte postal configurou-se como um mecanismo eficiente para burlar a censura, permitindo a circulação de obras de oposição aos regimes golpistas. Ademais, os envios postais conformaram-se “[...] como estratégia distante do mercado e do poder, capazes de abrir outros circuitos de intercâmbio e inaugurar cartografias diferentes para mostras, apesar da censura política e das limitações econômicas” (FREIRE, 2013, p. 10).

Os trabalhos selecionados para este estudo circularam na rede de arte postal e evidenciam tanto o discurso político explícito como suportes e técnicas comuns nessa rede. As três obras são materialmente modestas, compostas por impressões em papéis simples e em pequeno formato. Entretanto, em consonância com os princípios do conceitualismo, têm sua qualidade garantida, não pela perícia técnica em criar as imagens, mas pela potência dos conceitos que transmitem. Outro ponto em comum entre eles é problematização direta do contexto político latino-americano.

Ao abordar temas relacionados à cultura sob a denominação tão ampla da América Latina, surge o questionamento da consistência de uma unidade identitária entre os diversos povos latino-americanos. Mesmo com as inúmeras especificidades locais, nota-se, especialmente a partir da década de 1960, que a identidade latino-americana apareceu tanto no discurso dos artistas e intelectuais, que frequentemente se autodenominaram latino-americanos, como nos estudos que indicavam um contexto sociopolítico em comum. Nesse viés, Celso Furtado indicou a pertinência do conceito de América Latina afirmando que a:

América Latina deixou de ser uma expressão geográfica para transformar-se em realidade histórica como decorrência da ruptura do quadro tradicional de divisão internacional do trabalho, dos problemas criados por uma industrialização tardia e da evolução de suas relações com os Estados Unidos, que, ao se transformarem em potência hegemônica mundial, conceberam para a região um estatuto próprio

envolvendo um controle mais direto e ostensivo, e ao mesmo tempo requerendo crescente cooperação entre os países dessa área. (FURTADO, 1978, p. 32)

Além da unidade em oposição ao imperialismo estadunidense apontada por Furtado, observa-se igualmente uma construção identitária herdada de autores precedentes. A unidade em oposição à dominação europeia também esteve presente, por exemplo, em textos de Simón Bolívar, ainda no início do século XIX. O autor evidenciou as dificuldades na formulação da identidade de povos resultantes de uma miscigenação imposta pela colonização, lembrando que “[...] *não somos* [os latino-americanos] índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis [...]” (BOLÍVAR, 1999, p. 10, tradução nossa). Poucas décadas depois, o poeta cubano José Martí seguiu em sentido semelhante, ao enfatizar as irremediáveis marcas dos colonizadores nas populações latino-americanas, apontando que:

Toda nossa obra, da nossa América robusta, terá, pois, inevitavelmente o selo da civilização conquistadora; todavia, a melhorará, a adiantará e chegará a causar admiração com a energia e o enorme ímpeto criador de um povo em essência distinto, superior em nobres ambições, e, se momentaneamente ferido, ao menos não está morto. (MARTÍ, 2005, p. 8, tradução nossa)

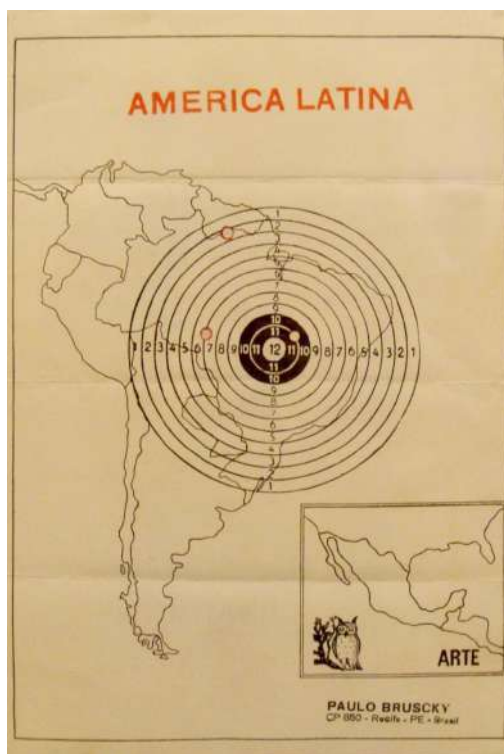
A dificuldade na formulação das identidades latino-americanas está diretamente ligada tanto à violência europeia no processo de colonização e nas guerras de independência como à posterior intervenção imperialista dos EUA. Essa ideia foi explicitada na obra *América Latina* (**figura 1**) de Paulo Bruscky. Nela, o continente aparece sob a mira de um agente exterior não identificado. Embora a mira indique um estágio de violência iminente, os três pequenos orifícios no papel circulados em vermelho mostram que disparos já foram concretizados. O fato de que essas marcas de tiros não estão no centro do alvo, ou seja, não atingiram plenamente seu objetivo, aproxima a avaliação de Bruscky da avaliação supracitada de Martí, que afirmou que esse continente “[...] embora momentaneamente ferido, ao menos não está morto [...]” (Id., loc. cit.).

Dessa forma, a obra de Bruscky pode ser analisada como síntese de um dos elementos centrais para a unidade latino-americana: ser um constante alvo de interesses dos países mais ricos. Entretanto, essa posição de vítima vem acompanhada de esperança: embora ferida, ela resiste.

A implantação de ditaduras militares na região foi um fator de aproximação entre o contexto político desses países, catalisando a busca pela formulação de uma identidade latino-americana. Alain Rouquié e Stephen Suffern, em estudo sobre o militarismo na América Latina, caracterizam esse processo:

[...] no início da década 1960 a sombra do conflito entre o Oriente e o Ocidente recaiu sobre América Latina. A revolução cubana, a ruptura do regime de Castro com os Estados Unidos em 1960 e a instauração de um regime comunista a cerca de 140 quilômetros da Florida, no Mediterrâneo americano, criaram uma situação política inteiramente nova na América Latina. Um “grande temor” ao castrismo percorreu todo o continente ao reativar-se a esquerda e reaparecer a guerrilha em numerosos países. Os Estados Unidos modificaram seus conceitos estratégicos. Por sua vez, os exércitos latino-americanos, empurrados pelo Pentágono, adaptaram novas hipóteses estratégias e táticas para adequar-se ao tipo de ameaça a seguir supostamente avançaria sobre eles. (ROUQUIÉ; SUFFERN, 1997, p. 291, tradução nossa)

Figura 1 – *América Latina*, Paulo Bruscky, 1975.



Fotocópia sobre papel. Coleção Montez Magno.

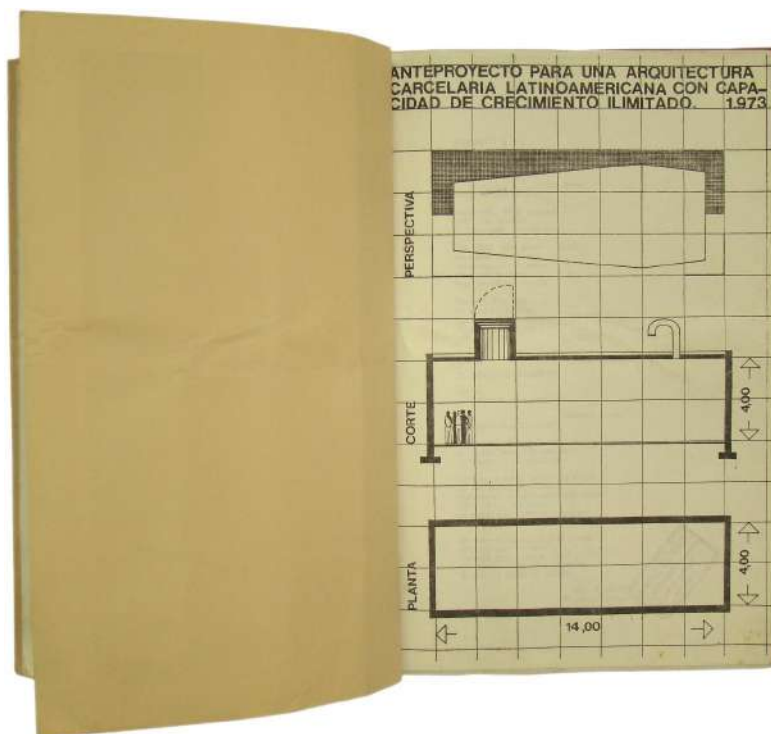
Guillermo O'Donnell, refletindo igualmente sobre esses regimes, caracterizou e formulou explicações para as origens do que ele nomeou de estados autoritário-burocráticos. Esses estados, fundamentados na opressão e constituídos em momentos de suposta ameaça ao

desenvolvimento do capitalismo, têm como uma das suas consequências a disseminação do medo tanto entre seus opositores como entre os seus agentes opressores:

Medo por parte dos perdedores e dos adversários do AB [estado autoritário-burocrático], que resulta da capacidade conspícua do AB para a coação. E medo por parte dos vencedores, que enfrentam o espectro de uma volta à situação que precedeu a implantação do AB. Há também o medo, por parte daqueles que realizam a coação física, de qualquer “solução política” que possa levar possivelmente a essa volta; este último medo em certas ocasiões parece impeli-los por um caminho de coação que não conhece nenhum limite. (O’DONELL, 1982, p. 278)

Essa repressão sem limite aproxima-se da contribuição artística de Horacio Zabala para a primeira edição da revista *Ovum* (**figura 2**), editada por Clemente Padín. Zabala, arquiteto de formação, realizou um projeto arquitetônico para “[...] *uma arquitetura carcerária latino-americana com capacidade de crescimento ilimitado*”. Esse projeto, evidentemente sem pretensão de ser concretizado, apresenta uma cela extremamente econômica, sem a menor condição de suprir as necessidades básicas dos encarcerados. Além da denúncia explícita que o artista faz à prisão desenfreada de opositores promovida pelas ditaduras, ele também indica um futuro catastrófico de encarceramento em massa resultante do projeto absurdo adotado por esses regimes que, não raro, enxergavam opositores onde não existiam.

Figura 2 – Anteprojeto para uma arquitetura carcerária latino-americana com capacidade de crescimento ilimitado, Horacio Zabala, 1973.



Publicado na primeira edição da revista *Ovum*, editada por Clemente Padín em 1973. Coleção MAC USP.

O projeto de Zabala, composto basicamente pelas paredes externas, exalta o sentido de isolamento entre os encarcerados e o ambiente exterior, podendo ser interpretado não somente como uma estrutura de violência, mas também como indicativo do medo que os regimes autoritários têm das massas. Assim, o crescimento desenfreado dos encarceramentos apontaria como os estados autoritário-burocráticos, apesar do discurso falacioso de proteção nacional, tinham um temor crescente da população que deveriam proteger. Portanto, terminaram por se isolar com o apoio de uma pequena parcela da sociedade civil. Dessa maneira, o inchaço do encarceramento seria sintomático do esvaziamento da base social desses governos e teria como última consequência a transformação de toda a sociedade em uma grande prisão.

Por sua vez, a obra *Soberania* (**figura 3**), de Clemente Padín, consiste em um livreto que apresenta diversos territórios em disputa. Realizado “EM MEMÓRIA dos caídos nas lutas descolonizadoras ibero-americanas”, reivindica a soberania de regiões da América Latina, a exceção de Gibraltar — atribuído pelo artista à Espanha em oposição à dominação inglesa. As Ilhas Malvinas, palco de uma guerra no mesmo ano em que o livreto foi criado, são atribuídas à Argentina, também em oposição à dominação inglesa. Essequibo é representada como parte da Venezuela, divergindo do pertencimento à Guiana, colônia inglesa que alcançou a independência somente na década de 1960. Também é reivindicada a independência de Porto Rico que, embora geográfica e culturalmente latino-americana, permanece sob o domínio dos Estados Unidos. Belice é indicada como parte do Panamá e em oposição à sua independência alcançada em 1981. Guantánamo, território cubano e sede de uma base militar estadunidense, tem a soberania cubana afirmada. Por fim, o Canal do Panamá tem a soberania panamenha reivindicada em oposição à administração estadunidense.

Esses conflitos, resultantes do imperialismo inglês e estadunidense, foram retratados pelo artista com elementos gráficos típicos da burocracia, especialmente o carimbo. Sobre os enunciados da soberania desses territórios está carimbado “*não negociável*”, sugerindo uma decisão de algum órgão burocrático.

Historicamente, todo o continente americano foi submetido à colonização, contudo, os Estados Unidos e o Canadá industrializaram-se enquanto os países do Sul seguiram submersos em uma economia colonial. Desde então, a dicotomia entre América

Anglo-saxônica e América Latina acentuou-se. De acordo com Paul Singer, a primeira se transformou em potência hegemônica, enquanto sobrou para a segunda um lugar periférico no sistema capitalista mundial. E a economia, mais do que qualquer coisa, foi a marca de diferenciação entre as duas Américas (SINGER, 1997, p. 157). A nomenclatura também revelou destinos distintos, segundo o economista. Os Estados Unidos se autodenominam “A América” e seus cidadãos são conhecidos como “americanos”. Logo, à outra parte americana restou a alcunha “latinos” (Ibid., p. 158). Todavia, a América Latina emergiu como símbolo de integração cultural e de identidade política em contraposição à ofensiva imperialista estadunidense.

Figura 3 – Soberania, Clemente Padín, 1982.



Publicado na revista DOC(K)S, n. 60, 1983/84. Arquivo de Clemente Padín.

Um olhar panorâmico sobre as três obras aqui tratadas permite reflexões que possivelmente podem ser ampliadas para compreender a relação entre arte e política. A primeira delas, mais geral, refere-se à presença do discurso político como potencializador da experiência estética. Embora absolutamente pertinentes para o campo artístico, essas obras ganham força poética ao deflagrarem leituras de elementos externos a esse campo. Vale lembrar de uma frase escrita por Zabala, quando o artista apontou que “[...] *a arte se define pela função que cumpre na sociedade, pois nem o fazer artístico nem seus resultados são autônomos: a arte depende do que não é arte [...]*” (ZABALA, 1972, não paginado, tradução nossa). Esse trecho contribui para refletir sobre essas ações artísticas ao longo década de 1970 e a emergência de uma produção que evidenciasse que o significado de uma obra não residia em si, mas através de si, ou seja, que ela era formada pela sua relação direta com a sociedade. Além disso, as diversas conexões possíveis entre o tema desses trabalhos e textos de outras áreas do conhecimento parecem apontar que, mesmo com métodos distintos, o fazer artístico e as ciências humanas podem oferecer diferentes chaves de leitura para um mesmo tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou uma análise panorâmica das principais transformações no campo artístico da América Latina, em um recorte temporal que abarcou aproximadamente quarenta anos. Se o final da década de 1940 foi marcado pelas políticas desenvolvimentistas que impactaram na abertura dos mais relevantes equipamentos culturais de caráter moderno, os anos seguintes caracterizaram-se pela consolidação da arte abstrata como linguagem paradigmática desse raio modernizador. O internacionalismo capitaneado pelas vertentes abstratas, que dominou as primeiras Bienais, consolidou a cidade de São Paulo como novo centro artístico de grande visibilidade internacional. Por outro lado, as décadas de 1960 e 1970 foram assinaladas pelo esgotamento da hegemonia desenvolvimentista na região, contribuindo para a implantação de ditaduras militares por todo o continente. Nas artes visuais, os regimes ditatoriais corresponderam ao período de ascensão das poéticas conceitualistas, favorecendo o florescimento de produções artísticas que buscaram representar

a realidade política convulsionada do território. Nesse viés, a tomada de consciência dos artistas latino-americanos diante de um panorama devastador de governos de exceção nasceu como um limite à lógica do opressor e do anseio de contrariá-la. Dessa fricção, surgiram novas insurgências artísticas que engendraram modos de ação mais combativos no campo da arte.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. **As Bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores (1951-2001)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AMARAL, Aracy. **Textos do Trópico de Capricórnio. Artigos e ensaios (1980-2005)**. Volume 2: Circuitos de Arte na América Latina. São Paulo: Editora 34, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de um pensamento na CEPAL – Uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Volume 1. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 2000. p. 15-21.

_____. **Pensamento econômico brasileiro**, 4ª edição, São Paulo: Contraponto, 1998.

BOLÍVAR, Simon. **Carta de Jamaica**. Original de 1815. [S. l.]: elaleph.com, 1999. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/Simon%20Bolivar.pdf>>. Acesso em 22 dez. 2016.

BREST, Jorge Romero. [Correspondência]. Destinatário: Pietro Maria Bardi. [S. l.], 1 carta. Documento disponível no arquivo do Museu de Arte de São Paulo (MASP), pasta 12, caixa 3.

BRITO, Ronaldo. As ideologias construtivas no ambiente cultural brasileiro. In: AMARAL, Aracy (Org.). **Projeto construtivo brasileiro na arte (1950-1962)**. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna; São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1977. p. 303-310.

CANCLINI, Néstor García. **A Produção Simbólica – Teoria e Metodologia em Sociologia da Arte**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

_____. **A socialização da arte – Teoria e prática na América Latina**. São Paulo: Ed. Pensamento, 1984.

COUTO, Maria de Fátima Morethy. Estratégias de internacionalização e de resistência: a arte no Brasil e na Argentina na década de 1960. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arte da UnB**, Brasília, v. 13, n. 1, jan./jun. 2014.

FERRO, Sérgio. Os limites da denúncia. **Rex Time**, São Paulo, n. 4, 10 mar. 1967.

FREIRE, Cristina. **Arte conceitual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Introdução. In: _____. (Org.). **Walter Zanini: Escrituras Críticas**. São Paulo: Annablume: MAC USP, 2013. p. 8-21.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino Americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1978.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GARCÍA, Maria Amalia. La construcción del arte abstracto. In: GARCÍA, Maria Amalia; SERVIDDIO, Fabiana; ROSSI, Cristina María. **Arte argentino y latinoamericano del siglo XX**. Buenos Aires: Fundación Espigas, 2004. p. 17-54.

GIUNTA, ANDREA. **Vanguardia, Internacionalismo y Política: Arte argentino en los años 60**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____; COSTA, Laura Malosetti (Org.) **Arte de posguerra** – Jorge Romero Brest y la revista *Ver y Estimar*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2005.

HERKENHOFF, Paulo. A Bienal de São Paulo e seus compromissos culturais e políticos. **Revista USP**, São Paulo, n. 52, p. 116-121, dez.-fev. 2001-2002.

LOURENÇO, Maria Cecília. **Museus acolhem o moderno**. São Paulo: Edusp, 1999.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

MORAIS, Frederico. **Artes Plásticas na América Latina: do transe ao transitório**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

O'DOHERTY, Brian. **No Interior do Cubo Branco – A Ideologia do Espaço da Arte**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia. In: COLLIER, David (Org.). **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 267-298.

PERAZZO, Nelly. Las vanguardias constructivas en la Argentina. In: BELLUZZO, Ana. **Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 1990. p. 157-169.

RAMÍREZ, Mari Carmen. Tactics for thriving on adversity: conceptualism in Latin America, 1960-1980. In: CAMNITZER, Luis; FARVER, Jane; WEISS, Rachel (Org.). **Global Conceptualism Points of Origin 1950s-1980s**. New York: Queens Museum of Art, 1999. p. 53-71.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stepehn. Capítulo V – Los militares en la política latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina**. Volume 12: Política y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997. p. 281-341.

SINGER, Paul. América del Sur 2006: de la geografía a la historia. In: GONZÁLEZ, Helena & SCHMIDT, Heidulf (Org.). **Democracia para una nueva sociedad (modelo para armar)**. Caracas: Nueva Sociedad, 1997. p. 158-186.

SUÁREZ, Orlando. **La Jaula Invisible: Neocolonialismo y Plástica Latinoamericana**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

TRABA, Marta. **Duas décadas vulneráveis nas artes plásticas latino-americanas, 1950-1970**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

ZABALA, Horacio. **CAYC al aire libre** (cat. exp.), Buenos Aires: Centro de Arte y Comunicación (CAYC), 1972.

Recebido em: 20/08/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

**O ENTRE-LUGAR DA CULTURA (POP)ULAR NA AMÉRICA LATINA: CRIAÇÃO
E CRÍTICA CONTEMPORÂNEAS NESTES TRÓPICOS**

*THE PLACE-BETWEEN OF (POP)ULAR CULTURE IN LATIN AMERICAN:
CONTEMPORARY CREATION AND CRITICISM IN THESE TROPICS*

Daniel Mendes¹
Universidade Federal da Bahia, Brasil

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar o conceito de “entre-lugar” trabalhado por Silvianno Santiago como forma de conceber a criação da cultura pop na América Latina em seu hibridismo com a cultura popular neste continente. Busca-se, com isso, defender um novo discurso em relação à cobertura da crítica cultural sobre essa específica cultura contemporânea. Com efeito, objetiva-se compreender como a cultura pop latino-americana se conecta a uma cultura pop global, sobretudo diante do fenômeno do *cosmopolitismo estético*, que a aproxima de outras culturas *globais*, mas que, ao mesmo tempo, também possibilita as suas diferenciações. Por fim, será abordada a questão da cultura enquanto valor com o intuito de analisar como que tal regimento pode obedecer a critérios pensados a partir das experiências culturais destes trópicos e não a critérios meramente importados.

PALAVRAS-CHAVE: Entre-lugar; Cultura pop; América Latina; Cosmopolitismo; Valor.

ABSTRACT

This article aims to analyze the concept of “inter-place” worked by Silvianno Santiago as a way of conceiving the creation of pop culture in Latin America in its hybridism with popular culture in this continent. Thus, we seek to defend a new discourse regarding the coverage of cultural criticism about this specific contemporary culture. Indeed, the objective is to understand how Latin American pop culture connects with a global pop culture, especially in the face of the phenomenon of aesthetic cosmopolitanism, which brings it closer to other global cultures, but at the same time also enables their differentiations. . Finally, the question of culture as a value will be approached in order to analyze how such a regiment can obey criteria thought from the cultural experiences of these tropics and not merely imported criteria.

KEYWORDS: Place-Between; Pop culture; Latin America; Cosmopolitanism; Value.

¹É mestrando em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia. E-mail: danmendes.dss@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No livro *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural* (2000), mais precisamente no capítulo *o entre-lugar do discurso latino-americano*, o crítico cultural brasileiro Silviano Santiago nos fala sobre a necessidade da crítica de literatura na América Latina “se libertar” dos padrões impostos pelo “colonizador” europeu². O autor defende que um novo discurso crítico deve ser criado levando em consideração à experiência peculiar da literatura realizada neste continente, que está no que ele chama de “entre-lugar”; entre o discurso do modelo europeu e a antropofagia da colônia, que digere o padrão imposto e cria o seu modelo próprio. Logo, ela está:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão ao mesmo, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana (SANTIAGO, 2000, p.26).

Trata-se de um “entre-lugar” que se constitui em um “novo lugar”: um lugar mestiço, que está entre o colonizador e a realidade local; um híbrido disso. Para o crítico, esse “entre-lugar” é a própria expressão da literatura na América Latina. A visão feita por Santiago (2000) pode ser estendida para todos os outros campos das artes nestes trópicos. Nesse sentido, defende-se aqui um novo discurso crítico também para a cultura pop latino-americana, sobretudo em se tratando dos veículos do jornalismo especializado que as cobrem. Devido às transformações contemporâneas no campo cultural, aceleradas pelos processos de mercantilização da cultura (LIPOVETSKY-SERROY, 2011), não dá mais para impor critérios importados e que eram utilizados em contextos do passado, além de ser necessário também o entendimento da contemporaneidade, e dos seus processos de hibridismo cultural (CANCLINI, 2008), para se libertar de tais normas e preconceitos que foram institucionalizados ao longo do tempo.

² A atribuição baseia-se sempre implicitamente na referência a “obras-testemunho”, consciente ou inconscientemente adotadas, porque elas apresentam, em um grau particularmente elevado, as qualidades reconhecidas, de maneira mais ou menos explícita, como pertinentes em determinado sistema de classificação (BOURDIEU, 2007, p. 52).

Conecto tal postura à mesma de Michel Foucault quando este nos ensina que devemos sair da nossa condição de “menoridade” em *O governo de si e dos outros* (2010). Na aula de 5 de janeiro de 1983, o filósofo francês chama por “menoridade” as normas que nos governam; ele defende que devemos superá-las para, assim, encontrarmos as normas que, de fato, se aplicam às nossas necessidades peculiares. Tanto Foucault (2010), como também Santiago (2000), falam em uma necessidade de estimular as nossas atividades críticas. Superar a nossa condição de governados, defende o primeiro, e subverter a nossa obediência de colonizados, afirma o segundo, são ensinamentos cruciais para qualquer intelectual nestes trópicos, em todas as áreas. Em um esforço para se pensar a cultura pop na América Latina, tendo ainda como base referencial as teses de Santiago (2000) sobre a formação da literatura, da cultura e das artes no “entre-lugar” latino-americano, é possível visualizar tal experiência como algo intercultural, que sugere outras regras de criação e avaliação, que não aquelas impostas pelo que vem de fora, pelo “colonizador” padrão, ou seja, é preciso aprender a declarar a sua falência:

Declarar a falência de tal método implica a necessidade de substituí-lo por outro em que os elementos esquecidos, negligenciados e abandonados pela crítica policial serão isolados, postos em relevo, em benefício de um novo discurso crítico, o qual, por sua vez, esquecerá e negligenciará a caça às fontes e às influências e estabelecerá como único valor crítico a diferença (SANTIAGO, 2000, p.19).

O que está sendo proposto é que o campo formado pela crítica especializada em cultura pop existente nos países da América Latina não deve mais se manter preso a critérios que foram importados em outro contexto espaço-temporal (o do século XX), pois o contexto contemporâneo de grande trânsito global entre os produtos culturais mercadológicos não condiz mais com as posturas fechadas de outrora. Além disso, é preciso enxergar a experiência peculiar – o elemento diferencial – da América Latina, e, em nosso caso mais específico, do Brasil, sobretudo em relação às culturas e as artes que aqui se formam, numa relação híbrida entre o *popular* e o *pop*, para que, a partir disso, comecemos a nos libertar de um processo de colonialidade (MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005), que prosseguiu a colonização, e ainda insiste em prosseguir, principalmente em se tratando das “nossas” valorações, quase sempre obedientes a o que nos foi ensinado como discurso pelo chefe de escola:

Tal discurso reduz a criação dos artistas latino-americanos à condição de obra parasita, uma obra que se nutre de outra sem nunca lhe acrescentar algo de próprio;

uma obra cuja vida é limitada e precária, aprisionada que se encontra pelo brilho e pelo prestígio da fonte, do chefe de escola (SANTIAGO, 2000, p.18).

Quando for alcançada tal subversão, será possível considerar, e valorizar, os elementos próprios que compõem a cultura pop em sua formação no “entre-lugar” da criação artística e cultural na América Latina. Por conta disso, o campo latino-americano formado pela crítica especializada nesta específica cultura deve buscar uma ressignificação de suas normas. Dito de outra forma: deve superar as “dívidas contraídas” com a metrópole, no caso, o modelo que foi historicamente imposto *de fora* (estadunidense e anglo-saxônico), com o objetivo fundamental de “agredi-lo” para, dessa maneira, construir outro mais bem apropriado à experiência peculiar e diferenciada da cultura pop nestes trópicos da *latino-américa*.

Sendo assim, são adotados aqui os cruciais ensinamentos de Santiago (2000), sobretudo quando o mesmo nos orienta a aprender os “códigos da metrópole”, não para meramente copiá-los, mas sim, para subvertê-los de acordo aos nossos interesses. Esse é um caminho possível para se chegar a uma completa descolonização, no caso uma “decolonização epistemológica” de gostos, valores, saberes e conhecimentos (MIGNOLO, 2007), que possivelmente ocasionará novas construções de campos distintivos, mas que serão estes constituídos por normas e valorações não importadas, mas formadas a partir da concepção dos nossos artistas e criadores enquanto latino-americanos e, especificamente, brasileiros.

2 CULTURA E COSMOPOLITISMO NA AMÉRICA LATINA

Um conceito que pode ajudar a melhor compreender uma visão contemporânea sobre o “entre-lugar” de formação da cultura pop latino-americana é o de *cosmopolitismo estético*. No artigo *O sotaque pop da sofrência: as estratégias de comunicação do arrocha para se posicionar como música pop mundial* (2015), a pesquisadora Nadja Vladi aborda o termo “pop periférico” ao se referir a uma produção de música e cultura que vem sendo realizada nas regiões às margens dos grandes centros do país. O termo foi retirado de uma entrevista concedida pelo antropólogo Hermano Vianna ao jornal *O Estado de S.Paulo*:

As gravadoras do mundo, que comandaram o mercado mundial de música popular, praticamente entraram em colapso. Milhares de pequenos estúdios surgiram em todas as periferias. Seus produtos são distribuídos na Internet e são um sucesso sem rádio, jornais ou na televisão. [...] Quem não viaja para o interior do país não se dá conta desse fenômeno. Quando vou a qualquer local, longe da capital, costumo encontrar grupos superarticulados, projetos sociais e culturais que muitas vezes têm visibilidade no exterior. O pop periférico está entre os principais desenvolvimentos culturais brasileiros nas últimas duas décadas (MARSIGLIA, 2013 *apud* VLADI, 2015, p. 2).

A análise de Vianna nos dá pistas sobre como o fenômeno da cultura pop latino-americana, em uma versão brasileira, começa a se construir na contemporaneidade. É possível perceber que, segundo o antropólogo, tal fenômeno está diretamente atrelado à “ascensão das novas classes médias brasileiras³ e a revolução digital na música” (VLADI, 2015, p. 2). É justamente a partir da observação de Vianna sobre a formação desse citado “pop periférico” no Brasil que Vladi (2015) conecta tal fenômeno ao conceito de *cosmopolitismo estético* trabalho pelo sociólogo israelense Motti Regev (2013):

[...] a formação em um curso de uma cultura mundial como uma entidade complexa e interconectada, na qual os grupos sociais de todos os tipos compartilham bases amplas comuns em suas percepções estéticas, em suas formas expressivas e em suas práticas culturais. (REGEV, 2013, p.3 *apud* VLADI, 2015, p. 2).

O objetivo da pesquisadora ao estudar as estratégias de comunicação do gênero musical *arrocha*⁴ para se posicionar como música pop mundial é “tentar entender o cruzamento da cultura local com a nacional e a global, que faz com que práticas musicais, como a deste citado gênero, busque elementos estéticos, sonoros, ideológicos e mercadológicos que aproxime o pop nacional de uma música pop mundial” (VLADI, 2015, p. 2). O que a autora propõe em relação à análise do *arrocha* pode muito bem ser estendido para uma tentativa de compreensão da própria cultura pop, brasileira e latino-americana contemporâneas, de origem majoritariamente *popular* (numa espécie de *cultura (pop)ular*),

³ Quando dizemos “nova classe média” estamos pensando num grupo extremamente heterogêneo em termos de estilos de vida e visões de mundo. Há de tudo nela: pastores de igrejas evangélicas, DJs de tecnobrega, militantes de coletivos periféricos, donos de lan houses etc. “O rótulo impreciso tenta dar conta de uma grande transformação da sociedade brasileira, ainda não analisada devidamente” (MARSIGLIA, 2013 *apud* VLADI, 2015, p. 2).

⁴ O *arrocha* surge na cidade de Candeias, Região Metropolitana de Salvador, no final dos anos 1990. O nome “arrocha” é uma alusão à forma de dançar “arrochado”, ou, em outras palavras, “agarradinho”, como diz uma das precursoras do estilo, a cantora Nara Costa (VLADI, 2015, p. 10). Além de Nara (que se tornou cantora gospel), outros expoentes são: Pablo, Silvano Salles, Tayrone, Nira Guerreira (falecida em 2018), Márcio Moreno (que também se tornou cantor gospel) e grupo Asas Livres (que revelou o cantor Pablo). O sucesso nacional do ritmo fez nascer um subgênero chamado por “sofrência”, que também engloba músicos do gênero sertanejo.

que se hibridizaram (sem perderem suas peculiaridades) e adentraram de forma significativa ao circuito principal do entretenimento nestes trópicos. Em tal espaço midiático esta cultura pop surgida das periferias se consolidou nas duas últimas décadas (2000/2010) e passou a ocupar uma posição de maior destaque em relação a uma cultura pop praticada e consumida pelas classes médias, que durante décadas dominou este mesmo espaço midiático.

No caso da cultura pop brasileira contemporânea, em especial o caso da música, inserida nas análises do *cosmopolitismo estético*, é possível compreender como “elementos singulares e diferentes se tornam semelhantes na busca de uma identificação global, e de uma legitimação cultural dentro desse universo da música pop” (VLADI, 2015, p. 2). Ainda segundo Regev (2013), atualmente quase todo o mundo ocidental compartilha das mesmas sonoridades musicais:

[...] escutando garotas no Japão, um grupo de hip-hop turco, um grupo de rock aflamengado na Espanha... Os seguidores do pop rock de qualquer parte do mundo encontram sempre em alguns desses exemplos certos sons eletrificados ou eletrônicos, algumas técnicas vocais, e algumas frases musicais que serão familiares a sua própria música nacional (REGEV, 2013, p.179 *apud* VLADI, 2015, p. 3).

Regev (2013) nos fala sobre uma “cadeia musical global”, que, independentemente de ainda haver especificidades de gêneros, e de o jornalismo cultural/musical insistir com certos rótulos, praticamente esvaeceram as fronteiras nítidas que separavam os produtos musicais, tônica que se sobressaiu em outro tempo que não mais este em voga. Tal hibridação musical (e cultural, em sentido amplo) foi possível a partir da intensificação dos diálogos interartes (BURKE, 2003; CANCLINI, 2008), regidos pelas lógicas mercadológicas cosmopolitas (ORTIZ, 1994; DIAS, 2000; LIPOVETSKY-SERROY, 2011). A esta “cadeia musical global” pertencem estéticas cosmopolitas que são atestadas por Regev em seu livro *Pop-Rock Music* (2013). Tais estéticas se amalgamam em expressões isomórficas, que são “texturas sonoras, endereçamentos de gêneros musicais e performances corporais, globalizadas ao mesmo tempo em que possibilitam negociações singulares através dos percursos em que essas expressões se materializam nos contextos locais” (*apud* JANOTTI JR., 2015, p. 52). Não por acaso, a cultura pop latino-americana contemporânea está justamente neste “entre-lugar” de negociação entre as culturais cosmopolitas *globais* e as culturais locais destes trópicos.

3 A CULTURA (POP)ULAR LATINO-AMERICANA

Os esforços para se pensar o que seria a cultura pop contemporânea na América Latina, objetivo primordial deste artigo, nos leva a retomar autores que se debruçaram por tentar compreender os critérios que são utilizados para o reconhecimento de algo como cultura. Os importantes estudos realizados pelo crítico cultural galês Raymond Williams, por exemplo, sobre os diversos possíveis conceitos de cultura, ajuda a nos “libertarmos” de um único conceito, fixo e excludente, o que nos faz pensá-la de maneira mais adequada aos novos tempos. Nesse sentido, tais estudos nos orientam a como enxergá-la em seu desenvolvimento na contemporaneidade, trazendo à tona peculiaridades que são deste espaço sociocultural (o “entre-lugar” latino-americano), assim como desta era (a contemporaneidade), e que não podem ser ignoradas em um estudo que busca alcançar uma concepção mais justa e atualizada da cultura pop na América Latina, e de forma mais específica no Brasil.

Como bem nos fala Williams:

Há um conceito, “cultura”, que em si mesmo, através da variação e complicação, incorpora não só as questões, mas também as contradições através das quais se desenvolveu. Esse conceito funde e confunde as experiências e tendências radicalmente diferentes de sua formação. É impossível, portanto, realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência do próprio conceito: uma consciência que deve ser histórica (WILLIAMS, 1979, p. 16).

Foi essa consciência histórica que fez o crítico visualizar a cultura de várias maneiras, e em muitas formas, reconhecendo aspectos considerados plausíveis para o uso de tal definição. Em *Cultura e Sociedade* (1958), Williams propõe quatro diferentes significados de cultura: “como hábito mental individual; como estado de desenvolvimento intelectual de toda uma sociedade; como o conjunto das artes e como forma de vida global de um grupo de pessoas ou de um povo” (*apud* EAGLETON, 2003, p. 53). Tais definições estimularam um verdadeiro desvio de rota nos estudos da cultura no século XX por terem sido precursores em relação aos alargamentos necessários e factíveis para se chegar a concepções mais justas e honestas sobre o termo, o que possibilitou o reconhecimento, por exemplo, da cultura produzida pelas classes populares, ou menos favorecidas socioeconomicamente, antes fortemente excluídas pelos conceitos fechados de uma dita alta cultura, assim como nos

permite hoje enxergar, e reconhecer, as especificidades da cultura pop na América Latina. “*Cultura*, antes dessas transições, era o crescimento e cuidado de colheitas e animais, e por extensão, o crescimento e cuidado das faculdades humanas” (WILLIAMS, 1979, p. 16).

O desafio aqui é compreender como a noção de cultura pop, reinterpretada agora sob o viés latino-americano, e, mais especificamente, brasileiro, pode ser alcançada tendo como base referencial uma outra concepção mais ampla sobre tal expressão.

O conceito de “cultura”, quando considerado no contexto amplo do desenvolvimento histórico, exerce uma forte pressão contra os termos limitados de todos os outros conceitos. Essa é sempre a sua vantagem; é sempre também uma fonte de dificuldades, tanto na definição como na compreensão (WILLIAMS, 1979, p. 19).

Por uma perspectiva mais ampla, como sugere Williams (1979), é possível enxergar a cultura pop na América Latina a partir do seu entrelaçamento com as diversas culturas populares que habitam nestes trópicos. Nesta via, um conceito chave para o entendimento da complexa relação entre o *popular* e o *pop* em toda a América Latina é o de *mestiçagem*, trabalhado aqui tendo como norte orientador os estudos realizados pelo antropólogo colombiano Jesús Martín-Barbero (1987; 1997). Para este autor, o campo da comunicação, especialmente na América Latina, de forma geral, se fundamenta em uma espécie de “mosaico de representações”, no qual estão inscritos traços culturais de diferentes épocas e das distintas classes. Assim, a *mestiçagem*, sobretudo a latino-americana, seria bem mais do que uma mera mistura de raças: se constitui, então, a partir de uma mistura também das culturas rurais e urbanas; populares e das elites; arcaicas e modernas; assim como entre o local, o regional, o nacional e o transnacional.

Com o avançar das suas investigações, Martín-Barbero (1997) vai nos dizer que, com o incremento da comunicação de massa na América Latina, tal *mestiçagem* passa a ser mediada entre o “popular” e o “massivo”. De acordo com o autor, para entender essas “mediações” será preciso antes compreender o popular na cultura não como algo limitado ao passado, mas também à modernidade, à *mestiçagem* que ali passa a ser produzida.

É como mestiçagem e não como superação - continuidades na descontinuidade, conciliações entre ritmos que se excluem - que estão se tornando pensáveis as formas e os sentidos que a vigência cultural das diferentes identidades vem adquirindo: o indígena no rural, o rural no urbano, o folclore no popular e o popular no massivo. Não como forma de esconder as contradições, mas sim para extraí-las

dos esquemas de modo a podermos observá-las enquanto se fazem e se desfazem: brechas nas situações e situações nas brechas (MARTÍN-BARBERO, 1997. p. 259).

A partir de tal conceito, é possível perceber a inter-relação entre várias culturas, de diversos segmentos sociais, fenômeno que se torna a gênese de uma nova cultura, a “cultura de massa”. Martín-Barbero (1997) afirma que esta *mestiçagem* traz em si um novo modo de “perceber e narrar, contar e dar conta da realidade”, assim como “do papel que os meios massivos neste caso exercem”, de *mediadores culturais*, mas que também são interferidos por *matrizes culturais*⁵ que intervêm nestas *mediações* entre práticas de comunicação (dos próprios meios) e os sujeitos (a recepção). Assim, é possível pensar as telenovelas latino-americanas (as brasileiras e mexicanas, sobretudo) como um exemplo evidente de uma cultura (pop)ular que nasce a partir de encontros que somente são possíveis, com resultados frutíferos, em um “entre-lugar” de ressignificações contínuas (SANTIAGO, 2000).

Partindo destas perspectivas de formação cultural, nota-se que para o entendimento da cultura pop latino-americana, nosso principal interesse, é preciso antes de tudo compreender as “particularidades sonoras e imagéticas em produtos e performances que encenam modos de viver, habitar, afetar e estar no mundo” (SOARES, 2015, p. 22). Desta maneira, tal expressão pode ser reconhecida das mais diversas formas, e os sujeitos, neste espaço transnacional, “interpretam, negociam, se apropriam de artefatos e textos culturais ressignificando suas experiências” (SOARES, 2015, p. 22). É o caso, por exemplo, dos fenômenos recentes do reggaeton e do trap latino (ambos surgidos na República Dominicana mas que alcançaram a praticamente todos os países da América Latina), que, a partir do contato com o rap estadunidense, propuseram uma tradução da vida e da cultura dos guetos destes trópicos.

4 CULTURA (POP)ULAR E VALOR CULTURAL

É com cuidado que se busca pensar aqui a existência da cultura pop como uma das mais representativas culturas da contemporaneidade. Analisando o uso do termo na América

⁵ Matrizes culturais funcionam como marcas ideológicas que constituem a identidade dos campos sociais. Elas se constituem por via das mediações sociais, e, ao mesmo tempo, são elas mesmas mediações para fazeres sociais e na construção de novas identidades (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Latina, o mesmo foi muito associado aos produtos culturais comercializados pela indústria cultural estadunidense, principalmente aqueles ligados ao cinema, quadrinhos, televisão e música. Ainda em relação ao caso latino-americano, o termo se cristalizou como algo distinto dos produtos que, mesmo também quando comercializados pela mesma indústria, em âmbitos nacionais, ainda assim, eram chamados não de *pop*, mas de *popular*, termo este que era sempre associado a algo meramente produzido pelo povo, de forma regionalizada ou periférica, geralmente sem aparatos midiáticos sofisticados, o que há algum tempo já vem sendo problematizado.

As fronteiras dessa distinção começam a se embaçar a partir dos primeiros anos do século XXI. Na contemporaneidade, devido ao trânsito desenfreado da comercialização da cultura, gerando o que vem sendo chamado por *cultura-mundo* (LIPOVETSKY-SERROY, 2011), assim como foi mostrado no caso da música, também está mais difícil separar o que é da *cultura pop* do que é da *cultura popular*. É nesse momento que aqui é inserida a questão do valor cultural, que se mostra como determinante para se entender a resistência que certos veículos de comunicação (especializados em música/cultura pop na América Latina) têm de estenderem suas concepções de *pop* para abranger também o que antes era visto apenas como *popular*, resistência esta que ocorre por dois motivos mais evidentes: primeiro pela dificuldade de se conceber a experiência peculiar de formação da cultura pop neste continente (que já nasce hibridizada com o popular – experiência própria de um “entre-lugar”); segundo devido às distintas valorações que são dadas em relação ao que nasce aqui e o que é importado (sobretudo do mundo anglo-saxônico).

Ainda diante dos esforços para se pensar as complexidades das diferentes concepções e valorações culturais, no artigo *A emergência da cultura e da crítica cultural* (2009), a pesquisadora Eneida Leal Cunha expõe um determinado foco de conturbação de significações históricas da palavra cultura. Há, segundo ela, sobretudo uma forte contestação contemporânea ao confinamento da cultura (ou do valor cultural) à esfera letrada/erudita; ou, dito de outra forma, um contundente questionamento “da equivalência entre cultura e artes canônicas, como a literatura, e da paralela separação entre cultura e o que Edward Said e Stuart Hall designaram por *mundanidade*” (CUNHA, 2009, p. 8-9). Em seus estudos sobre os variantes conceitos de cultura, por exemplo, a autora nos diz:

A terceira variante da significação de cultura emerge no século XIX por sua redução gradual, mas gravemente exitosa, ao domínio das artes. Como consequência, a cultura é confinada a uma pequena e privilegiada fração da sociedade – às pessoas “cultivadas” ou cultas – e se transforma, como demonstrou Bourdieu, em fator de distinção social. Nesta perspectiva, a ideia de cultura é simultaneamente intensificada (pelo prestígio, quase uma sacralização das artes ou da dimensão estética), e de certa forma empobrecida (por seu caráter irrevogavelmente excludente e antidemocrático). Nesta noção de cultura, que prevalece no que se convencionou designar como alta modernidade e se articula à intransigente reivindicação da autonomia estética, pode-se perceber o crescente distanciamento entre a Cultura (aqui com ‘C’ maiúsculo) e a hermenêutica leiga ou a experiência cotidiana comum à maioria, como também o afastamento da Cultura em relação à dimensão política e às disputas sociais (CUNHA, 2009, p. 5).

Com os citados questionamentos contemporâneos em relação a essa intransigente definição de cultura, estabeleceu-se, então, o que o crítico Silviano Santiago denomina, de forma inteligentemente provocante, como “o embate entre: a alta cultura da minoria e a cultura da maioria, popular, massiva e industrializada” (*apud* CUNHA, 2009, p. 9).

As demandas do presente em torno da cultura emergem principalmente no interior da própria comunidade nacional enquanto expressão de vivências minoritárias – com a ressalva, indispensável, de que o uso da noção de “minorias” aqui não tem significação quantitativa, pois são minoritários os segmentos da população aliados das estruturas e nas relações de poder, especialmente do poder de legitimação de suas referências culturais – ou a sua memória cultural (CUNHA, 2009, p. 8).

O que a autora nos diz é que do ponto de vista do valor (cultural) a hierarquia alta/baixa cultura ainda prevalece mesmo com as transformações da contemporaneidade (os diálogos, os hibridismos etc.). Além disso, ela se manifesta em diversos planos da vida social “em que pese a dimensão da influência contemporânea dos meios massivos” (CUNHA, 2009, p. 9), como é o caso do lugar principal de análise deste artigo: o campo da cultura pop na América Latina, seja em relação à criação artística, seja em se tratando da crítica cultural que abrange a mesma. Fica nítida a ideia de que a palavra *cultura* ainda é bastante associada a algo como sinônimo de *valor* (como quando ouvimos expressões do senso comum do tipo: “isso não é cultura”, ou, pior ainda: “isso é lixo cultural” – que se observa na resistência ao reconhecimento de certas expressões culturais nascidas nestes trópicos, como o funk carioca e a champeta na Colômbia, por exemplo). Trata-se, de fato, de um reflexo da referida hierarquização entre alta e baixa cultura, que teme em permanecer em nossas valorações e que dificulta o reconhecimento positivo de outras formas de cultura, sobretudo aquelas que se formam em regiões às margens dos chamados grandes centros do mundo.

Sabemos que o filme e mais ainda a novela de televisão não equivalem ao romance; que a fotografia não tem o mesmo prestígio ou valor social (nem o mesmo valor mercadológico) que a pintura; que um recital de Beethoven é ainda considerado muito mais “cultural” do que uma roda de samba ou um show de rock (CUNHA, 2009, p. 9).

O próprio *mundo pop* que nega o *mundo popular* por se sentir distinto deste (daí se explica, por exemplo, o fato de veículos ditos de segmentação *pop* no Brasil não darem espaço para gêneros musicais como o já citado funk carioca, além do sertanejo em atual *boom* comercial-midiático no país) também é negado, logo, mal valorado por aqueles ligados a consumos mais artísticos, eruditos, e, inclusive, pelo *mundo popular* mais “tradicional”. Ou seja, para estes, o *pop* (como um todo), também “não é cultura” (em um sentido valorativo).

Contudo, é fato que a *emergência* da cultura, como bem sugere o título do artigo de Cunha (2009), quanto um necessário objeto de inquietação e de reflexão contemporânea, se dá também “em consonância, e em absoluta sincronia, com a nossa dificuldade presente em enunciar com segurança e de maneira satisfatória o que entendemos por cultura” (CUNHA, 2009, p. 9). Ainda de acordo com a pesquisadora, “a emergência e a importância que vêm conquistando os estudos da cultura são também sincrônicas à percepção de que é nesta dimensão da vida social que se organizam as significações e os valores, que se exerce a hegemonia e que se estruturam, legitimam e disseminam as exclusões” (CUNHA, 2009, p. 10). Por conta disso, as questões de Santiago são retomadas aqui de maneira também *emergencial*:

Como o crítico deve apresentar hoje o complexo sistema de obras explicado até o presente por um método tradicional e reacionário, cuja única originalidade é o estudo das fontes e das influências? [...] Poder-se-ia surpreender a originalidade de uma obra de arte se se institui como única medida as dívidas contraídas pelo artista junto ao modelo que teve necessidade de importar da metrópole? Ou seria mais interessante assinalar os elementos da obra que marcam suas diferenças? Essas perguntas não poderão ter uma resposta fácil ou agradável, pelo fato mesmo de que é preciso de uma vez por todas declarar a falência de um método que se enraizou profundamente no sistema universitário: as pesquisas que conduzem ao estudo das fontes ou das influências. [...] Mas é preciso que agora o coloquemos em seu verdadeiro lugar (SANTIAGO, 2000, p. 17).

É crucial observar que não está sendo defendido aqui o fim da crítica cultural ou de artes (como a crítica musical, por exemplo), menos ainda o fim de uma sensibilidade para uma apreensão de uma determinada estética. Sendo mais direto: não se trata aqui de uma defesa pelo fim do valor da arte. Porém, já é notável a necessidade da crítica de encontrar qual

o seu devido papel na contemporaneidade, que, no nosso caso, enquanto latino-americanos e brasileiros, não é mais (pois nunca deveria ter sido) o de impor “verdades absolutas” importadas como *de valor*, mas o de criar um discurso do hoje, do agora, considerando os nossos trânsitos *globais*, sim, mas olhando, sobretudo, para as nossas peculiaridades (que é o “entre-lugar” que Santiago nos fala) enquanto América Latina e Brasil, e, assim, aprender a enxergar as nossas outras formas de valor(es) em música(s), em cultura(s), em arte(s).

Curiosa verdade essa que prega o amor da genealogia. Curiosa profissão essa cujo olhar se volta para o passado, em detrimento do presente, cujo crédito se recolhe pela descoberta de uma dívida contraída, de uma ideia roubada, de uma imagem ou palavra pedidas de empréstimo. A voz profética e canibal de Paul Valéry nos chama: Nada mais original, nada mais intrínseco a si que se alimentar dos outros. É preciso, porém, digeri-los. O leão é feito de carneiro assimilado (SANTIAGO, 2000, p. 19).

Por fim, são reconhecidas aqui as concepções mais amplas de cultura propostas a partir dos estudos de Raymond Williams (1958; 1961; 1979; 2011) por serem consideradas por este artigo como apropriadas na tentativa de se compreender algo de tamanha complexidade como a cultura pop que nasce nestes trópicos. Por tal motivo, a perspectiva do “entre-lugar” trabalhada por Santiago (2000) torna-se aqui crucial em um esforço para que nos desvinculemos dos valores impositivos que foram importados e institucionalizados na *latino-américa* e, assim, consigamos conceber os valores que formam a nossa cultura (seja pop ou popular) de forma híbrida, mestiça, mas também diferenciada (mesmo em contato com outras culturas – fenômeno próprio da contemporaneidade).

Todavia, nos intuitos de saber conceber a cultura pop deste tempo, e deste nosso continente, nega-se aqui qualquer conceito único e fechado, além de valorações hierárquicas e discriminatórias. Isto devido à compreensão alcançada por esta análise sobre as intensas e ininterruptas movências, e vivências (de valorações que se distinguem, mas não se hierarquizam), que fazem parte do nosso “entre-lugar” e que possibilitam existir tanto o que aqui é também considerado como cultura, de uma forma geral e em diversos outros aspectos, mas, principalmente, quanto a sua expressão midiática e mercadológica, que, neste caso, chamamos, consumimos e valoramos, positivamente, por cultura pop. Entretanto, e é o que se defende aqui, não é descabido chamá-la também por cultura popular, em um sentido abrangente, que engloba o folclórico e o massivo, independentemente dos valores que lhe são atribuídos por defensores de uma dita alta cultura ou de uma cultura tida como tradicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao evidenciar as nítidas mudanças que se deram no campo cultural com a consolidação de uma cadeia global cosmopolita (REGEV, 2013; VLADI, 2015) devido a uma desenfreada e mais acessível circulação mercadológica e midiática (LIPOVETSKY-SERROY, 2011) que possibilitou hibridismos interculturais significativos (CANCLINI, 2008) e que, com isso, mudaram a *cara* da cultura neste tempo, sobretudo em relação aos aspectos da sua ressignificação em termos de produção, consumo e valoração (FRITH, 1996; JANOTTI JR., 2011; 2015), este artigo, enfim, se conecta mais diretamente ao posicionamento do sociólogo britânico Simon Frith (1996) em defender a cultura deste referido tempo como *popular* devido a sua forte ligação com todos esses fenômenos de mundialização cultural (ORTIZ, 1994; DIAS, 2000) que foram aqui apontados.

No caso especificamente da América Latina, como foi mostrado, durante um relativo tempo histórico, houve uma forte distinção entre o pop e o popular, segmentação que foi evidenciada como obsoleta por este estudo. Sendo assim, o termo *popular* pode muito bem abranger a toda cultura produzida na experiência do “entre-lugar” destes trópicos, seja nos meios de circulação *mainstream*, seja nos meios alternativos, ou ainda nos meios locais ou regionalizados, sem muita aproximação com os grandes veículos de comunicação, mas que também já se utilizam de aparatos tecnológicos e midiáticos em suas singulares produções culturais, assim como para a divulgação das mesmas, fenômeno que, como aqui abordado, Martín-Barbero (1997) nomeou por *mestiçagem*.

Contudo, é importante salientar que a preferência pelo uso do termo *popular* (*cultura popular* em sentido amplo) como mais abrangente para caracterizar a cultura contemporânea na América Latina, não significa que está sendo rechaçado o uso do termo *pop* (*cultura pop*, também em sentido amplo) como também possível para se definir a atual produção cultural midiática latino-americana. A partir da análise já feita, é reconhecida a força deste rótulo, o que, porém, não é defendido aqui como um instrumento distintivo em relação à definição

popular, podendo, inclusive, ser usado como *sinônimo plausível* de rotulação dentro de um campo midiático. Assim, no caso do campo da cultura na América Latina, e da maior parte dessa imensa cadeia cultural global, os termos *pop* e *popular* podem ser utilizados para definir artistas que, sim, são diferentes em muitos aspectos das suas criações, mas que, na contemporaneidade, podem facilmente pertencer ao mesmo campo (ou “entre-lugar”) de criação e consumo.

Com efeito, este artigo se esquia de qualquer sentido institucionalizado, como a ideia do *popular* como algo “autêntico”, ou a ideia do *pop* como algo “descartável”, dentre outras ideias já questionáveis que foram cristalizadas em outros tempos que não mais este, para assim conceber a cultura de forma *móvel*, que se atualiza de era em era, respeitando as contundentes mudanças do avançar da história. Quanto à questão do *valor*, aqui se retomam as ideias defendidas pelo crítico Silviano Santiago (2000), nas quais o mesmo nos ensina a “nos libertarmos das nossas obediências colonizadas”. A partir deste ponto de vista, defendem-se aqui critérios mais bem embasados de críticas valorativas em relação à produção cultural e artística na América Latina (a nossa *cultura (pop)ular*) e em nosso caso ainda mais específico, que é este país continental chamado por Brasil. Tais critérios devem *emergencialmente*: enxergar a nossa condição de habitantes de um “entre-lugar”. Dito de outro modo: devem compreender a nossa peculiar ousadia, fruto de uma experiência histórica antropofágica, que se configurou em devorar o local com o global, num hibridismo que se conecta e se distingue ao mesmo tempo; fenômeno que, nos fluxos contínuos da contemporaneidade, ganharam força e expressões definitivas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CUNHA, Eneida Leal. **A emergência da cultura e da crítica cultural**. In: Cadernos de Estudos Culturais, v. 1, p. 73-82, 2009. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/2184> Acesso em: 23/10/2019.

DIAS, Marcia Tosta. **Os donos da voz**: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

EAGLETON, Terry. A cultura em crise. In: **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003. p. 49-71.

FOUCAULT, Michel. Aula de 5 de janeiro de 1983. In: **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982/1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 25-39.

FRITH, Simon. **Performing Rites**: on the value of popular music. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

JANOTTI JR., Jeder. Simon Frith: sobre o valor da música popular midiática. In: **Comunicação e estudos culturais**. GOMES, Itania; JANOTTI JR., Jeder. (Orgs.). Salvador: Edufba, 2011. p. 133-145.

_____. (2015). Cultura pop: entre o popular e a distinção. In: **Cultura pop**. SÁ, Simone Pereira de; CARREIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério. (Orgs.). Salvador: Edufba; Brasília: Compós. p. 45-56.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo**: respostas a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais, diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

_____. (2007). **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. LANDER, Edgardo (Org.). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REGEV, Motti. **Pop-Rock Music**: Aesthetic Cosmopolitanism in Late Modernity. Cambridge: Polity, 2013.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre a dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SOARES, Thiago. Percursos para estudos sobre música pop. In: **Cultura pop**. SÁ, Simone Pereira de; CARREIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério. (Orgs.). Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2015. p. 19-33.

VLADI, Nadja. **O sotaque pop da sofrência**: as estratégias de comunicação do arrocha para se posicionar como música pop mundial. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____ (1961). **The Long Revolution**. Londres: Chatto & Windus.

_____ (1979). Conceitos básicos - cultura. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 16-26.

Recebido em: 18/07/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

**REALISMO MARAVILHOSO E TRADIÇÃO ORAL NAS NARRATIVAS
POPULARES DO NORDESTE BRASILEIRO EM *MENTIRAS GROSSAS DE ZÉ
ROTINHO*, DE JOÃO NONON DE MOURA FONTES IBIAPINA**

*MARVELOUS REALISM AND ORAL TRADITION IN THE POPULAR NARRATIVES
OF NORTHEASTERN BRAZIL IN THE THICK LIES OF ZÉ ROTINHO, BY JOÃO
NONON DE MOURA FONTES IBIAPINA*

*Erika Ruth Melo Ciarlini*¹
Universidade Estadual do Piauí, Brasil

RESUMO

A literatura do Nordeste brasileiro tem grande influência da oralidade. Dentre as obras desse escopo figura *Mentiras Grossas de Zé Rotinho* (1977), do escritor piauiense João Nonon de Moura Fontes Ibiapina. Sob o olhar de Chiampi (2015), esses textos regionais compõem um tipo de literatura na América Latina, neste trabalho analisado como uma face do Realismo Maravilhoso. Estudam-se o conteúdo e a utilidade narrativa dos textos a partir de Benjamin (1994), enquanto por meio das historiadoras Demes (2002) e Ribeiro e Nunes (1995) se detectam os sentidos históricos e os costumes dos locais que aparecem como cenários dos contos. Em paralelo, Câmara Cascudo (2012) é evocado para a análise da tradição popular e da oralidade na constituição da cultura nordestina do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Nordeste, Oralidade, Tradição, Narrativa.

ABSTRACT

The Northeastern Brazilian Literature has a great influence on orality. Other works of this scope figure *Lies Grossas de Zé Rotinho* (1977), by Piauí writer João Nonon de Moura Fontes Ibiapina. Under the gaze of Chiampi (2015), these regional texts make up a literature type in Latin America, in this work analyzed as a face of Marvelous Realism. The content and narrative usefulness of the texts from Benjamin (1994) are studied, while historians Demes (2002) and Ribeiro and Nunes (1995) detect the historical meanings and customs of the places that appear as scenarios of the Tales. In parallel, Câmara Cascudo (2012) is evoked for the analysis of popular tradition and orality in the constitution of northeastern Brazilian culture.

KEYWORDS: Northeast, Orality, Tradition, Narrative.

¹Licenciatura em História e Mestrado em Literatura, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Membro do Núcleo de estudos literários Piauienses - NELIPI. Email: erikaruthms@outlook.com. É bolsista CAPES.

Este trabalho resulta de curso de Extensão da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, intitulado “A gênese e a representatividade dos gêneros literários especulativos”, de Coordenação do professor Dr. Daniel Castello Branco Ciarlini, executado no período de abril a junho de 2019, no qual o conteúdo desta pesquisa figurou como módulo ministrado pela autora. Dedicar-se, portanto, o estudo aos alunos de Letras do Campus de Floriano, no estado do Piauí – nordeste do Brasil.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo da literatura da América Latina não se desvincula da investigação de como se produzem ou circulam os textos, sobretudo porque o sistema literário também é um de comunicação, de tal forma que os diálogos estabelecidos entre as obras e a história da cultura possibilitam interpretações acerca dos contextos nos quais se inserem. Conforme mostra Antonio Candido (1999, p. 13), se toda a literatura latino-americana tem um fator comum “é em grande parte a história de uma imposição cultural”. Ressignificando o precedente, porém, constituiu-se *a posteriori* como forma de resistência pela reivindicação do direito de narrar, o que confere ao seu conjunto de obras uma grande influência da tradição oral, com destaque aqui para o escopo produzido no nordeste do Brasil.

Pela mencionada composição cultural e pelas formas de resistência, Angel Rama (1979) observou no continente uma diversidade, não obstante subjacente às fronteiras fixadas por força da colonização, nas quais a formação citadina e o uso da palavra escrita reproduziam na latino-América os padrões que, na realidade, pertenciam ao mundo europeu. Contornado tais ditames, Rama substituiu as antigas fronteiras pela ideia de “comarcas culturais”, bem como a centralidade da escrita pelo valor da oralidade, especialmente por perceber nos textos escritos a herança das línguas e performances da formação histórico-cultural da América e, de forma nítida, na estrutura dos idiomas predominantes – o espanhol, português e francês –, “la contribución fonética a la creación de dialectos, como el créole o el papiamentu antillanos, la aportación africana²” (RAMA, 1979, p. 39).

Assim, Rama acredita que um dos maiores testemunhos desse processo de resistência cultural estaria no que “se registraba en los mitos y leyendas folclóricas, vem de la transposición de los ritmos musicales a las estructuras verbales³” (RAMA, 1979, p. 39), culminando na arte os detalhes da história e da cultura de um povo. Nesse conjunto

² “A contribuição fonética à criação de dialetos como se criou o papiamentu antilhano, a expressão africana” (RAMA, 1979, p. 39).

³ “Se registrava nos mitos e lendas folclóricas, vem da transposição dos ritmos musicais às estruturas verbais” (RAMA, 1979, p. 39)

de obras destacam-se aquelas produzidas nas comarcas Andina e Amazônica, onde situam-se as áreas do Sul do Brasil e as correspondentes ao Norte e Nordeste, que o chamaram atenção pela diversidade da literatura produzida e pelo embasamento dos textos na vida cotidiana. Rama diziam ser “contribuciones concretas, las más generales derivadas de una cosmovisión cultural testimoniada em múltiples operaciones literarias, desde los proverbios haitianos hasta los Malos brasileños⁴” (RAMA, 1979, p. 39).

Das obras desse tipo, destaca-se do nordeste do Brasil o livro *Mentiras Grossas de Zé Rotinho*: contos populares do folclore no Piauí, de autoria de João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, que foi publicado em 1977, compondo-se de 24 contos e prefaciado pelo folclorista Luís da Câmara Cascudo. A edição saiu pelo Caderno de Letras Meridiano, conforme é mencionado nas informações da obra, e parece uma continuação de *Lorotas e Fabulações de Zé Rotinho*, de 1967, que conferiu ao autor o Prêmio Mobral de Literatura brasileira em 1972. Pela voz de um contador de histórias e com artifícios de hipérbole, os textos abarcam as lendas amazônicas, as tradições dos moradores do nordeste do Brasil e as negociações com a cultura do colonizador da América Latina.

Fontes Ibiapina despontou na literatura em 1950, com a escrita de contos e, paralelamente, dedicou-se à publicação de romances e à crítica literária em jornais, sendo eleito em 1968 para a Academia Piauiense de Letras. Seus romances mais conhecidos são *Palha de arroz* (1968), *Chão de meu Deus* (1972), *Tombador* (1971), *Nas terras do Arabutã* (1984), *Curral de assombrações* (1985) e *Vida gemida e sambambaia* (1985). Quanto à contística, além das obras citadas, existe ainda *Congresso de duendes* (1969) e os contos apartados de livros: *Trinta e dois e tangerino* (1954) e *Dr. Guilherme de Chanfurbois* (1968); contos publicados em periódicos nacionais para os quais o autor contribuía, tais como *Forrozeiro* (1960); e os que estão em manuscritos, sem publicação: *Palestra de comadres* (1950) e *Zeca Puciano* (1962).

O escritor optou por representar, em todos os seus textos, um nordeste do Brasil pela ótica do próprio povo, dando ênfase à cultura do território por meio de ações cotidianas, interligadas às demais tradições latino-americanas. O cenário das histórias se passa em diferentes cidades, com linguagem e formas de viver dos tipos humanos, algo

⁴ “Contribuições concretas, geralmente derivadas de uma percepção cultural testemunhada em múltiplas manifestações literárias, desde os provérbios haitianos até os causos brasileiros” (RAMA, 1979, p. 39).

que conferiu à sua produção um estilo peculiar e regional. Por isso, trazendo apelos ao fantástico e ao mágico, Fontes Ibiapina fez das tradicionais histórias do nordeste o palco de características do realismo maravilhoso da América Latina, tendo como cenário as terras de seu estado de origem, o Piauí, um território, antes, corredor de passagem entre as regiões norte e nordeste do Brasil, por isso comportando a memória oral das gentes que por ali passaram.

Para dar conta desse contingente, tradição popular, as lendas, costumes e recordações figuraram como conteúdo dos artifícios narrativos empregados por Fontes Ibiapina que, se analisados pela ótica de Walter Benjamin (1994, p. 199), no livro se organizam em dois atributos relacionais ou “famílias de narradores”: histórias e tradições herdadas de outros lugares, por narradores viajantes, e aquelas que se constituem a partir da (re)contação dos narradores fixados em suas terras. “O saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição”, tecendo, ambas “uma dimensão utilitária” (BENJAMIN, 1994, p. 200) que é inerente a esse tipo de literatura: o repasse da sabedoria popular. Outrossim, o terreno do Maravilhoso “o extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor” (BENJAMIN, 1994, p. 203). Por essa liberdade narrativa, outras tramas da mesma fábula são repassadas, alimentando o tradicional saber e às vozes do contar da mesma história, em diferentes variações, possíveis de se encontrar no interior do nordeste do Brasil.

2 REALISMO MARAVILHOSO E LENDAS PIAUIENSES NOS CONTOS DE FONTES IBIAPINA

O Realismo Maravilhoso, de acordo com Irlemar Chiampi (2015), “recobre, nesta acepção, uma diferença não qualitativa, mas quantitativa com o humano; é um grau exagerado ou inabitual do humano” (CHIAMPI, 2015, p. 48); ou seja, um tipo de especulação que mantém o humano como diretriz, deformando-o, em níveis variados, para lhe dar maior notoriedade.

No conto “Pescaria de Arranca”, o segundo da obra *Mentiras Grossas de Zé Rotinho*, o cultivo da mandioca foi representado, assim como o costume de colhê-la para a venda e a produção da farinha, no entanto algo novo decorre no relato, pois ao invés de mostrar como as mandiocas foram arrancadas, a narrativa apresenta uma cena inerente ao realismo maravilhoso, que é a quebra do ordinário em nome do riso:

Determinado dia observei estar minando água num tronco de mandioca. Puxei um torrão e a água estufou pra cima, chega borbulhava. E o interessante é que tanto saía água como peixe. Cada piau desse tamanho, de tão grande. Curimatá até de metro, pesando coisa de uma arroba. Então observei que em cada pé de mandioca se dava a mesma coisa. Um peixe de ninho. Dizendo melhor, que errei na regra: um ninho de peixe (IBIAPINA, 1977, p. 26).

Como se vê, seria, grosso modo, um escapar ao que se entende do corriqueiro, pois “não se trata de grau de afastamento da ordem normal, mas da própria natureza dos fatos e objetos” (CHIAMPI, 2015, p. 48). A realidade, por seu turno, permanece: o trabalhador nordestino em sua colheita e pescaria; a paisagem brasileira de plantações próximas a pequenas lagoas; o destaque da mandioca, alimento propagado pela tradição dos povos indígenas do Brasil; o Piau e o Curimatá, que são peixes típicos do estado do Piauí; a linguagem habitual do morador interiorano, permeada por suas comparações de “Ninho”, “estufou pra cima”, “desse tamanho”, “chega borbulhava”, “que errei na regra”, por meio das quais o maravilhoso desvela-se, na sutil deformidade do consenso a respeito de como essa realidade funciona.

Confirmando a abertura do conceito, Fontes Ibiapina em “Começo de conversa”, ao introduzir *Mentiras Grossas de Zé Rotinho*, afirmou que a realidade permaneceu como norteadora da narrativa, porque compunha-se de “estórias moduladas no cerne de nossos costumes, meios e condições de vida, credices e superstições” (IBIAPINA, 1977, p. 13). Ainda, ao exaltar o folclore do Brasil, destacou que a tradição de contar tais histórias esteve “alicerçada na padronagem ecológica que, com semelhanças e variações nítidas entre outras partes do mundo, reflete o enciclopedismo unigênito, a psicologia coletiva de um povo” (IBIAPINA, 1977, p. 13); portanto, tais histórias em sua produção, mesmo com recorrência em outros povos ou estados do país, ligam-se às realidades do morador do Piauí.

Nesse sentido, “longe de ser um modismo terminológico, o maravilhoso tem servido para designar a forma primordial do imaginário de obras de todas as latitudes culturais” (CHIAMPI, 2015, p. 49), o que foi outro dado em destaque para o autor, ao

admitir que seu texto integra-se à constituição constante, “existente em outras paragens desse Brasilão sem fim, mesmo que com outra forma” (IBIAPINA, 1977, p. 13), justamente porque o veículo de propagação das narrativas foram as modulações orais, criando “literatura saborosa que nos foi legada por nossos ancestrais, através dos tempos, naquelas chacundas palestras de ponta-de-terreiro, nos idos e nunca esquecidos dias da infância” (IBIAPINA, 1977, p. 14).

A referência feita pelo escritor remonta às conhecidas no interior do Brasil como “estórias de pescador” ou “histórias de caçadas”. Eram os relatos de aventuras pelas madrugadas dos caçadores entre os matagais, lidando com animais ferozes e com o medo da escuridão, e dos pescadores, sobre mares e rios em que pegaram grandes peixes ou presenciaram fenômenos inexplicáveis. Existem, ainda, aquelas nomeadas de “histórias de trancoso”, onde o suspense é explorado para, ao final, provocar o riso ou o susto.

Traçando um percurso histórico das “Histórias de trancoso”, Camara Cascudo (2012) afirma essa tradição advir da Europa, então chegando ao território nordestino por meio da colonização. O pesquisador diz que naquele continente são conhecidos como “contos de trancoso”, muito comuns ao interior de Portugal; pequenas histórias as quais se tinha costume de contar à vizinhança. Os relatos aconteciam ao redor de fogueiras, nas noites frias ou em noites de lua cheia, em sua maioria contadas para assustar as crianças. O costume, trazido à América, para Cascudo, tornou-se o tipo de narrativa também responsável por propagar as tradicionais lendas no interior do norte e nordeste do Brasil, misturando o conhecimento popular, a fauna e flora brasileira, bem como a mitologia indígena, tais como as lendas do Mapinguarí, Lobisomem, Mula-sem-cabeça, Chupa-cabras, Peixe-grande *etc.*

No mês de junho, época da comemoração das tradicionais fogueiras juninas e da primeira colheita após a chuva no nordeste brasileiro, se reuniam ao redor do fogo os jovens e os mais velhos, momento que cantavam-se músicas locais, ouviam tais histórias, partilhavam-se as comidas típicas e eram preservados os costumes de compadrio e danças. Ribeiro e Nunes (1995, p. 353) relatam que o mês de junho no nordeste brasileiro é época em que se fazem fogueiras e celebram-se as novenas, assim chamadas porque “as preces são feitas durante (9) nove dias. Começam com grupo pequeno que sai de 2 para as 3 horas da tarde em peregrinação”. Acontecem as missas

nas capelas dedicadas aos santos comemorados nesse mês: Antônio, nas datas de 12 e 13; João, nos dias 24 e 25; e Pedro e Paulo, em 28 e 29 de junho.

Em todos os nove estados do nordeste queimam-se as fogueiras à noite, ao final das novenas, pois a fogueira relembra a forma como os santos homenageados morreram, em sua maioria decapitados ou queimados pelos soldados do antigo império romano. Após as preces, acontecem as tradicionais danças, contações de histórias ao redor das fogueiras e partilham-se comidas feitas com o principal produto da colheita do nordeste: o milho, entre elas o bolo de milho caseiro e o “Mugunzá”, um caldo feito de leite, açúcar e milho cozido.

Alguns desses eventos ganharam dimensões grandiosas, tais como as festividades de Campina Grande, Petrolina, os “Arraiais” de Recife e as danças de boi em São Luiz do Maranhão, que acontecem no dia 25, dia de São João, conhecido pelo cristianismo como primo de Jesus; o livro dos cristão conta a vida do homem, que vivia entre os pobres e batizando os que se arrependiam de seus pecados e “em homenagem a este santo que se dança o Bumba-Meu-Boi” (RIBEIRO; NUNES, 2012, p. 349).

A particularidade do estado do Piauí, onde Fontes Ibiapina nasceu, diz respeito às comemorações da população acontecerem de forma mais reservada às missas em capelas e, após, em suas próprias casas, às conversas e histórias noturnas, contadas ao redor das fogueiras, onde tradicionalmente come-se o peixe e soltam-se foguetes. O ritual acontece sobretudo nos dias doze e treze de junho, quando ocorrem homenagens ao Santo Antônio, quando são praticadas as “danças caipiras, da rancheira e a quadrilha”, pois o homem é “considerado protetor dos pobres e das moças que desejam maridos” (RIBEIRO; NUNES, 2012, p. 349), com destaque para as cidades de “Campo Maior e Jerumenha, onde é padroeiro” (RIBEIRO; NUNES, p. 349).

Nas outras épocas do ano, o luar em sua fase cheia provocava a mesma reunião, que a vizinhança, ao lado das casas, espaços chamados “Pontas-de-terreiro”, amarrava redes e sentava-se no chão para ouvir as histórias dos velhos. A energia elétrica só chegou ao interior do Brasil à segunda metade do século XX, algo que fortificou o costume da fogueira e dessas reuniões à luz da lua. O luar e a fogueira com amigos ou familiares são, inclusive, imagens recorrentes na arte do país, em especial na música sertaneja e na literatura regionalista, estas artes que foram cunhadas aos arredores do fogo e sob a luz da lua, em rodas de violeiros e contadores de histórias.

Em “Espera de onça”, Fontes Ibiapina demonstra uma das “histórias de trancoso” contadas para assustar as crianças, em uma noite de luar, pela voz de seu Zé Rotinho:

Não sou, de maneira alguma, dado a dar muito valor a determinadas fantasias. Mas acho que aquela danada era mesmo mandingueira. Basta se saber que um animal deixar o couro todo e correr, só sendo mesmo empautado do capiroto das profundas. Outra coisa: essa uma outra espera que montei em noite de luar. Basta-se saber que houve até eclipse, lua *cris* de sete e oito horas da noite. E como vocês sabem, eclipse de lua só se dá em noite de lua-cheia, como no sol só em dia de lua-nova. Pois a lua foi *cris*, como já disse naquela noite. Depois, o eclipse passou e ficou um clarão que era uma belezura. Além do mais, era agosto, o mês de luar mais claro aqui em nossa região. Pois de um momento pra outro se formou um mormaço que acabou com o clarão da lua. Daí a pouco ouvi aquele *leco-leco-leco-leco* da onça bebendo água (IBIAPINA, 1977, p. 58).

Observando acima, pode-se ver o culto à luminosidade do fogo e da lua transposto para a narrativa, identificando-se a luz como elemento de revelação e sua ausência como uma possível presença do mistério e da aventura. O sobrenatural aparece em momentos em que a natureza cria o conflito entre a luz e as sombras, como acontece na simbologia do eclipse lunar e no atrelamento direto das luzes do sol com a da lua. Portanto, à medida que a luz se afasta, se exige maior vigilância. A fantasia, entretanto, é evocada, ao passo que pequenas luzes se confrontam com o escuro. A verdadeira claridade da lírica do sertanejo residiria, então, à parte, enclausurada em seu espaço poético. Nessa mesma poeticidade da luz, as velas estão sempre nas histórias de procissões de fantasmas que caminham pelas madrugadas do nordeste. As historiadoras Ribeiro e Nunes (1995, p. 355) descrevem a lenda: “costumavam fazer a procissão das almas, na noite de quinta para sexta-feira santa” e que a procissão com os mortos carregando as velas nas mãos: “costumava sair da porta do cemitério. Era costume não se abrir as janelas das casas para olhar” e que “quem estivesse dormindo ouvia o matraquear soturno fazendo ritmos, às vezes controlados, que passavam pelas ruas da cidade. As pessoas sequer acendiam as velas dentro das casas”.

Ainda, é pela luz da lua que ocorre a transformação dos seres sobrenaturais. Porque a luz para o lirismo parece um elo entre o mundo corriqueiro e o universo da poesia. Já a onça-pintada, animal característico da fauna do Brasil, aparece rodeado pelo seu mistério no conto “Espera de Onça”. Esse felino de hábito noturno, temido pelos caçadores, quando achado nas bordas dos riachos ao beber água era caçado e sua pele trazida como troféu do corajoso caçador. Era costume esperar os animais aos quais

desejava-se caçar nesses lugares, somente que, na narrativa do conto, a onça não aparece como animal comum, mas com seu mistério multiplicado, pois possuía a capacidade de deixar sua pele e correr, aterrorizando o caçador à sua espera. Essa prosa de Ibiapina vai ao encontro da característica própria dos contos maravilhosos, que se identificam como “um tipo de relato, cuja estrutura permite distinguir de outras realidades” (CHIAMPI, 2015, p. 50) e sua “extraordinariedade se constitui da frequência ou densidade com que os fatos ou os objetos exorbitam as leis físicas e as normas humanas” (CHIAMPI, 2015, p. 48).

Na análise dos contos, ainda percebe-se que na produção desse escritor “há a razão histórica que legitima o maravilhoso como identificador da cultura americana” (CHIAMPI, 2015, p. 50), pois o maravilhoso de *Mentiras Grossas de Zé Rotinho* empresta a pena à escala dos contadores de histórias da América Latina, como na resposta de um povo, historicamente vítima da nomeação autoritária de outras culturas, ora pela colonização ora pelo imperialismo, por meio da literatura, a qual aparece, transmutada pelo riso e pelo susto, em reivindicação identitária da palavra.

Com isso, a supremacia da palavra escrita e a autoridade de nomear o seu mundo por outras gentes fizeram parte do incômodo de Fontes Ibiapina, mais expresso na afirmação de que suas histórias, na verdade, são “obras-primas diretamente descendentes da sabedoria popular, cujos autores seriam hoje, não fossem analfabetos, figuras de relevo” (IBIAPINA, 1977, p. 14) e sempre defendendo-as pela tradição, de que “surgiram as estórias em prosa, contadas em ponta-de-terreiro, ao pé do fogo, ao clarão do luar” (IBIAPINA, 1977, p. 15).

Sobre a peculiaridade dessa literatura, Luís da Câmara Cascudo (2012), em seu livro *Literatura oral no Brasil*, defendeu que as contações de histórias funcionam, na verdade, como introdução a outro tipo de cânone. A conclusão do autor deu-se quando, ainda menino, correlacionou autores e obras brasileiras:

Fui para o curso secundário e pude ver a diferença entre as duas literaturas, ambas ricas, antigas, profundas, interdependentes, ignorando as pontas comunicantes. Inconscientemente confrontava ritmos e gêneros, a exigência do dogma culto e a praxe dos contadores sertanejos, setissílabas, décimos, pé-quebrado, a ciência do ‘desafio’. Todas as outras literaturas foram elementos de comparação (CASCUDO, 2012, p. 7).

Por essa análise de Camara Cascudo se vê a existência de um cânone repassado como referência para a língua portuguesa escrita e outro que se propaga na oralidade. O primeiro se dá pelo aprimoramento, pela técnica da edição e no interior das palavras impressas, enquanto o último se modula no “desafio” ou no improviso, sem deixar de preservar o saber representado. Na descrição, Cascudo acredita na convivência dessas duas literaturas, dizendo que são interdependentes.

Na literatura oral, levando para a obra a fala pelo que aprendeu dos antigos, o narrador aparece como condução definidora. Esta qualidade desse tipo da literatura na América dota os contos regionais do maravilhoso. As *Mentiras Grossas de Zé Rotinho*, nesse sentido, imprimem de maneira escrita uma tradição surgida na oralidade, pois o texto registra expressões nitidamente orais, tanto na estrutura das palavras que imitam aquelas usadas pelo morador local, como quando o escritor diz que “o povo conta histórias e conta-as como de autoria de um fulano de tal dos Anzóis Carapuça que em outros tempos foi tido, havido e conhecido” (IBIAPINA, 1977, p. 16), a quem pertence o que, antes, não foi escrito, mas repassado pelo relato oral.

Portanto, a reivindicação da voz e da nomeação do mundo apropria-se do saber e consagra-o à figura respeitada do velho contador de história. O sentido histórico que confere essa forma de narrar ao Realismo Maravilhoso, para Irlemar Chiami (2015) nasce da necessidade de explicar o exótico do continente americano, pois a diversidade do território e suas tradições eram pouco compreendidas pelo colonizador, este que as atribuiu sentido arbitrário. Assim, o maravilhoso em sua função histórico-social americana ressignifica o espaço e a cultura do continente a partir da tradição e do olhar de seus próprios moradores, como que questionando o direito de voz da tradição cultural da oralidade, bem como o de sujeitos históricos, visto que dificilmente esses fatos e pessoas que narram são encontrados em documentos políticos e estatísticas, nos quais a história da América latina embasou-se por muitos séculos.

Chamou-se por muitos anos esses tipos de literatura como partes do realismo mágico, entretanto, modificando-se a concepção, destacadamente no século XX, ao perceberem que, na estrutura da narrativa maravilhosa mostrava-se um diferencial: o local do narrador, que é anunciado e condutor da história. Esse fato define-o e o distingue de outras categorias do especulativo, tais como o mágico e o fantástico. A diferenciação, para Chiami (2015), seria o efeito psicológico, contrastando do horror,

que choca, e da ficção científica, onde o valor é mais da cena que do relato. Por esse ponto de vista, apesar de abordar artifícios do mágico, do fantástico e a utilização do medo, o maravilhoso aparece como abrangente, porém com ênfase no sentido do relato.

Nessa intenção, mostra-se o caso de *Mentiras Grossas de Zé Rotinho*, pois Fontes Ibiapina, após descrever o seu contador de histórias, de modo eloquente, o entrega à autoridade de contar: “Pois ele mesmo vai lhe contar interessantes estórias, prezado leitor amigo. A ele passamos a palavra. FALA ZÉ ROTINHO!” (IBIAPINA, 1977, p. 17). Ademais, o porquê não se entende apenas pela estrutura narrativa ou histórica, ambas já explicitadas, porém, no caso piauiense, grandemente, em seu contexto: na figura sagrada que o ato de repassar saberes representa.

3 O LUGAR DA PALAVRA NO REPASSE NARRATIVO DA TRADIÇÃO NORDESTINA

Nas culturas orais a palavra contém um quê de sacralidade, conferindo-lhe, assim, como nos contos de Fontes Ibiapina, o caráter lírico do maravilhoso, porque, ao invés do encanto, o que lhe dá autoridade sobre a significação das coisas é a tradição. Essa sacralidade da palavra foi o que levou Walter Benjamin (1994, p. 197) a afirmar que o narrador “é algo de distante, e que se distancia ainda mais”, pois para o estudioso a (re)contação das histórias são características da narrativa, porque ela integra uma gama de vozes, na realidade, muito antigas e distantes, que são evocadas a cada vez que uma história é contada a um grupo ou região. Para ele: “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (1994, p. 198).

Logo, é nesse processo de recontar que a palavra transforma-se no que Benjamin chamou de “o lado épico da verdade” (1994, p. 201), ao comparar as narrativas aos poemas épicos repassados oralmente pela tradição antiga, com a finalidade de fixar uma sabedoria, a qual conceitua como “conselho tecido na substância viva da experiência”

(1994, p. 200). Nisso, contar a história é um lugar de autoridade e “dar a palavra” é sinônimo de expor a memória e a honra ao público, porque “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (1994, p. 201).

Benjamim defende que o repasse, o vínculo com a experiência e o alicerce da tradição “esclarece[m] a natureza da verdadeira narrativa” (1994, p. 200). No livro de Fontes Ibiapina, se isso não é quando a história começa pela afirmação de que o narrador a presenciou, ele usa a expressão “Diz que...” ou que alguém relevante o disse. É dessa forma que o conto “Peixe Grande”, uma das mentiras de Seu Zé, foi registrado por Fontes Ibiapina:

Rezemos pra Nossa Senhora dos Navegantes e Nossa Senhora da Guia, que é o peixe grande! Nisto o tal peixe botou a cabeça de fora. *Diz que* cada olho do tamanho dum tacho. O tal barco *diz que* até ia correndo em velocidade, mas foi logo que mancou a carreira (IBIAPINA, 1977, p. 65, grifo nosso).

O “Diz que...” então funciona nesse texto como autorização do real contador. A expressão também ressalta a carga da tradição oral contida. A função das duas palavras é quase que pronominal, pois retornam ao nome do portador do relato, substituindo-o e, ao mesmo tempo, o fazendo presente no contar de sua história. No conto “Peixe grande” ainda surgem na representação duas, dentre as mais conhecidas, crenças do morador nordestino, que são as criaturas conhecidas pelas histórias antigas, como o “assobiador”, “os peixes-fantasmas”, estas tais como O Peixe-grande, que é lenda no norte e nordeste do Brasil; e, outra, que é a virgem Maria, aparecendo como o refúgio da promessa do sertanejo pela chuva, pela boa caça e pescaria e, como no conto acima, pela proteção diante do sobrenatural.

A lenda do peixe, tradicional do nordeste, comum a todo o interior brasileiro, e a crença na santa, trazida pelo colonizador à América, especialmente pelos católicos espanhóis e portugueses do século XVI, configuram as duas tônicas da narrativa elucidadas por Walter Benjamin (1994) que são “o narrador como alguém que vem de longe” (BENJAMIN, 1994, p. 198) e “o homem que ganhou honestamente a vida sem sair de seu país e que conhece suas histórias e tradições” (BENJAMIN, 1994, p. 198-199). Para ele “essas duas famílias, como já se disse, constituem apenas tipos fundamentais” (BENJAMIM, 1994, p. 199), porém imprescindíveis em sua análise, pois “a extensão real do reino narrativo, em todo seu alcance histórico, só pode ser

compreendido se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos” (BENJAMIN, 1994, p. 199).

No conto “Peixe-Grande”, Fontes Ibiapina fez de estratégia da sua narrativa os dois tipos que são mostrados por Benjamin (1994), quando articula o teor lendário interno ao Brasil com uma devoção externa para promover o sentido e a *catarse* do maravilhoso. Destarte, consegue unificar a devoção às duas nomenclaturas da Mãe do Cristo, que é comum do Litoral ao interior do Nordeste, como numa forma de ganhar pela religiosidade os dois públicos. Assim, as narrativas do nômade e as do sedentário em Fontes Ibiapina compõem o que Benjamim chama de “sistema corporativo” da arte narrativa, onde “associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos imigrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário” (BENJAMIM, 1994, p. 199). Os dados, entretanto, são detalhados pela análise histórica, sobretudo pelo teor de tradição encontrado no relato, que se identificam os vínculos territoriais e culturais com o “real” em que o maravilhoso se revela.

No interior do estado no qual nasceu Fontes Ibiapina, existe o rio Parnaíba como principal, banhando o território e dividindo-o dos demais estados, enquanto pequenos rios são encontrados tecendo vínculos com a bacia no restante das terras. No litoral, o rio corta as cidades, todavia existindo entradas do mar. Os cultos nas regiões ribeirinhas e marinhas distinguem-se, embora mantenha uma devoção comum.

A tradição do Litoral chama Maria mãe de Deus de Nossa Senhora das Candeias ou dos Navegantes, pois os pescadores preparam candeias de flores para jogá-las nas águas no dia 2 de fevereiro de cada ano. A festividade corre em paralelo com as oferendas a Iemanjá, culto também muito forte no restante do litoral nordestino, especialmente em Salvador, capital da Bahia. O marianismo no litoral é forte e a principal cidade do norte, Parnaíba, que leva o nome do rio, tem por padroeira Nossa Senhora da Graça, cuja imagem remonta à amamentação do menino Jesus. A tradição do sul e centro-sul do estado chamam-na de Nossa Senhora da Guia e dos Remédios, pois a leva de imigrantes árabes e espanhóis é preponderante na influência dessa tradição. E, ao lado do culto, as cidades elegem santos como padroeiros locais, com destaque para São José e São Pedro de Alcântara, quando na data das festividades ao primeiro se demarca o dia de chegada da chuva. A tradição mostra-se vinculada à

fertilidade da terra, seja por meio do rio, da chuva ou da ideia que a figura feminina de Maria repassa.

As historiadoras Verônica Ribeiro e Maria Nunes relatam as festividades ocorridas no interior do Piauí, recorrente na região em que o escritor Fontes Ibiapina nasceu, na qual a devoção dos pescadores é idiossincrática àquela representada pela sua narrativa. Registram que, ao redor do principal rio do Piauí, são notáveis as “dezenas de tendas [que] fazem coloridas manifestações à rainha do mar nas areias do rio Parnaíba, onde são jogadas as oferendas rio abaixo” (RIBEIRO; NUNES, 1995, p. 350).

Em alguns locais, não havendo grandes festividades em oferenda à virgem Maria ou devoção a Iemanjá, há apenas o costume de colocar candeias com velas acesas nas portas, no dia devotado ao festejo religioso de Nossa Senhora dos navegantes. A população acredita que, com isso, se alcança boa pescaria durante o ano e a luz nas janelas das casas afugenta as forças do mal.

Nos locais onde ocorrem os tradicionais “festejos” ou “quermesses”, “durante o dia há competição de natação e corridas de canoas. Existe também uma procissão fluvial e marítima” (RIBEIRO; NUNES, 1995, p. 349). Na pesquisa “Manifestações folclóricas” (1995) as historiadoras mostram que os mesmos rituais são repetidos em devoção a outros santos, como São Pedro, São José, São Gonçalo e Santa Luzia. Os eventos “encontram-se enraizados em uma herança deixada pelos ibéricos e introduzida no Brasil desde o século XVI” (RIBEIRO; NUNES, 1995, p. 347), tendo, muitas destas, assumido outras datas e diversas manifestações desde o período colonial.

Já em regiões do centro, próximas às bacias do Rio Parnaíba e São Francisco, Nossa Senhora da Guia é uma crença que firmou-se pela migração Sírio-Libanesa, pois este povo, atraído pelos rios que banham as fronteiras do Maranhão, Piauí e Pernambuco, e fugindo das guerras do Império Otomano, acreditavam que a “virgem da Guia” os fazia acertar as rotas, guiando-os na escuridão dos oceanos e os livrava dos ladrões de mercadorias. Da Guia é o nome dado à mãe de Jesus na Igreja Ortodoxa e no Oriente Médio e assim chamada pelos povos árabes, que foram influentes no comércio nas regiões das cidades nordestinas durante os séculos XIX e XX. Uma das maiores levadas sírio-libanesas vindas ao nordeste fixou-se ao redor do Rio Parnaíba, em numerosas famílias que, segundo a descendente e escritora Josefina Demes (2002, p. 630), são ainda visíveis pelos locais onde passaram, “em seu traçado arquitetônico, nos

hábitos e costumes de sua gente, sobretudo na culinária, muito da milenar cultura árabe e de suas tradições”.

Em Floriano, cidade que ladeia o município de Picos, o último onde o escritor Fontes Ibiapina nasceu, é possível encontrar os mais antigos moradores chamarem os Sírios e Libaneses de “carcamanos”, referindo-se aos comerciantes orientais instalados. Como descendente dos árabes Demes incomoda-se com a nomeação, e diz: “Não tinham nomes...eram os carcamanos. O tempo, porém, encarregou-se de sanar essa injustiça” (DEMES, 2002, p. 638). Na cidade, existe santuário para a imagem de Nossa Senhora da Guia e, ainda, muitas mulheres carregando o nome da santa. As fontes apontam que uma ala do catolicismo e culto à Guia foram trazidos pelos sírios, da região das montanhas próximas de Damasco, capital da Síria, inicialmente pela família Zarur:

Presença em terra florianense data de 1889, com a chegada do pioneiro Antun Zarur, natural de Malulah, uma aldeia encarava nas encostas do monte Kalamum, a poucos quilômetros de Damasco, como já foi dito. Tangido por razões de ordem econômica e religiosa emigrou para o Brasil em busca de melhor sorte. Era católico do rito oriental e padeiro de profissão. Dando continuidade às atividades na nova pátria (DEMES, 2002, p. 631).

A obra na qual encontra-se esse citado texto foi um dos raros relatos historiográficos da imigração árabe ao Piauí, majoritariamente reconhecida pela tradição oral e pelas manifestações culturais do lugar, então escrito por uma descendente, Josefina Demes, que se tornou escritora e professora da região na segunda metade do século XX. O povo vindo ao Brasil trazia uma ala do cristianismo católico em vigor na região de Damasco, em que o culto à virgem da Guia ganhou proporções e, ainda, perseguição, um dos motivos da fuga, impetrada por grupos divergentes ao cristianismo. A autora, Demes (2002), conheceu Fontes Ibiapina e integrou, assim como este, academias de letras piauienses.

A breve observação dos autores contemporâneos e amigos de Fontes Ibiapina, tais como Álvaro Ferreira, H. Dobal, José Bruno dos Santos (ainda vivo) e Josefina Demes, percebe-se a forte ligação com a terra nordestina, com as histórias de sua gente e com os saberes e tradições repassados pelos mais velhos, bem como registram em seus textos, como Bruno dos Santos em *Transpondo barreiras*, a luta para sobreviver à fome e à seca do Nordeste, o qual, como tantos outros escritores da região, anotou a fabulação unida àquilo que ouviram e viveram. As lendas, histórias, cultos, como o da Guia e a grande presença da fauna e da flora nas histórias povoam as páginas

O conto “Piexe-grande”, por sua vez, parece mesclar a lenda americana sobre o bicho gigante que emerge nas águas do Brasil para devorar embarcações, a religiosidade do piauiense em devoção aos santos católicos e a tradição das “histórias de trancoso”, as quais, em sua versão nordestina, criavam atmosfera de suspense, apenas quebrada pelo riso na conclusão, trazendo à luz o traço maravilhoso da lenda: a quebra da ordem natural de coisas e animais e o efeito que lhe é particular (o riso ou o susto).

No final de “Peixe-grande”, Fontes Ibiapina mostrou o resultado da situação, pois o peixe supostamente engolira as mercadorias do barco, que eram alguns animais, como porcos e galinhas, cana-de-açúcar, móveis de madeira e, no balançar das ondas, um pobre idoso também caíra no rio, sendo engolido pelo peixe. Mas o narrador Zé Rotinho conta o que testemunhou ao final:

E mataram mesmo o danadão. Mais de cem homens arrastaram o monstro pra fora do rio. E o mais interessante de tudo: quando abriram a pança do danado, lá estava o velho sentado na cadeira, bem refestelado, chupando cana e jogando os bagaços para o porco (IBIAPINA, 1997, p. 66).

Conforme acima, os contos maravilhosos são identificados pelo “efeito que provocam tais intervenções no ouvinte ou no leitor” (CHIAMPI, 2015, p. 49) e, neste caso, o sorriso, pois no cotidiano, dificilmente, se encontraria um peixe tão grande a ponto de mobilizar cem homens, muito menos, que um idoso engolido permanecesse vivo, sentado, alimentando um porco no interior da barriga do bicho.

O exagero contido no texto, para Benjamim (1994, p. 203) foi segurado pela base construída com a contação da mesma história ao longo dos séculos, pois essa narrativa registrada por Ibiapina “não é mais exata como nos relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível”. Como trata-se de lenda tradicional do norte e nordeste do Brasil, o elo da identificação são a fauna e as personagens mostradas (pescadores, índios *etc*) que tornam o conto “compreensível de si e para si” (BENJAMIN, 1994, p. 203).

4 EXPERIÊNCIA NORDESTINA NA NARRAÇÃO DE ZÉ ROTINHO

As mentiras de seu Zé, na realidade, são conhecimentos correntes no interior do Brasil há séculos, principalmente com relação às onças e cobras. Como parte do maravilhoso, os contos visam o riso, o humor e o susto, utilizando-se da anatomia da fauna e da flora local como partida para tanto. Na boca de Zé Rotinho, pelos traços hiperbólicos, o maravilhoso se mostra. Sobre os pés das cobras, o contador ainda tem explicação melhor que a da sabedoria corrente:

Os pés da cobra são misteriosos, e se a gente botar, sexta-feira-da-Paixão, uma cobra morta, de papo pra cima, na areia quente, os pés aparecem, e são centenas. Pura abusão. As que sobem em pau são as que têm couro cheio de escamas. Ela arrepia as escamas e cada uma vai servindo de pé, agarrando-se na madeira (IBIAPINA, 1977, p. 109).

Sobre essas espécies e nomes de cobras, ele explica: “O interessante é a cobra-de-cipó. Voa dum pau pra outro. Certa ocasião, tive o cuidado de medir, porque foi mesmo um salto grande. Cinquenta e seis metros e meio” (IBIAPINA, 1977, p. 109). Ainda, para deixar as crianças assustadas, ele diz: “Eu ouvia dizer que cobra-preta mama em mulher, mas não acreditava. Vai que Guilhermina começou a se queixar que amanhecia o dia sem leite em seus depósitos” (IBIAPINA, 1977, p. 107).

O medo proporcionado pela inocência e o sentido de aconchego da comunidade foram registrados por Fontes Ibiapina, dizendo que as histórias que escrevia foram escutadas na infância, um apego não apenas deste escritor, mas de muitos nordestinos. Esse foi o relato de Luís da Câmara Cascudo que, além de explicar a importância da tradição para a cultura do lugar, deu seu próprio testemunho:

Os contos tinham divisões, espécies, gêneros, tipos, iam às adivinhações, aos trava-línguas, mnemônias, parlendas. Ia eu ouvindo e aprendendo. Não tinha conhecimento anterior para estabelecer confronto nem para subalternizar uma das atividades em serviço da outra. Era o primeiro leite alimentar da minha literatura. Cantei, dancei, vivi como outros meninos sertanejos do meu tempo e vizinhanças, sem saber da existência de outro canto, outra dança, outra vida (CASCUDO, 2012, p. 7).

Essa fala de Câmara Cascudo mostra a atribuição do autor, no que se refere à validade das histórias, à não existência de confronto entre saber científico tradicional e os saberes popularmente repassados. Ele delega a eficácia dos causos contados para as crianças ao desconhecimento de um mundo para além do universo infantil. Em especial, para as crianças do nordeste, que viviam longe da tecnologia, da eletricidade e das dinâmicas urbanas. Ainda pontuou o costume de contar e a atmosfera que o envolvia,

comum ao nordeste brasileiro como um todo, algo que reforçava o pertencimento, o valor da palavra, o respeito ao mais velho, a perpetuação de histórias populares e a representação da inocência dos meninos e meninas da região.

E foi exatamente a infância o grande terreno do maravilhoso nordestino. No espaço imaginativo da infância e da juventude é que os contadores de histórias se debruçaram, porque a fronteira entre a representação e a realidade ainda aparece muito tênue nessa época, dando lugar às fantasias. Para a maioria, com a chegada da vida adulta, especialmente dos meninos moradores do interior do Nordeste, até à atualidade, precisam se deslocar aos centros urbanos do sudeste do Brasil e às capitais dos seus estados, pois é preciso conseguir profissionalização ou melhores condições de vida.

Essas crianças em *Mentiras Grossas de Zé Rotinho* são os ouvintes, que perguntam ou acompanham alguém que figura alguma narrativa. Seu Zé vai respondendo às perguntas com suas mentiras, tomadas pelos meninos como verdades, o que dá um tom engraçado à história. Em “Cobras, cobras e mais cobras” as crianças perguntam e o velho responde:

- E cobra-verde tem veneno?
- Tem não. E não podia ter. Verde é esperança, cor da mata e de legume na roça em ano de bom inverno. E pode olhar, que ela tem a ponta do rabo fino e a cabeça comprida. Dois sinais de cobra que não tem veneno. E é verde. Cor da esperança (IBIAPINA, 1977, p. 110).

O caráter alegórico que assume a mentira de seu Zé aponta para a alegria daqueles tempos que o autor descreve na saudade. O respeito à natureza e à fonte de subsistência do nordeste, que é a agricultura, se desvelam na fala do contador. Zé continua contando suas mentiras, criando o engraçado da história, usando-as, inclusive, quando não tem respostas a dar para as crianças que lhe perguntam:

- De onde vem o nome da cobra-de-veado?
- Porque ela berra como veado.
Um berro parecido com berro de cabrito. Aí o veado vem. Ela lança o pobre e mata de arrocho (IBIAPINA, 1977, p. 110).

Nessa conversa, seu Zé conhecia até o antídoto para não morrer por causa de uma picada de cobra venenosa, e ensinava às crianças: “É conhecido de todo mundo que o melhor remédio, que nunca falhou por uma vez, para ofendido de cobra é fel de paca” (IBIAPINA, 1977, p. 105). E acerca do veneno, para seu Zé os únicos animais que a cobra não ataca são o gato, pela velocidade, e o Gambá, porque “solta logo aquela

mijada esguinchada e fedorenta que embriaga, e a desgraçada da cobra, de tão bêbada, fica sem a menor ação” (IBIAPINA, 1977, p. 111).

O deleite das crianças, assim, parece residir nessa diversidade e mutação de imagens, largamente evocadas pela voz do contador. A curiosidade e a imaginação trabalham à serviço do prazer de encontro com a arte literária, num processo que se torna uma espécie de sonho com vida à parte. Os medos e ilusões dessa fase da vida, em que a fronteira entre o devaneio e a certeza são fluidas, servem de alicerce, sobre o qual ergue-se o aspecto o lirismo do maravilhoso.

É por meio do devaneio, da brincadeira e do fantasioso que as crianças aprendem as lições da comunidade e para a idade adulta, o que dá autoridade às histórias contadas e onde mais se expressa o tom de “conselho” inerente a esse tipo de literatura, porque na narrativa “aconselhar é menos responder uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIM, 1994, p. 200). Foi esse o ponto que Walter Benjamin (1994) ocupou-se ao diferenciá-la do romance contemporâneo e da informação, sobretudo no caráter utilitário de narrativas como essa de Fontes Ibiapina, em que Zé Rotinho reside “seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida” (BENJAMIN, 1994, p. 200).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que seu Zé Rotinho vai contando as mentiras, ensina às crianças pequenos saberes, revelando, aqui pela ótica de Walter Benjamin (1994), as bases narrativas da sabedoria repassada pela literatura, que é a utilidade do conselho e da tradição na voz do contador; sem prejuízo do humor, contido no mirabolante do maravilhoso. De tal modo que Fontes Ibiapina insere-se na gama das narrativas a quem Benjamin tece o elogio de “verdadeiras”, pois inúmeras vezes julgadas como arcaicas e pelo prisma do preconceito às pessoas mais velhas ou mais simples, para o estudioso, na verdade, concentram os vínculos que se desfazem desde o pós-guerras, no silêncio

generalizado pela compartimentação da vida, com a rapidez informativa da contemporaneidade e o consequente isolamento humano.

Ainda, essas representações da infância na prosa de Ibiapina, denunciam a experiência do escritor, especialmente por registrar tradições passíveis de confronto com o registro dos historiadores. O que fica mais visível pela observação de sua biografia e nos detalhes que os textos revelam do histórico e do cotidiano do estado natal. Nascido na fazenda Lagoa Grande, em Picos, no interior do Piauí, Fontes Ibiapina foi alfabetizado no mesmo lugar. Ali viveu, ouvindo histórias, ajudando a família nos afazeres da agricultura, cuidando dos bichos e convivendo com o cotidiano dos vaqueiros da vizinhança. Ainda moço precisou abandonar o conforto juventude e seus brinquedos para estudar e trabalhar na cidade de Teresina. Muitas foram as dificuldades para manter-se na capital do estado e dedicar-se aos estudos.

Com ótimo desempenho, o menino sertanejo foi professor do Liceu Piauiense, entrou para a Faculdade de Direito e tornou-se juiz. Como fizeram outros escritores que precisavam sustentar-se e, ao mesmo tempo, produzir sua literatura, a escrita corria em paralelo ao trabalho, contando e escrevendo histórias para os filhos e amigos, como fizeram seus antepassados. Entretanto, esse ofício não foi para aquele contista apenas um passatempo. Pela análise de sua biblioteca, a quantidade de livros de estudo do Folclore e da literatura regional; as correspondências com intelectuais como Câmara Cascudo e o escritor Álvaro Ferreira; e suas agendas de trabalho, onde anotava as características dos réus e testemunhas pelo Piauí, demonstram o interesse desse escritor pelos tipos humanos de sua terra e pela cultura do nordeste. A dedicação foi reconhecida, pelo seu talento na representação do estado, o que lhe conferiu uma cadeira na Academia Piauiense de Letras.

A magistratura, no entanto, não o deixou quietar, porque circulava pelas cidades do estado do Piauí, demorando-se em cada região por pouco tempo. O desejo de retorno à terra e a ruptura com a vida de menino pelas cobranças da vida adulta aparecem marcantes nos seus textos, voltando-se ao vivido e ouvido naqueles tempos sempre que preciso. A saudade é uma marca forte na escrita de Fontes Ibiapina, inclusive, ladeando-o com demais escritores do Nordeste, cuja saudade de sua terra, por motivo do trabalho e na busca da sobrevivência, lhes foi companheira. A exemplo disso estão os

poemas de Da Costa e Silva, nascido em Amarante, e os de Hindemburgo Dobal, de Campo Maior, considerados dois dos maiores poetas do Piauí.

A vida na fazenda, o cotidiano do sertão e as histórias ouvidas retornam pelos contos de *Mentiras Grossas de Zé Rotinho*, como numa tentativa de recuperar o elo de sua antiga morada e de preservá-la como uma memória comum à população de sua terra, algo que, entretanto, aparece para os tempos atuais como fonte relevante no estudo da cultura do interior da América Latina, pouco registrada por outros tipos de documentos históricos, salvo por obras como a de Ibiapina, Ariano Suassuna e outros literatos do nordeste do Brasil.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura brasileira* (resumo para principiantes). 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo: Global editora, 2012.

CHIAMPI, Irleamar. *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DEMES, Josefina. *Floriano: sua história, sua gente*. Teresina: Halley, 2002.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Mentiras Grossas de Zé Rotinho: Contos populares do folclore no Piauí*. Teresina: Caderno de Letras Meridiano, 1977.

RAMA, Angel. Um processo autonómico: de las literaturas nacionales a la literatura latino-americana. In.: *Anais VII Congresso de La Asociación Internacionale de Literature Comparete*. Caracas: Universidade Central da Venezuela, 1979.

RIBEIRO, Verônica Maria Pereira; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida.

Manifestações Folclóricas. In.: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Piauí: formação. Desenvolvimento. Perspectivas*. Teresina: FUNDAP; Halley, 1995.

Recebido em: 18/08/2019

Aprovado em: 22/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

GUERRA DO PACÍFICO: A HISTÓRIA DE UMA DERROTA*PACIFIC WAR: THE HISTORY OF A DEFEAT*Ruth Cavalcante¹

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

RESUMO

A Guerra do Pacífico (1879-1884) foi um conflito bélico que envolveu o Chile, o Peru e a Bolívia. O objetivo desse artigo consiste em refletir sobre as consequências desse confronto para o Estado peruano. Para tanto, analisamos duas fontes históricas que foram produzidas por intelectuais que pegaram em armas e lutaram em batalhas: *Cartas a Piérola sobre la ocupación chilena de Lima* (entre 1880 e 1889), de Ricardo Palma e *Discurso en el Politeama* (1888), de Manuel González Prada. O primeiro alegou que a razão do fracasso do Peru no combate beligerante contra os chilenos se deu pelo motivo do país ter uma população massivamente indígena, considerada inferior e inútil; ao passo que o segundo afirmou que a razão do fiasco bélico se deu justamente pelo fato dos índios serem subalternizados e tratados como serviçais, e não como cidadãos da República peruana. Esse trabalho faz uma reflexão dessas duas perspectivas distintas e demonstra o quanto a questão indígena foi um tema importante, no contexto dos fins do século XIX, para discutir as razões da derrota do Peru na Guerra do Pacífico.

PALAVRAS-CHAVE: Peru; Guerra do Pacífico; Índios; Ricardo Palma; González Prada.

ABSTRACT

The Pacific War (1879-1884) was a war conflict that involved Chile, Peru and Bolivia. The purpose of this article is to reflect on the consequences of this confrontation for the Peruvian state. To this end, we analyzed two historical sources that were produced by intellectuals who took up arms and fought in battles: *Cartas a Piérola sobre la ocupación chilena de Lima* (between 1880 and 1889), by Ricardo Palma and *Discurso en el Politeama* (1888), by Manuel González Prada. The first alleged that the reason for Peru's failure in the war against the chileans was because the country had a massively indigenous population, considered inferior and worthless; whereas the second stated that the reason for the war fiasco was precisely because the Indians were subordinated and treated as servants, not as citizens of the Peruvian Republic. This paper reflects on these two distinct perspectives and demonstrates how important the indigenous issue was, in the context of the late nineteenth century, to discuss the reasons for Peru's defeat in the Pacific War.

KEYWORDS: Peru; Pacific War; Indians; Ricardo Palma; González Prada.

¹Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada *El problema del indio es el problema del Perú*, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: donaruth26@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz uma reflexão sobre o quanto a questão indígena foi um tema importante para que intelectualidade peruana dos fins do século XIX pensasse as causas da derrota do Peru na Guerra do Pacífico (1879-1884). Nesse artigo, apresentamos de forma panorâmica quais foram as motivações do conflito, quais foram as consequências desse evento para o Estado peruano e como indivíduos que lutaram na guerra, como Ricardo Palma, Andrés Cáceres e Manuel González Prada pensaram o papel do índio no confronto bélico contra os chilenos. Para tanto, recorreremos a análise de fontes históricas produzidas por esses personagens, com destaque especial para o escrito *Discurso en el Politeama* (1888), de González Prada.

No contexto do século XIX, a maioria da população peruana era constituída por povos indígenas. No entanto, esses setores eram excluídos da participação da vida política do país, sofriam com a aguda exploração do seu trabalho e não recebiam nenhum benefício de políticas públicas voltadas para o seu bem-estar social.

É importante demarcar que não podemos pensar os índios peruanos como se eles fossem um bloco unitário com o mesmo idioma, cultura, sistema de crenças e de valores. Havia no século XIX uma pluralidade de povos indígenas no Peru.² Os principais grupos étnicos³ que residiam na região e que, não raro, mantinham relações

² González Prada não enxergava a heterogeneidade social/racial do Peru como um elemento positivo. Que fique claro que ele não chegou a se aprofundar em nenhuma ideia de “heterogeneidade étnica”, mas identificou que existia uma total “falta de acordo” entre os brancos, os índios, os negros e os orientais. Na visão do intelectual, essa variedade de “povos” dificultava que a nação pudesse se desenvolver de forma mais harmoniosa. Contudo, o problema maior não estava necessariamente na variedade de grupos que habitavam o país, mas sim na inabilidade e na incapacidade do Estado em congregá-los e unificá-los. “González Prada percibía esta heterogeneidad que veía como una debilidad nacional. De hecho, como sugiere Bonilla, uno de los mensajes del iconoclasta fue el de mostrar la profunda incapacidad de la clase dirigente para cohesionar efectivamente una nación y levantar un Estado efectivamente nacional” (WARD, 2009, p. 142). Apesar de visualizar a dificuldade do Estado peruano em integrar em seu seio todos os membros da nação, González Prada acreditava que o Peru não teria futuro enquanto a população indígena não fosse assimilada, incluída e integrada à nacionalidade.

³ Joan Davidson nos esclarece sobre o conceito de etnia. Segundo o autor, a raiz das palavras étnico/etnicidade provém do grego *ethnos*, que quer dizer povo, ou nação. No Velho Testamento, o grego *ethnos* significa os bárbaros, os “outros”; sendo uma tradução direta do hebraico *goyim*. A palavra inglesa “ethnic” foi usada pela primeira vez com o sentido de “não convertido”. No século XIX, quando uma visão biológica das divisões raciais era aceita quase que universalmente, “étnico” se referia à raça. À medida que a visão biológica da “variação humana” se enfraqueceu no século XX, os termos “étnico” e “grupos étnicos” passaram a se referir mais a linguagem e a cultura, embora ainda estivessem

conflitivas entre si, eram os quéchuas (descendentes dos Incas que se concentravam na região que atualmente corresponde a Cusco e suas imediações), os de origem aimará (provenientes dos altiplanos acercados do Lago Titicaca) e os grupos amazônicos (conjunto de sociedades heterogêneas da localidade que corresponde a atual Floresta Amazônica Peruana).

Pensar em como se deu a participação dos povos indígenas do Peru no conflito bélico contra o Chile e como a intelectualidade peruana interpretou esse processo ainda é uma faceta pouco explorada pela historiografia. Por essa razão, esse estudo reflete sobre essa problemática com o intuito de trazer maiores esclarecimentos sobre a participação do Peru na Guerra do Pacífico.

2 O CONFLITO ENTRE PERU, BOLÍVIA E CHILE

No ano de 1878, o governo boliviano aumentou a taxação das empresas chilenas que estavam explorando salitre e outros recursos minerais em seu território. O imposto que a Bolívia passou a exigir era moderado, no valor de 10 centavos por cada quintal de salitre explorado na zona de seu domínio. Todavia, este novo encargo rompia com um acordo tributário estabelecido com as empresas chilenas há décadas atrás (CONTRERAS; CUETO, 2007, p. 162).

A Bolívia e o Chile haviam assinado um acordo chamado de Tratado de Limites, em que ambos países concordaram de repartir entre si, até o ano de 1899, as rendas provenientes “dos impostos da exploração de metais extraídos da chamada zona de mútuos benefícios que compreendiam a região entre os paralelos 23°S e 25°S” (HEINSFELD, 2016, p. 3). Nesse Tratado:

relacionados aos fatores de descendência e de hereditariedade. A partir da década de 1970, o conceito de etnia passou a ser bastante utilizado pelos autores que escreviam sobre nacionalismo e os críticos pós-colonialistas. Desde então, muitos esforços foram dedicados para encontrar uma definição do que constitui uma etnia. As definições do termo variaram em complexidade e precisão. Contudo, os principais elementos em comum remetem ao "sentido de povo", em que a etnicidade constitui uma interação autoconsciente de identidade por parte do "povo" envolvido e os seus critérios definidores fundamentais são linguísticos e culturais (DAVIDSON, 2011, p. 238).

Ficava fixada a fronteira entre Chile e Bolívia no paralelo 24° sul. Esse paralelo era a região intermediária dentre as aspirações desses países. Definia-se também que entre os paralelos 23° e 25° Sul se instalaria uma Zona Econômica Compartilhada, onde todos os impostos provenientes das atividades mineiras seriam divididos entre Chile e Bolívia, e esse último ainda reconheceria os investimentos chilenos na região (CANAVEZE, 2010, p. 28).

No Tratado de Limites, *“o governo boliviano se comprometera a não criar novos impostos e a isentar de qualquer reajuste tributário os capitais industriais chilenos localizados entre os paralelos 23° e 24°”* (CANAVEZE, 2010, p. 32). O estopim do Guerra do Pacífico se deu quando os empresários do Chile, com apoio dos britânicos que tinham investido capitais em suas companhias, se recusaram a pagar os novos encargos exigidos pela Bolívia, alegando que os bolivianos estavam rompendo com o acordo tributário estabelecido pelo Tratado de Limites. Ante a admoestação e advertência do governo boliviano, somada à ameaça e à tentativa de expropriar e nacionalizar as empresas salitreiras chilenas, o Chile enviou forças armadas para ocupar o litoral boliviano. Diante da situação de invasão militar e de afronta chilena à sua soberania nacional, a Bolívia recorreu ao Tratado de Aliança Defensiva que havia firmado com o Peru em 1873 (BONILLA, 1982, p. 131-132).

O Tratado de Aliança Defensiva foi acordado entre o Peru e a Bolívia de forma secreta, em que ambos países concordavam em unir forças militares caso um deles sofresse uma agressão externa. O TAD foi orquestrado, sobretudo, visando conter o expansionismo chileno na região do deserto do Atacama, rico em recursos minerais. O objetivo de tal aliança era o de buscar preservar a integridade territorial da Bolívia e do Peru, assim como assegurar a independência, a autonomia e a soberania dessas nações caso elas sofressem alguma ameaça ou ataque. A Bolívia e o Peru também tentaram convencer à Argentina a aderir ao TAD, uma vez que os argentinos estavam enfrentando uma crise diplomática com os chilenos que ambicionavam se apossar do território da Patagônia. Todavia, a Argentina se recusou a integrar essa aliança (CANAVEZE, 2010, p. 31-38).

Quando as forças armadas chilenas ocuparam o território boliviano, o governo do Peru cumpriu com o Tratado de Aliança Defensiva de 1873 e declarou guerra aos chilenos. O Estado peruano temia as investidas de caráter expansionista que o Chile estava empreendendo nas regiões localizadas na Costa do Pacífico, estando receoso de

que o seu território, cedo ou tarde, também pudesse vir a ser invadido. As consequências deste conflito foram traumáticas, sobretudo para os peruanos e os bolivianos. Milhares de vidas foram ceifadas e parte dos territórios do Peru e da Bolívia, que eram ricos em recursos naturais e minerais, foram tomados e anexados ao Estado chileno, o vencedor da guerra.⁴

Somente o Chile saiu fortalecido deste confronto, pois “*o país ganhou um acréscimo substancial de territórios e se apoderou das jazidas de guano e de salitre, o que impulsionaria a sua economia por quarenta anos*” (BECHELLI, 2005, p. 361), ao passo que o Peru perdeu a região de Tarapacá e cedeu aos chilenos a administração das províncias de Tacna e Arica. A Bolívia, por sua vez, foi destituída da importantíssima província de Antofagasta, que era a única localidade de seu território que tinha acesso para o Oceano Pacífico e, até os dias atuais, o Estado boliviano continua sem saída soberana para o mar.

No caso do Peru,⁵ em 1879, as tropas chilenas ocuparam Tarapacá e bloquearam parte dos portos do país, impedindo a exportação dos principais produtos (guano, nitrato e açúcar), desestabilizando, conseqüentemente, a economia peruana. Concomitantemente, a política interna foi ao caos quando o presidente da república, Mariano Ignacio Prado, em um ato de desespero perante a invasão chilena, fugiu para a Europa com a desculpa de ir buscar novos empréstimos para sustentar o esforço da guerra. Diante da deserção de Prado, o aristocrata limenho Nicolás de Piérola, com o

⁴ Santarosa esclarece que no início do conflito era difícil antever seu resultado, pois “os dois lados detinham, hipoteticamente, certas vantagens e fraquezas. Peru e Bolívia contavam com maior população e tamanho, o que se refletia em exércitos numericamente superiores. Todavia, a Bolívia virtualmente não possuía marinha de guerra. A vantagem naval seria de fato crucial. Asseguraria ao Chile, após os combates marítimos de Iquique (21 de maio de 1879), quando o Independência (navio peruano) é posto a pique, e de Angamos (8 de outubro de 1879), ocasião em que o Huáscar (navio peruano) é capturado, um domínio total das costas do Pacífico Sul até o final da guerra. Daí em diante, o conflito resumiu-se a campanhas em terra, apoiadas por desembarques cada vez maiores de tropas chilenas, que vão paulatinamente assegurando o domínio de porções de território, mais e mais ao Norte, o que permite dividir a etapa terrestre da guerra em três fases, consoante o quinhão territorial conquistado pelo Chile aos aliados peruanos e bolivianos: campanha de Tarapacá (outubro-novembro de 1879); campanha de Tacna e Arica (junho de 1880); e campanha de Lima (dezembro de 1880-janeiro de 1881). Seguiu-se a ocupação do Peru, efetiva, sobretudo na costa, durante quase três anos, até a assinatura do Tratado de Ancón, em outubro de 1883”. (SANTAROSA, 2002, p. 94-95)

⁵ No caso da Bolívia, segundo Santarosa, o evento mais traumático da guerra foi quando em 14 de fevereiro de 1879, soldados chilenos desembarcaram em Antofagasta, tomando-a sem dificuldade. A alegação chilena era a de que, tendo a Bolívia descumprido o Tratado de 1874, ficavam suas disposições limítrofes anuladas, repristinando-se aquelas do Tratado anterior, de 1866, que concediam ao Chile o condomínio sobre os recursos naturais até o paralelo 23° S. Logo, segundo o juízo chileno, a ocupação era legítima e visava simplesmente assegurar os direitos nacionais previstos neste último instrumento (SANTAROSA, 2002, p. 93).

apoio dos militares, deu um golpe de Estado e assumiu a presidência. Contudo, defender a soberania do Peru nos duros anos de guerra se transformou em uma tarefa exaustiva, visto que nos princípios de 1880, as importantes e ricas províncias de Tacna e Arica foram tomadas pelos soldados inimigos e, em setembro do mesmo ano, o litoral norte foi ocupado pelas forças chilenas (CATANELI, 2009, p. 32).

Houve resistência das tropas e de parte dos civis peruanos ante a invasão de seu território, destacando-se a campanha naval liderada por Miguel Grau, que no pós-guerra foi declarado herói nacional,⁶ e as sangrentas batalhas de San Francisco, Tarapacá, Tacna, San Juan e Miraflores. Não obstante, as forças peruanas foram derrotadas e os chilenos empreenderam uma ocupação armada em diversos pontos estratégicos do país. O evento mais dramático e violento do conflito foi quando, em 1881, os chilenos, com apoio dos britânicos, invadiram com um exército de 26 mil homens a cidade de Lima, sitiando-a ao longo de quase três anos (SANTAROSA, 2002, p. 83).

Foi o jurista Francisco Garcia Calderón que conseguiu firmar um acordo de paz com o Chile, concedendo territórios e consentindo às empresas chilenas a exploração do guano e do salitre peruano a fim de reembolsar os seus oponentes pelos custos da guerra. Isto significa que o prejuízo econômico em decorrência do confronto foi altíssimo para o Peru. O país foi literalmente à bancarrota. Somente após este acordo articulado por Calderón, os chilenos desocuparam e devolveram Lima às autoridades peruanas (BONILLA, 1982, p. 130-138).

⁶ José Murilo de Carvalho nos esclarece que heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e de aspirações, pontos de referência e fulcros de identificação coletiva. Eles são instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos e, herói que se preze, tem de ter a “cara” da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado (CARVALHO, 1990, p. 55). Em pleno contexto da Guerra do Pacífico, a figura de Miguel Grau já era exaltada como o homem de coração valente que estava defendendo a pátria peruana. Ele perdeu a vida em um confronto naval contra os chilenos e seu sacrifício estimulou um culto cívico em torno da sua imagem. Miguel Grau se transformou em um símbolo de resistência. Seu nome foi dado a avenidas, monumentos e foi mitificado pela historiografia peruana como o grande herói da nação.

Ricardo Palma⁷ (1833-1919), em março de 1881, fez relatos sobre o instinto de aniquilação e de rapinagem que os chilenos expressaram ao se apoderar e tomar a capital:

Hace diez días que el saqueo se ha hecho extensivo a los museos Raimondi y anatómico de la escuela de Medicina, instrumentos de la escuela de Minas, biblioteca de la universidad y biblioteca pública, sin que esos cabaleros que diz que van a ser gobierno hayan dado el menor paso para contener tamaño vandalaje. Los muebles de las oficinas de palacio desaparecen y los archivos de relaciones exteriores y hacienda se encajonan para ser transportados a Chile (PALMA, 1979, p. 27).

No cenário do conflito bélico, as forças chilenas saquearam e transportaram para os museus, arquivos, bibliotecas e universidades do Chile o que puderam do patrimônio artístico, histórico e literário peruano, a exemplificação da depredação, incêndio e do confisco das obras da Biblioteca Nacional. Ela era a mais importante do Peru e uma das mais antigas e ricas do continente americano, possuindo um acervo de manuscritos, de livros, de obras artísticas e cartas de valor histórico inestimável. Contudo, dos 58,000 exemplares que possuía antes da Guerra de 1879, após a invasão, só restaram 783 obras. Depois que os chilenos desocuparam a capital, Ricardo Palma tornou-se como Diretor da BN no ano de 1884. Nesse contexto, ganhou o apelido de “bibliotecário mendigo”, uma vez que aceitou dirigir uma biblioteca que foi deixada em ruínas e passou muitos anos promovendo arrecadações de livros para recuperar, em parte, o acervo da BN (UGARTE, 1979, p. 13-14).

Em sua contemporaneidade, Ricardo Palma foi uma figura muito reconhecida, tornando-se um dos escritores mais respeitados e lidos do Peru. Além disso, foi um dos dirigentes do Clube Literário, uma associação que aglutinava as principais personalidades da atmosfera artística, literária e intelectual de Lima (CANTANELI, 2009, p. 41).

⁷ Ricardo Palma era um homem proveniente da classe média peruana, mas que por sua atuação como periodista no jornal *El Comercio* e por seus romances, poesias e trabalhos historiográficos - destacando-se as obras *El santo de Panchita* (1859), *Anales de la Inquisición de Lima* (1863) e *Tradiciones peruanas* (Buenos Aires, 1890) - foi se projetando e ocupando espaços na alta sociedade limenha. Em pleno contexto da Guerra do Pacífico, ele foi um fiel correspondente de Piérola, o então presidente da República e o principal organizador da defesa de Lima contra os exércitos chilenos.

Outro intelectual de nosso interesse que também participou do conflito foi Manuel González Prada⁸ (1844-1918). Na guerra, ele se tornou Oficial de Reserva; pegou em armas e lutou diretamente contra a invasão do exército chileno. No entanto, quando Lima caiu e ficou sitiada, González Prada se enclausurou por livre e espontânea vontade em uma das fazendas da sua família, recusando-se a ter qualquer contato com os chilenos.

Me encerré y no salí de mi casa ni me asomé a la calle mientras los chilenos ocupaban Lima. Cuando supe que la habían abandonado, quise dar una vuelta por la ciudad. Pues bien, a unos cincuenta metros de mi casa me encontré con un oficial chileno: había sido mi condiscípulo, mi mejor amigo en un colegio en Valparaíso. Al verme, iluminó su cara de regocijo, abrió los brazos y se dirigió a mí con intención de estrecharme. Yo seguí mi camino como si no lo hubiera reconocido (GONZÁLEZ PRADA, 2009, p. 324).

O rancor e a mágoa de González Prada para com os chilenos durou toda a sua vida, a ponto de escrever, em 1888, um dos escritos que mais repercutiram na sociedade peruana dos fins do século XIX: *Discurso en el Politeama*.

Discurso en el Politeama é acima de tudo um chamado a revanche. González Prada argumentou que deveria ser mantida viva na memória dos peruanos toda a brutalidade, a rapinagem e a humilhação que os chilenos impuseram ao Peru. Seu discurso incentivava, por um lado, ao desenvolvimento do espírito de patriotismo peruano e, por outro, instigava ao revanchismo em relação ao Chile. “¡Ojalá cada una de mis palabras se convierta en trueno que repercuta en el corazón de todos los peruanos y despierte los dos sentimientos capaces de regenerarnos y salvarnos: el amor a la patria y el odio a Chile!” (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 26-27).

González Prada acusou o país vizinho de ter mutilado o território nacional peruano. Neste sentido, incitou a juventude do Peru à vingança e à retaliação contra os chilenos. “Niños, sed hombres, madrugad a la vida, porque ninguna generación recibió herencia más triste, porque ninguna tuvo deberes más sagrados que cumplir, errores más graves que remediar, ni venganzas más justas que satisfacer”. Desta maneira, o intelectual disseminou um discurso de ódio e de desforra contra o Chile. “Lancemos una

⁸ Manuel González Prada era proveniente de uma abastada família aristocrata limenha. Por escolha própria, abandonou o curso de Direito na *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* e nunca fez nenhum curso superior. Ao longo da sua existência, viveu confortavelmente usufruindo das rendas da sua família. A partir da década de 1870, dedicou-se intensamente ao trabalho intelectual, atuando como escritor, poeta e ensaísta. Alguns de seus trabalhos mais destacados que reverberaram na sociedade peruana da sua época foram *Páginas libres* (1894), *Nuestros indios* (1904), e *Horas de lucha* (1908).

chispa que inflame en el corazón del pueblo el fuego para amar con firmeza todo lo que se debe amar, y para odiar con firmeza todo lo que se debe odiar” (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 26).

Tanto Ricardo Palma quanto González Prada foram intelectuais muito destacadas e reconhecidos no Peru republicano dos fins do século XIX e princípio do século XX. Os dois expuseram suas vidas ao pegar em armas para defender o território peruano contra os chilenos. Por essa razão, esse artigo faz uma reflexão sobre as razões que levaram esses homens que participaram diretamente do conflito a estabelecer correlações entre o problema do índio as causas da derrota do Peru na Guerra do Pacífico.

3 O PROBLEMA INDÍGENA NOS TEMPOS DE GUERRA

A obra de Ricardo Palma intitulada *Cartas a Piérrola sobre la ocupación chilena de Lima*, reuniu um conjunto de correspondências, enviadas entre os anos de 1880 e 1889, que Palma mandou para o presidente do Peru, José Nicolás de Piérrola, em pleno contexto do conflito bélico contra o Chile e, também, após a retirada das tropas inimigas do país.⁹

Nas dezenas de cartas dirigidas à Piérrola, Palma atuou como um informante que objetivava deixar o presidente a par sobre o que estava acontecendo em Lima durante o processo de ocupação dos exércitos chilenos na capital e, também, narrar como os peruanos estavam defendendo o território nacional. Em uma das cartas para o presidente Piérrola, descreveu o seguinte em relação a sua resistência contra os chilenos:

Mi salud sigue achacosa, que me siento muy débil por consecuencia de la mucha sangre perdida en el maltrato de que fui víctima, busco la manera de dejar recursos a mi familia. En el incendio de Miraflores perdí mi modesto rancho, mi curiosa biblioteca americana de más de tres mil volúmenes, formada no con poco gasto en veinticinco años de constante afán, mis muebles y cuanto poseía, salvando mi esposa y niños con lo encapillado. A

⁹ A obra *Cartas a Piérrola sobre la ocupación chilena de Lima*, reuniu um conjunto de cartas que foram compiladas pelo historiador Rubén Vargas Ugarte que, na década de 1960, teve acesso a documentos inéditos que pertenciam aos arquivos pessoais da família de Nicolás de Piérrola. Para o pesquisador, a autenticidade desses documentos “no puede ofrecer duda alguna pues están tomadas con escrupulosidad de los mismos originales, porque don Nicolás, entre otras cualidades que lo adornaban, poseyó la de guardar ordenadamente y con fidelidad la correspondencia que recibía” (UGARTE, 1979, p. 9).

pesar de todo, días más, días menos, tan luego como apunto fijo sepa cuál es el lugar que usted elige para organizar la resistencia, cumpliré con lo que me ordenan mi corazón y mi consciencia. (PALMA, 1979, p. 20)

Para o intelectual, que lutou e pegou em armas para defender a capital e teve a sua casa incendiada pelas forças de ocupação durante a batalha de Miraflores, uma das principais causas da derrota peruana na guerra foi a de que:

En mi concepto, la causa principal del gran desastre de 13 está en que la mayoría del Perú la forma una raza abyecta y degradada, que usted quiso dignificar y ennoblecer. El indio no tiene el sentimiento de la patria; es enemigo nato de blanco y de hombre de la costa y, señor por señor, tanto le da ser chileno como turco. Así me explico que batallones enteros hubieron arrojado sus armas en San Juan, sin quemar una cápsula. Educar al indio, inspirarle patriotismo, será obra no de las instituciones sino de los tiempos (PALMA, 1979, p. 20).

Esta citação acima foi extraída de uma carta que Ricardo Palma enviou ao presidente Piérola em fevereiro de 1881. Para o intelectual, o fracasso do Peru na guerra contra o Chile ocorreu porquê o território era majoritariamente habitado por uma “raça abjeta”, que praticamente não lutou para defender a pátria contra os invasores. Percebemos que Palma, influenciado pelas ideias dominantes do século XIX, assentadas na perspectiva do Darwinismo Social,¹⁰ enxergava aos índios como seres inferiores.

O pensamento de Ricardo Palma em relação aos índios foi marcado pelo paradigma do racismo científico. O intelectual absorveu um conjunto ideias advindas da Europa e dos EUA que pregavam que existia uma hierarquia entre as raças da espécie humana e que o homem branco estava no topo da escala evolutiva. A partir da recepção dessas crenças e da adaptação delas a realidade nacional, Palma contribuiu para forjar representações sociais negativas a respeito dos indígenas, colocando-os em um papel de seres atrasados e rudimentares, justificando, dessa forma, toda a subalternização social,

¹⁰ “A publicação e divulgação de “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin (1809-1882), em 1859, fez com que um novo e importante paradigma ganhasse as discussões raciais: o evolucionismo. A partir daí, o conceito de raça ultrapassa os problemas estritamente biológicos, adentrando questões de cunho político e cultural. Surge, assim, o Darwinismo Social, bem como o uso de termos Darwinistas como competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade. Na política, o Darwinismo serviu para justificar o domínio ocidental sobre os demais. O Darwinismo Social, juntamente com a antropologia e a etnografia do século XIX ajudaram a construir a ideia de “missão civilizatória” das potências imperialistas. Desse modo, são conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de “seleção natural” como justificativa para a explicação do domínio ocidental, “mais forte e adaptado” (HOBBSAWN *apud* BARBOSA, 2016, p. 263).

econômica e política a qual os índios eram submetidos. Por outro lado, enxergou aos *criollos*,¹¹ como seres mais desenvolvidos e aptos para governar o país.

A questão que nós levantamos é: se a maioria dos povos indígenas não era tratada como cidadãos da República e viviam em uma sociedade que os marginalizava e os excluía, por que lutariam por um Estado que, na prática, nunca os acolheu? Palma condenou a postura dos índios por eles não terem sentimentos de lealdade e de patriotismo para com a nação peruana, mas ao chamá-los de seres degradados e abjetos, além de insinuar que eles eram covardes e inimigos dos homens brancos da costa, o intelectual deixou transparecer que não os enxergava como “iguais”, mas sim como indivíduos inferiores. Palma exigiu uma postura patriótica dos índios, mas ele mesmo não os visualizava como seus compatriotas.

Percebemos que o fiasco bélico do Peru na Guerra do Pacífico foi usado de desculpa para reafirmar e reforçar os preconceitos raciais da sociedade contra os povos indígenas. Ricardo Palma foi um intelectual que se inseriu nos ciclos da alta sociedade peruana e adotou a mentalidade dos setores dominantes que, humilhados pelo fracasso beligerante ante os chilenos, não quiseram assumir a responsabilidade pela derrota no conflito armado. Assim, descontaram a sua frustração na população, em especial, nos índios e nos mestiços, culpabilizando-os pela derrocada do Peru no confronto contra o Chile (BECHELLI, 2005, p. 361).

No cenário da Guerra do Pacífico, os postos de comando da hierarquia militar foram ocupados pelos *criollos* e as bases das tropas peruanas eram compostas, sobretudo, por indígenas (homens que, em sua maioria, estavam acostumados a trabalhar nos campos), e também por mestiços. Foi relativamente fácil para os chilenos, com superioridade bélica e exércitos experientes e bem treinados,¹² derrotar as forças de resistência do Peru, uma vez que boa parte das tropas peruanas não recebeu treinamento militar apropriado para empreender a ação de defender a pátria, como ressalta Manuel González Prada, no escrito *Impresiones de un reservista*:

¹¹ No contexto colonial os *criollos* eram os filhos de espanhóis, mas que nasceram no continente americano. No pós-independência da Espanha, eles assumiram a direção política e administrativa dos novos Estados que se formaram na América hispânica.

¹² Santarosa esclarece que as forças armadas chilenas estavam mais bem organizadas e acostumadas ao combate – na década de 1870, ainda prosseguiram as campanhas contra os mapuches na Araucania – e, sobretudo, sua marinha possuía melhores meios, dotados de poder de fogo superior. O Chile recém adquirira na Inglaterra os navios blindados Cochrane e Blanco Encalada, muito superiores aos blindados peruanos Huáscar e Independência, da década de 1850. (SANTAROSA, 2002, p. 94-95)

Los pocos dispersos recogidos y llevados al Pino ofrecían un aspecto lamentable. Algunos pobres indios de la Sierra (morochucos, según dijeron) llevaban rifles nuevos, sin estrenar; pero de tal modo ignoraban su manejo que pretendían meter la cápsula por la boca del arma. Un coronel de ejército se lanzó a prodigarles mojicones, tratándoles de indios imbéciles y cobardes. Le manifesté que esos infelices merecían compasión en lugar de golpes. No me escuchó y quiso seguir castigándoles (GONZÁLEZ PRADA, 2009, p. 322).

Estrategicamente, o Estado peruano falhou ao decidir honrar com o Tratado de Aliança Defensiva, uma vez que ele não estava belicamente preparado para enfrentar uma guerra. “*Caímos porque Chile, que vela mientras el Perú duerme, nos sorprendió pobres i sin crédito, desprevenidos i mal armados, sin ejército ni marina*” (GONZÁLEZ PRADA, 2004, p. 17). Os exércitos do Peru, apesar de numericamente superiores aos dos chilenos, receberam um treinamento militar superficial e feito de improviso. Desta forma, os índios camponeses que foram compulsoriamente recrutados para atuar no confronto se converteram em buchas de canhão.

Nelson Manrique chamou a atenção para o fato de que, do ponto de vista militar tradicional, os peruanos foram derrotados na guerra com a tomada de Lima pelo exército do Chile. Todavia, o autor afirma que o conflito permaneceu durante anos, pois as regiões da serra central e da serra norte nunca se renderam e fizeram frente ao avanço das campanhas chilenas, conseguindo impedir a ocupação e a tomada do controle dos postos administrativos (MANRIQUE, s/d, p. 4-12).

Sob a liderança do Marechal Andrés Cáceres (1836-1923), os indígenas destas localidades fizeram uma guerra de guerrilha, buscando “*oponer al invasor la mayor resistencia posible, aprovechando de los obstáculos naturales y tratando de hacer comprender al enemigo, que aun después de nuestros desastres, es el Perú bastante terrible para el que pretenda humillarlo*” (CÁCERES, 1921, p. 155).

Cáceres, além de organizar e comandar um exército regular de resistência nos Andes, também liderou uma luta armada formada por grupos indígenas guerrilheiros que atuavam por meio de emboscadas e de ataques surpresa. Estas guerrilhas indígenas conseguiram algumas vitórias sobre o exército chileno, como a ocorrida no departamento de Junín (MANRIQUE, s/d, p. 4-12). Contudo, nem todas as comunidades indígenas da serra andina se envolveram na guerra. Contreras e Cueto

alegam que parte das comunidades buscaram se manter à margem do conflito devido aos poucos vínculos estabelecidos com a recém-criada nação.

Sesenta años de vida independiente no habían servido para soldar vínculos nacionales en el Perú, manteniéndose el país como un conglomerado disperso de grupos étnicos. No éramos una nación, sino apenas “un territorio habitado” apostrofó ácidamente Manuel González Prada. Este planteamiento se vería corroborado por el hecho de que los oficiales chilenos recibieron órdenes de su comando de no molestar a los grupos indígenas, haciéndoles entender que la guerra no era con ellos (CONTRERAS; CUETO, 2007, p. 171).

Para Manrique, a razão para que uma gama de comunidades indígenas, principalmente as da serra sul, não terem atuado belicamente em favor do Estado peruano se deu porque esta era a região do país em que reinava mais violentamente o império do *gamonalismo*,¹³ em que os índios tinham sido despojados das suas terras comunais e eram submetidos a um brutal regime de servidão (MANRIQUE, s/d, p. 376). Já na serra norte e na serra central, em que o avanço das *haciendas* não era tão ostensivo, os indígenas que trabalhavam nas suas propriedades comunais participaram mais ativamente nas guerrilhas e, eles faziam isto de forma voluntária, elegendo democraticamente os chefes locais que expressavam os seus interesses imediatos e pessoais, como a defesa do seu território, da sua família e dos seus pertences contra as forças de ocupação chilena (MANRIQUE, s/d, p. 4-12).

A principal reivindicação dos guerrilheiros indígenas girava em torno da proteção das suas terras. No contexto do conflito bélico, em nenhum momento os índios reivindicaram o seu acesso à sociedade política peruana. Esta questão estava fora do seu horizonte de expectativas. Eles não estavam exigindo os seus direitos e a sua incorporação na sociedade nacional, mas sua ação buscava consolidar a autarquia das comunidades, de acordo com a tradicional utopia camponesa que pleiteava garantir o bem-estar, a proteção e a prosperidade de todos os membros da comunidade (MANRIQUE, s/d, p. 384).

No cenário do pós-guerra, a imagem de Andrés Cáceres foi heroicizada e mitificada e ele se transformou em um símbolo de resistência e de luta, sendo eleito presidente do Peru entre os anos de 1886 e 1890. Contudo, enquanto chefe de Estado, se

¹³ O termo *Gamonalismo* surgiu no Peru no contexto da segunda metade do século XIX. Ele servia para designar um fenômeno que ocorria na região da serra peruana, em que um proprietário latifundiário, assumia um controle autoritário e violento na zona de seu domínio, assemelhando-se a um senhor dos tempos feudais, uma vez que se colocava acima das leis da República.

mostrou muito autoritário, sendo “*un buen militar pero un mal gobernante, pues Cáceres una vez en el poder se convierte en Dictador, aplicando una exagerada e innecesaria fuerza y violencia, en un país exhausto de ella, por lo recién acontecido*” (FIORINO, 2015, p. 15).

É relevante demarcar como se deu esta relação de Cáceres com os guerrilheiros indígenas. O militar conhecia muito bem as características e as particularidades da serra e do “mundo indígena”. Ele tinha “sangue de índio” nas veias por parte da sua família materna e desde a mais tenra idade, aprendeu a falar com fluência o quéchua, sendo conhecedor das tradições e dos costumes nativos (PLASENCIA, 2005, p. 47-58). O relato abaixo, revela a forma como Cáceres se comunicava e se relacionava com os índios durante as suas campanhas militares de resistência contra os chilenos:

Un día llegó a mi campamento de Andahuaylas un indiecito, armado con su rejón, en mi busca, mandado por las comunidades de Ayacucho. Encontrábame en la puerta de la comandancia con algunos jefes, cuando se me acercó el indiecito y, expresando su sorpresa al verme, me besó la mano y con voz conmovida díjome en quechua: [...] Taita: te creíamos muerto ¿Nos has abandonado? Pero ya nos tranquilizaremos, porque de nuevo apareces como el sol después de la noche oscura. Esta manifestación la hizo en términos tan patéticos, que me conmovió hondamente hasta el punto de nublarse mis ojos de lágrimas; los jefes que me acompañaban, tampoco pudieron disimular su emoción. Le abracé con el cariño que siento por esta raza noble e infeliz, que por centenares estaba dando héroes a la patria e hice que descansara y se le atendiese con los alimentos de mi escasa mesa (CÁCERES, 1973, p. 246).

Cáceres, o líder militar da resistência peruana, se referiu aos indígenas de maneira afetuosa, enxergando-os como heróis da pátria e homens de uma “raça” nobre. Não obstante, é necessário demarcar que ele era proveniente de uma rica família de *hacendados* de Ayacucho, que se relacionava com os índios de forma paternalista, “*basado en uniones y lealtades sumamente sólidas, que en no pocos casos entrañaban incluso la muerte. Cáceres era muy consciente de ese tipo de vínculo, que conocía muy bien por razones familiares*” (PLASENCIA, 2005, p. 48).

Esse “homem de armas” que foi a principal liderança do rechaço e da oposição aos chilenos durante os anos de guerra, era proveniente da cultura serrana. Ele era de uma família de *gamonales* e se utilizou dos vínculos arraigados na tradição da serra andina de lealdade e de “proteção”, estabelecidos entre as comunidades camponesas e os *hacendados*, para defender o seu interesse pessoal, enquanto militar de alta patente, de liderar o movimento armado de resistência do Peru contra os chilenos. Em última

instância, a maior beneficiada desta ação foi a própria pátria peruana, uma vez que Cáceres, militar de perfil carismático, recorreu ao relacionamento paternalista com as comunidades indígenas para articular uma reação e luta na serra contra o exército invasor. Contudo, esta estrutura paternalista das relações entre os caudilhos¹⁴ militares e os índios e os mestiços não foi bem vista por Manuel González Prada:

En el momento supremo de la lucha, no fuimos contra el enemigo un coloso de bronce, sino una agrupación de limaduras de plomo; no una patria unida y fuerte, sino una serie de individuos atraídos por el interés particular y repelidos entre sí por el espíritu de bandería. Por eso, cuando más oscuro soldado del ejército invasor no tenía en sus labios más nombre que Chile, nosotros, desde el primer general hasta el último recluta, repetíamos el nombre de un caudillo, éramos siervos de la Edad Media que invocábamos al señor feudal. Indios de punas y serranías, mestizos de la costa, todos fuimos ignorantes y siervos; y no vencimos ni podíamos vencer (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 23).

Em 1888, cinco anos após o término do conflito bélico, em um evento destinado a arrecadar fundos para a recuperação das cidades de Tacna e Arica, González Prada fez uma palestra que se converteu no manifesto intitulado *Discurso en el Politeama*. Neste escrito, ele não citou diretamente o nome de Andrés Cáceres, porém fez uma dura crítica contra o despreparo da “classe” política que esteve no poder ao longo de todo o período republicano e, em 1888, Cáceres era o presidente da nação.

Em sua crítica, o intelectual alegou que, ao contrário dos chilenos que demonstraram ter espírito de patriotismo, os índios e os mestiços peruanos que se envolveram na guerra não fizeram isto em prol da glória, da grandeza e da honra do Peru, mas sim, para defender os interesses particulares de alguns caudilhos militares. Ao explanar sobre esta prática, claramente, González Prada estava criticando à Cáceres. Isto significa que o autor desmereceu a forma como se deu os combates e a resistência no país, pois as forças armadas peruanas não fizeram isso por amor à pátria, mas sim por lealdades particulares. Para González Prada, não havia no Peru o espírito de união patriótica. A mensagem de *Discurso en el Politeama* foi a de que havia chegado o tempo de transformar esta realidade e que era necessário empreender uma revanche contra os chilenos.

¹⁴ O caudilho é um chefe absoluto de um exército; um indivíduo que encabeça um grupo ou comunidade; um ditador político que comanda as pessoas em tempos de guerra (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2006, p. 298).

Discurso en el Politeama incentivou a nova geração a alimentar os sentimentos de fúria, de cólera e de rancor contra o Chile, uma vez que o intelectual acreditava que este estado de ânimo seria capaz de reverter as perdas territoriais peruanas por meio de outra guerra e tornar o Peru uma nação orgulhosa e forte. Para González Prada, a juventude peruana deveria se manter firme, se enfurecer e jamais perdoar e nem esquecer as ações dos chilenos, pois eles, na visão do intelectual, arruinaram o Peru. “*El puñal está penetrando en nuestras entrañas y ya perdonamos al asesino. Alguien ha talado nuestros campos y quemado nuestras ciudades y mutilado nuestro territorio y asaltado nuestras riquezas y convertido el país entero en ruinas de un cementerio*” (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 26).

Para que o Peru fizesse a sua revanche e recuperasse os seus antigos territórios expropriados e anexados ao Estado chileno, era necessário que, antes de tudo, os peruanos fortalecessem o seu sentimento de patriotismo e que o povo perdesse o seu “espírito de servidão”, pois, “*cuando tengamos pueblo sin espíritu de servidumbre, y militares y políticos a la altura del siglo, recuperaremos Arica y Tacna, y entonces y solo entonces marcharemos sobre Iquique y Tarapacá, daremos el golpe decisivo, primero y ultimo*” (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 24).

Para além de ser um discurso anti-chileno, o escrito de González Prada foi um manifesto que intencionou incentivar o fortalecimento dos sentimentos de amor e de orgulho dos peruanos pela sua terra natal e pela sua própria gente.

¿Por qué desalentarse? Nuestro clima, nuestro suelo ¿son acaso los últimos del universo? En la tierra no hay oro para adquirir las riquezas que debe producir una sola Primavera del Perú. ¿Acaso nuestro cerebro tiene la forma rudimentaria de los cerebros hotentotes, o nuestra carne fue amasada con el barro de Sodoma? Nuestros pueblos de la sierra son hombres amodorrados, no estatuas petrificadas (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 25).

A mensagem do intelectual foi a de que os peruanos não eram piores e nem inferiores a nenhum outro povo do planeta. Além disto, valorizou o clima e as riquezas provenientes do solo peruano. *Discurso en el Politeama* foi uma forte declaração pública contra a ignorância e “espírito de servidão” da nação. Para González Prada, o motivo do Peru ter sido derrotado na guerra foi porque o país estava embrutecido e enfraquecido em consequência dos séculos de servilismo e subserviência que os setores dominantes impuseram aos indígenas, maioria da população do Peru. Logo, enquanto os

índios fossem tratados como serviçais e escravos na sociedade peruana, a nação seria eternamente decrépita e raquítica. “*Con las muchedumbres libres aunque indisciplinadas de la Revolución, Francia marchó a la victoria; con los ejércitos de indios disciplinados, y sin libertad, el Perú irá siempre a la derrota. Si del indio hicimos un servo ¿qué patria defenderá?*” (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 23). Isto significa que o indígena deveria ser retirado da sua condição de subalternidade social e sentir-se integrado à nação peruana a fim de defendê-la e honrá-la quando necessário fosse.

O grande fator de ineditismo de *Discurso en el Politeama* ter afirmado que a autêntica pátria peruana era formada pelas multidões de indígenas. No entanto, o intelectual criticou o fato de que esses elementos, que eram a verdadeira “essência nacional”, eram tratados como servos tanto pelo Governo quanto pela Igreja Católica. Para González Prada, esta situação fazia com que os índios “vegetassem” em estado de “incivilidade”, ingenuidade, dependência e submissão, mas, havia chegado o momento da nova geração começar a mudar os rumos da história do Peru e contribuir para liberar os índios dos grilhões da servidão.

Hablo, señores, de la libertad para todos, y principalmente para los más desvalidos. No forman el verdadero Perú las agrupaciones de criollos y extranjeros que habitan la faja de tierra situada entre pacífico y los Andes; la nación está formada por las muchedumbres de indios diseminadas en la banda oriental de la cordillera. Trescientos años ha que el indio rastrea en las capas inferiores de la civilización, siendo un híbrido con los vicios del bárbaro y sin las virtudes del europeo: enseñadle siquiera a leer y escribir, y veréis si en un cuarto de siglo se levanta o no a la dignidad de hombre. A vosotros, maestros de escuela, toca galvanizar una raza que se adormece bajo la tiranía del juez de paz, del gobernador y del cura, esa trinidad embrutecedora del indio. (GONZÁLEZ PRADA, 1977, p. 24)

A partir desta citação, podemos apontar algumas questões. González Prada negou que a essência da nação peruana fosse a *criolla* e defendeu que o autêntico Peru era indígena. Neste escrito, ele alegou que a instrução era uma ferramenta para que os índios fossem retirados da sua condição de subalternidade, imposta pelos governantes e pela Igreja, a fim deles se dignificarem. Contudo, o modelo educacional para dignificar ao índio, concebido pelo intelectual, era assentado em uma matriz ocidental, no sentido

de que o indígena deveria saber instrumentalizar a escrita e a leitura do espanhol para se desenvolver e fazer parte do mundo civilizado.

No Peru, González Prada foi uma das primeiras vozes a defender que o índio tinha o direito a receber uma educação. Mas o seu modelo de instrução possuía algumas limitações. O intelectual não percebeu que esse modelo educacional auxiliava que índios aprendessem o castelhano, mas, em contrapartida, se esquecessem e não instrumentalizassem o seu próprio idioma. González Prada enxergou os índios através da lupa da sua formação intelectual europeizada. Ele tinha uma perspectiva eurocêntrica da pedagogia, não reconhecendo a autoridade da cultura e dos ensinamentos indígenas, pois em seus escritos, era sempre o índio que ia à escola aprender com o homem branco, e não o contrário (WARD, 2009, p. 144-148).

O intelectual também fez uma denúncia contra a condição de subordinação social do indígena na sociedade peruana. Apesar de ele criticar a servidão do índio e defender a mudança do *status quo* no Peru, em *Discurso en el Politeama*, o autor não chegou a amadurecer uma ideia de como retirar o nativo desta situação de subalternidade. Ele tão somente apontou que a instrução poderia reverter este quadro social, civilizando os índios e integrando-os à nação.

Em *Discurso en el Politeama*, o autor reivindicou a identidade nacional para os indígenas, uma vez que afirmou que a verdadeira nação era formada pelas multidões de índios das cordilheiras dos Andes. Contudo, neste escrito, González Prada não demandou pela incorporação das tradições, dos costumes, da sabedoria, do idioma quíchua e da religiosidade dos povos indígenas. Por esta razão, acreditamos que esta questão do intelectual dizer que o verdadeiro Peru é indígena, deve ser pensada mais como um apelo para que os índios fossem integrados à comunidade nacional como cidadãos instruídos e com seus direitos respeitados, do que propriamente uma reivindicação da incorporação da cultura indígena como um traço da identidade nacional peruana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Pacífico foi um conflito que traumatizou e marcou a sociedade peruana como um todo. Uma gama de intelectuais buscou entender quais foram as razões da derrota do Peru e, o “problema do índio”, acompanhou essas discussões.

Sabemos que o governo do Peru, temendo a sanha expansionista dos chilenos, assinou o Tratado de Aliança Defensiva com a Bolívia. No entanto, foi inconsequente e imprevidente ao aceitar aderir a um acordo pactual tão sério quanto o TAD e não ir se planejando e se preparando militarmente para uma eventual guerra. Ao decidir se envolver no conflito entre bolivianos e chilenos e “comprar uma briga” que, a princípio, não era a sua, o Peru assumiu um enorme risco em relação a sua soberania nacional ao declarar guerra justamente contra o Chile: a mais poderosa potência militar e econômica localizada à costa do Pacífico na América do Sul.

Ricardo Palma, homem ligado a elite abastada peruana, buscou pelos culpados e os responsáveis pela derrota do Peru no confronto contra os chilenos. Ele foi a voz que representou a mentalidade dos setores dirigentes que precisavam de um bode expiatório para justificar o fracasso peruano na Guerra do Pacífico. Assim, foi mais fácil e cômodo culpabilizar a população indígena, motivado por preconceito racial, do que responsabilizar aos homens à frente do Estado pelos seus erros de estratégia militar e pelos seus equívocos em termos de política externa, no âmbito das relações diplomáticas entre o Peru e o Chile.

Por outro lado, para González Prada, o Peru não perdeu o confronto ante aos chilenos em virtude de nenhum tipo de inferioridade nata dos índios, mas sim, porque os indígenas eram tratados como servos e subalternos na sociedade peruana. Logo, a pátria, na visão pradiana, já estava condenada à derrota de antemão, pois os filhos de seu solo, abandonados pelas elites dirigentes à própria sorte, não tinham sentimentos de patriotismo e de devoção para com a nação.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BARBOSA, Maria Rita. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei nº 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, Uberlândia, n. 2, p. 260-272, 2016.

BECHELLI, Ricardo. A Guerra do Pacífico (1879-1883) e o pensamento antirracista de Manuel González Prada. **Proj. História**, São Paulo, n. 31, p. 359-374, 2005.

BONILLA, Heraclio. Guano y crises en el Peru del XIX. In: ARANÍBAR, Carlos (org). **Nueva historia general del Peru: un compendio**. Lima: Mosca azul editores, 1982, p. 123-135.

CÁCERES, Andrés. **La guerra del 79: sus campañas**. Memorias. Lima: Carlos Milla Batres, 1973.

CÁCERES, Zoila Aurora. **La campaña de La Breña. Memorias del Mariscal del Perú D. Andrés A. Cáceres**. Tomo I. Lima: Imprenta Americana, 1921.

CANAVEZE, Rafael. **O Brasil e a Guerra do Pacífico: alianças estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883)**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CATANELI, Pedro. **Manuel González Prada (1844-1918): História, debate e pensamento**. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

CHANG-RODRÍGUEZ, Eugenio. El ensayo de Manuel González Prada. **Revista Iberoamericana**, v. XLII, n. 95, p. 239-249, 1976.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú contemporáneo**. Lima: IEP, 2007.

DAVIDSON, John. História, identidade e etnicidade. In: LAMBERT, Peter. **História: introdução ao ensino e a prática**. Porto Alegre: Penso, 2011.

FIORINO, Victor. **Manuel González Prada: un anarquista “sui generes”**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidad Católica de Colombia, Bogotá, 2015.

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. Discurso en el Politeama. In: GONZÁLEZ, PRADA, Manuel: **Ensayos escogidos**. Lima: Editorial Universo S.A, 1977, p. 21-27.

_____. Impresiones de un reservista. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. **Ensayos (1885-1916)**. Lima: Universidad Ricardo Palma – Editorial Universitaria, 2009, p. 319-324.

_____. Perú i Chile. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel **Artículos escogidos**. Lima: Populibros – informática brasa ediciones, 2004, p. 15-22.

HEINSFELD, Adelar. O tratado secreto Peru-Bolívia (1873), a tentativa de envolver a Argentina e as relações diplomáticas Brasil-Chile. **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS: Ensino, direito e democracia**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016, p. 1-12.

MANRIQUE, Nelson. **Campesinado y nación: Las guerrillas indígenas en la guerra con Chile**. Lima: Centro de investigación y capacitación – Editora Ital Perú S. A, s/d.

PALMA, Ricardo. **Cartas a Piérola sobre la ocupación chilena de Lima**. Lima: Editorial Milla Batres, 1979.

PLASENCIA, Hugo. **Una aproximación política, social y cultural a la figura de Andrés A. Cáceres entre 1882 y 1883**. 2005. 441 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2005.

PORTOCARRERO, Gonzalo. El indio como prójimo: González Prada y el nacimiento de la tradición democrática en el Perú. In: WARD, Thomas. **El porvenir nos debe una victoria: La insólita modernidad de Manuel González Prada**. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2010, p. 215-228.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario esencial de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 2006.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. **Don Manuel**. Lima: Populibros peruanos, s/d.

SANTAROSA, Felipe. **Rivalidade e integração nas relações chileno-peruanas: implicações para a política externa brasileira na América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

UGARTE, Rubem Vargas. Prologo. In: PALMA, Ricardo. **Cartas a Piérola sobre la ocupación chilena de Lima**. Lima: Editorial Milla Batres: 2 ed, 1979, p. 9-15.

WARD, Thomas. **Buscando la nación peruana**. Lima: Editorial Horizonte, 2009.

Recebido em: 27/08/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

**A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS MULHERES NOS
PROCESSOS DECISÓRIOS DO MERCOSUL: UMA BREVE ANÁLISE A PARTIR
DOS ELEMENTOS PROPULSORES DO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO**

*THE INFLUENCE OF WOMEN'S SOCIAL MOVEMENTS ON MERCOSUR'S
DECISION-MAKING PROCESSES: A BRIEF ANALYSIS OF THE PROPELLING
ELEMENTS OF THE GLOBALIZATION PHENOMENON*

*Luana Marina dos Santos*¹
Universidade do Vale do rio dos Sinos, Brasil

RESUMO

A partir dos elementos propulsores da globalização, esta pesquisa pretende identificar em que medida os movimentos sociais das mulheres logram êxito em impactar o conteúdo decisório das normas do bloco econômico Mercado Comum do Sul. A partir do método hipotético-dedutivo, aliado ao levantamento bibliográfico e documental, foi possível identificar que o processo de globalização é capaz de transformar a maneira como os indivíduos convivem em sociedade, bem como possui o condão de alavancar o fomento de movimentos sociais. O movimento das mulheres tomou destaque, especialmente a partir da década de 1990, permitindo, de certa forma, a inserção destas junto aos processos decisórios do bloco, razão pela qual esta pesquisa procura identificar se estes movimentos se mostram aptos a influenciar a o conteúdo normativo dentro do Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; movimento das mulheres; processo de integração.

ABSTRACT

From the propulsion elements of globalization, this research aims to identify the extent to which women's social movements succeed in impacting the decision-making content of the norms of the economic block Southern Common Market. From the hypothetical-deductive method, allied to the bibliographic and documentary survey, it was possible to identify that the globalization process is capable of transforming the way individuals live in society, as well as being able to leverage the promotion of social movements. The women's movement became prominent, especially from the 1990s, allowing, in a way, their insertion in the decision-making processes of the block, which is why this research seeks to identify if these movements are able to influence the normative content within the Mercosur block.

KEYWORDS: Globalization; women's movement; integration process.

¹Mestranda em Direito no Programa de Pós Graduação da Universidade do Vale do rio dos Sinos (UNISINOS.) Bolsista CAPES/PROEX. Bacharel em Direito pela mesma Universidade. Email: luanamarinads@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 reconhece-se o surgimento de uma nova ordem mundial marcada pela participação e influência de novos atores estatais. Da mesma forma, consagra-se o fenômeno da globalização, marcado pelo avanço tecnológico e pela facilidade dos modos comunicacionais. Estes avanços consolidam uma nova forma de economia global, protagonizada pela intensificação dos fluxos comerciais e pela quebra de barreira de espaços físico-temporais entre países que, conseqüentemente, intensificaram a criação de blocos econômicos.

Este mesmo fenômeno também propiciou o surgimento de novos atores sociais, que, por meio do avanço comunicacional, articularam-se através de movimentos que impactam decisões tomadas por atores não-estatais, fora dos mecanismos tradicionais do Estado. É, portanto, a partir do fenômeno da globalização, que esta pesquisa pretende identificar, a partir dos elementos propulsores da globalização, em que medida os movimentos sociais, em especial o movimento das mulheres, podem influenciar os processos decisórios do bloco econômico Mercado Comum do Sul.

Para isso, no primeiro capítulo, far-se-á uma análise das implicações do fenômeno da globalização, verificando de que maneira este movimento permitiu a consolidação estratégica dos Estados para articularem-se em blocos regionais, principalmente em razão do avanço comunicacional. No segundo capítulo, será abordada a forma com que este mesmo fenômeno também implica a intensificação dos movimentos dos agentes civis, especialmente os movimentos feministas, bem como a maneira como o Mercado Comum do Sul permite a incidência dos atores sociais nos processos decisórios intrabloco. Por fim, sob este viés, no que diz respeito ao bloco econômico do Mercosul, a fim de compreender com mais clareza os fenômenos abordados, procurar-se-á, tomando como base os movimentos das mulheres, especialmente na década de 1990, identificar como o propósito destes movimentos impactam os processos decisórios no Mercosul.

O método hipotético-dedutivo aqui empregado consiste na utilização de hipóteses que se presumem verdadeiras. Para averiguar a veracidade destas informações, utiliza-se a leitura bibliográfica, o levantamento de dados, e o confronto com fatos específicos, a fim de

verificar se as hipóteses apresentadas persistem como válidas. Assim, a hipótese que se apresenta é a de que os movimentos provindos da era global impactam a forma como os blocos econômicos tomam suas decisões. Outrossim, no que tange aos impactos provenientes dos movimentos das mulheres, a hipótese é a de que estes movimentos impactam não somente a forma da tomada de decisões no Mercosul, mas, também, o conteúdo de ações dentro deste bloco e a forma como estas impactam na sociedade civil. Impende salientar que a presente pesquisa não pressupõe o esgotamento do tema, tampouco sugere uma resposta conclusiva ao objeto que aqui se apresenta, mas sim, propõe trazer questões pontuais acerca da correlação entre os fenômenos globais e as possíveis implicações provindas dos movimentos sociais das mulheres dentro do processo integrativo do Mercosul.

2 MUNDO GLOBALIZADO: O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO INTEGRATIVO

A ininterrupta evolução dos meios de comunicação e a crescente interação de comércio entre as nações, aliada ao crescimento do poder das companhias transnacionais, transforma a maneira como os indivíduos convivem em sociedade. Conflitos transculturais localizados e protagonismos econômicos de empresas multinacionais também fazem parte de um processo chamado globalização², o qual é tido como um fenômeno que fomenta e propicia a rapidez com que as pessoas e as nações se comunicam, infiltrando-se de maneira abrupta no cotidiano de todos os indivíduos. (SHAFFER, 2011).

O processo de globalização se caracteriza por ser um fenômeno complexo, que permanece inacabado e em plena evolução, o qual afeta a todos os indivíduos de maneiras desiguais. De fato, “[...] trata-se de um processo complexo em função de sua falta de homogeneidade, tendo em vista que aglutina um conjunto de processos inter-relacionados que se influenciam e se transformam mutuamente”. (GARCÍA, 1999, p. 235). Considerado como um processo que permite internacionalizar a economia e a ampliação dos mercados, a

² Utilizar-se-á, nesta pesquisa, o termo globalização, para contextualizar uma propulsão dos mercados e de novas tecnologias a partir da década de 1990. Salienta-se que, atualmente, muitos autores referem-se a este fenômeno como “uma nova era global”. No entanto, tendo em vista o marco temporal aqui estabelecido, esta pesquisa utilizará o termo “globalização”, baseando-se na obra de Gregory Shaffer. (2011).

globalização permite a intersecção entre países, facilita o encontro de novas culturas, além de permitir a existência de novas formas de operar a expansão do capital.

Não há como identificar, precisamente, o início do processo globalização. Isso porque, desde muito tempo, ainda que de maneira tímida, grandes potências já expandiam geograficamente seu sistema de produção e consumo. Como, por exemplo, a fase das grandes embarcações, que,

[...] entre os séculos XV e XVI, atingiram pontos desconhecidos do planeta e iniciaram as colonizações, onde eram impostos os costumes e as leis das Nações potentes da época, e ainda o comércio ainda rudimentar entre os povos, com a troca de mercadorias e a disseminação das notícias. Elas expandiram geograficamente o capitalismo, integrando-o em um único sistema de produção e consumo de mercadorias. (MACHADO; MATSUSHITA, 2019, p. 106).

Porém, não somente marcado pela forma exponencial de reprodução de consumo, a globalização também é marcada pela Revolução Tecnológica que, com o advento da Segunda Guerra Mundial, eclodiu a transmissão de notícias via rádio, facilitando a comunicação entre os indivíduos e as nações, rompendo barreiras físicas invisíveis que antes não facilitavam interação entre os povos. Assim, a década de 1990 marca o início de uma “era nova global”, protagonizada por elementos que desafiam a forma de produzir Direito e o convívio em sociedade.

A eclosão do rádio e, principalmente, da internet e da televisão, permitem que a comunicação entre países se torne mais prática, dando ensejo a uma alta intersecção cultural entre as mais variadas sociedades do mundo. A comunicação, por consequência, dentro do processo de globalização, se apresenta como uma espécie de motor propulsor econômico, incidindo na sociedade de maneira significativa.

Foi, especialmente através da criação de novas tecnologias implementadas para melhorar os meios de comunicação, que a globalização permitiu a criação de novos comportamentos de mercado, viabilizando a expansão do capitalismo e na forma como os países se comunicam, gerando efeitos nas relações de trabalho internacional e, também, incidindo efeitos no meio ambiente, no bem-estar social, na cultura e nas relações de trabalho, atingindo a sociedade civil como um todo. (SHAFFER, 2011).

Diante do surgimento destes novos mecanismos, caracterizar-se-ia o fenômeno da globalização, pautado por uma política baseada na então dominante doutrina neoliberal que norteava os caminhos políticos econômicos dos países envolvidos. Verifica-se, contudo, que, em que pese a globalização tenha conseguido integrar o comércio mundial, a presença da

ideia do papel do estado diminuiu, dando ensejo a um suposto fim do Estado-nação. Para Firmenich (2004, p. 37):

[...] se entiende por ‘globalización’ el fenómeno, también denominado como ‘mundialización’, que implica una creciente integración de los mercados financieros y de bienes y servicios en un único mercado mundial. Esta tendencia a la unificación de mercados tiene tras de sí un impulso hacia la unificación del propio sistema económico mundial³.

Não há dúvidas que a globalização vem se intensificando cada vez mais ao longo dos anos. Uma das principais marcas deste fenômeno global, é a busca por lucros e benefícios dentro do mercado financeiro. O capitalismo é um dos principais elementos que regem a engrenagem da globalização, impondo não tão somente a ideia de consumo, mas, também, criando regras para a circulação de produtos entre as nações.

No entendimento de Zaldueno (2013, p. 20), o fenômeno da globalização,

[...] es caracterizado esencialmente por: 1) el fraccionamiento de su producción que hacen las grandes empresas en distintos lugares, buscando costos laborales menores, o cercanía a las fuentes de aprovisionamiento de insumos; 2) la extraordinaria facilidad en las comunicaciones que han logrado los avances tecnológicos; 3) la movilidad diaria de capitales y fondos de inversión, que buscan, cotidianamente, mayores ganancias en los distintos mercados financieros y de capitales⁴.

Este fenômeno, capaz de propiciar uma aproximação entre povos e nações, fomentou a união entre países que, em determinado momento histórico, sequer supuseram a ideia de uma possível aliança transnacional em comum. Os processos de integração⁵, facilitados em razão do fenômeno da globalização, propiciaram a proliferação⁶ de novos blocos econômicos, criados com o objetivo de facilitar o alcance de mercados por meio de mútua ajuda entre os membros pertencentes a determinado bloco. Os blocos econômicos também surgem com a finalidade de estabelecer relações econômicas entre si e entre os demais Estados-Nação,

³ Tradução livre: Se entende por ‘globalização’ o fenômeno também denominado como ‘mundialização’, que implica na crescente integração dos mercados financeiros e bens de serviço em um único mercado mundial. Esta tendência à unificação dos mercados tem por trás um impulso à unificação do próprio sistema econômico mundial.

⁴ Tradução livre: É essencialmente caracterizado por: 1) o fracionamento de sua produção que as grandes empresas fazem em diferentes lugares, procurando por menores custos de mão-de-obra, ou perto de fontes de fornecimento de insumos; 2) a extraordinária facilidade de comunicação alcançada pelos avanços tecnológicos; 3) a mobilidade diária dos fundos de capital e investimento, que buscam, diariamente, maiores lucros nos diferentes mercados financeiros e de capitais. (ZALDUENDO, 2013, p. 20);

⁵ De acordo com Susana Zalduendo, o processo de integração pode fortalecer integrações políticas, sociais ou econômicas, e significa, de maneira genérica, constituir um todo com as partes envolvidas, que, voluntariamente, criam vínculo associativo para determinados fins, objetivando a criação de medidas conjuntas e obter benefícios comuns entre as partes envolvidas. (ZALDUENDO, 2013);

⁶ De fato, o fenômeno da globalização propiciou a criação de novos blocos econômicos, especialmente a partir da década de 1990, momento em que se multiplicaram os acordos comerciais regionais. No entanto, cabe aqui ressaltar, que a criação dos blocos econômicos é muito mais longínqua, uma vez que há registros da criação da criação de blocos econômicos desde 1920, no continente africano. (NEGRO, 2012).

visando o crescimento das relações financeiras, viabilizadas, principalmente, em razão da tecnologia das comunicações e transportes, elementos chaves que acabaram sendo propulsionados por meio do fenômeno da globalização. (ZALDUENO, 2013).

Com a economia e a sociedade globalizadas sob o comando e controle das grandes corporações, configura-se uma nova ordem mundial “[...] *que tem como principais características a formação de blocos econômicos e o incremento da concorrência comercial entre empresas e países*”. (PETRY, 2008, p. 15). Estes blocos, geralmente formados por países vizinhos ou por países que possuem políticas econômicas semelhantes, avançam para a criação de alianças comerciais, mediante medidas como a redução ou isenção de impostos de tarifas alfandegárias e a solução dos problemas comerciais em comum. Menor custo de produtos, maior volume de produção e maior vantagem competitiva com a eliminação de tarifas sobre a importação, estão entre as principais vantagens da criação de blocos econômicos.

A integração econômica entre as nações é marcada pela “[...] inserção de maior qualidade das relações entre os países, pois ela oferece instrumentos de ação multilateral” (PETRI; WEBER, 2006, p. 89), protagonizadas por aqueles que, a partir do fenômeno da globalização, desafiam um novo estágio de soberania estatal. E, ainda que certos agrupamentos de países sejam criados com a finalidade de evitar e/ou superar determinadas guerras ou desavenças passadas⁷, a grande parte desses países objetivam integrar-se economicamente pelo predomínio de interesses do mercado financeiro, a fim de fortalecer o giro financeiro e avanço econômico do país envolvido no bloco.

De acordo com Zalduendo (2013, p. 8), entre os principais focos de uma integração econômica entre países, incide a “[...] *rebaja o eliminación de las llamadas barreras arancelarias, es decir, los aranceles de importación y exportación que aplican los países en el comercio internacional*”⁸. No entanto, considerar que a eliminação das tarifas é a

⁷ Como exemplo, traz-se a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em razão do conflito fronteiriço entre a Alemanha Ocidental e a França pós-Segunda Guerra Mundial. Em razão destes países, à época, estarem vivenciando um período de recursos escassos e colapso econômico na Europa, criou-se o Plano Schuman, o qual estabeleceu um conjunto de condições aos países interessados na utilização desses recursos naturais como o carvão e minérios de ferro, considerados como elementos de suma importância para um futuro desenvolvimento industrial, objetivando, também, evitar conflitos futuros que envolvessem o uso de materiais bélicos, uma vez que estes recursos propiciam a criação de ferramentas armamentistas.

⁸ Tradução livre: Redução ou eliminação das chamadas barreiras tarifárias, ou seja, as tarifas de importação e exportação que os países aplicam no comércio internacional. (ZALDUENO, 2013, p. 8).

característica central de uma integração econômica, não necessariamente aplica-se a todos os processos de integração entre os blocos econômicos já existentes.

Com esta premissa, é possível compreender que nem todos os processos de integração operam da mesma maneira. Hoje, é possível afirmar que existem diferentes tipos de blocos econômicos que se organizam em diferentes denominações e níveis de integração entre os seus países-membros. De acordo os propósitos de cada bloco, configura-se uma classificação específica para as integrações pré-existentes, as quais se estendem até a fase de união econômica e monetária. As etapas podem assim ser categorizadas:

- (i) áreas de livre comércio, onde há a isenção de taxas e impostos na comercialização de produtos e serviços entre os países que formam o bloco; (ii) união aduaneira, com a implementação de condutas de comércio com vistas a alcançar países fora do bloco; (iii) mercado comum, com a integração da economia, possibilitando a passagem de mercadorias e pessoas entre os países; e (iv) união econômica e monetária, com a integração da economia e a criação de moeda única para os países do bloco. (MACHADO, MATSUSHITA, 2019, p.119).

Dentre os principais blocos econômicos mundiais, identifica-se a União Europeia⁹ como sendo um dos blocos mais avançados. Este, por sua vez, perfectibiliza um alto nível de integração, que, conseqüentemente, consegue fornecer mútua ajuda entre os países pertencentes ao bloco para que estes se tornem fortes economicamente, além de facilitar os negócios entre os países integrantes. As políticas da União Europeia são voltadas para a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capital, bem como a legislação sobre assuntos relativos à justiça, e o funcionamento de um Parlamento Europeu, o qual é formado por deputados dos países membros e eleitos pelos cidadãos. Enquanto a União Europeia representa o maior projeto de integração regional vigente, outros blocos econômicos ainda caminham a passos lentos dentro das fases do processo de integração.

A criação do bloco do Mercosul, por sua vez, insere-se em um contexto no qual as nações sul-americanas debatiam possibilidades a respeito de uma organização que promovesse a integração econômica regional. O bloco Mercado Comum do Sul restou oficialmente fundado em 1991, quando, Brasil e Argentina, realizaram a assinatura do Tratado de Assunção, unindo-se a eles os países Paraguai e Uruguai, estabelecendo princípios e objetivos que buscavam alcançar a integração econômico-comercial entre os

⁹ A União Europeia é um bloco econômico constituído por 28 países. Surge na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, contou com seis países integrantes e caracteriza-se pela parceria econômica e política entre os países europeus.

países integrantes. O acordo assinado entre os quatro países visava criar uma zona de aliança comercial com o objetivo de ampliar a movimentação de pessoas e mercadorias entre as nações integrantes do bloco.

Guiados pelo neoliberalismo, que norteava os caminhos previstos pela lógica da globalização, os países integrantes do Mercosul direcionavam seus esforços para um processo integracionista alinhado a temas comerciais. Esclarece-se, no entanto, que o bloco Mercado Comum do Sul se encontra na fase de União Aduaneira, enquanto outros blocos econômicos¹⁰ ainda se encontram na fase de Zona de preferências tarifárias, passo inicial a integração entre os países, onde estes adotam apenas algumas tarifas preferenciais envolvendo alguns produtos, tornando-os mais baratos em relação a países não integrantes do bloco.

Dentre todas as modalidades de integração econômica, é possível verificar que a redução ou eliminação das tarifas ou impostos de importação entre os produtos que circulam entre os países-membros se faz presente em todas as etapas deste processo, desde as áreas de livre comércio até a fase final de união econômica e aduaneira. A partir deste fato, verifica-se que uma nova forma de produzir direito, que não mais perpassa pelos mecanismos tradicionais, mas sim, que é constituída por meio de países integrados em um determinado bloco econômico, beneficia países e consumidores, uma vez que estes usufruem de produtos mais baratos que entram em determinado país.

Por outro lado, este fato também implica, muitas vezes, em consequências a determinados sujeitos da sociedade civil, em virtude da falência ou diminuição da produção das empresas nas quais estes indivíduos exerciam atividade laboral. Ocorre que estes mesmos mecanismos criados por agentes do bloco, impedem que estas consigam concorrer com os produtos mais baratos que provenientes de outros países nos quais são mantidas alianças econômicas. Fato é, que os acordos de integração econômica podem apresentar uma série de consequências e benefícios para as empresas e a população dos países que integram estes blocos. (PETRI; WEBER, 2006).

Assim, o fenômeno da globalização, em que pese tenha propiciado uma série de benefícios entre os mercados Estatais, também implicou uma série de consequências àqueles

¹⁰ É o caso da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), instituída pelo Tratado de Montevideu, em 12.08.80 e incorporado ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Legislativo nº 66, de 16/11/1981, para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC.

que não se enquadraram no avanço dos países mais desenvolvidos. Para Boaventura, a globalização,

[...] é um processo de translocalização concreto, protagonizado por forças econômicas, políticas e culturais concretas. É um processo contraditório onde se confrontam o capitalismo global e os grupos sociais que lhe resistem, as lógicas homogeneizadas e as diferenciadoras [...] a globalização é a expressão da hierarquia entre o centro e a periferia do sistema mundial num contexto em que a invisibilidade das colônias entregues a guarda do centro deu lugar a proliferação de atores estatais e não estatais constituídos no âmbito das relações desiguais entre o centro e a periferia, entre o Norte global e o Sul global, entre incluídos e excluídos. (SANTOS, 2008, p. 144).

Compreende-se, neste sentido, que, ainda que com o advento da globalização tenha sido possível viabilizar certa diminuição de distâncias entre as nações por meio do avanço do desenvolvimento tecnológico, está também contribuiu para o desenvolvimento de riscos sensíveis, acumulados pela modernidade industrial que, muitas vezes, opera impondo desigualdades em relação a forma de distribuição de riquezas. Neste sentido, pode-se dizer que a globalização também é responsável pela intensificação do desnivelamento das camadas sociais e das crises econômicas em determinados Estados, causando, inclusive, catástrofes ecológicas, uma vez que determinadas camadas da sociedade ficam à mercê de riscos químicos e ecológicos, causados, justamente, pela flexibilização das formas de compra e venda. (HARDT; NEGRI, 2012).

Em razão das mudanças e implicações advindas com a globalização, percebe-se o fomento do acúmulo de movimentos sociais ao redor do mundo –que, assim como os processos de integração, lograram êxito em se proliferar durante o fenômeno da globalização-. Estes movimentos, ainda que de maneira indireta, criam ruídos e interferem na forma como alguns blocos regem e operam as suas diretrizes. Outrossim, estes mesmos fenômenos, também se mostraram capazes de descortinar problemáticas entre países que, em um dado momento, pareciam ter sido superadas, conforme será analisado nos capítulos que seguem.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA GLOBAL E A PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES CIVIS NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DO MERCOSUL

Como visto, o fenômeno da globalização propiciou uma série de mudanças nas estruturas das camadas sociais e na forma de organização e interação entre os países e indivíduos. Não somente no que diz respeito ao acelerado processo de transformação econômica que enseja a integração dos mercados mundiais em rede, mas, também, no que tange ao alto avanço tecnológico, que, ao mesmo tempo que oferece novas oportunidades de negócios, vem, do mesmo modo, aumentando as tensões estruturais, principalmente nos países periféricos, razão pela qual, ao mesmo tempo em que a globalização permeou as entranhas do mundo contemporâneo, paralelo a esta, também emergiram movimentos de contestação, denominados “movimentos antiglobalização”.

Os integrantes dos movimentos de antiglobalização, identificam que tanto a globalização, quanto o neoliberalismo, eram os responsáveis diretos pela perda de postos de trabalho, aumento da miséria, da concentração de renda. Portanto, era necessário barrar este evento como forma de se buscar uma alternativa. Assim,

[...] com o passar do tempo e, com as mutações do capitalismo, novas necessidades do capital surgiram, e as contradições se avolumaram. A partir das mudanças de meados dos anos 1980, a situação piorou e a prometida “prosperidade” se viu diante do fechamento de fábricas, sendo transferidas para os países subordinados, onde o capital conseguia recrutar uma força de trabalho barata. Assim, com o fechamento de fábricas nos países centrais, o desemprego aumentou e os governos se viram diante de protestos. Diante desta crise surgida no fim da década de 1990, reemergiram os movimentos de contestação, ganhando destaque o chamado “movimento antiglobalização. (ANDRÉ, 2014, p. 16).

Uma série de protestos se iniciaram a partir da crítica pautada pela forma de atuação da globalização. Apontou-se, inclusive, para uma tendência anticapitalista, na qual se questionava o conflito entre as classes dominantes e as classes subordinadas. Para além destes conflitos, uma série de movimentos logrou êxito em reivindicar direitos e garantias que acabaram se eximindo com a deflagração de uma nova ordem social econômica, pautada pela interferência das grandes corporações e pela diminuição do protagonismo do Estado-nação.

A fim de protagonizar estas manifestações, aliadas ao barateamento das comunicações modernas, que facilitam o uso da internet e a disseminação instantânea de novas informações,

a sociedade civil adquiriu maior influência nos espaços situados fora dos mecanismos tradicionais do Estado. Com o desenvolvimento das comunicações sociais, especialmente a internet, a revolução da comunicação entre os indivíduos deu ensejo a novas formas de sociabilidade na sociedade, longe das estruturas institucionalizadas. (HARDT; NEGRI, 2012).

De acordo com Castells (2008), a internet viabiliza o aumento do grau de autonomia dos indivíduos, porquanto permite que a sociedade civil se informe e se organize fora da manipulação do poder de determinados organismos. Para o autor, a “[...] *tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico*”. (CASTELLS, 2008, p. 44). No que tange ao fenômeno da globalização, onde o poder se concentra nas mãos dos representantes das empresas transnacionais e de grandes agentes financeiros, ter a internet em mãos faz com que a sociedade possa se articular em conjunto, de maneira que, além de exercer vigilância, também possa difundir suas críticas em relação a construção das relações turbulentas e não igualitárias entre os países.

Os direitos e a justiça têm sido tradicionalmente assegurados pelas constituições nacionais, e por isto os protestos se têm articulado em termos de direitos civis cobrados às autoridades nacionais. No entanto, o fenômeno desta nova era global ampliou horizontes, permitindo que novos protagonistas entrassem em cena, de maneira que a forma de produzir direito não mais perpassasse, obrigatoriamente, os mecanismos tradicionais. Este fato abriu espaço para uma pluralidade de novos movimentos sociais, os quais se articulam para exigir políticas públicas justas, principalmente relacionadas ao mercado econômico, ao respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente ecologicamente sustentável. (HARDT; NEGRI, 2012).

Em sentido oposto aos interesses dos Estados e das grandes corporações, surge, através dos movimentos organizados pela sociedade civil, ações e discursos questionadores que colocam em xeque a legitimidade do sistema e do modelo de gestão econômica vigente. Este chamamento de responsabilidade, reivindica uma participação mais ativa da sociedade nos processos decisórios, de maneira que os atores passam a reconhecer, em si mesmos, a função de luta e representatividade por seus próprios interesses.

Entre estes movimentos, toma destaque o movimento das mulheres que, com o advento da globalização, alicerçado aos mecanismos que esta proporciona, fomentaram discussões de gênero e reivindicaram políticas públicas ligadas à participação e proteção de

seus direitos. Em um cenário ainda fortemente marcado pela lógica capitalista, onde ainda perpetuam separações de competências masculinas e femininas, os movimentos e organizações sociais de mulheres se encontraram na iminência de dar continuidade a esta luta política no âmbito do processo integrativo, assim, “[...] *passaram a criar redes sociais poderosas, difundindo seus objetivos, teorias e práticas, buscando, desta forma, nas negociações internacionais, ocasionando, com tal atuação, interessante abertura na política mundial e regional.* (OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 71).

A década de 1990 propiciou uma série de conquistas, as quais influenciaram os movimentos de mulheres na região latino-americana, entre elas, destaca-se o reconhecimento da relevância da perspectiva de gênero para se compreender as questões de meio ambiente, a proclamação pela ONU da Declaração sobre a violência contra a Mulher, e, também, ao estabelecimento de uma relatoria especial para monitorar esse tipo de violência pelo mundo no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos. Tamanhas realizações acabaram por implicar, direta ou indiretamente, na forma de atuação dos blocos econômicos. A crescente participação das mulheres que, cada vez mais, se articula em novos movimentos que exigem e defendem garantias, implicam em um processo que representa um maior ativismo da sociedade civil nas decisões provenientes de um direito integracionista.

Com o avanço tecnológico proveniente pelo advento da globalização, a luta das mulheres passou a se articular por meio de novas formas de organização, agora, redes mundiais como a Marcha Mundial de Mulheres¹¹ ganham peso e maior visibilidade a nível global. A Marcha das Mundial de Mulheres propõe um debate crítico às pautas relacionadas às questões de gênero. Esta, por sua vez, ao introduzir em fóruns sociais temas fundamentais em perspectiva de gênero e equidade, “[...] *trouxe um debate crítico às causas estruturais da pobreza e também a possibilidade de construir um posicionamento e uma articulação das mulheres em relação à questão da economia*”. Além disso, a Marcha possibilita uma série de ações voltadas ao discurso crítico face a mercantilização do corpo e à profunda extensão da

¹¹ A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento internacional atualmente organizado com Coordenações Nacionais em 62 países e territórios e com grupos de contato em outros 90 países. A motivação dessa Marcha foi a avaliação de que o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) estava significando mais empobrecimento entre as mulheres e, ao mesmo tempo, que em mundo globalizado se deveria construir uma resistência mundial. Assim, a Marcha propôs a construção de uma mobilização global de mulheres com uma agenda própria, onde a preocupação era pautada na construção de uma resposta à ofensiva conservadora que se estabeleceu com as vitórias do neoliberalismo, no momento em que patriarcado e o capitalismo se reforçavam mutuamente. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008).

sociedade de mercado na globalização. Da mesma forma, desenvolveu-se uma série de ações em prol da luta pela autonomia das mulheres e organização de debates, ações de rua, como colagens de lambe-lambe e outras. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008, p.1).

Mais recentemente, outro grande ato que gerou relevância nas mídias sociais e lutou por causas feministas¹², foi o manifesto conhecido por “Marcha das Vadias”, que, embora tenha se iniciado em 2011, repercutiu com ênfase principalmente entre os anos de 2013 e 2014, quando um número expressivo de mulheres, articuladas por meio das redes sociais, reuniram-se nas ruas das grandes capitais. O referido movimento tem como principal objetivo adotar o conceito de “vadia” para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres em razão da exposição de seus corpos ou de suas sexualidades. (RAGO, 2013).

A “Marcha das vadias”,

[...] traz algumas novidades no modo de expressão da rebeldia e da contestação, caracterizando-se pela irreverência, pelo deboche e pela ironia. Se a caricatura da antiga feminista construía uma figura séria, sisuda e nada erotizada, essas jovens entram com outras cores, outros sons e outros artefatos, teatralizando e carnavalizando o mundo público. Autodenominando-se “vadias”, ironizam a cultura dominante, conservadora e asséptica e, nesse sentido, arejam os feminismos, trazendo leveza na maneira de lidar com certos problemas, mas estabelecendo continuidades com as experiências passadas, mesmo 2199 que não explicitem esses vínculos nem reflitam sobre eles. (RAGO, 2013, p.314).

A inserção dos movimentos sociais no mundo globalizado, especialmente o movimento das mulheres, vêm a corroborar a ideia de democracia alicerçada por Touraine (1994). Este, por sua vez, assevera que uma democracia verdadeiramente efetiva não se materializa, unicamente, em um conjunto de garantias institucionais, mas que representa, também, a luta dos próprios sujeitos pela sua cultura e liberdade, fora das amarras da lógica dominadora dos sistemas sociais. Para Touraine, a democracia deve, além de garantir o respeito às diferenças de todos os indivíduos, dar azo à criação de espaços de participação. Verifica-se, neste sentido, que, ainda que a globalização tenha modificado a forma de atuação dos Estados, a mesma ainda se insere em um contexto democrático, razão pela qual os movimentos sociais se apresentam como um instrumento essencial para suscitar o protagonismo dos indivíduos nesta nova conjuntura político-econômica.

Pode-se dizer que o futuro dos blocos econômicos, como projetos de desenvolvimento, não passa tão somente pelo reforço das relações econômicas e comerciais dos membros, mas,

¹² Para Soares (1994), as causas das lutas feministas podem ser entendidas como atuação em prol de uma ação política e social das mulheres, onde estas se colocam como sujeitos da transformação de sua própria condição social.

também, pelo aprofundamento da sua dimensão social e participativa, que vem sendo refletida, cada vez mais, por meio do engajamento dos atores sociais e da decisão política dos governos de ampliar cada vez mais a participação social. Ainda que haja algumas discrepâncias no que diz respeito a participação da sociedade civil dentro dos blocos, determinados movimentos podem reflexionar seus anseios nas decisões e projetos desenvolvidos entre os países integrados.

Conforme o Protocolo de Ouro Preto¹³, os órgãos com capacidade decisória de natureza intergovernamental do Mercosul são: o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. Ocorre que, ainda que haja determinação em definitivo dos órgãos responsáveis, ainda não há a incidência da participação popular junto aos órgãos de liberação, uma vez que a própria população, muitas vezes, sequer tem conhecimento de como se desenvolvem as reuniões deliberativas.

No que diz respeito a legitimidade de participação da sociedade civil dentro do Mercosul, esta “[...] *não está condicionada a uma representação de toda a sociedade em seu conjunto. Isso é atribuição dos órgãos legislativos, a despeito da existência de limitações e fragilidades*”. (JÚNIOR, 2013, p. 115). Os atores da sociedade civil podem tentar influenciar os rumos da integração de duas formas principais:

a) através da articulação autônoma de setores sociais que fazem um acompanhamento dos temas e pressionam os governos a aceitar suas propostas, mesmo sem terem acesso às reuniões oficiais do bloco; b) através da presença direta nas instâncias negociadoras do Mercosul. Vale dizer que essas estratégias não são excludentes, podendo ser combinadas, como ocorre com a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS). No que tange à participação, esta se dá através de dois mecanismos principais: a) presença no Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), espaço exclusivo para representantes de setores econômicos e sociais da sociedade dos países membros; b) presença nas reuniões dos organismos subordinados ao Grupo Mercado Comum (GMC) (Sub-grupos de trabalho, Reuniões Especializadas, Grupos Ad Hoc, entre outros), à Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e ao Conselho do Mercado Comum (CMC) (Grupos de Alto Nível, Reuniões de Ministros, Reunião de Altas Autoridades, entre outros). (CASTRO, 2007, p. 52).

Ocorre que, ao analisar os principais órgãos voltados para a participação social, dependentes dos organismos acima elencados “[...] *percebe-se que há setores que não tem representação, pois ainda não foram contemplados com uma “reunião especializada” ou outro espaço próprio*”, de modo que, no que diz respeito a existência de órgãos de representação social ou cidadã, estes não possuem um poder verdadeiramente decisório ou

¹³ O Protocolo de Ouro Preto, assinado em 17 de dezembro de 1994, na cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil, complementa as bases institucionais do Tratado de Assunção.

capacidade de iniciativa sobre o arsenal normativo. *“Quando suas funções estão previstas, estas se colocam de forma acessória, como suporte ou apoio à ação dos executivos nacionais e na tramitação das decisões que estes adotam exclusivamente”*. (RIBEIRO, 2018, p. 22)

Há, ainda, sérias dificuldades no que concerne a compreensão do processo legislativo. Os processos internos nem sempre são acessíveis aos cidadãos, o que torna o acompanhamento decisório difícil para a população geral. De acordo com Elisa de Sousa Ribeiro (2018), os procedimentos para a adoção de políticas públicas *“não estão expostos de forma clara e concisa sequer no sítio oficial do organismo. Ademais, não existe nenhum tipo de cartilha explicando ao cidadão como esse processo funciona”*. Desta forma, a falta de informação acaba, por consequência, dificultando o acompanhamento das ações intrabloco e, consequentemente, *“a atuação da sociedade civil e de grupos de pressão”*. (RIBEIRO, 2018, p. 129).

Assim, para buscar entender o alcance e influência dos movimentos dentro do campo de atuação no bloco econômico do Mercosul, far-se-á uma breve análise acerca da participação das mulheres em conferências internacionais, especialmente a partir da década de 1990, quando os elementos da globalização permitiram maior visibilidade de suas pautas e, consequentemente, maior inserção das mulheres nos processos decisórios do bloco. Logo, para descortinar esta questão, o próximo capítulo se debruça sobre as iniciativas das cúpulas de entidades e conferências, que, na hipótese apresentada, tornou exitosa uma participação mais fervorosa das mulheres dentro do Mercado Comum do Sul, principalmente no conteúdo das decisões tomadas no interior do bloco.

4 MOVIMENTO DAS MULHERES NO MERCOSUL

Diante do quadro aqui apresentado verificou-se que a globalização permitiu a expansão do movimento das mulheres. Em razão do advento da internet, movimentos feministas se tornaram mais visíveis, permitindo que estes, neste contexto, oferecessem uma importante contribuição ao redefinir novos espaços públicos e, por conseguinte, questionar a centralidade do Estado. Tanto o Movimento da Marcha das Mulheres, quanto outras manifestações públicas, como a “marcha das vadias”, questionaram a importância das

relações de gênero e da luta pela igualdade entre os sexos, expandindo e reflexionando seus objetivos para dentro dos próprios blocos econômicos, porquanto seus propósitos começam a aparecer, com muito mais veemência, nas pautas integracionistas.

Considerando que o movimento das mulheres, guiados por propósitos feministas, protagonizam uma forte contribuição para a reconstrução de discursos e práticas acerca da importância da representatividade feminina, especialmente em tempos de globalização, verifica-se, aqui, como os discursos destes movimentos se encontram caracterizados quando da realização de cúpulas e conferências que objetivam a maior participação e representatividade das mulheres dentro de processos integracionistas, especialmente no Mercado Comum do Sul.

O Mercosul, ainda que tenha com um de seus propósitos principais a integração de mercados e das economias nacionais dos países membros, inspirado na experiência da Comunidade Econômica Europeia, também buscou criar um mercado comum com um propósito integrador marcado pela a cooperação política e, também, pela integração de pessoas. O bloco procura dialogar com a sociedade civil para discutir projetos de integração que não se destinam apenas aos acordos econômicos, mas que também discutam pautas que se atentem a integração social e cultural do bloco, procurando beneficiar grupos de todas as camadas sociais, buscando tornar-se, assim, um palco de debates sobre uma variedade de temas, extrapolando a esfera meramente econômica. Para fins de refletir acerca na eficácia dos movimentos das mulheres no Mercosul, far-se-á uma breve análise dos movimentos que ensejaram uma participação mais efetiva das mulheres no entorno dos processos decisórios do bloco, principalmente no que se refere ao conteúdo das decisões.

O avanço da inserção das mulheres no Mercosul, deu-se, principalmente, com o advento de uma série de manifestações e movimentos sociais praticados por estas e por aqueles que defendem o seu protagonismo. Os objetivos destes movimentos, também impactaram o conteúdo de cúpulas e conferências internacionais. A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim¹⁴, em 1995, articulou uma série de avanços conceituais no que diz respeito ao gênero, e na identificação de áreas de preocupação prioritária, como “[...] *a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza; a desigualdade no acesso à*

¹⁴ A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz foi um encontro organizado pelas Nações Unidas entre 4 de setembro e 15 de setembro de 1995, em Pequim, na China. Participaram do evento 189 governos e mais de 5.000 representantes de 2.100 ONGs internacionais.

educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a violência contra a mulher.” (PIMENTEL; MUÑOZ, 2015, p. 12).

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo. (PIMENTEL, MUÑOZ, 2015, p. 11)

O Brasil, por sua vez, teve participação ativa na Conferência de Pequim e, seguindo as recomendações desta conferência, realizou-se o Primeiro Seminário de Treinamento e Análise das Mulheres no Mercosul, em São Paulo, momento em que se aprovou uma carta dirigida aos presidentes dos países do Mercosul que expressava a preocupação do impacto que o processo de integração pode causar sobre o mercado de trabalho feminino. Neste mesmo seminário, aprovou-se uma carta dirigida aos presidentes dos países do Mercosul, a qual referiu que “*el MERCOSUR puede constituirse en un nuevo escenario para construir relaciones más equitativas entre hombres y mujeres, contribuyendo así a la reafirmación de la justicia y la democracia en nuestra región*”¹⁵. Logo, solicitou-se que “*las políticas de igualdad de oportunidades sean incorporadas como uno de los temas centrales en la agenda MERCOSUR*”¹⁶. (La agenda de género en el MERCOSUR, Lilian Celiberti, 2005, p. 14).

Assim, a fim de promover a participação mais ativa das mulheres, em 1997, fundou-se a Comissão de Mulheres da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS-Mercosul), adotando as medidas necessárias para eliminar todas as formas de discriminação contra o sexo feminino. Em consequência, em 1998, representantes das oficinas da mulher dos Estados Parte do Mercosul e Chile com apoio da UNIFEM¹⁷, objetivando elaborar uma proposta para obter um espaço formal de representação dos interesses de gênero no processo de integração, criou-se, em julho de 1998, a Reunión Especializada de la Mujer (REM) com o objetivo de contribuir ao desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades dos países membros.

¹⁵ Tradução livre: o MERCOSUL pode se tornar um novo centro para construir relações mais justas entre homens e mulheres, contribuindo para a reafirmação da justiça e da democracia em nossa região.

¹⁶ Tradução livre: sejam incorporadas políticas de igualdade de oportunidades como dois temas centrais da agenda do MERCOSUL.

¹⁷ United Development Fund for Women – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para mulheres.

A Reunião Especializada da Mulher (REM), foi criada com o principal propósito de analisar a situação das mulheres na região e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos países do bloco, tendo como base a igualdade entre homens e mulheres. A partir de debates o governo e a sociedade civil, o REM propicia iniciativas contra a violência contra as mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e as desigualdades no mundo do trabalho. Diante dos temas apontados, pode-se afirmar que o REM se configura, em matéria de gênero, como um dos mais importantes fóruns de discussão do MERCOSUL, fomentando o protagonismo e os mecanismos de atuação das mulheres dentro dos países dos blocos participantes.

Aliada ao REM, encontram-se lideranças de várias organizações feministas, membros da sociedade civil e sindicalistas, demonstrando que a inserção da comunidade civil é essencial para a manutenção e a forma de produzir normas dentro do bloco. A luta destas mulheres, também enseja uma série de mudanças que busca minimizar a violência de gênero. Frente às reivindicações das mulheres no Mercosul, várias medidas têm sido propostas e acionadas para tentar minimizar a violência de gênero “[...] nos países da região protocola-se a inclusão da temática na agenda pública e a implementação de programas de atenção às vítimas, bem como mudanças na legislação, muitas delas inseridas dentro dos países do Mercosul”. (PIMENTEL; MUÑOZ, 2015, p. 18).

Com a decisão de nº 24/11 do Conselho do Mercado Comum e a instância de diálogo entre as mais altas autoridades de gênero dentro da estrutura institucional do Mercosul, em dezembro de 2011, a Reunião Especializada da Mulher foi substituída pela Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul, integrada por representantes governamentais para as questões de gênero das seções nacionais. Entre suas funções principais, inclui-se a adoção de políticas e medidas em matéria de gênero. Desde a criação da REM que, atualmente, restou substituída pela RMAAM,

[...] foi possível capturar decisões e recomendações sobre a agenda do Mercosul, nas áreas de transversalização de gênero no Mercosul; trabalho e emprego; violência baseada no gênero; educação de gênero e participação política das mulheres. (PIMENTEL; MUÑOZ, 2015, p. 22).

A partir dos movimentos protagonizados por lideranças sindicais e pela própria sociedade civil, foi possível fazer com que as mulheres integrassem o conteúdo dos processos decisórios do bloco. Esta luta tomou forma principalmente a partir da década de 1990, quando se realizou o Segundo Seminário Internacional sobre Mulher e o Mercosul e que,

posteriormente, levou à criação, em 1998, da Reunião Especializada da Mulher (REM) do Mercosul que, em 2012 torna-se Reunião de Ministros e altas Autoridades de Mulheres do Mercosul (RMAAM). Foi, por meio desses organismos, que tem sido possível denunciar e proteger as mulheres pertencentes aos países integrantes. (PIMENTEL; MUÑOZ, 2015).

Conforme excertos da página online do Mercosul, desde a criação da RMAAM, o órgão regional já celebrou mais de 38 reuniões semestrais, nas quais foram criados intercâmbios e “[...] *acordos para favorecer os avanços da igualdade de gênero em cada um dos países, assim como promoveu a inclusão da perspectiva de gênero na institucionalidade do Mercosul*”. Desde a origem da RMAAM, os temas debatidos fazem referência à participação política e econômica das mulheres, especialmente voltados à eliminação de violência, todas as suas formas. (EVENTOS..., 2018).

Articular movimentos voltados para a proteção de direitos e garantias das mulheres, especialmente na década de 1990, quando os elementos propulsores da globalização se tornaram úteis ao fomento destes, tornou-se imprescindível para que as mulheres insistissem em contestar o protagonismo das mulheres e, igualmente, “[...] *ênfatizar as contribuições que o gênero feminino pode produzir na construção das Relações Internacionais, independente da multiplicidade de papéis que elas executem.*” (MONTEIRO, 2014, p. 25).

A realização dos movimentos das mulheres contribuem para o reconhecimento da importância do gênero feminino, bem como para a representação de uma consolidação de um Mercosul mais democrático, uma vez que colaboram com a compreensão sobre a importância de discutir os Direitos Humanos da Mulher e a perspectiva de Gênero dentro de um processo de integração regional, no intuito de garantir a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, como condição para a equidade social e a eficiência na distribuição dos recursos.

Desde a criação da REM e, atualmente, com a RMAAM, intensificou-se uma série de decisões e recomendações na agenda do Mercosul em áreas voltadas a incorporação da perspectiva de gênero no bloco, trabalho e emprego, violência baseada em gênero e participação política das mulheres. Aliado a isso, uma série de movimentos acompanham a agenda do Mercosul. Em 2019, aliado à RMAAM, ocorreu a campanha: “Escute nossas vozes”, que busca visibilizar as contribuições das mulheres afrodescendentes e indígenas do Mercosul. Ainda, no ano corrente, restou aprovado o projeto “Recomendação para o Reconhecimento Regional Mútuo de Medidas de Proteção para mulheres vítimas de violência

da região”, quando diferentes setores e integrantes da sociedade civil pertencentes aos âmbitos da saúde, empoderamento econômico e social também fizeram parte das jornadas que protagonizaram a realização deste projeto. (ESCUTEM..., 2019)

Diante do fomento da sociedade civil das reuniões da RMAAM, bem como diante dos avanços obtidos no fortalecimento da perspectiva de gênero dentro do Mercosul, percebe-se que os objetivos traçados pelos movimentos das mulheres também refletem profundamente na conjuntura política do Mercado Comum do Sul. Reconhecer o trabalho dos movimentos de mulheres é necessário para que as posturas políticas do Mercosul dialoguem, cada vez mais, em comum acordo aos propósitos destes movimentos. Outrossim, consoante aos os impactos provenientes dos movimentos das mulheres, verifica-se que, ainda que estes imponham reflexos nas medidas decisórias do Mercosul, percebe-se que os movimentos necessitam de continuidade, a fim de que as posturas políticas do bloco busquem equiparar, efetivamente, as diferenças de gênero em seus países integrantes.

O poder decisório dos blocos, ainda que busque seduzir a sociedade civil para determinada tomada decisória, também depende dos reflexos dos movimentos que são originariamente articulados pela própria sociedade civil. O retorno à visão centrada com relação ao papel desempenhado pela sociedade, reflete que os objetivos dos movimentos das mulheres possuem efeitos dentro do processo de integração, principalmente em relação ao conteúdo das decisões ali tomadas. Verifica-se que uma gestão pública democrática de integração pressupõe não apenas o protagonismo governamental, mas a inclusão de outros atores que interferem no processo e podem alterar sua evolução e alcance, de maneira que, a ideia de participação popular não resta vinculada, tão somente, apenas às instituições governamentais, pressupondo, também, a existência de espaço para criar novas determinações, a partir do imaginário criador da própria sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi aqui apontado, é inegável o fato de que o processo da globalização propiciou profundos avanços no que diz respeito a proliferação de novos blocos econômicos, principalmente no que tange às novas formas de comunicação, facilitadas em

razão do alto avanço tecnológico. A quebra de barreiras entre as nações facilitou não tão somente a consolidação de uma nova forma de economia global, marcada por processos integrativos, mas, também, propiciou uma intensificação de movimentos, que se articulam de maneira a reflexionar impactos na tomada de decisões destes blocos.

Constatou-se, também, que o Mercosul, não obstante inegáveis avanços no que tange a ampliação dos espaços de participação social, ainda possui um longo caminho a percorrer, porquanto não há índices sólidos que apontem para uma profunda participação democrática dentro do bloco. Neste sentido, verificou-se que, assim como a globalização propiciou uma série de avanços no que diz respeito a consolidação de novos mercados financeiros, esta também foi propícia para o surgimento de outros movimentos específicos, como o movimento anti globalização e o movimento das mulheres, este último, caracterizado pela busca da equidade de gênero, o qual ganhou maior visibilidade e, conseqüentemente, surtiu seus efeitos na realização de cúpulas e conferências responsáveis por procurar dialogar diretamente com o Mercosul, a fim de que ali se constituíssem políticas públicas e normativas que dizem respeito, principalmente, ao combate da inequidade de gênero e da violência contra a mulher.

Ao final desta pesquisa, demonstrou-se que os objetivos dos movimentos sociais feministas lograram êxito em reflexionar seus propósitos nos processos decisórios do Mercosul, principalmente por meio da criação da Reunião Especializada da Mulher, criada com propósito de analisar a situação das mulheres na região e, portanto, demonstrando que a hipótese apresentada se comprova no que diz respeito à presença dos objetivos dos movimentos feministas nas decisões do Mercosul.

Referir-se aos impactos dos movimentos sociais em tempos de globalização é tratar de um fenômeno complexo, capaz de gerar, simultaneamente, dinâmicas de integração e fragmentação, cooperação e conflito, dentro de contextos não tão somente econômicos, mas também políticos e sociais. Compreender o fato de que os movimentos sociais podem, verdadeiramente, impactar a forma de ação dentro dos blocos, é fundamental para aferir que os atores sociais possuem, cada vez mais, reflexos que incidem além das fronteiras territoriais, mostrando-se essenciais para a formação de tomada de decisões que possam, efetivamente, reflexionar suas vontades e interesses em um mundo globalizado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ DE MELO, SANTOS. CAPITALISMO, JUVENTUDE E UTOPIA. In: ANDRÉ DE MELO, SANTOS. **Movimento Antiglobalização: Juventude e Utopia**. 2014. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, Maria Sílvia Portella de. **Mercosul: frente e verso**. Brasília, 2007. Disponível em: https://actrav-courses.itcilo.org/es/a2-01275/a2-01275-presentations/silvia-portela/mercosul-frente-e-verso/at_download/file. Acesso em: 03 ago. 2019.

CELIBERTI, Lilian. **La agenda de género en el MERCOSUR**. Montevideo, 2005.

ESCUTE NOSSAS VOZES. **Mercosul**. 10 jul. 2019. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/escute-nossas-vozes/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

EVENTOS REÚNEM MULHERES PARA DISCUTIR POLÍTICAS DE GÊNERO NA REGIÃO. **Mercosul**. 14 set. 2018. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/eventos-reunem-mulheres-para-discutir-politicas-de-genero-na-regiao/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

FILHO, Tarsis Daylan Sepúlveda Coelho Brito. **MERCOSUL: Sobre democracia e instituições**. 2016. Monografia (Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/16369/1/2016_TarsisDaylanSepulvedaCoelhoBritoFilho_tcc.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.

FIRMENICH, Mario Eduardo. **Eutopia: una propuesta alternativa al modelo neoliberal**. Buenos Aires: Colihue, 2004.

FØLLESDAL; Andreas, HIX, Simon. **Why there is a Democratic Deficit in the EU: a Response to Majone and Moravcsik**. Journal of Common Market Studies, June 2006.

GARCÍA, Caterina Segura. La globalización en la sociedad internacional contemporánea: dimensiones y problemas desde la perspectiva de las relaciones internacionales. In: **Cursos de derecho internacional de Victoria Gasteiz** - 1998. Madrid: Editora Tecnos e Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **Era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Multidão, guerra e democracia na era do Império**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

JUNIOR, Paulo Afonso Velasco. **O Mercosul Social: Avanços e Obstáculos para uma Nova Dinâmica de Integração Regional**. 2013. Tese (Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2013.

Disponível em: http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Paulo-Afonso.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.

MACHADO, Marlon Wander; MATSUSHITA, Tiago Lopes. GLOBALIZAÇÃO E BLOCOS ECONÔMICOS. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 104-132, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/DIGE/article/view/42353/28124>. Acesso em: 3 ago. 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Cadernos Marcha Mundial das Mulheres. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2008.

NEGRO, Sandra C. África: Un continente ante la pluralidad de formas de integración y cooperación. In: NEGRO, Sandra C (dir.). **Derecho de la Integración**: Manual. Montevideo - Buenos Aires: B de F, 2013. cap. VIII.

NICOLLS, Reuters. Brexit: Milhares protestam em Londres para exigir segundo referendo. **DW - Made for Minds**, Europa, p. 0-0, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brexit-milhares-protestam-em-londres-para-exigir-segundo-referendo/a-48040796ml>. Acesso em: 3 ago. 2019.

PETRI, Fernanda Calil; WEBER, Beatriz Teixeira. Os Efeitos Da Globalização Nos Processo De Integração Dos Blocos Econômicos. **Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana - UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 78-91, 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao02-2006/2006%20%20artigo%205.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2019.

PETRY, Almiro. Globalização e blocos econômicos. **Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos Formação Humanística Eixo: América Latina**, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.projeto.unisinus.br/humanismo/al/blocos>. Acesso em: 3 ago. 2019.

PIMENTEL, Fagner Barbosa; MUÑOL, Maria Alejandra Montila. Violência contra as Mulheres e suas vozes no Mercosul. **Hegemonia - Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro**, Brasília, n. 18, p. 148-188, 2018. Disponível em: [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_18/Fagner%20Pimentel%20e%20Alejandra%20Mu%C3%B1oz%20\(3\).docx](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_18/Fagner%20Pimentel%20e%20Alejandra%20Mu%C3%B1oz%20(3).docx). Acesso em: 3 ago. 2019.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. In: Cadernos AEL. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp 1995/1996, n. 3/4.

RIBEIRO, ELISA DE SOUSA. **MERCOSUL: Sobre democracia e instituições**. Brasília: UniCEUB, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12747/1/Mercosul%20sobre%20democracia%20e%20institui%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 144.

SHAFFER, Gregory. **Transnational Legal Process and State Change**. New York, v. 37, n. 2, p. 229-264, 2011. Disponível em: <

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.17474469.2011.01265.x>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Andreia Rosenir; OLIVEIRA, Odete Maria. Gênero como possível ator das relações Internacionais. *In*: OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Unijuí. 2011

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. *IN: Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2001.

ZALDUENO, Susana Czar. Integración: nociones generales. Integración económica e integración regional. *In*: NEGRO, Sandra C (dir.). **Derecho de la Integración: Manual**. Montevideo - Buenos Aires: B de F, 2013. cap. I.

Recebido em: 28/08/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

MUJERES MARAVILLA EN EL MERCOSUR EN BUSCA DE VISIBILIDAD*WONDER WOMEN IN MERCOSUR IN SEARCH OF VISIBILITY*Victoria Darling¹

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

RESUMEN

Durante los últimos años, las mujeres adquirieron un protagonismo nunca antes visto. En términos de visibilización de sus demandas, mujeres y sexualidades disidentes han expresado masivamente la exigencia de cumplimiento de derechos y la efectivación de garantías mínimas hasta ahora sólo en papel conquistadas. En tiempos sombríos, de femicidios y ejercicio de diferentes formas de violencia cotidianas, el artículo aborda a través de un análisis crítico de datos de fuentes secundarias diferentes aspectos en que se cristaliza la desigualdad de género en los países del Mercosur. El objetivo es proponer la definición de variables a ser consideradas para diseñar políticas complementarias a la Política de Cuidado, de cuño uruguayo. Luego, se proponen indicadores sociales básicos con el objetivo de aportar al debate sobre la necesaria articulación de políticas sociales comunes en la región.

PALABRAS CLAVE: Mujeres, Mercosur, Indicadores sociales, Inequidad de género, Política de Cuidado

ABSTRACT

During the last years, women acquired a role never seen before. In terms of making their demands visible, women and dissenting sexualities have massively expressed the demand for compliance with rights and the realization of guarantees only on paper conquered so far. In times of femicides and different type of daily violence, the article addresses -through a critical analysis of data from secondary sources- different aspects in which gender inequality crystallizes. The objective is to propose variables to be considered to design complementary policies to the Uruguayan Care Policy. Then, basic social indicators are proposed in order to contribute to the debate of social policies articulation in our region.

KEY WORDS: Women, Mercosur, Social indicators, Gender inequality, Care policy

¹ Doctora en Cs. Políticas y Sociales por la UNAM. Docente e investigadora de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana. darling.victoria@gmail.com

1 INTRODUCCIÓN

A lo largo de los últimos años, se han experimentado fenómenos novedosos que, analizados a la luz de la teoría social, expresan desafíos de conocido inicio e incierto largo alcance para las mujeres de la región latinoamericana. En la mayor parte de nuestros países las mujeres adquirieron un protagonismo nunca antes visto, han expresado de manera masiva la exigencia de cumplimiento de sus derechos y la efectivación de garantías hasta ahora sólo en papel conquistadas (BIDASECA, 2017; SEGATO apud BARRERA, 2019; COORDINADORA Ni Una Menos Chile, 2017).

Este surgimiento de una cuestión socialmente problematizada (OSZLAK, 2007) no forma parte de un clima de época sino, por el contrario, de un momento de acumulación política de larga trayectoria histórica en el que la visibilización de la violencia hacia las mujeres se ha manifestado en forma inaudita. En América Latina, considerando veintitrés países, al menos 2.795 mujeres fueron víctimas de femicidios sólo en 2017 (OIG-CEPAL, 2018). El escandaloso número alcanza la cifra de 9 mujeres asesinadas por día, sólo por su condición. A su vez, las denuncias de violencia de género se incrementan debido a la propagación de mensajes que fomentan, a través de los medios de comunicación, su registro. En Argentina, por ejemplo, el mismo año se relevaron 86.700 denuncias de algún tipo de agresión física o psicológica (NI UNA MENOS, El País 23-11-18). Se trata de datos que sub representan la realidad pues es muy difícil medir denuncias y actos de violencia que ponen en riesgo de la propia vida.

Ahora bien, en un contexto de visibilización pública de la violencia hacia las mujeres, emergen experiencias de resistencia en el campo de la realidad social, como las movilizaciones del 8 de marzo en toda la región o el paro de Mujeres, en los que participaron mujeres de Paraguay con el lema 8MPy, la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto legal, seguro y gratuito, y el movimiento *Ni Una Menos* de Argentina, de Chile, el *Nem uma a menos* en Brasil, y el Comité nacional de la Red entre Mujeres en Uruguay, entre otros. Por su magnitud y la contundencia de sus reclamos, estos colectivos llamaron la atención de la prensa internacional. “*Se empezaron a ver abusos que eran más sutiles, pero que estaban: la discriminación laboral, el acoso callejero y otras caras de la violencia. Cuando las pibas*

vieron eso como la diferencia vital entre ser feliz o no, lo tomaron como bandera” (PEKER Apud ARBIO GRATTON, 2019, p. 2).

No obstante, no todos los gobiernos de la región han respondido a la cuestión de la misma manera. Comprendiendo la trama de la conflictividad generada y otorgándole un espacio destacado a la vida cotidiana de las mujeres como eje de transformación, en Uruguay en 2016, comenzaron a realizarse debates sobre la necesidad de otorgar apoyo estatal a quienes tienen a cargo dependientes. Esto atiende, en particular, a una gran mayoría de jefas de hogar. Se trata de una política pública orientada a garantizar el bienestar físico pero también emocional de quienes sostienen económica y afectivamente un hogar. Esta política constituye el antecedente a la iniciativa 03/18 del Consejo Mercosur orientada a promocionar políticas de incentivo al cuidado y a la vez, darle seguimiento en cada Estado parte a la recolección de datos que permitan profundizar el análisis acerca del impacto del uso del tiempo en las fuentes estadísticas nacionales y relevar el trabajo no remunerado². La cristalización de la recomendación ha sido a todas luces un gran avance en la construcción de una política integral articulada de políticas hacia las mujeres tendiente a reducir la desigualdad, no obstante, constituye ciertamente un tímido avance de un trayecto de largo aliento que aún merece detenimiento y atención de los gobiernos de los países del Mercosur.

La propuesta del presente artículo consiste en realizar un análisis de datos con el fin de abordar diferentes aspectos en que se cristaliza la desigualdad de género en los países del Mercosur, en miras a proponer variables a ser consideradas para diseñar e implementar políticas públicas. El argumento central es que, la consecución de la recomendación 03/18 sobre Políticas de Cuidado por parte del Mercosur constituye el primero de otros consensos que es necesario alcanzar para la articulación de políticas públicas efectivas hacia las mujeres de la región. En ese sentido, este trabajo apuesta, en primer lugar, a visibilizar la Política de Cuidado como eje de acciones tendientes a priorizar la visibilidad del trabajo no pago femenino. Se destaca el caso uruguayo en tanto referencia teórico-conceptual y práctica que arroja experiencias y aprendizajes aún pendientes en Argentina, Brasil y Paraguay

En segundo lugar, y aquí el punto central, realizamos una propuesta relacionada al proceso de medición y cuantificación de fenómenos sociales relativos al género. Proponemos

² La recomendación del Consejo Mercosur, llamada Políticas de Cuidado, fue publicada en diciembre de 2018 y está basada en el Consenso de Quito de la 10ma. Conferencia Regional sobre la Mujer del 2007 y la Recomendación 202 de la Organización Internacional del Trabajo de 2012.

indicadores sociales básicos que podrían ser implementados en los Estados parte del Mercosur con el objetivo de articular políticas sociales comunes. Provenientes de diferentes países de la región y con variaciones creativas sobre ellos, los indicadores sociales que trabajamos buscan visibilizar problemas velados y materializar la expresión cuantitativa de urgencias y emergencias en la atención a las mujeres. El trabajo pretende ser un aporte de fuentes metodológicas para medir la inequidad de género y animar el debate sobre las tareas pendientes en la materia.

La metodología utilizada consiste en un análisis de datos empíricos, alternado con lecturas teóricas que sustentan la perspectiva crítica. Se realiza un análisis crítico de datos de fuentes secundarias. Algunas de estas fuentes son oficiales, otras son agencias de investigación que, promovidas por reconocidas académicas, buscan aportar al debate que refiere incluso a los límites que los datos oficiales expresan. Como cierre conclusivo, se expone una jerarquización de temas/problemas que vinculados al debate de género, exigen la apertura de nuevas plataformas desde las cuales dialogar para considerar un diseño articulado de políticas.

Entendemos que contar con fuentes de medición propias -con fuentes de datos que superen las ya existentes en los países como censos y encuestas permanentes de hogares- y una jerarquización de temas/problemas sobre los cuales alcanzar consensos mínimos, posibilitará crear una agenda compartida que garantice condiciones de vida dignas para las mujeres³. Por cierto, la investigación se nutre artísticamente de fotografías a mujeres trabajadoras, tomadas en la zona de la triple frontera entre Brasil, Paraguay y Argentina hacia fines de 2018⁴.

El tiempo parece ser escaso, pues la gravedad del tema radica en las dificultades que las mujeres atraviesan día a día y en el elevado índice de episodios de violencia que padecen. Autoras regionales y periodistas de reconocida trayectoria han llegado a considerar estos tiempos como una *guerra contra las mujeres* (SEGATO, 2016; GAGO, 2018; PEKER, 2019), en el que se expresa un consenso elocuente que recorre oficinas, redacciones, universidades y calles: “Con femicidios no hay paz. Nos queremos vivas, libres y sin miedo”.

³ Venezuela no ha sido considerado para este trabajo en virtud de la suspensión temporal de sus garantías como miembro pleno del Mercosur. Entendemos que la realidad de las mujeres venezolanas no es menos urgente que la del resto de las mujeres del bloque y que las iniciativas del Ministerio del Poder popular para la Mujer y la igualdad de Género pueden ser un aporte importante a la construcción de políticas compartidas.

⁴ Las fotografías de mujeres trabajadoras fueron alcanzadas por la lente y sensibilidad de Alma Monges.

2 EL TIEMPO: UN RECURSO FEMENINAMENTE ESCASO

El tiempo de trabajo de las mujeres comprende un periodo que, analizado como totalidad, contiene un porcentaje importante de trabajo no remunerado. Se trata de una multiplicidad de *quehaceres* que contemplan las tareas realizadas en el hogar. A esta condición se agregan otras funciones si quien las realiza es madre y, además, si tiene a cargo en el hogar a un anciano o familiar con discapacidad. Las mujeres realizan 2,5% veces más trabajo doméstico y de cuidado no remunerado, que los hombres (ONU, 2016). Limpiar,



llevar a los niños y niñas a la escuela, cuidarlos, cocinar, ordenar, ocuparse de la ropa y colaborar con las vecinas del barrio o de la comunidad, son trabajos que, considerados menesteres femeninos, han pasado desapercibidos en su rol productivo.

Las llamamos “mujeres maravilla” ya que, las mujeres, y en particular las mujeres latinoamericanas, alcanzan niveles y ritmos de trabajo extenuantes en jornadas de

trabajo que no alcanzan su deseo de fin. A este trabajo se suman más tareas no pagas si se trata de mujeres que, eligieron o no pudieron elegir ser madres y además, cargan con la jefatura del hogar.

Según datos de ONU Mujeres (2016), el valor del cuidado no remunerado y del trabajo en el hogar representa entre un 10 y un 39% del PBI en América Latina, pesando en algunos rubros más que incluso una rama industrial completa como puede ser el comercio o el transporte. Las tareas del hogar importan y crean valor. Entre las tareas que forman parte del trabajo no remunerado se encuentra el cuidado de dependientes, que implica no sólo la

incapacidad de acceder a otros trabajos remunerados, por falta de tiempo y apoyo, sino algo aún más difícil de sobrellevar, que consiste en el malestar subjetivo de reconocer la insatisfacción con la propia condición. En virtud de esta condición es que consideramos que las mujeres deben convertirse en Mujeres Maravilla para lograr dar cuenta de la enorme cantidad de tareas que implica sobrevivir. Esta superposición de tareas y tiempos de trabajo efectivamente afecta su salud emocional y sin desearlo, inexorablemente la percepción amorosa de los y las dependientes⁵.

Quien tiene a cargo niños y niñas, familiares con deficiencias o un anciano, poco puede ofrecer a la hora de ir en búsqueda de un trabajo de tiempo completo. La condición de desigualdad en el cuidado y los quehaceres acarrea otras desigualdades, entre las que se encuentran el efectivo acceso a un empleo remunerado. Ciertamente, pocos empleadores prefieren a una madre con niños a cargo que a un empleado soltero sin familia a cargo.

La mayor parte de estos aspectos hoy son visibles en algunos países. En América Latina, la Ley de creación del Sistema Nacional de Cuidados fue sancionada en diciembre de 2015 en Uruguay, promovida por el presidente Tabaré Vázquez. La ley se ha constituido en un modelo para otros países. pues prevé servicios de asistencia, formación y regulación a quienes reciben algún tipo de cuidado. Se trata de niños, niñas, ancianos y portadores de alguna deficiencia física o mental que dependen de otra persona para sobrevivir en condiciones dignas. Esta política promueve el apoyo del Estado para cubrir a través de un subsidio por dependiente, el tiempo de trabajo no formalmente remunerado. Además, ofrece capacitación para quienes ingresan en el grupo de los llamados agentes de cuidado, en el marco de un plan de asistencia y al mismo tiempo, de generación de empleo.

En el siguiente gráfico puede observarse la relación que existe entre trabajo remunerado y no remunerado en catorce países de la región latinoamericana, diferenciando hombres y mujeres. Como queda expuesto, se observa una gran diferencia entre el tiempo de trabajo que realizan los hombres y el tiempo de trabajo al que se dedican las mujeres. A su vez, las mujeres -en verde oscuro- superan en más del doble de tiempo, el trabajo no

⁵ Lo cierto es que el 85% de los hogares monoparentales está a cargo de una mujer en la región. Incluso, podría hablarse de hogares monoMARENTALES, de hecho (Economía Feminista, 2019). Recientemente, el hashtag #yocriosola fue tendencia en las redes sociales colocando el tema en foco de atención. Los datos indican que frente a la disolución de relaciones de pareja, son las mujeres quienes mayoritariamente asumen el cuidado y mantenimiento del hogar y el cuidado de los y las hijas. En Argentina, los hogares monoparentales, con un adulto a cargo con hijos, alcanzan el 11%, dentro de los cuales el 84% es encabezado por mujeres. Los datos provienen de la Encuesta sobre la Estructura social, en SALVIA y PIOVANI (2018).

remunerado respecto del remunerado. Se destacan por los niveles de desigualdad, México, Costa Rica y Argentina.

Uruguay es, a todas luces, pionero en la adopción y efectivación de una política pública que considera y justifica la transferencia estatal medida en dinero, de una inversión social femenina, medida en tiempo. Este dato es destacable ya que impacta en otros, como el reciente dato de la CEPAL sobre los niveles de pobreza en la región. El último informe Panorama Social de América Latina de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, a partir de datos de 2018, publicado en enero de 2019, muestra que países como Uruguay, Costa Rica y Panamá, lograron revertir la tendencia regional de incremento de la pobreza. Esto significa que contradiciendo la tendencia latinoamericana, en Uruguay, entre otros países, se redujo el número de pobres por ingreso, debido a la existencia o fortalecimiento de pensiones y transferencias públicas (CEPAL, 2019). En consecuencia, existe un efecto multiplicador de ventajas en políticas de combate a la inequidad de género.



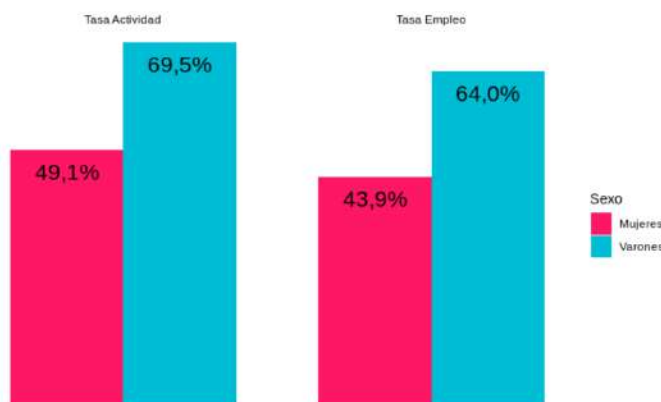
Fuente: CEPAL, 2019.

El Sistema de Cuidados en Uruguay acarrió una profunda transformación en las relaciones sociales a la luz de los testimonios de mujeres trabajadoras, jóvenes, madres y jefas de hogar que reciben el beneficio desde 2016. Lo cierto es que el cuidado es considerado tanto un derecho como una función social, “*implica la promoción de la autonomía personal, la atención y la asistencia a las personas en situación de dependencia*” (PNC, 2015).

De hecho, el sistema constituye una respuesta integrada a varias desigualdades de género: Desigualdad en el acceso a un trabajo cuando se tiene hijos, desigualdad en términos

de cantidad de trabajo no remunerado durante la jornada, desigualdad en la atención al cuidado de los niños, niñas y dependientes, considerando a los adultos y adultas mayores, así como familiares con algún tipo de deficiencia, desigualdad de oportunidades para el ocio y el placer, desigualdad en relación a la posibilidad de subsistencia con una pensión laboral ya que, el sistema de pensiones en América Latina refuerza las desigualdades estructurales presentes en otros ámbitos. Vale señalar que para la cristalización de la Ley Nro. 19.353, se desarrolló una consulta pública que involucró al menos a 3 mil hombres y mujeres y cerca de 1800 organizaciones sociales. La consideración de la cobertura del derecho implicó además la reforma del sistema tributario, así como de planes sociales de larga data, como el Equidad, el PANES (Plan de Atención a la Emergencia Social) y el Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos.

Por otra parte, la tasa de empleo femenina, a lo largo de las dos últimas décadas no sólo se incrementó considerablemente (hoy hay menos mujeres que se dedican exclusivamente a las tareas del hogar) sino que además, continúa siendo muy desigual en relación a la población masculina. El siguiente gráfico, sobre el caso argentino en esta oportunidad, fue elaborado por una organización que busca visibilizar la desigualdad de género difundiendo datos y produciendo materiales académicos. El mismo releva datos oficiales, y de este modo, pone en evidencia la magnitud de la diferencia existente entre géneros entre la tasa de actividad y la de empleo.



Fuente: Elaboración propia en base a EPH-INDEC

Gráfico 1. Población de 14 años y más. Tasas de Actividad y de Empleo por sexo. Total de aglomerados urbanos. 3er trimestre 2018.

Fuente: Economía feminista, 2019.

La superposición de la jornada de trabajo remunerado y no remunerado conduce a la consideración de dobles y triples jornadas de trabajo. Para vivir, las Mujeres Maravilla después de su jornada laboral utilizan su tiempo de descanso y recuperación física y mental para realizar las tareas de la casa. Limpiar, ordenar, cocinar, asistir a los y las hijas en los deberes escolares, arreglar el jardín, realizar arreglos en la vivienda, cuidar la ropa y hacer trámites, son algunas de estas tareas. Si a este listado sumamos las actividades de participación en organizaciones sociales y políticas, de mujeres o vecinos por ejemplo, entonces, de realizar una doble jornada de trabajo, o en términos teóricos *doble presencia* (BALBO, 1978) las mujeres desarrollan una triple jornada de trabajo.

Sobre este punto, el análisis conjunto de la Cepal, FAO, OIT y ONU Mujeres de 2013, sostiene que las encuestas de uso de tiempo muestran que las mujeres trabajan más en actividades no remuneradas y los hombres en actividades remuneradas, y que la suma ambas jornadas el tiempo total de trabajo de las primeras es superior al de los segundos y sus horas de descanso menores (CEPAL, 2013). Confirmando estos datos, se presenta el señalamiento sobre la necesidad de políticas públicas que contribuyan a reducir esta inequidad.

Los principios del Mercosur Social permiten poner en práctica, y abrir camino para operacionalizar la perspectiva de ampliación de oportunidades. Los cimientos fundantes de la dimensión social del Mercosur se dirigen a reafirmar el núcleo familiar como ámbito privilegiado de las políticas sociales, a comprender el crecimiento económico como herramienta para la igualdad de oportunidades, apelar al concepto de protección y promoción social respondiendo a los sectores más vulnerables ampliando sus oportunidades desde una visión de derechos, destacando la importancia de la seguridad alimentaria, respetando las particularidades territoriales para la implementación de acciones conjuntas para arribar a consensos en torno al abordaje de políticas sociales sin dejar de considerar un constante diálogo con la sociedad civil (RMADS, 2007).



En este aspecto se contempla el respeto a la diversidad y el combate a las asimetrías en la búsqueda de un desarrollo individual y más aún, comunitario. Debido a esto se evidencia la necesidad de una articulación política que asuma la complejidad de la problemática de las mujeres de la región, contemplando los aspectos económicos, pero también sociales y culturales vinculados a la búsqueda de mejores condiciones de vida. Luego de firmada la recomendación 03/18, del Consejo del Mercado Común, se vuelven pertinentes trabajos complementarios que puedan colaborar a sedimentar una política pública integral para la vigencia de los derechos y la conservación de la vida.

3 VER PARA CREER: LA NECESIDAD DE INDICADORES BÁSICOS DE GÉNERO

Las fuentes metodológicas para medir la desigualdad de género se han convertido en herramientas centrales para trabajar en la observación de problemáticas sociales y luego, para atender posibles soluciones articuladas. En virtud de su destacado lugar en el marco de la investigación social, organizaciones, ONGs e incluso organismos públicos estatales han creado fuentes de datos propias para analizar el caso de las mujeres, del todo originales, a partir de los datos obtenidos de los censos nacionales y de las encuestas permanentes de hogares, entre otras fuentes oficiales. Nos permitimos en adelante proponer índices básicos para el Mercosur, que hasta ahora no han sido analizados como parte de una política oficial de articulación de estrategias de medición y valoración de la problemática relativa al género en el Mercado Común del Sur. Se trata de una propuesta de variables a tener en cuenta para medir problemáticas comunes e inequidades invisibilizadas. En caso de ser consideradas, y si existiera un presupuesto disponible, podría luego profundizarse en el diseño de un marco teórico, en su delimitación conceptual y el posterior diseño del cuestionario, así como en el establecimiento de criterios de validación y diseño estadístico.

Por lo pronto, los datos que presentamos se limitan a dar a conocer la dimensión problemática del fenómeno, justificar su pertinencia, destacar la urgencia de su atención en el marco regional y en ese contexto, proponer indicadores básicos de medición a ser considerados por las instituciones del Mercosur.

USO DEL TIEMPO DISPONIBLE

Se ha vuelto un consenso establecido la necesidad de contar con datos cuantitativos y cualitativos relativos al empleo y las actividades laborales disgregadas por sexo en nuestros países. Considerando esta variable necesariamente decisiva y por tanto primera, cabe detenernos ahora en otras variables de desagregación que el indicador Uso del tiempo podría expresar. La dedicación a diferentes actividades anexas a la jornada laboral, cuando se dispone de un empleo, expone diferencias cuando aquello que se observa es el corte de actividades a las que se dedican los hombres, y las actividades a las que se dedican las mujeres.

Como hemos analizado en el apartado anterior, existen datos que nos acercan a la dimensión problemática, en términos generales. Contamos con datos que exponen el tiempo de trabajo remunerado en relación al tiempo de trabajo destinado a trabajo no remunerado, y también datos sobre desempleo, entre otros vinculados al ingreso *per cápita* y al Producto Bruto Interno. A su vez, en el presente es posible incluso cuantificar el nivel de ingresos que representa el trabajo no remunerado en términos de porcentaje de Producto Bruto representado. Aún así, entendemos que los datos relativos a el tipo, calidad y cantidad de tiempo dedicado a trabajo no remunerado, mayoritariamente femenino, pueden ofrecer mayor y mejor información relativa a la condición de vida de las mujeres en sus diferentes periodos de vida. La operacionalización de la variable “tiempo de trabajo no remunerado” en “Uso del Tiempo disponible” permitiría medir aspectos que, por derivación, se consideran secundarios y son, a todas luces, indicativos de procesos de transformación social.

Considerando la necesidad de dar orden a los datos a relevar, se proponen 3 indicadores básicos, derivados de “Uso del tiempo”. El primero es: 1) Promedio de horas a la semana dedicadas actividades de recreación, actividades de ocio y disfrute, actividades culturales y de convivencia social. El segundo es: 2) Promedio de horas semanas dedicadas a las tareas del hogar (cocina, limpieza y cuidado de la ropa, orden, limpieza y reparación de la vivienda, cuidado de dependientes,).

El indicador básico 1) posibilita la dimensión de las actividades que se realizan por fuera de la jornada laboral. Muchas de estas actividades generalmente se consideran tareas del hogar, sin embargo la consideración de otras, como la convivencia social o el goce permiten

dimensionar un aspecto que históricamente se le ha negado a las mujeres. En ese sentido, abre la dimensión a la aprehensión de procesos de la vida que operan en la realidad y que escasamente son considerados como ejes de desarrollo de una vida digna. Cabe señalar que algunas de estas variables, son utilizadas para fines de medición en otros países de América Latina. En México, por ejemplo, existe desde el año 2014 el relevamiento oficial denominado “Encuesta Nacional sobre Uso del tiempo”. Esta encuesta es realizada por el Instituto Nacional de Estadística y Geografía -INEGI- en conjunto con el Instituto Nacional de las Mujeres -Inmujeres- y releva datos que permiten comparar levantamientos de datos de etapas anteriores constando 1996, 1998, 2002 y 2009 (INEGI-Inmujeres, 2014). Esta acumulación de datos y resultados provisionarios permite realizar análisis sincrónicos y de trayectoria de las inequidades, así como evaluar posibles incidencias de políticas públicas destinadas al sector.

Estas variables complementarían el trabajo ya realizado por la CEPAL (CEPALSTAT, 2019) que recoge datos desde 1998 en catorce países de la región. De hecho, existen dos variables que CEPAL construye que pueden considerarse antecedentes, una es la tasa de participación doméstica según sexo y otra la dedicación exclusiva a las labores del hogar, por grupos de edad, según área geográfica.

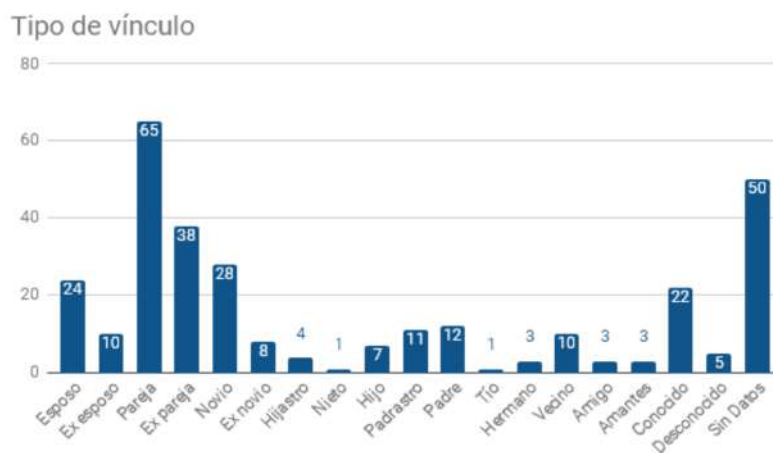
VIOLENCIA DE GÉNERO

La multiplicidad de formas en que la violencia hacia las mujeres se expresa, dificulta la construcción de variables consensuales sobre las que trabajar para medir el impacto de las formas de opresión de género. Hasta ahora, a partir de los datos oficiales suministrados por los gobiernos de los países latinoamericanos, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe ha logrado mediciones que contemplan tres aspectos. En primer lugar, la tasa de femicidio por cada 100 mil mujeres. También, la CEPAL mide la tasa de victimización según nivel educativo, y finalmente, la tasa de victimización según sexo. Los tres aspectos transformados en variables contemplan la realidad concreta del fenómeno de la violencia pero no permiten prevenir o bien, realizar un diagnóstico *a priori* sobre las amenazas que se les presentan a las mujeres.

En ese sentido, proponemos otras variables que podrían ser consideradas en miras a observar fenómenos anticipatorios de la violencia letal. Un indicador orientado a 1) las

mujeres que, encontrándose en pareja, hayan percibido algún tipo de violencia a lo largo de los últimos doce meses. Este indicador lograría revertir el interés de investigación focalizado en las consecuencias y se orientaría a una lectura y problematización de las causas desencadenantes de cualquier femicidio.

Se justifica la variable inicial respecto de la vida en pareja, en virtud de los datos del Informe argentino reciente de la Defensoría del Pueblos (DEFENSORÍA, 2018) en que se señala que, al menos 65% de los casos de los femicidios cometidos en 2017, fueron realizados por las parejas de las víctimas al momento del asesinato. A saber, el siguiente gráfico expresa el tipo de vínculo que el victimario de crímenes cometidos a mujeres tenía con la víctima. Con datos del año 2017 relativos a Argentina, los cuales claramente subrepresentan el total debido a la carencia de datos, los resultados evidencian una injerencia protagónica de las parejas -cualquiera sea el grado de formalización- en los actos de violencia extrema.



Fuente: Defensoría del Pueblo. Observatorio de Femicidios. Datos de ene. a dic. de 2017

Más aún, el Observatorio de Igualdad de Género de la CEPAL, informa anualmente el número de homicidios de mujeres de 15 años y más perpetrados por razones de género en los países de la región. Para dar cuenta de la magnitud del problema, se recopilan datos acerca de los denominados “feminicidios íntimos” (o sea, cometidos por alguien con quien la víctima tenía o tuvo en el pasado una relación de pareja), reportados como único dato por países como Chile, Colombia, Guyana y Jamaica, hasta el momento.

El indicador aquí sugerido alcanza mayor precisión al complementarse con uno relativo a la necesidad de considerar a las identidades sexuales no binarias. La propuesta es complementarlo de la siguiente manera. 2) Personas trans que hayan percibido algún tipo de

violencia a lo largo de los últimos doce meses. La intención es que, a partir de los datos relavados con este nuevo indicador puedan incorporarse otros factores intervinientes como *tipo de violencia y grado de vinculación con el agresor*. Regresando al indicador 1) referido a la percepción de algún tipo de violencia a lo largo de los últimos doce meses, cabería desagregarlo posteriormente considerando los diferentes tipo de violencia percibida y manifiesta. De esta manera se estaría relevando una segunda variable: 1a) violencia emocional/psicológica, 1b) violencia económica, 1c) violencia física, 1d) violencia verbal, y, 1e) violencia sexual.

Posteriormente, sería posible relevar un tercer indicador básico para el eje Violencia de género, que entendemos, cierra la suma de variables expresando la profundidad de los casos en su proceso de aparición y cristalización. Este sería: 3) Realización de una denuncia ante autoridad competente. Dando peso al sesgo por edad, más aún, podrían a través de estas variables alcanzarse resultados verdaderamente importantes para atender y anticipar en los distintos grupos de mujeres, por edad, situaciones de violencia. Como muestra de las potencialidades que un tipo de relevamiento de estas características puede alcanzar, basta analizar algunos datos recientes. En Argentina, la Defensoría del Pueblo de la Nación realizó un informe oficial en sobre los casos de asesinatos a mujeres y personas transgénero que ocurrieron durante el año 2017. El informe de la Defensoría mostró que del total de casos relevados, que alcanzan los 292 en el año, el 16,2% de las víctimas habían efectivamente realizado al menos una vez, la denuncia ante una autoridad policial. El dato más preocupante del informe señala que en el 51,2% de los casos, no se tiene registro de si realizaron denuncia o no. Sólo se dispone de la confirmación de 32,7% de los casos en que no se tiene registro de que las víctimas hayan realizado denuncia alguna.

El trabajo citado de la Defensoría del Pueblo de la Nación considera la totalidad de casos relevados de asesinatos a mujeres (niñas, adultas o adolescentes) personas Trans, perpetradas por hombres por razones asociadas con su género, caratuladas como muerte dudosa bajo sospecha de femicidio, femicidios o feminicidios y casos vinculados (DEFENSORÍA, 2018).

Los datos indican que, con información actualizada y compartida, existen al menos 16,2% de casos que, en Argentina, en virtud de la demanda y pretensión de registro, podrían haberse evitado. Esto es, ni más ni menos que 47 vidas de mujeres y trans que podrían haberse

salvado. De alguna manera, la presencia de autoridades que cuenten con capacitación para dar respuesta y contención a los distintos de violencia es ineludible. Cada vez más se pone en evidencia que políticas ya consideradas clásicas como la simple denuncia seguida de la restricción perimetral, como se realiza en Uruguay, Paraguay y Argentina, o el *boletim de ocorrencia* (BO) en Brasil, no son suficientes.

Recientemente la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, incluso, refrendó la información divulgada por la OEA en febrero de 2019 que considera el caso de Brasil como uno de los más preocupantes en ese sentido. Brasil concentra el 40% de casos de femicidios de la región latinoamericana.

A CIDH enfatiza que os assassinatos de mulheres não se tratam de um problema isolado e são sintomas de um padrão de violência de gênero contra elas em todo o país, resultado de valores machistas profundamente arraigados na sociedade brasileira (CIDH, 2019, p.1).

INTERSECCIONALIDAD

Para enriquecer la propuesta de indicadores básicos sobre las mujeres del Mercosur, complementando la información ya relevada por organismos oficiales nacionales y por la CEPAL, existe un dato más que merece ser contemplado en su especificidad indagatoria. El dato remite a los datos relativos a las intersecciones existentes entre "raza" y etnia, en el conjunto de datos relevados relativos a género.

La interseccionalidad entre raza y género ha sido discutida en el ámbito académico y ha tenido una enorme cantidad de contribuciones teóricas específicas.

Si bien no podemos decir que todas las élites son de piel clara ni que todos los grupos subalternos son de piel oscura, en términos generales es así. En términos generales, se termina por asociar la clase con cierta tonalidad de la piel, de manera que la discriminación por razones fenotípicas no puede ser entendida sino después de una lectura interseccional. (VIVEROS apud PONTON, 2017, p. 2).

El caso de la región latinoamericana es de los más estudiados, por la proporción de casos de mujeres negras que viven en condiciones de inequidad socioeconómica, sobre todo en Centroamérica, Brasil, Colombia y Ecuador, así como debido a la cantidad de mujeres indígenas que viven en situación de pobreza. Sólo en el caso de Brasil,

[...] em novembro de 2018, a CIDH observou, em particular, a existência de interseções entre violência, racismo e machismo, refletidas no aumento

generalizado de homicídios de mulheres negras. Ademais, a comissão vê com preocupação a tolerância social que perdura diante dessa forma de violência (CIDH, 2019, p. 4).

Los datos son alarmantes. El número de femicidios registrados en Brasil considerando sólo los dos primeros meses de 2019, alcanzó los 126 casos y 67 a su vez, fueron víctimas de tentativa de homicidio, sólo por su condición. El dato respecto del color de piel agrava el fenómeno y arroja peculiaridades que merecen ser destacadas.

Coincidimos en que hoy, *“casi todo el mundo habla de etnicidad porque es una palabra que se ha vuelto políticamente correcta, pero yo creo que es importante nombrar la raza para combatir el racismo; si no se nombra, pensaríamos que todo el asunto es étnico”* (VIVEROS apud PONTON, 2017, p. 3). En ese sentido, es una verdad relativa que “la violencia contra las mujeres no distingue grupos socioeconómicos, edad, niveles educativos ni ámbitos de ocurrencia”. Esta frase puede ser expresión de la magnitud de casos de violencia de los que las mujeres son víctima, pero no de la realidad, que arroja desventajas y en su complejidad, acumulación de desventajas. Si bien la inequidad ocurre en todos los ámbitos, hay diferencias considerables en las prevalencias de mujeres. La marginalidad que ha caracterizado a las indígenas y población negra en la región, se evidencia en los indicadores que muestran sus condiciones de desventaja respecto de la población no indígena y blanca en el acceso a los servicios de educación y salud. Los indicadores del sistema estadístico permiten identificar elementos a ser considerados en las propuestas de políticas públicas que incorporen las brechas de género que arrojan datos polarizados, marcados. En ese sentido, hablamos de una acumulación de desventajas.

La dimensión de casos a considerar puede relevarse a partir de la consideración de 1) Porcentaje de la población de más de 6 años -escolarización promedio- que habla una lengua indígena. Luego, sobre ese total puede hacerse un corte analítico diferenciando los casos por sexo. A partir de allí puede relevarse 2) Porcentaje de esa población en condiciones de pobreza, 3) Nivel de escolaridad, y 4) Frecuencia de acceso a los servicios públicos de salud.

Esta información arrojaría datos respecto de la accesibilidad a los servicios básicos que garantizan una vida digna, y además, permitiría realizar estimaciones de condiciones socioeconómicas, ya que existe una correlación directa comprobada entre nivel socioeducativo-o grado de escolaridad- y condición económica.

BIENESTAR SUBJETIVO

Malestar subjetivo es un indicador social cuyos resultados fueron recientemente publicados por el Observatorio de la Deuda Social de la Universidad Católica, para el caso de Argentina. El esquema de variables e indicadores diseñados remite a la dimensión subjetiva del desarrollo humano, en particular, a la medición de recursos emocionales, afectivos y cognitivos.

La propuesta de la presente investigación consiste en replicar estas variables para todos los países del Mercosur, considerando el corte de género para cada uno de los indicadores considerados. En lugar de llamarlo Malestar, colocamos la lente en el fenómeno, sólo que de manera optimista, por eso podemos considerarlo Indicador de Bienestar subjetivo. En términos generales, quienes miden con relativa frecuencia el Bienestar subjetivo de la sociedad en diversos países como Islandia o Noruega, lo hacen combinando el resultado de las encuestas que concentran datos relativos a la felicidad, con el Producto Bruto Interno *per cápita*.

Aquello que destacamos es que, de hecho, la consideración de la percepción de ingresos es importante pero para los fines de nuestro proyecto de relevamiento, no es determinante, pues ese indicador ya se encuentra oficializado en los Institutos de estadística nacionales en el Mercosur. Los datos serían considerados sin necesidad de nuevos relevamientos. Aun así, entendemos que el bienestar se asocia también a la ausencia de otros factores relacionados con la ausencia de cualquier tipo de violencia, para las mujeres, y no sólo con las condiciones materiales de existencia. Aún cuando la correlación entre percepción de infelicidad se asocie indirectamente con insuficiencia de ingreso, en este punto sostenemos la importancia de considerar el conjunto de indicadores de bienestar asociado a los indicadores básicos propuestos con anterioridad.

La medición del Malestar subjetivo que consideramos como modelo de análisis, contempla las siguientes variables: a) Malestar psicológico, b) Afrontamiento negativo, c) Sentirse nada o poco feliz, y d) Déficit de proyectos personales.

a) Malestar psicológico mide “el déficit de capacidades emocionales a través de sintomatología ansiosa y depresiva de las personas. El malestar psicológico dificulta responder a las demandas ordinarias de la vida cotidiana, desenvolverse socialmente y tener relaciones satisfactorias con los otros” (UCA, 2019: 5). b) Afrontamiento negativo es equivalente a el afrontamiento de evasión o evitativo de problemas. El indicador releva el nivel de conductas destinadas a evitar la consideración de posible resolución de los problemas que lo o la aquejan. En tercer lugar, la variable c) Sentirse nada o poco feliz busca relevar la percepción de infelicidad y tristeza del momento de la vida en que se encuentra. Y el indicador d) Déficit de proyectos personales, busca medir el porcentaje de personas que no cuentan con un proyecto de largo plazo ni metas que los incentiven a pensar en una mejoría de su condición personal.

La posibilidad de medir, cuantificar y relevar rasgos de estados anímicos es a todas luces una novedad, cruzar los datos obtenidos con otros datos relativos a ingresos y condición de vida, violencia o interseccionalidad, por ejemplo, ofrecen problematizaciones novedosas, con enorme potencial de incidencia en la región.

Asimismo, lograr mediciones de estas características ilumina aspectos ocultos, muchas veces negados para las mujeres. La posibilidad de manifestar su percepción sobre la situación que viven y oficializar su consideración para diseñar políticas públicas, les otorga renovada importancia y permite nombrar procesos de difícil expresión.

Lo cierto es que los estados anímicos, el malestar psicológico que considera síntomas vinculados a la depresión y la ansiedad, así como la tristeza, desesperanza y difícil percepción de una vida futura pueden también colaborar a la prevención de enfermedades, así como a la visualización de casos urgentes de necesaria atención psicológica y psiquiátrica en miras al cuidado de la salud mental de las mujeres.

Aquello que el caso argentino despunta, en su aplicación práctica, es que los niveles de malestar psicológico relevados por el Observatorio de la Deuda Social son tres veces más altos entre los que pertenecen a un estrato socio-ocupacional trabajador marginal -incluso con tendencia acendente a lo largo de la serie- que los que pertenecen al sector medio social profesional (UCA, 2019, p. 8). Las variables sugieren la necesidad de cruces interseccionales, de datos de pobreza desde una perspectiva multidimensional y de género.

4 LA INFORMACIÓN CON QUE CUENTA LA REGIÓN

Desde el año 2007, existe un Observatorio especializado en el relevamiento de datos y en la difusión de información referida a género en América Latina. El Observatorio de Igualdad de Género en América Latina y el Caribe es resultado de la 10ma. Conferencia Regional sobre la Mujer celebrada en Quito el mismo año. En aquella Conferencia los miembros de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe solicitaron la constitución de un organismo con relativa autonomía, dentro de la División de Asuntos de Género, capaz de relevar las ausencias relativas a la paridad de género.

Las iniciativas de recolección de datos y emisión de documentos e informes se realizan en cooperación con otros organismos de las Naciones Unidas y en coordinación



con los Institutos Nacionales de Estadística de los países de la región.

Constituye un consenso que uno de los propulsores determinantes de la democracia, cuyo fin es “*alcanzar la igualdad en el ejercicio del poder, en la toma de decisiones, en los mecanismos de participación y representación social y política, y en las relaciones familiares al interior de los diversos tipos de familias*” (CONSENSO DE QUITO en MIDES, 2007, p. 3) es erradicar la exclusión estructural de las mujeres. Esto ha implicado el reconocimiento de la “*contribución de las mujeres al retorno y al fortalecimiento de la democracia, la igualdad de género, la justicia social, el desarrollo de los países de la región y la inclusión de poblaciones históricamente discriminadas*” (MIDES, 2007, p. 3).

Los indicadores que hasta el momento releva el Observatorio de Igualdad de Género de la CEPAL, son: Población sin ingresos propios por sexo; Tiempo total de trabajo; Distribución de la población ocupada según nivel de productividad y sexo; Tiempo de trabajo no remunerado según ingresos propios por sexo; Índice de femineidad en hogares pobres. Esos indicadores corresponden al campo de la “Autonomía económica”. Luego, se encuentran los indicadores relativos a la “Autonomía en la toma de decisiones”, entre ellos se encuentran: Poder ejecutivo: porcentaje de mujeres en los gabinetes ministeriales, Poder legislativo: porcentaje de mujeres en el órgano legislativo nacional, cámara baja o única; Poder judicial, porcentaje de mujeres ministras en el máximo tribunal de justicia o corte suprema; Mujeres alcaldesas electas; Mujeres concejalas electas; Países que han firmado y ratificado el Protocolo Facultativo de la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer; Nivel jerárquico de los Mecanismos para el adelanto de la Mujer (MAM). Y finalmente, se encuentran los indicadores relativos al campo de la “Autonomía física”, entre los que constan: Femicidio; Muerte de mujeres ocasionada por su pareja o ex pareja íntima; Maternidad en adolescentes; Demanda insatisfecha de planificación familiar; y, Mortalidad materna.

Las variables propuestas en la presente investigación, constituyen un complemento a los indicadores con los cuales ya trabaja la CEPAL. Su consideración permitiría ampliar, desde esta perspectiva, de manera integral, la visibilidad de las problemáticas más urgentes de la región, en relación a las mujeres. Asimismo, la propuesta se encuentra acompañada de las múltiples demandas que la sociedad expresa en la actualidad. El rol que vienen cumpliendo los movimientos de mujeres es fundamental para exponer y poner el tema en agenda. La consideración de los datos a través de indicadores legitima y da crédito al tratamiento del tema y su problematización, *permite que se vea*, que adquiera nombre y dimensión. De aquí su relevancia. Ahora bien, se vuelve necesario además de medir, exponer y mostrar el problema, definir en paralelo una agenda prioritaria de estrategias para enfrentar las cuestiones socialmente problematizadas más acuciantes relativas a la conservación de la vida. En ese sentido, presentamos a continuación dos temas que permitirían prefigurar políticas públicas articuladas en el Mercosur, para consideración y debate.

5 CONCLUSIONES

La construcción de un diagnóstico explicativo sobre los aspectos que impiden la paz cotidiana así como la conservación de la vida de las mujeres en el Mercosur se ha vuelto de sumo interés en los tiempos que corren. Es entonces que este artículo subraya la importancia de contemplar dimensiones ocultas que, complementando los relevamientos de datos existentes, permita visibilizar problemas acuciantes.

Efectivamente, la asistencia y apoyo del Estado en el cuidado de dependientes en el hogar permitió considerar a la mujer y su trabajo en el hogar como pivote de un trabajo no remunerado que hoy recibe, afortunadamente, pocos cuestionamientos. La permeabilidad de las instituciones del estado uruguayo para abrir el debate fue crucial en este sentido ya que ofició como ámbito de diálogo y agente facilitador de las condiciones para problematizarlo. Esto, a todas luces, ofreció a los países del Mercosur una base para animar el debate.

La construcción de nuevos indicadores que colaboren en dar continuidad a la política de escucha y apertura a las demandas de las mujeres podría significar, en ese sentido, como iniciativa de los gobiernos que componen el el Mercosur, un camino novedoso de similar derrotero colaborando en situar el tema de la mujer como centro de debate y promoción de políticas públicas.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIO GRATTONI, Micaela. La revolución de las hijas me emociona, me interpela, me pasa por encima“, entrevista a Luciana Peker, **Revista Sudestada**. Buenos Aires. 2019.

BALBO, Laura. **La doppia presenza**, Inchiasta, Milán. 1978.

BARBA SOLANO, Carlos. Los estudios sobre la pobreza en América Latina, **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 71. Ciudad de Mexico. 2009.

BARRERA, Bárbara. Entrevista a Rita Segato. El movimiento feminista está ayudando a que los hombres se liberen, **Palabra pública**. Universidad de Chile, Santiago. 2019.

BIDASECA, Karina. **Ni una menos. Vivas nos queremos!** Publicado en: https://www.clacso.org.ar/archivos/NiUnaMenos_Karina_Bidaseca.pdf. 2017. Acceso en: 6 de noviembre de 2019.

CASTRO, Nazaret. El feminismo es un movimiento de transformación radical de la sociedad, entrevista a Verónica Gago, **Revista Amazonas** Nro. 13. Brasil, 2013.

CEPAL. **Clasificación de actividades de Uso del tiempo para América Latina y el Caribe**. Santiago, 2013. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org>. Acceso: 23 de marzo de 2019.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2018. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44395-panorama-social-america-latina-2018>. Acceso: 3 de abril de 2019.

CIDH. Comisión Interamericana de los Derechos Humanos. **Nota para Brasil**, firmada por la Comissária Margarette May Macaulay. 2019ñ Disponible en: http://www.oas.org/Maintenance.htm?fbclid=IwAR29DPySrtbfqc9X_xpF4KpiKJUQJ13o83pr5lGxMQUCPJ9XQhajE-L9svQ. Acceso: 4 de febrero de 2019.

CMC, Mercosur, Recomendación 03/18, **Políticas del Cuidado**. Disponible en: [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/21371014C3A00249032583BE0070E431/\\$File/REC_003-2018_ES_Políticas%20de%20cuidado.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/21371014C3A00249032583BE0070E431/$File/REC_003-2018_ES_Políticas%20de%20cuidado.pdf). Acceso: 15 de marzo 2019.

COORDINADORA NI UNA MENOS CHILE (2017) Vivas nos queremos. **The Clinic Online**, 6 de julio. Santiago, 2017. Disponible en: <https://www.theclinic.cl/2017/07/06/declaracion-la-coordinadora-una-menos-vivas-nos-queremos/> Acceso en: 6 de noviembre de 2019.

DEFENSORIA DEL PUEBLO DE LA NACION, República Argentina. **Informe final. Observatorio de Femicidios**. Primer informe. Buenos Aires. 2018. Disponible en: <http://www.dpn.gob.ar/> Acceso: 2 abril de 2019.

ECONOMIA FEMINI(S)TA. **Indicadores y fuentes de datos**. Disponible en: <http://economiafeminista.com>. 2019. Acceso: marzo y abril de 2019.

INEGI - INMUJERES. **Encuesta Nacional de Uso del Tiempo**. Disponible en: http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/702825075545.pdf. 2014. Acceso: 3 de abril de 2019.

MIDES - Ministerio de Desarrollo Social, Instituto Nacional de las Mujeres, República de Uruguay. **Consenso de Quito**. 29 de octubre de 2007. Disponible en: http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/file/21721/1/1_consenso_de_quito.pdf Acceso: 4 de abril de 2019.

MUJERES EN RED. **Periódico y documentos de trabajo**. Disponible en: <http://www.mujeresenred.net/spip.php?article660>. 2019. Acceso: 19 de abril de 2019.

OIG - CEPAL. **Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe.** Información, indicadores y publicaciones disponibles en: <https://oig.cepal.org/es>. Acceso: febrero, marzo y abril de 2019.

ONU. **El empoderamiento económico de la mujer en el cambiante mundo del trabajo.** Informe del Secretario General, E/CN.6/2017/3. 2016.

ONU Mujeres. **Redistribuir el trabajo no remunerado.** Disponible en: <https://www.unwomen.org/es/news/in-focus/csw61/redistribute-unpaid-work>. 2016. Acceso en: 6 de noviembre de 2019.

OSZLAK, Oscar. Políticas públicas, democracia y participación ciudadana, **Voces del Sur.** Programa MERCOSUR Social. Buenos Aires: Mercosur. 2007.

PIOVANI, Juan Ignacio; SALVIA, Agustín. **La Argentina en el siglo XXI. Cómo somos, vivimos y convivimos en una sociedad desigual,** Buenos Aires: Siglo XXI editores. 2018.

PNC - Plan nacional de Cuidados (2016) “Plan nacional de Cuidados 2016-2020”. Informe. MIDES, Montevideo.

PNUD - Proyecto de Naciones Unidas para el Desarrollo. Nuestro enfoque, igualdad de género. Disp. en: <https://www.undp.org/content/undp/es/home/gender-equality.html>. Acceso: 1 abril de 2019.

PONTON CEVALLOS, Jenny. Intersecciones de género, clase, etnia y raza. Un diálogo con Mara Viveros, **Revista Iconos**, núm. 57, Ecuador: FLACSO. 2017.

REINA, Elena Centenera; MAR y TORRADO, Santiago. América Latina, la región más letal para las mujeres, en **El país**, 25 de nov. de 2018.

RMADS. Carta de Montevideo, Aprobada por la XIII Reunión de Ministros y Autoridades de Desarrollo Social del MERCOSUR. Montevideo. 2007.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**, Prometeo, Buenos Aires. 2015.

UCA - Universidad Católica Argentina. **Malestar subjetivo (2010 – 2018).** Asimetrías sociales en los recursos emocionales, afectivos y cognitivos. <http://uca.edu.ar/es/noticias/nuevo-informe-sobre-malestar-subjetivo>. 2019. Acceso: 18 de abril de 2019.

Recibido em: 22/08/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

CADENAS GLOBALES DE VALOR: EPICENTRO DE LA NUEVA DIVISIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (1980-2016)

GLOBAL VALUE CHAINS: EPICENTER OF THE NEW INTERNATIONAL DIVISION OF LABOR (1980-2016)

*Jonatan Badillo-Reguera*¹

Universidad Nacional Autónoma de México

RESUMEN

A partir de 1980, el orden mundial comenzó una constante transformación productiva y en flujos de inversión a raíz de la globalización económica. En este sentido, una nueva división internacional del trabajo conecta lo local con lo global gracias a las estrategias de empresas transnacionales; estas fragmentan la producción supeditando los intereses de las estructuras productivas nacionales a las exigencias del mercado mundial. Empero, no basta analizar la innovación comercial derivada de cadenas globales de valor. Los países en desarrollo requieren reflexionar las restricciones inherentes de la nueva integración productiva. Se trata de repensar la adaptabilidad y los desafíos que causa la internacionalización productiva promovida por la globalización económica del siglo XXI.

PALABRAS CLAVE: Cadenas globales de valor, Nueva división internacional de trabajo, Desverticalización, Endógeno y Escalonamiento.

ABSTRACT

From 1980 onwards, the world order began a constant productive and investment transformation due to economic globalization. Thus, a new international division of labor connects the local with the global due to the strategies of transnational firms; these latter have fragmented the production by subjecting the interests of national productive structures to the demands of the world market. However, it is not enough to analyze the commercial innovation derived from global value chains. Developing countries must consider the inherent constraints of the new productive integration. It relates to a rethinking of the adaptability and the challenges caused by the productive internationalization that promotes the economic globalization of the 21st century.

¹ Doctorante en el Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México (PPELA-UNAM) y Profesor Adjunto en la Facultad de Economía, UNAM. Maestro en Relaciones Internacionales y Licenciado en Economía. E-mail: badillo.jonatan@gmail.com

KEY WORDS: Global value chains, New international division of labour, ‘Deverticalizing’, Endogenous and Staggering.

1 INTRODUCCIÓN

Se realizará un análisis del comportamiento de la estructura productiva internacional. Es decir, un estudio abstracto del funcionamiento productivo de las interacciones de las empresas transnacionales con los diferentes sistemas productivos nacionales respecto al comercio, flujos de capitales y el control jerárquico en la producción. Lo anterior, es la base de una nueva lógica laboral que desborda las fronteras tangibles.

El análisis de las cadenas globales de valor se explica en función del progreso tecnológico y la especialización laboral (GEREFFI, 2001). Se demostrará que las cadenas globales *desverticalizan* la producción gracias a las estrategias operativas de empresas transnacionales, de ese modo, nace la nueva división internacional de trabajo a partir de 1980. La novedosa organización laboral brinda oportunidades y desafíos a los países en vías de desarrollo, mediante modelos alternativos de inserción al comercio internacional.

El documento se divide en cuatro secciones. La primera, es un apartado teórico de las interpretaciones académicas y de intuiciones internacionales, que explican la relación de apoyo entre la globalización económica y las empresas transnacionales. La segunda, presenta las estrategias de operación de las empresas transacciones con base en las cadenas globales de valor. La tercera, muestra las bases de la nueva división internacional del trabajo y el desarrollo tecnológico endógeno, vistos como una responsabilidad de cada sistema de producción nacional. Y, finalmente, se presentan las consideraciones finales.

2 LA GLOBALIZACIÓN ECONÓMICA: ORIGEN DE LA INTERNACIONALIZACIÓN PRODUCTIVA.

La globalización económica definida por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) sitúa al escenario internacional, a partir de 1980, inmerso en la “[...] *tercera fase de globalización caracterizada por la gradual generalización del libre comercio, la mayor participación de empresas transnacionales en la expansión y movilidad de los capitales* [...]” (CEPAL, 2002, p. 18), provocando la homogenización en los modelos de desarrollo económico

a nivel internacional. Según Rodrik, la globalización “[...] *fomenta reglas cómodas desde los países más avanzados construyendo versiones del capitalismo y la institucionalización empresarial, relaciones gobierno-empresa y debilitan el Estado Bienestar* [...]” (2012, p. 94).

En 1990 comenzaron reformas estructurales a raíz del Consenso de Washington, políticas de liberalización económica, apoyadas por instituciones financieras internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario. Las políticas nacionales encaminadas a favor del libre mercado fueron, “[...] *adoptadas, aunque con variaciones, en las economías en desarrollo y en transición orientadas desde las economías centrales de Los Estados Unidos y El Reino Unido* [...]” (OCAMPO, 2005, p. 8).

La globalización tiende a polarizar los beneficios y externalizar los costos a escala mundial. Es decir, las grandes empresas transnacionales de países industriales se benefician, en gran medida, del comercio internacional y el desarrollo tecnológico, en contra parte, los países periféricos recienten los costos de crisis económicas recurrentes y supeditando sus políticas nacionales al funcionamiento internacional. En este sentido, Alfo Ferrer apuntó que la globalización “[...] *es un sistema de redes de comercio, las inversiones de las grandes corporaciones determinando la movilidad de personas y dictan las reglas del sistema económico internacional* [...]” (2007, p. 431).

Sin embargo, existen instituciones internacionales que definen a la globalización y defienden su operabilidad, en este contexto, se clasifican en tres grupos: a) las que apoyan la liberalización del mercado de capitales, El Banco Mundial (BM) y El Fondo Monetario Internacional (FMI)², b) las que promueven el comercio internacional a partir de la disminución arancelaria, La Organización Mundial de Comercio (OMC)³ y c) las que crean redes internacionales de producción privadas, La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos Organización (OCDE)⁴.

² La definición de globalización económica para ambas instituciones es el aumento vertiginoso de la actividad económica, de tres formas a) inversión extranjera directa b) flujos de capitales c) comercio internacional” (BM, 2000); Interdependencia económica de los países del mundo, del volumen de las transacciones fronterizas de bienes y de servicios, flujos de capitales y difusión tecnológica (FMI, 1997).

³ La Organización Mundial del Comercio (OMC, 2011, p. 21), promueve el comercio de mercancías, la disminución de aranceles al comercio, garantizar los derechos de propiedad intelectual, la cláusula de la nación más favorecida y garantizar el multilateralismo en la negociación de los participantes del comercio internacional.

⁴ La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE, 2002), define a la internacionalización creciente de los mercados de bienes y servicios, los medios de producción, los sistemas financieros, la competencia, las empresas transnacionales, la tecnología y las industrias.

La OCDE⁵ enfatiza las redes productivas globales -originadas por empresas transnacionales- que impulsan el desarrollo de las capacidades tecnológicas locales y el crecimiento económico en el lugar que operan. Sin embargo, a partir de la literatura crítica se cuestionan los efectos que este tipo de empresas tienen en los países receptores. Lo que es incuestionable, desde la década de 1980, es que las empresas transnacionales han logrado internacionalizar la producción “[...] *que significa el fin de la delimitación geográfica y crea la idea de una fábrica global [...]*” (IANNI, 1996, p. 38).

Las empresas transnacionales son responsables, en mayor medida, de los flujos de inversión extranjera directa mundial que “[...] *influyen de manera directa en el destino y la estructura del comercio internacional [...]*” (GUERRA-BORGES, 2002, p.98). Los Gobiernos reciben presiones por parte de las grandes empresas con tal de “[...] *desregular los movimientos de capital de cualquier tipo de inversión financiera, con tal de ser, más atractivos respecto a otras naciones [...]*” (FLORES, 2004, p. 248).

La internacionalización productiva, según Thompson y Hirst (1999) se explica con la economía globalizada⁶. “[...] *en la economía globalizada las empresas transnacionales destinan recursos económicos, crean redes estratégicas con sus reglas de modo independiente o incluso con total desconocimiento de los gobiernos locales [...]*” (IANNI, 1996, p. 39).

2.1 LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES: INSTRUMENTO DE CONEXIÓN ENTRE LO LOCAL Y LO GLOBAL.

Según la OCDE, las transnacionales “[...] *contribuyen al progreso económico, social, desarrollo sustentable y [estimulan] la generación de capacidades locales unificando lo local con lo global, [promueven] la formación del capital humano y la [crean] oportunidades de empleo [...]*” (2011, p. 19). Lo cual, no necesariamente se cumple.

Se acepta la “[...] *relación entre la operación de las empresas transnacionales y los flujos de inversión extranjera directa que constituye un importante campo de análisis de la economía internacional [...]*” (DURÁN y VENTURA, 2003, p. 7). La expansión del número

⁵ Según Rodrik “[...] *la OCDE es un espacio adicional de impacto internacional que fomenta el comercio internacional, sin embargo, a diferencia de los organismos internacionales, este es un foro constituido por los países ricos que tenían por objetivo; lograr la libre movilidad de los capitales [...]*” (2012, p. 123).

⁶ En la economía globalizada la principal entidad es la propia economía global, que representa una nueva estructura de relaciones económicas. Se trata de una economía que existe “por encima” y es autónoma de las economías y agentes nacionales, proyectando su perfil en ellos “envolviéndolos”.

de empresas transnacionales (ETN) a partir de 1980 explica la transnacionalización productiva, medida por el número de sus empresas filiales.

- En 1980 existían 10 mil ETN y 90 mil empresas filiales (Dunning, 1983, p.3)
- Iniciando la década de 1990, existían alrededor de 37 mil multinacionales con 170 mil filiales en el exterior (UNCTAD, 2006), a mediados de la década, las ETN concentraban el 54.4 por ciento del comercio mundial.
- En 2004, la cifra había ascendido a 70 mil ETN con 690 mil filiales extranjeras la mitad de ellas en los PED (Loewendahl, 2009)
- En 2009, existen 80 mil ETN globales con 800 mil filiales (Loewendahl, 2009)
- En 2012, según la UNCTAD, existían más de 100.000 ETN y, a su vez, dependían más de 900 mil filiales⁷. (Observatorio de Multinacionales de AL, 2012).

El incremento de las empresas filiales representa la integración productiva de las empresas líderes, articulando los diferentes sistemas productivos nacionales con la internacionalización productiva. No obstante, a partir del año 2000 no todas las ETN son de países desarrollados, existen corporaciones de países en vías de desarrollo. En el ranking de las 10 empresas más grandes del mundo (FORBES, 2016) ubicó a 5^º compañías de China, 4 de los Estados Unidos y 1 de los Países Bajos. Así el 50 por ciento de transnacionales más importantes están en Asia. En 2019, la tendencia porcentual entre China y los Estados Unidos permanece.

Que existan ETN de países en vías de desarrollo rompen la hipótesis clásica del comercio internacional, que según, “[...] *ese tipo de empresas requieren de un alto nivel de especialización que existe en países industrializados, mientras que los países en desarrollo se concentrarán en la producción en materias primas [...]*” (GUERRA-BORGES, 2012, p. 199). Lo anterior, es la base de la una nueva división intencional del trabajo en términos productivos y de capacidades tecnológicas que expliquen.

Datos del empleo global en 2011 destacan, “[...] *que las empresas filiales pertenecientes a ETN registraron 69 millones de trabajadores, que generaron 28 billones de dólares de ventas [...]*” (UNCTAD, 2012, p. 7).

Las ETN maximizan sus beneficios extraordinarios del monopolio (KRUGMAN y OBSTFELD, 2006). Se crea el dilema entre las transnacionales y el gobierno de un sistema productivo nacional, que no necesariamente comparten los objetivos de un crecimiento

⁷ Consultar en la dirección Forbes <https://www.forbes.com.mx/las-empresas-mas-grandes-del-mundo-2016/> y Forbes 2019 <http://omal.info/spip.php?article5557>

⁸ Las posiciones son: 1) Industrial & Commercial Bank of China (ICBC) que se dedica a la provisión de servicios bancarios y financieros comerciales, 3) Banco de construcción de China, 4) Banco de Agricultura de China. 7) Ping An Insurance Group y 8) Banco de China. Se observa prácticamente que las empresas chinas se dedican a la operación del mercado financiero.

económico y el desarrollo económico. Empero, no todas las ETN son iguales, existen empresas de países en desarrollo que construyen matrices que abastecerá el mercado local (ej. Bimbo México); otras, son las empresas de Estados Unidos (General Motors) que internalizan su producción creando nuevas, ej. ALDECO (autopartes).

3 CADENAS GLOBALES DE VALOR: NUEVA ESTRUCTURA DE PRODUCCIÓN, MARCO ANALÍTICO.

La interdependencia económica entre los diferentes países estandariza la producción repercutiendo en las estructuras nacionales. Por lo tanto, evaluar la estructura productiva internacional implica definir qué es un sistema productivo nacional (SPN)⁹, que dispone de nivel tecnológico determinado su productividad y cuenta con la capacidad de generar mecanismos de innovación motivados por las empresas locales de origen nacional, públicas o privadas (BOISIER, 1993). De igual modo, “[...] *los SPN tienen redes internas de producción, en las que se dan relaciones de cooperación y de competitividad entre las empresas locales [...]*” (CEPAL, 2000; SILVA, 2005, p. 83).

Sin embargo, existen SPN con alta oferta laboral dedicados a la producción de manufacturas estandarizadas. Otros SPN “[...] *generan y promueven un desarrollo industrial y el mejoramiento del capital humano creando trabajadores del conocimiento en bienes y/o servicios especializados [...]*” (RIVERA, 2010, p.13). Así, se “[...] *confirman las asimetrías de los trabajadores con capacidades tecnológicas [...]*” (DIETER, 2010, p. 41).

Empero, actualmente la articulación que han gestado las estrategias productivas en las ETN, ha suscitado, “[...] *la reubicación productiva a nivel internacional provocando la mutación de nuevos SPN, así como la transformación de los ya existentes [...]*” (KURI, 2007, p. 21). Por ejemplo, se ha dado la coordinación de países industriales con Brasil y China gracias a su innovación tecnológica endógena.

Teóricamente el análisis de la inversión extranjera directa es el paradigma ecléctico del modelo OLI (Ownership-Location-Internalization), que explica la producción global al

⁹ Se definen como una localidad o territorio que cuenta con un conjunto de recursos (económicos, humanos, institucionales y culturales), que constituyen su potencial de desarrollo caracterizado por una estructura productiva constituida por empresas de origen nacional, un mercado de trabajo, una capacidad empresarial nacional y conocimiento tecnológico, dotación de recursos naturales e infraestructuras, un sistema social y político, una tradición y cultura (CEPAL, 2000, p. 4).

combinar factores de localización, ventajas específicas de las empresas y elementos de costos de transacción (DUNNING, 1981 y 1993).

Las ETN son responsables de generar el 10 por ciento del Producto Interno Bruto mundial (UNCTAD, 2006) y explican las dos terceras partes del comercio mundial (la mitad es intrafirma). Teniendo en cuenta las escasas estadísticas “[...] *se estima que el comercio intrafirma representa alrededor de un tercio del comercio mundial* [...]” (OMC, 2009, p. 216).

En este siendo, América Latina se encuentran en una difícil situación en la recepción de flujos de IED, “[...] *cayeron un 7.8 por ciento en 2016 a 167 180 millones de dólares y un 3.6 por ciento en 2017 a 161 673 millones de dólares; estos datos son un 19.6 por ciento menor al máximo registrado en 2011* [...]” (OTI, 2018, p. 10). La disminución de IED ha tenido lugar en un contexto de ralentización del crecimiento económico y de descenso del empleo formal provocado por el sector privado (OIT, 2017).

Sumado a lo anterior, la repatriación de utilidades de los flujos de IED en AL por parte de las empresas filiales “[...] *representó en promedio 20.000 millones de dólares entre 1998 y 2003 con un máximo de 93.000 millones de dólares en 2008* [...]” (CEPAL, 2011, p. 12). Datos actuales no muestran mejoría alguna en AL, “[...] *el 55 por ciento de la rentabilidad fueron repatriados en 2016* [...]” (CEPAL, 2017, p.13).

En particular, América Latina recibió un porcentaje mayor de IED con relación al PIB en comparación con el resto del mundo, poniendo énfasis en el mayor peso relativo de las empresas multinacionales en la región. Las entradas de IED fueron del 3.6 por ciento del PIB, aunque el promedio global fue del 2.5 por ciento (CEPAL, 2017).

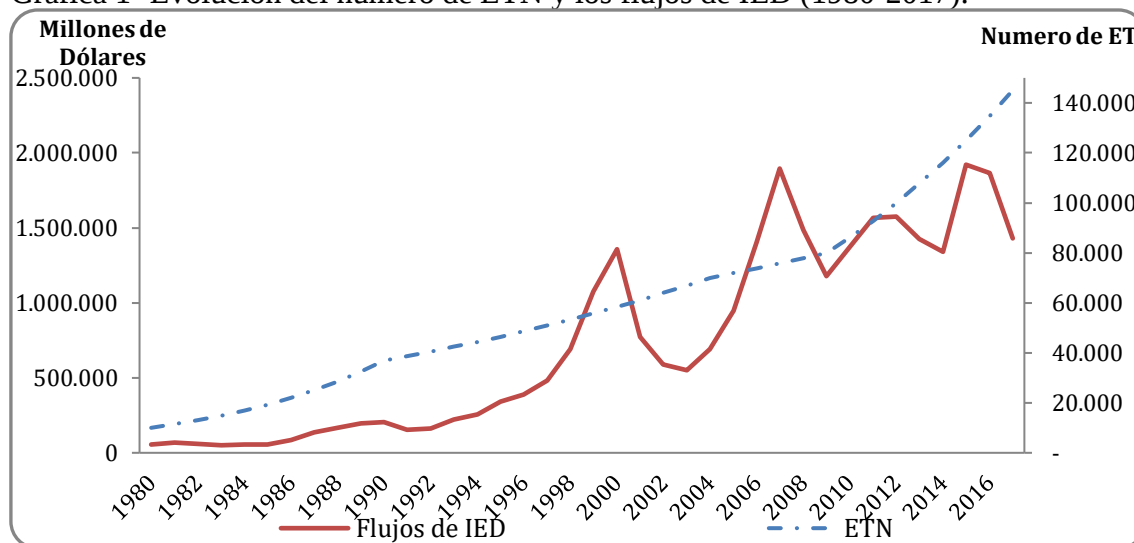
La gráfica 1 ilustra la relación entre el incremento del número de ETN respecto al de los flujos de IED en valores absolutos (1980-2017). Sus tasas de crecimiento media anual promedio son 7.1 y 9.5 por ciento, respectivamente. No obstante, la IED promueve encadenamientos productivos a nivel internacional, así se destaca, que las ETN originan los flujos de capitales que consolidan la integración de los mercados (CEPAL, 2003).

Los efectos positivos a un sistema productivo nacional son la combinación del acervo de capital, tecnología y *know-how* (Balasubramanyam, 1996); por otra parte, lo negativo es la desigualdad en los salarios pues, en gran medida, la inversión se orienta a la exportación, y la demanda laboral calificada mantiene una dinámica de heterogeneidad¹⁰ productiva.

¹⁰ La heterogeneidad se define como la asimetría en los niveles de productividad de los sectores que componen una economía; por un lado, está el sector-moderno-exportador con mayores niveles de tecnología; en contraparte, están los sectores que surten al mercado local -primitivos- con productividad y remuneraciones mucho muy inferiores respecto al primero (Pinto, 1968, p. 551).

Sin embargo, la inversión tiene un efecto de incremento sobre el comercio respecto a la producción internacional, pero no necesariamente esta relación es homogénea (OECD, 2007). La asimetría de la IED en relación con el Producto Interno Bruto (PIB) se demuestra usando un índice de crecimiento entre ambas variables¹¹. El promedio general del coeficiente de crecimiento del PIB es 3.2 y en la IED de 13.7 por ciento, respectivamente, de 1980 a 2017, se aprecian tres periodos claves en esta relación.

Gráfica 1- Evolución del número de ETN y los flujos de IED (1980-2017).



Fuente: Elaborado con base en datos del Informe de las Inversiones en el Mundo, UNCTAD 2018. Consultado el 13/11/2018, https://unctad.org/es/PublicationsLibrary/wir2018_overview_es.pdf

El primer periodo (1980-1991), un modelo económico de crecimiento económico del mercado local; la IED generó nuevas empresas coadyuvando al PIB, creando encadenamientos productivos hacia atrás y hacia adelante¹².

En el segundo periodo (1991-2001), la IED se incrementó 19.1 por ciento a causa del “Boom de la IED” y la expansión del número de ETN, “[...] en la década de 1980 existían 10 mil, diez años después crecieron a 37 mil [...]” (CEPAL, 2007, p. 12). En 2012, “[...] el último dato registrado, las ETN eran 100 mil [...]” (UNCTAD, 2012). La inversión extranjera directa en la década de 1990 se concentró en la compra/venta de la base productiva existente gracias a las privatizaciones de empresas estatales.

¹¹ El análisis de la relación entre los flujos de IED y el crecimiento del PIB en sí representa un gran debate para la teoría del crecimiento económico, así como sus implicaciones en el nivel de desarrollo económico y del bienestar de la sociedad de los países que reciben estos fondos. Sin embargo, no es un tema para profundizar ya que esta relación no es la principal intención del presente trabajo de investigación.

¹² Hacia Atrás significa la demanda por insumos requeridos para la elaboración de una mercancía determinada que sean de origen nacional, por lo tanto, que no tengan que ser importados de algún otro país. Hacia Adelante implica la comercialización de las mercancías elaboradas por empresas locales de un país, y que pueden ser para la exportación con un alto nivel de VA nacional.

En el tercer periodo, de 2001 a la actualidad, la IED ha tenido un promedio de 23.8 por ciento respecto al PIB de 4.0 por ciento, lo anterior, significa que el crecimiento económico a nivel mundial no ha tenido el mismo dinamismo en términos relativos en comparación con los cambios experimentados en los flujos de inversión mundial.

3.1 MODELO DE INTEGRACIÓN PRODUCTIVA HORIZONTAL: CADENAS GLOBALES DE VALOR.

La dinámica entre las ETN y sus empresas filiales en los sistemas productivos nacionales, se denomina comercio intrafirma, compra/venta de insumos necesarios de un producto determinado, por lo tanto, entre sectores e industrias con intensidad en tecnología y capital humano - ej. maquinaria y equipo electrónico o equipo de transporte. Este comercio es “[...] *positivamente relacionado con los gastos en Investigación y Desarrollo (I+D) y con altos niveles salariales de sectores estratégicos* [...]” (DURÁN y VENTURA-DÍAS, 2003, p. 47).

El comercio intrafirma, o integración horizontal, descentraliza eslabones productivos “[...] *contratando servicios de empresas totalmente independientes a su organización, obteniendo el mayor grado de eficiencia por medio de la subcontratación [y] maximizando sus ganancias* [...]” (TORRES, 2011, p.175). Las grandes empresas “[...] *se especializan al interior de su organización en actividades de I+D, tecnología e innovaciones en nuevos procesos de producción* [...]” (CEPAL, 2010, p. 186).

Las compañías independientes subcontratadas se insertan a la dinámica productiva de la empresa líder, “[...] *prestan servicios intensivos en conocimiento o en procesos que integren un elevado nivel de valor agregado* [...]” (DIETER, 2010, p. 46). Subcontratar requiere capital humano con capacidades productivas de alta tecnología, es decir, la “[...] *especialización en el empleo manufacturero y los beneficios del cambio tecnológico en bienes de capital, habilidades y asimilación del conocimiento* [...]” (Cimoli, 2005, p. 12).

La cadena global de valor (CGV) describe toda la gama de actividades que las empresas y los trabajadores realizan en un producto desde su concepción hasta su uso final y más allá. Esto incluye actividades tales como el diseño, producción, comercialización, distribución y apoyo al consumidor final (GEREFFI, 2001). La cadena de producción puede estar dentro de una empresa o dividida entre diferentes, además, los bienes y servicios pueden estar en una sola ubicación o propagarse geográficamente.

La connotación especial al usar el término de valor se refiere a la generación o incorporación de valor agregado nacional en los eslabones productivos, evaluando las capacidades tecno-productivas en la nueva división internacional del trabajo gracias a la subcontratación. Es importante mencionar que existe un tipo de gobernanza en las CGV, que toma en consideración la asimilación de las capacidades productivas y tecnológicas de las empresas locales. Gereffi (2005) identifica y propone tres criterios de inserción:

1. La complejidad de la información y las transferencias de conocimiento necesarios para mantener las especificaciones de la elaboración.
2. La codificación de la información y el conocimiento que pueden ser transmitidos de manera eficiente en las especificaciones de las partes.
3. Las capacidades de los proveedores actuales y potenciales en relación con las necesidades de la operación.

La tabla 1 muestra los tipos de gobernanza y sus criterios de inserción productiva en relación con las empresas y/o proveedores al interior de las CGV. La conjugación de estos elementos crea modelos que van de una relación entre iguales en términos productivos (modelo de mercado), hasta el tradicional control total de la ETN sobre sus colaboradores (modelo jerárquico).

Tabla 1- Modelos de gobernanza y sus criterios de selección de las CGV

Tipos de Gobernanza	Criterios para construir el análisis de la gobernanza de las CGV		
	La complejidad de la información y las transferencias de conocimiento	La codificación de la información y el conocimiento	Las capacidades de los proveedores actuales y potenciales
Modelo de Mercado	Bajo nivel	Alto nivel	Alto nivel
Modelo Modular	Alto nivel	Alto nivel	Alto nivel
Modelo Racional	Alto nivel	Bajo nivel	Alto nivel
Modelo Cautivo	Alto nivel	Bajo nivel	Bajo nivel
Modelo Jerárquico	Alto nivel	Bajo nivel	Bajo nivel

Fuente: Elaboración propia con base en Gereffi 2001 y 2005.

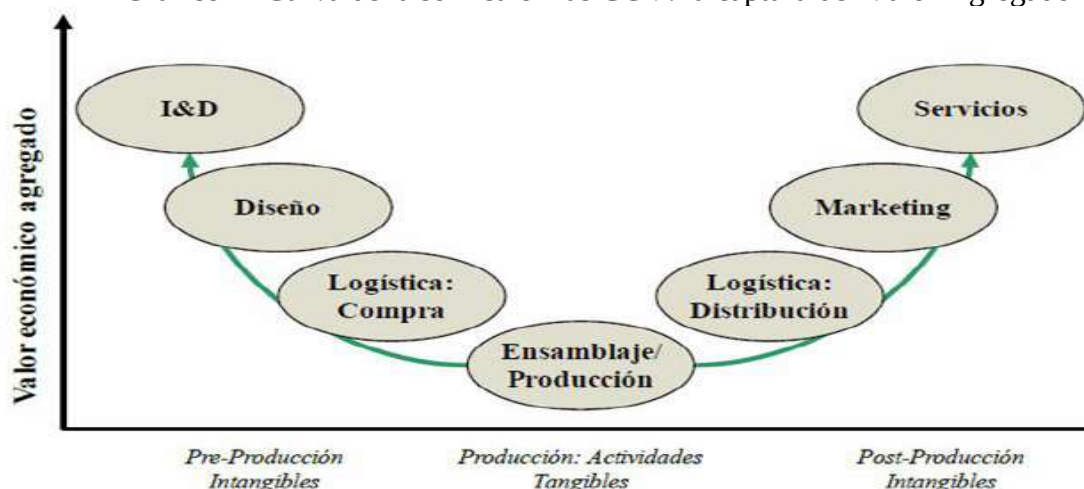
Cuando las empresas locales cuentan con un alto desempeño tecnológico, ellas recibirán nulos niveles de control por parte de las ETN; caso contrario, a la baja capacidad tecnológica le corresponde mayor control en las CGV.

El gráfico 1 muestra la curva sonrisa de las CGV con las diferentes actividades que incorporan VAN, la mayor aportación está en la preproducción (I+D) y posproducción (servicios posventa) dominados por las ETN. La menor contribución de VAN es la de producción de empresas con un bajo nivel tecnológico estandarizado.

En suma, no se trata sólo de integrarse a las CGV, el desafío de cada SPN o de determinada región consiste en incrementar su aportación de VAN. El *escalonamiento industrial* es la capacidad de evolucionar en la producción de bienes o la prestación de servicios, que incorpore mayores niveles de VAN con trabajadores del conocimiento.

De este modo, un escalonamiento industrial es la capacidad de evaluaciones entre sectores productivos, al pasar de fabricar zapatos a la producción de tecnología de la comunicación 4G (caso extremadamente paralizado).

Gráfico 1- Curva de la sonrisa en las CGV: la captura del Valor Agregado



Fuente: Gereffi, G. (2014). “Nuevas tendencias en las cadenas de valor y el escalonamiento industrial”, Center on Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC) Duke University.

Lo anterior implica un desplazamiento hacia la izquierda del gráfico 1, a consecuencia de una estrategia de evolución tecnológica endógena. Esta lógica de conectividad entre empresas fundada sobre reglas predeterminadas de operación conjunta, “[...] *más que la de empresas independientes relacionadas por el mercado, es la que define las peculiares del comportamiento contemporáneo de la economía mundial y, de su proceso de globalización* [...]” (Díaz y Roza, 2015, p. 2).

La mayoría de las empresas de PED se ubican en la parte de elaboración y fabricación de bienes tangibles, como el ensamblaje final que son los que generan menor VA. En contraparte, los PD son los propietarios de las tecnologías, los creadores del producto, diseñadores, que venden o comercializan el producto en su etapa final, es decir, son empresas de países industriales con mayor proporción del VAN (Baldwin, 2012).

4 LA NUEVA DIVISIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO A CONSECUENCIA DE LAS CGV.

El sistema globalizado repercute en los procesos de integraciones regionales gestando una nueva geografía del poder mundial, en el cual nuevas potencias cuestionan la hegemonía estadounidense. “[...] *El proceso de reposicionamiento de los países emergentes, encabezados por los BRICS, crea la multipolaridad en lo económico y político* [...]” (Pérez, 2011, p. 29).

La nueva división internacional del trabajo es resultado de la *desverticalización de la producción*, que no es otra cosa que las asimetrías en la especialización tecnológica global. La nueva organización laboral permite coordinar países desarrollados (PD), países en vías desarrollo (PED) y países emergentes (PE) interconectado sus SPN en la elaboración de bienes o, incluso, en la prestación de servicios de alta especialización.

Aun existiendo diferencias conceptuales¹³ al articular a los PD, PED y PE la nueva división internacional del trabajo logra consolidar relaciones productivas en el marco de las cadenas globales de valor a partir de 1980. Se ocupará, en primer lugar, la variable de la paridad del poder adquisitivo (PPA)¹⁴ y, en segundo lugar, una variable que indique la intensidad del desarrollo tecnológico para resalta las asimetrías entre cada tipo de país.

Los *Países Desarrollados* son altamente industrializados con un PPA de más de 42 mil dólares (expresados a precios constantes del año 2011) y gran proporción de su población ostentan elevados estándares de vida gracias a que se concentran en actividades especializadas en bienes de capital. Los *Países en Desarrollo* tienen un ingreso medido superior a los 9 mil dólares con bajos niveles de industrialización. Los *Países Emergentes* son los denominados BRICS, con asimetrías en el ingreso: Rusia 24.417, Brasil 14.077, China 14.401, Sudáfrica 12.287 e India 6.096 dólares; con un promedio de 14.255 dólares.

Los BRICS tienen ventajas geográficas y demográficas que los vuelven actores con “[...] *capacidad gran productiva potencial (agrícola, industrial y de servicios) sustentada en una economía relativamente estable a escala internacional* [...]” (BAUMANN, 2009, p. 2).

Ahora se destaca la clasificación tecnológica, de Evenson y Westphal (2002), del Gasto en Investigación y Desarrollo (GIDE) como porcentaje del PIB. Los PD, del Nivel 3 de GIDE,

¹³ Las clasificaciones que se utilizarán en esta sección son extraídas del glosario del Banco Mundial y de trabajos realizados por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

¹⁴ PIB per cápita por paridad del poder adquisitivo (PPA) es el producto interno bruto convertido a dólares internacionales utilizando las tasas de paridad del poder adquisitivo. Un dólar internacional tiene el mismo poder adquisitivo sobre el PIB que el que posee el dólar de los Estados Unidos en ese país.

destinan más del 1.6; los PE, ubicados en el Nivel 2, reservan de 0.4 a 1.6 por ciento del GIDE; finalmente los PED utilizan de 0 a 0.3 del GIDE.

La *desverticalización productiva* de las CGV no ignorará las ventajas de menor salario. El desarrollo técnico endógeno explica, en gran medida, la articulación productiva de países con asimetrías en su desarrollo económico. En suma, se crea un comercio transfronterizo de insumos y servicios subcontratando de proveedores especializados, fundando así un *proceso de desindustrialización* en beneficio¹⁵ de las transnacionales.

Se estima que aproximadamente el 80 por ciento del comercio mundial es originado por las CGV. Los patrones del comercio del VAN en las CGV determinan la “[...] *distribución de ganancias económicas reales del comercio entre las distintas economías y están configuradas, en gran medida, por las decisiones de inversión en torno a los flujos de IED de las ETN* [...]” (UNCTAD, 2013, p.5). El funcionamiento de las CGV ha modificado los patrones del comercio internacional debido a la creciente participación de los PE, con la subcontratación o incluso con empresas de alta calidad tecnológica, como China o Brasil, llamados BRICS.

4.1 PARTICIPACIÓN INTEGRAL EN EL PROCESO DE PRODUCCIÓN INTERNACIONAL: NDI

Las economías de los países en desarrollo que participan en las CGV registraban de 2011 a 2012 tasas de crecimiento del PIB *per cápita* de 3.34 por ciento, aproximadamente dos puntos porcentuales superiores al promedio del crecimiento mundial que es de 1.11 por ciento. Además, la participación en las CGV suele traducirse en la creación de empleo en los países en desarrollo, incluso cuando esta participación depende de la importación de contenidos de las exportaciones (UNCTAD, 2013, p. 25).

Los beneficios alcanzados en los PED y PE con las CGV resultan gracias a la *desverticalización productiva*, radicando en la mayor especialización laboral. Sin embargo, no se involucra únicamente al sector manufacturero, el nuevo estilo de producción global promueve la prestación de servicios, de alta calidad, que antes eran exclusivas de las ETN. La nueva organización pone énfasis en las nuevas mercancías o procesos, en Investigación y Desarrollo (I+D) y nuevos materiales. En otras palabras, son nodos estratégicos en las CGV otorgados a empresas subcontratadas por la empresa líder.

¹⁵ Que consiste en: 1) especialización en áreas estratégicas de la producción, ej. innovación de productos e I+D; 2) disminución de gastos en la infraestructura productiva; 3) altos niveles de calidad en las mercancías elaboradas por la contratación de proveedores especializados; 4) aprovechamiento de los modelos de gobernanza de las CGV.

La reconfiguración productiva internacional a causa de las CGV se observa en los flujos de entrada de IED. Datos de UNCTAD (2013) reportan que, en 2012, los PED recibieron la cantidad de 703 mil millones de dólares, lo cual representa por primera vez en la historia un porcentaje récord del 52 por ciento del total de flujos de IED en el mundo. Es decir, que las económicas desarrolladas captaron el 48 por ciento restante. Las CGV en países en desarrollo aportan en promedio 30 por ciento al PIB, en comparación al 18 por ciento de PD. (UNCTAD 2013).

A continuación, el cuadro 2, sintetiza el proceso de operación de las CGV, que demuestra como el progreso tecnológico crea la nueva división internacional del trabajo. Se utiliza el GIDE, la evaluación de las capacidades productivas y tecnológicas en cada SPN, la clasificación de cada país y el tipo de producto a desarrollar.

Cuadro 2- Esquema de operación de las Cadenas Globales de Valor

Nivel tecnológico			DIT	País	Gobernanza de las CGV		Tipo de mercancía o servicio a producir
GIDE 0% DIT	Tipo	Manuf actura			Modelo	Características	
N 3 < 1.6	Experimental	Alta	Nueva DIT	Desarrollado	Mercado	-Información completa por los precios de las mercancías -Alta capacidad para codificar los procesos productivos -Alta capacidad para codificar información relación entre iguales en progreso tecnológico -Costos de transacción bajos -Nulo control jerárquico de la empresa líder.	-Prestación de servicios especializados -Diseño de marcas -I+D en procesos productivos innovación de mercancías
						-Contratación de servicios de -Alta capacidad para codificar los procesos productivos -Alta capacidad para codificar información -Escaso control jerárquico de la empresa líder	-Producción de Software -Tecnologías de la comunicación -Aeroespacial -Farmacéutica
N 2 0.4<1.6	Aplicada	Media-Alta	Nueva DIT	Emergentes	Modular	-Relación de complementariedad -Alta capacidad para codificar los procesos productivos -Alta capacidad para codificar información -Baja capacidad para codificar información	-Manufactura de productos electrónicos
		Media-Alta			Racional	Control y coordinación sistemático	
N1 <0.3	Básica	Media-Baja	Tradicional DIT	En desarrollo	Cautivo	-Totalmente dependientes de la empresa líder -Baja capacidad para codificar los procesos productivos -Baja capacidad para codificar información -Relación asimétrica del control sistémico con la empresa líder	Ensambladoras: -Mercancías del sector Automotriz
		Baja			Jerárquico	-Estructura de producción vertical de la empresa líder -Baja capacidad para codificar los procesos productivos -Baja capacidad para codificar información -control total de la ET	-Mercancías sector textiles y de calzado

Fuente: Elaboración propia con base en Gereffi (2005), Brach, J. y Keppel, R. (2009).

Existen dos formas antagónicas de interpretar el cuadro 2, por un lado, están los intereses de las empresas internacionales privadas, y por el otro, son los intereses de actores locales, del Gobierno y empresas nacionales, de cada SPN. Sin embargo, la combinación de ambos contribuye en la nueva división internacional del trabajo, como resultado de las cadenas globales de valor.

Las empresas trasnacionales maximizan sus beneficios en función de producir mercancías basadas en economías de escala y, que al mismo tiempo garanticen altos patrones de calidad en las mercancías, ganando posicionamiento en el mercado. Este proceso es explicado por la *desverticalización de la producción* a partir de las CGV que evalúa las capacidades tecnológicas determinando en qué modelo de gobernanza se incorporan los SPN.

La *desindustrialización* de las ETN significa dejar de invertir en infraestructura productiva requerida en la creación de un producto al delegar etapas de la fabricación a otras empresas. Así la empresa líder, se concentra en las áreas de mayor VAN. Empero, las cadenas globales de valor no desaprovechan las ventajas de la tradicional de la división internacional del trabajo que busca aprovechar los bajos salarios del exceso de fuerza laboral de algunos países en Desarrollo, por ej. México en el sector automotriz.

El avance organizacional y la forma de ejecución de la producción que plantean las corporaciones internacionales ha estandarizado los procesos de diseño y la elaboración de bienes complejos, con la desverticalización de la producción a escala mundial. Por tal motivo, el desarrollo tecnológico se vuelve un tema a tratar, al insertarse de forma internacional. Estas son las restricciones con las que los SPN, constituidos por las empresas locales y el gobierno que proponen políticas industriales orientadas al progreso tecnológico endógeno que modernice a las empresas nacionales.

4.2 AMÉRICA LATINA EN LAS CADENAS GLOBALES DE VALOR.

Ciertamente, la nueva dinámica de producción internacional ha repercutido en las empresas, públicas o privadas, que componen las estructuras nacionales en América Latina (AL), creando opciones de acceder a la nueva división internacional de trabajo con base en el desarrollo de las capacidades productivas. Sin embargo, los países latinoamericanos no son homogéneos en lo económico, político, productivo y, sobre todo, en los niveles del gasto destinado al desarrollo tecnológico endógeno.

Estudios realizados por la CEPAL hacen la categorización de tres regiones en las que operan este tipo de cadenas:

“[...] la primera, la fábrica del norte perteneciente al bloque económico de Canadá, Estados Unidos y México; la segundo, fábrica de Europa correspondiente a la Unión Europea y, por último, la fábrica

de Asia, es decir, la colaboración de China con las naciones del sudeste asiático [...]” (DURÁN y ZACLICEVER, 2013, p. 9).

América Latina participa en CGV determinada por la contigüidad geográfica con tres casos en específico: en el primero, el Mercado Común del Sur (Mercosur), se identifican cadenas en el sector Automotriz principal industria de integración productiva en la región, Metalmecánica, Hierro y acero, Maquinaria y equipo, así como Química y petroquímica; el segundo, la Comunidad Andina de Naciones (CAN) con cadenas en los sectores Agroindustria, Papel cartón, Autopartes, Metalmecánica, Maquinaria y equipo, y Química. Por último, está América Central con cadenas en Agroindustria, Papel y cartón, Automotores, Metalmecánica, Maquinaria y equipo, y Química y petroquímica (Durán, 2019). Empero, si ocupamos la categoría de la *fábrica latinoamericana* estaríamos frente a un tipo de producción, preponderantemente en cadenas de producción de materias primas o, en el mejor de los casos, producción estandarizada de productos finales de media o media-alta tecnología en el sector automotriz o de autopartes de vehículos.

5 CONCLUSIONES

A partir de 1980, la complementariedad de las estrategias de las ETN y la GE logró fragmentar globalmente la producción entre los diferentes SPN especializados, produciendo mercancías o prestando servicios, es decir, la desverticalización productiva. La estructura productiva se explica con las CGV, que valoran el progreso tecnológico endógeno al designar los modelos de gobernanza, es decir, el tipo de control jerárquico que tendrán las ETN sobre las empresas productivas locales subcontratadas.

Cada SPN articula empresas nacionales -públicas o privadas- con los gobiernos (EmyG) responsables de los encadenamientos productivos, hacia atrás y hacia adelante, que maximicen la incorporación de VA y el escalonamiento industrial en las CGV. El objetivo será capturar la mayor proporción de VA por parte de empresas nacionales. “[...] *Esa captura regional de valor debe ser la gran preocupación de los tomadores de decisión y formuladores de políticas industriales [...]*” (Pozas, 2010, p. 50).

Existen SPN con empresas multinacionales, vinculados a la tecnología de la información como China, Taiwán, Malasia y Singapur, en CGV de productos electrónicos. En

América Latina, a lo largo de la última década, se generó una cadena regional de valor en partes y componentes del sector automotriz (Mercosur) y en México-Estados Unidos-Canadá de componentes electrónicos (UNCTAD 2010).

Empero, las CGV también pueden convertirse en un dispositivo de estancamiento tecnológico que permita el escalamiento industrial, definido como la evolución en la fabricación o prestación en eslabones que requieran mayores niveles tecnológicos. Cuando un SPN se inserta a un eslabón productivo de bajo nivel de especialización, debe reconocer que el interés de las ETN no necesariamente es transferir tecnología, por ejemplo, al ensamblar celulares inteligentes la mayor incorporación tecnológica es la red inalámbrica de quinta generación (5G) utilizada en el celular.

Por lo tanto, no existe un manual de las mejores prácticas que consolide la inserción en las CGV, dado que cada SPN tiene sus propias características, fortalezas y debilidades. Antes de acoplarse a las CGV se requiere de una autoevaluación productiva que evite caer en modelos estandarizados que limiten el escalonamiento industrial. La coordinación entre las empresas locales y gobiernos nacionales tendrán que promover el desarrollo económico en el marco de la globalización económica.

Integrarse a las CGV será benéfico si - y sólo si -, se accede al *escalonamiento industrial* que se articule con los demás sectores productivos del mercado interno, siendo este, el objetivo central de las políticas nacionales e incluso en los planes de desarrollo regionales. Así es que toma importancia el desarrollo tecnológico y la coordinación de empresas nacionales -públicas o privadas- en el marco de una nueva división internacional del trabajo y de la globalización económica actual.

Para el caso de América Latina, en conclusión, la articulación en las cadenas globales de valor se presenta como un mecanismo que permita a la región superar su inserción al comercio internacional basada en las materias primas, siempre y cuando se tomen en consideración los elementos desarrollados en el presente documento.

6 BIBLIOGRAFÍA

BALASUBRAMANYAM, Vudayagiri; SALISU, M. y SAPSFORD, David., Foreign Direct Investment and Growth in EP and IS Countries, *Economic Journal*, Royal Economic Society, vol. 106(434), pages 92-105, January.V. 106, 1996, p. 92-105.

BALDWIN, Richard, Global Supply Chains: Why They Emerged, Why They Matter, and Where They are Going, CERP Discussion Paper No. DP9103, 2012.

BAUMANN, Renato. El Comercio entre los países “BRICS”, *Revista de la Comisión Económica para América latina y el Caribe (CEPAL)*, Brasil, p. 1-28. 2010.

BOISIER, Sergio. Desarrollo regional endógeno en Chile: ¿Utopía o necesidad?, *Ambiente y desarrollo*, Santiago de Chile, vol. IX, CIPMA, p. 42-45, junio 1993.

BRACH, Juliane. y Keppel, Robert. Global value chains, technology transfer and local firm upgrading in Non-OECD countries, *GIGA Working Papers*, Hamburgo Alemania, N. 110. p. 1-26, octubre 2009.

CEPAL. En Globalización y desarrollo, vigesimonoveno período de sesiones, Brasilia Brasil, p. 1-396, del 6 al 10 de mayo de 2002.

_____. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe año 2000.

_____. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe año 2003.

_____. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe año 2007.

_____. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe año 2010.

_____. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe año 2011.

_____. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe año 2017.

CIMOLI, Mario. Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina, Publicado en: *Publicaciones de la CEPAL* No. LC / W.35, Santiago de Chile, p. 1-162. noviembre de 2005.

DÍAZ. José y ROZO, Carlos A. Cadenas globales de valor y Transferencia de tecnología. Enfoque teórico, Serie Documento de Trabajo No. 3 de la Serie Documentos de Trabajo en Economía, Departamento de Producción Económica Universidad Autónoma Metropolitana, Ciudad de México, México, p. 1-36, enero 2015.

DUNNING, John. *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Wokingham, Addison-Wesley. New York. 1993.

_____. Explaining outward direct investment of developing countries: In support of the Eclectic theory of international production, *Multinationals from Developing Countries*, K. Kumar y M. G. McLeod, Lexington, Lexington Books. 1981.

DURÁN, José. y VENTURA-DÍAS, Vivianne. Comercio intrafirma: concepto alcance y magnitud. División de Comercio Internacional e Integración, CEPAL. Chile, V. 44, diciembre 2003.

DURÁN, José y ZACLICEVER, Dayna. América Latina y el Caribe en las cadenas internacionales de valor. Serie Comercio Internacional CEPAL. Santiago de Chile, N° 124, diciembre 2013.

_____. Cadenas de valor intra e interregionales, América Latina y el Caribe y Asia Pacífico, División de Comercio Internacional e Integración, CEPAL, Seúl, 2019.

DIETER, Ernst. Innovación offshoring en Asia: causas de fondo de su ascenso e implicaciones de política, en Pozas, María. Rivera Miguel. y Dabat Alejandro. Redes globales de producción rentas económicas y estrategias de desarrollo: la situación de América Latina, Colegio de México, Ciudad de México, México. p. 33-83.

EVENSON, Robert y WESTPHAL, Larry. Technological change and technology strategy. In: Behrman, J. Innovation: A guide to the literature. Fagerberg, J., Mowery, D., Nelson, R. (Eds.), The Oxford Handbook en of Innovation. Oxford, 2002.

FERRER, Aldo. Globalización, desarrollo y densidad nacional. En publicación: Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado. Vidal, Gregorio; Guillén Arturo. Argentina, 2007.

FLORES, Olea y MARÍÑA, Abelardo, Crítica de la globalidad. Dominación y liberación en nuestro tiempo, Fondo de Cultura Económica, Ciudad de México, p. 598. 2004.

GEREFFI, Gary. Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización, en la Revista Problemas para el Desarrollo, V. 32 n. 125, México. p. 1-30 septiembre 2001.

_____. Humphrey, John. and Sturgeon, Timothy. The governance of global value chains. Review of International Political Economy, V. 12, p. 78- 104. Agosto 2005.

_____. Nuevas tendencias en las cadenas de valor y el escalamiento industria, Center on Globalization, Governance & Competitiveness Duke University. México UNAM-INEGI, México, 10 de abril de 2014.

GUERRA-BORGES, Alfredo. Globalización e integración latinoamericana, México, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM/Siglo XXI/Universidad Rafael Landívar, Ciudad de México, p. 295. 2002.

_____. La integración latinoamericana, los primeros años, en Briceño, José. Rivarola, Andrés. y Casa, Ángel. INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA, Fondo de Cultura Económica, México. 2012.

IANNI, Octavio. Teorías de la globalización, México: Siglo XXI Editores/UNAM, 1996.

KRUKGMAN, Paul. y Obstfeld, Maurice. Económica internacional teoría y política, Pearson Educación S.A. Madrid, 2008.

KURI, Armando. La globalización de ayer y hoy, en Calva, José. Globalización y bloques económicos: mitos y realidades, Miguel Ángel Porrua. México. p. 21-34. 2007.

LOWENDAHL, Henry. Recession Brings a Shift in Focus. FDI Magazine. 2009.

OCAMPO, José. Más allá del Consenso de Washington: una agenda de desarrollo para América Latina, en Serie Estudios y Perspectivas, Núm. 26, 2005.

OMC. Informe sobre el Comercio Mundial. Secretaría, Ginebra, Suiza. 2009

_____. Making Globalization Socially Sustainable. 2011

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico. Staying Competitive in the Global Economy: Moving up the Value Chain. OECD. 2007.

_____. Líneas Directrices de la OCDE para Empresas Multinacionales, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264202436-es> 2011.

OIT. Panorama Laboral (Lima, Oficina Regional para América Latina y el Caribe). 2017.

_____. Empresas multinacionales, desarrollo y trabajo decente, Informe sobre la promoción y aplicación de la Declaración tripartita de principios sobre las empresas multinacionales y la política social en las Américas. Segundo ciclo de informes regionales (2018-2021). 19 Reunión Regional Americana. Panamá. Octubre 2018.

PÉREZ, Graciela., Gutiérrez, Ana. y Arroyo, Rosario. La hegemonía estadounidense ¿recomposición o declive? Su expresión en distintos escenarios regionales. Universidad Autónoma Metropolitana, México. 2011.

PINTO, Aníbal. Naturaleza e Implicaciones de la 'Heterogeneidad Estructural' de la América Latina en Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: textos seleccionados. Chile: Fondo de Cultura Económica/CEPAL p. 547-567. 1998.

POZAS, María. El Contexto de la Desigualdad Internacional y el Problema del Desarrollo,' en Fernando Cortés y Orlandina de Oliveira, Los Grandes Problemas de México, Vol. V Desigualdad Social, Ciudad de México, México, p. 29-60. 2010.

RODRIK, Daniel. La paradoja de la Globalización democracia y el futuro de la economía mundial. Antoni Bosch, España. 2012.

SILVA, Lira. Desarrollo económico local y competitividad territorial en América Latina. REVISTA DE LA CEPAL V. 85, Santiago de Chile, abril 2005.

TORRES, Danilo. Globalización, Empresas multinacionales e historia. Pensamiento & Gestión, núm. 30, Barranquilla Colombia. p. 165-185 enero-junio 2011.

THOMPSON, G. (1999). Introducción: situar la globalización. Revista Internacional de Ciencias Sociales (UNESCO), vol. 160: 1-17.

UNCTAD. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo, 2006.

_____. Integrating Developing Countries' SMEs Into Global Value Chains. 2010.

_____. Informe sobre las inversiones en el mundo panorama general. 2012.

_____. Informe sobre las inversiones en el mundo panorama general. 2013.

Recebido em: 31/08/2019

Aprovado em: 25/12/2019

Publicado em: 26/12/2019

EL AGRONEGOCIO DE LA SOJA EN EL PARAGUAY: LAS CONTRADICCIONES DE UN MODELO DE DESARROLLO

O AGRONEGÓCIO DA SOJA NO PARAGUAI: AS CONTRADIÇÕES DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO

THE AGRIBUSINESS OF SOYA IN PARAGUAY: THE CONTRADICTIONS OF A DEVELOPMENT MODEL

Lorena Izá Pereira¹

Universidade Estadual Paulista, Brasil

RESUMEN

América Latina se configura como la principal región productora de soja, especialmente la llamada "La República Unida de la Soja", regionalización propuesta por la transnacional Syngenta en 2003. La soja es un cultivo geopolítico estratégico para la región, pues la inserta en una *nueva orden mundial multipolar*. Sin embargo, la soja promueve un modelo de desarrollo basado en el neoextractivismo, un monocultivo orientado hacia el mercado externo, donde hay la exploración y el control sobre los recursos [incluyendo un control del acceso], con bajo retorno a la población. Paraguay es actualmente el país de América Latina que presenta la mayor tasa de crecimiento económico al mismo tiempo que posee la más alta concentración de tierras, con un índice de Gini de 0,94. Así, el objetivo de este artículo es exponer acerca del agronegocio de la soja en Paraguay, evidenciando las contradicciones e impactos del considerado *motor de desarrollo económico del país*.

PALABRAS-CLAVES: Cuestión Agraria; Territorio; Extranjerización de la Tierra; Neoextractivismo; Impactos Territoriales.

RESUMO

A América Latina se configura como a principal região produtora de soja, especialmente a chamada "La República Unida de la Soja", regionalização proposta pela transnacional Syngenta em 2003. A soja é um cultivo geopolítico estratégico para a região, pois a insere em uma *nova ordem mundial multipolar*. Porém, a soja promove um modelo de desenvolvimento baseado no neoextractivismo, um monocultivo orientado para o mercado externo, onde há a exploração e o controle sobre os recursos [inclusive um controle do acesso], com baixo retorno à população. O Paraguai atualmente é o país da América Latina que apresenta a maior taxa de crescimento econômico ao mesmo tempo que possui a mais elevada concentração fundiária, com índice de Gini de 0,94. Assim, o objetivo deste trabalho é expor acerca do agronegócio da soja no Paraguai, evidenciando as contradições e impactos do considerado *motor de desenvolvimento econômico do país*.

¹Estudiante de doctorado en el Programa de Postgrado en Geografía de la Universidad Estatal de São Paulo (UNESP), campus Presidente Prudente. Investigadora del Núcleo de Estudios, Investigación y Proyectos de Reforma Agraria (NERA). Becaria de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de São Paulo (FAPESP). Email: lorena.izap@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Questão Agrária; Território; Estrangeirização da Terra; Neoextrativismo; Impactos Territoriais.

ABSTRACT

Latin America is the main soy-producing region, especially the so-called "*La Republica de la Soja*", regionalization proposed by the transnational Syngenta in 2003. Soy is a strategic geopolitical crop for the region, as it places it in a new multipolar world order. However, soybean promotes a development model based on neo-extractivism, a monoculture oriented to the external market, where there is exploitation and control over resources [including access control], with low population returns. Paraguay is currently the Latin American country that has the highest rate of economic growth while owning the highest concentration of land, with a Gini index of 0.94. Thus, the objective of this work is to present about the soybean agribusiness in Paraguay, evidencing the contradictions and impacts of the considered motor of economic development of the country.

KEYWORDS: Agrarian Question; Territory; Foreignization of Land; Neoextrativism; Territorial Impacts.

1 INTRODUCCIÓN

Este artículo es un resultado parcial de la investigación de doctorado en Geografía titulada "Apropiación del territorio paraguayo por argentinos, brasileños y uruguayos: control de tierras, internacionalización y resistencia campesina", cuyo objetivo es comprender el control del territorio paraguayo por capital extranjero desde 1870 hasta 2019.

En un contexto de geopolítico específico – globalización neoliberal (DUMÉNIL y LÉVY, 2014); el ascenso de los llamados *Middle Income Countries* (MICs), especialmente en lo que se refiere a la política *going out* de la China (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER y XU, 2017); la convergencia de múltiples crisis y cambios en la dieta alimentaria a partir del régimen alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016) – la América Latina se ha convertido en la principal región productora de soja del globo, donde Brasil, Argentina y Paraguay aparecen entre los seis

mayores productores y cuatro mayores exportadores del grano en escala global (CAPECO, 2018).

Brasil, Argentina, Paraguay, Bolivia y Uruguay componen la "República Unida de la Soja", regionalización propuesta por la transnacional Syngenta en 2003, con el lema *la soja no conoce fronteras*. Según McKay (2018, p. 58) “las plantaciones de soja en el Cono Sur comenzaron a expandirse rápidamente pasando de 17,5 millones de hectáreas en 1996 a 55,7 millones en 2014, convirtiéndose en el cultivo más importante en términos de superficie y valor de exportación”.

Sin embargo, el modelo de desarrollo promovido por la soja es extremadamente contradictorio, ya que es un modelo neoextrativista, es decir, agricultura orientada al monocultivo, generalmente con alto grado de tecnificación, pero con poco o ningún procesamiento y con destino al mercado externo (GUDYNAS, 2010) y que promueve la *reprimarización* de la economía de la región (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER y XU, 2017).

La soja ha resultado en diferentes impactos territoriales, como la desterritorialización, particularmente por medios violentos, del campesinado, de indígenas y demás comunidades tradicionales específicas de cada país de la región. La desterritorialización culmina en la urbanización desordenada, ya que la población rural se reterritorializa en la periferia de centros urbanos. Resulta en cambios en la territorialidad, significando un aumento en la producción de *commodities* con destino a la exportación y disminución de la producción de alimentos que, por su vez, genera la pérdida de la seguridad y soberanía alimentaria. Además, este modelo genera la intensificación de la deforestación, el aumento de la concentración de la tierra y de la renta y, concomitante, de la pobreza y aumento de la tasa de desigualdad.

En este contexto se inserta Paraguay, sexto mayor productor de soja del globo, con 3.388.709 hectáreas cultivadas y 10.336.144 toneladas producidas en la cosecha 2016/2017 (CAPECO, 2018) y tercer mayor exportador del grano, con 6.316.349 toneladas exportadas en el mismo período, donde la soja se configura con la columna vertebral del agronegocio en el país (VILLAGRA, 2009). Paraguay presenta un contexto geopolítico bastante particular porque, a pesar de que la cadena productiva de

la soja es controlada por el grupo ABCD - ADM, Bunge, Cargill y Dreyfus (Louis Dreyfus Company) - el 90% de la producción de soja del país es responsabilidad de agentes brasileños, sean estos latifundistas o empresas (WESZ JR., 2016).

La mayor contradicción de este modelo de desarrollo es que, al mismo tiempo que Paraguay es uno de los países que presenta mayor tasa de crecimiento económico en América del Sur, con un crecimiento promedio del 4,9% en los últimos diez años (ROJAS VIÑALES, 2017), también posee el aumento de la concentración y la desigualdad, resultando en la incidencia de la pobreza (DGEEC, 2017); la intensificación de la inseguridad alimentaria de su población, considerando que el país produce aproximadamente 300.000 hectáreas de alimentos (PEREIRA, 2018) y crecimiento de la tasa de deforestación, de contaminación del suelo y de agua, sin mencionar el avance de la criminalización de movimientos de lucha por la tierra.

En este sentido, nuestro objetivo es exponer acerca del agronegocio de la soja en Paraguay, evidenciando las contradicciones e impactos del entonces considerado motor de desarrollo económico del país. Para alcanzar este objetivo, partimos para el uso de procedimientos metodológicos de cuño cuantitativo y cualitativo. En lo que se refiere a los datos cuantitativos, utilizamos informaciones de la Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO) y del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG). Como metodología cualitativa, realizamos trabajos de campo en los departamentos de Alto Paraná, Caaguazú y Paraguarí y en Asunción entre 2015 y 2018.

También realizamos entrevistas semiestructuradas con el MAG, Instituto Nacional de Desarrollo Rural y Tierras (INDERT), Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas (SENAVE) y con movimientos de lucha por la tierra, como Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas y Federación Nacional Campesina (FNC). Este artículo está organizado en dos secciones, además de la introducción y las consideraciones finales. En primer lugar, abordaremos brevemente acerca de la cuestión agraria paraguaya, debatiendo sobre el proceso de sojización (CORREIA, 2017) del país desde la década de 1970 hasta el período actual. En un

segundo momento disertaremos sobre los impactos de este modelo de desarrollo neoextrativista, contradictorio y excluyente.

2 LA CUESTIÓN AGRARIA EN EL PARAGUAY: DE LA PROPIEDAD ESTATAL LA SOJIZACIÓN DEL TERRITORIO

La cuestión agraria paraguaya presenta diferentes singularidades, empezando por el establecimiento de la propiedad privada de la tierra al final de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). Sin embargo, hay que regresar a 1811, momento en que Paraguay se independizó de la corona española y hasta 1870, el país vivió un período de independencia económica y política tanto en relación a Inglaterra, potencia hegemónica de la época (ARRIGHI, 1996), cuanto a los países limítrofes, caracterizado por una economía en ascenso y con propiedad estatal (VILLAGRA, 2012).

Justamente en este contexto que la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay fue iniciada, financiada por Inglaterra (GALEANO, 1978). Con el final de la guerra el país estaba devastado demográfica y económicamente, lo que posibilitó la promulgación de las Leyes de Ventas de Tierras públicas en los años 1883 y 1885, con la justificación de generar divisiones para saldar con las deudas de la Guerra (PASTORE, 1972). En este contexto se inicia la extranjerización del territorio paraguay², considerando que la tierra puesta en venta, a pesar de barata en relación a los demás países de América del Sur, presentaban un valor alto para el campesinado, luego las leyes sólo benefició a empresas y latifundistas extranjeros, mayoritariamente argentinos, españoles e ingleses y creó una clase de campesinos sin tierra (PASTORE, 1972). Se estima que entre 1885 y 1914 se vendieron 24.700.000 hectáreas de tierra en todo Paraguay por un valor total de US\$ 10.600.000,00 (KLEINPENNING, 2014).

² Entendemos la extranjerización como un proceso histórico y cíclico de control no sólo de tierras, sino del territorio, con el objetivo de garantizar la acumulación de capital. La extranjerización altera la territorialidad, ya que incorpora territorios campesinos e indígenas la lógica del capital. Es importante enfatizar que la extranjerización no es sinónimo de acaparamiento de tierras, sino un elemento de éste.

A partir de la década de 1950³ la situación se profundiza. También en la década de 1950 se inició la dictadura de Alfredo Stroessner (Partido Colorado), que perduró hasta 1989. La política de Stroessner fue marcada por la aproximación con Brasil⁴, por la alineación con los intereses de EEUU y por la represión violenta de movimientos de lucha por la tierra, como el caso de las Ligas Agrarias Cristianas (LACs)⁵ en la década de 1970 (TALESCA, 2004).

El Brasil también pasaba por un proceso de modernización de la agricultura, que resultó en la intitulada marcha hacia el Oeste, es decir, hacia el Paraguay (PALAU; HEIKEL, 1987). Los brasileños, especialmente latifundistas, que constituyeron empresas en décadas posteriores (VÁZQUEZ, 2013), ocuparon la Región Fronteriza Oriental, limítrofe a los estados de Mato Grosso do Sul y Paraná. Sin embargo, esta región no era desocupada, sino poblada por campesinos a través de políticas de colonización del extinto Instituto de Bienestar Rural (IBR), la llamada marcha hacia el Este (PALAU, 2005).

En 1970 la cuestión agraria paraguaya adquiere una nueva forma, pues se introduce en el país la soja, implicando en alteraciones en la territorialidad, que en aquel momento era ocupada por el algodón, principal cultivo de renta del campesinado paraguayo⁶ (RIQUELME, 2003). Por ejemplo, en 1973 sólo 15.500 hectáreas se

³ A partir de la década de 1950 también se observa un cambio geopolítico en América del Sur, en la que Brasil pasó a ejercer mayor hegemonía.

⁴ La aproximación entre Paraguay y Brasil ocurrió en diferentes ámbitos, como por medio de proyectos de integración e infraestructura como la construcción del Puente de la Amistad (1965), carretera conectando Paraguay y el litoral del Paraná (1969) y de la Usina Hidroeléctrica Binacional de Itaipú (1973) y otras políticas de financiamiento para productores brasileños por parte del gobierno paraguayo. Según Menezes (1987, p. 44), é “bem possível que a aproximação entre Brasil e Paraguai não tivesse acontecido se Stroessner não tivesse assumido o poder em 1954 e empurrado seu país para perto do Brasil”.

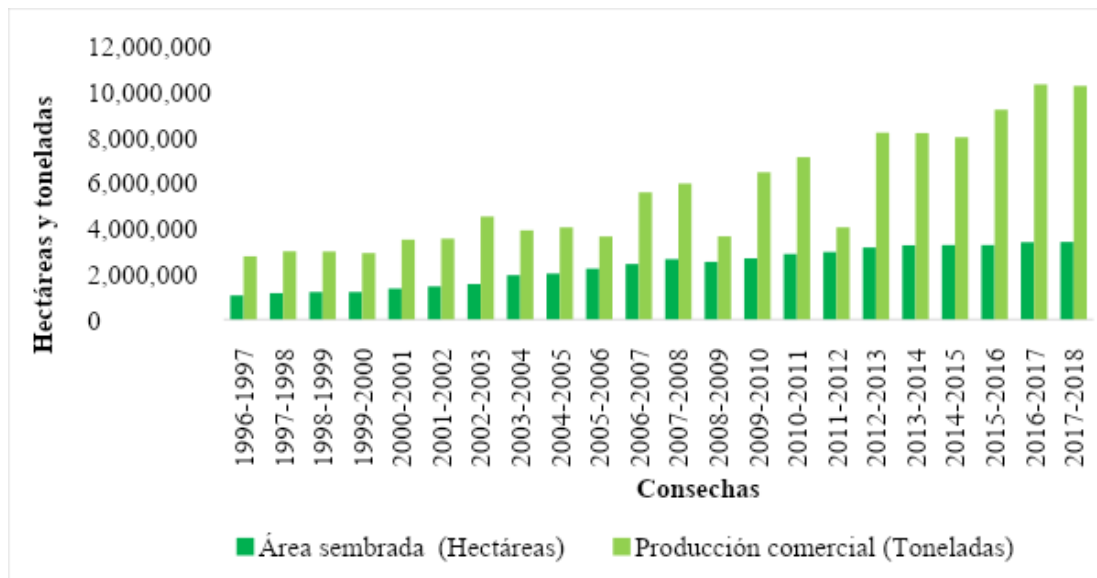
⁵ Las Ligas Agrarias Campesinas (LACs) surgieron con el propósito de lucha contra el minifundio en la región central del Paraguay. El movimiento fue perseguido y brutalmente desarticulado por el régimen militar en el año 1976 (TALESCA, 2004), episodio conocido como Pascua Dolosa (MORÍNGO, 2003), porque durante la dictadura las organizaciones sociales eran consideradas un peligro la política de seguridad nacional (MORA, 2006). Según Villagra (2014) y Palau (2014), las aleaciones agrarias desaparecieron, pero dejaron semillas que permitieron la formación de nuevas organizaciones campesinas a partir de la década de 1980.

⁶ De acuerdo con el Censo de Agricultura del Paraguay (MAG, 1943), la superficie destinada a la producción de algodón en 1942 era de 41.698 hectáreas con producción de 32.288 toneladas. En 1971/72 el área cultivada fue de 57.000 hectáreas y en 1978/79 ascendió a 312.000 hectáreas (MAG, 1981). En la cosecha de 1995/1996, cuando la soja ya estaba en vías de expansión, la producción de algodón fue de 300.832 hectáreas y 329.751 toneladas (MAG, 2008). En el último Boletín del MAG (2018), en la

cultivaron sólo en los departamentos de Alto Paraná y Canindeyú, en 1983 este número saltó a 330.000 hectáreas (RIQUELME y KRETSCHMER, 2016). La introducción del cultivo de soja impacta toda una estructura de relaciones de producción, económicas y sociales, acentuando la concentración de tierras, a partir de prácticas casi siempre ilegales de incorporación de los territorios campesinos por el agronegocio.

En la década de 1990 la producción de soja se intensifica, especialmente debido al ascenso del neoliberalismo en América Latina (VILLAGRA, 2009), expansión del territorio de la soja de los agentes brasileños territorializados en Paraguay en décadas anteriores hacia el centro del país (VÁZQUEZ, 2006) y, en particular, por la introducción ilegal de semillas de soja transgénica a finales de la década de 1990 a través de la Argentina (PALAU, CABRELLO, MAEYENS, RULLI y SEGOVIA, 2007). Desde entonces, el territorio de la soja, así como su producción, presentan un crecimiento ininterrumpido, conforme expresa el Gráfico 01.

Gráfico 01 - Evolución del cultivo y producción de soja en el Paraguay - 1996-2018.



Fuente: CAPECO (2019); Elaboración: AUTORA (2019).

cosecha de 2017/2018, el área destinada al algodón fue de 9.493 hectáreas, totalizando 18.986 toneladas producidas.

Sobre la espacialización de la soja, los principales productores son los departamentos de Alto Paraná (961.780 hectáreas cultivadas y 2.854.073 toneladas producidas); Canindeyú (675.229 hectáreas cultivadas y 1.987.212 toneladas producidas) e Itapúa (626.732 hectáreas cultivadas y 2.166.981 toneladas producidas). En el otro extremo están los departamentos de Central, Cordillera, Ñeembucú y Presidente Hayes, con ninguna producción de soja según los datos de la Síntesis Estadísticas de Producción Agropecuaria de la cosecha de 2017/2018 (MAG, 2018) (Mapa 01). Como la expansión del cultivo es vertiginosa, durante trabajo de campo en el departamento de Paraguari en 2018, nos fue relatada por la población local la rápida inserción de la soja como actividad agrícola del departamento, lo que hace poco tiempo atrás no era realidad. Según los datos del MAG (2018), en la cosecha de 2017/2018, el departamento de Paraguari cultivó sólo 50 hectáreas de soja y, según la población local, esta información no corresponde a la realidad.

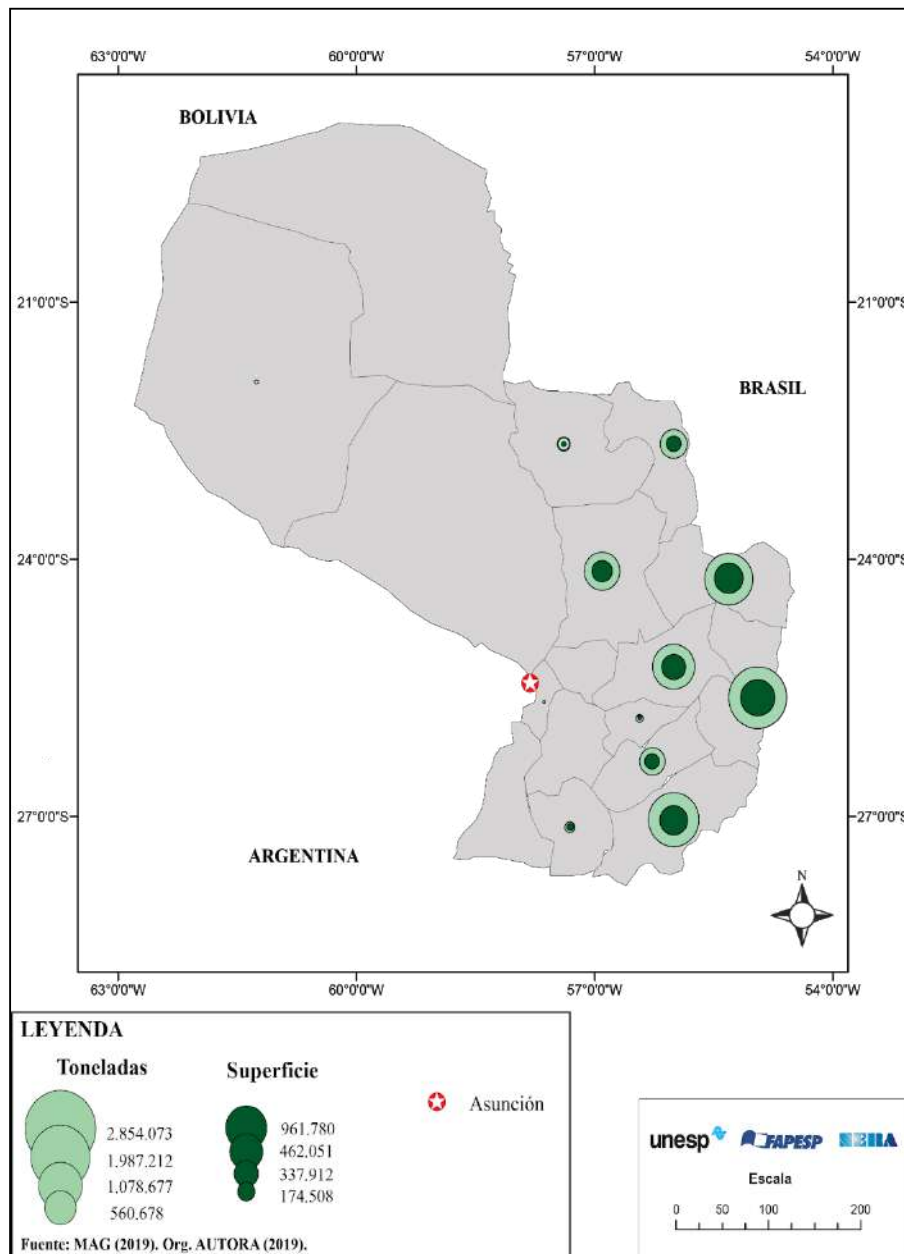
Acerca del destino final de la soja, del total producido en la cosecha de 2017/2018, 6.237.190 toneladas se destinaron a la exportación (CAPECO, 2019), lo que representa 60,77% en relación total de soja producida en Paraguay. De lo restante, 3.675.385 toneladas fueron remitidas al uso industrial [35,81% en relación al total] y 350.00 toneladas se reservaron a semillas [3,41% en relación al total]. La mayoría de la soja se exporta in natura debido a los bajos impuestos. Esto evidencia, una vez más, el modelo neoextractivista de Paraguay. Sobre la exportación, en el año 2018, los principales destinos de la soja paraguaya en natura fueron: Argentina (67%), Rusia (14%), Unión Europea (5%), Turquía (3%), Brasil (3%), Israel (2%), Egipto (1%). La exportación de la soja paraguaya a Estados Unidos es inexpressiva (CAPECO, 2019).

La concentración de tierras, la extranjerización y la producción de soja están estrechamente relacionadas. Sin embargo, gran parte de los establecimientos menores a veinte hectáreas cultivaban soja en 2008. En Paraguay 85,3% de las propiedades menores a veinte hectáreas producían soja, seguidas de Caazapá (76,1%), Guairá (68,9%); Itapúa (62,5%), Alto Paraná (45,4%), Caaguazú (43,2%) y Canindeyú (38,2%). En cuanto a la superficie, en los establecimientos con hasta veinte hectáreas la situación es diferente, la extensión cultivada es diminuta - con excepción de Paraguay,

donde las propiedades productoras de soja de esta clase concentraban el 46,3% - ejemplos son Itapúa, con el 5,6%; Alto Paraná, con el 2,4% y Canindeyú, con el 1,8%.

En contraposición, las propiedades superiores a 1.000 hectáreas concentraban el 2,8% del total de propiedades y el 47,7% de la superficie cultivada de soja. El Mapa 01 expresa el área sembrada de soja en hectáreas y la cantidad de toneladas producidas del grano por departamento en la cosecha 2017/2018.

Mapa 01 - Soja - Área cultivada en hectáreas y producción en toneladas - cosecha 2017-2018.



Fuente: MAG (2018); Elaboración: AUTORA (2019).

La proyección es que la producción de soja en Paraguay aumente, ya que desde 2015, CAPECO en asociación con el *United State Department of Agricultural* (USDA) ha realizado investigaciones con el objetivo de desarrollar semillas de soja resistentes a la sequía característica del Chaco Paraguayo, en la región históricamente no adecuada para el cultivo del grano, de modo que en la cosecha 2016/2017 se cultivaron 20.000

hectáreas de soja, con un ingreso promedio de 3.000 a 3.4000 kilos por hectárea (ÚLTIMA HORA, 25 de abril de 2018) y la proyección de la Asociación Rural del Paraguay (ARP) es la plantación de 500.000 hectáreas en el Chaco hasta 2030 (ÚLTIMA HORA, 12 de julio de 2018), lo que intensificará aún más las contradicciones del modelo.

3 CONTRADICCIONES E IMPACTOS DEL AGRONEGOCIO DE LA SOJA

Primero hay que comprender que los impactos generados por el agronegocio de la soja no están restringidos al campo, sino que envuelve el territorio en su totalidad. Estos impactos son intensos desde el inicio del cultivo del grano en la década de 1970, pero la problemática asume una nueva dirección a partir de 2003, cuando las pulverizaciones de agroquímicos alcanza su nivel máximo⁷ (PALAU; KRETSCHMER, 2004). Entre los principales impactos destacamos, en primer lugar, la alteración de la territorialidad, que deja de ser destinada para la producción de alimentos y en bosques / bosques para ser alienada al monocultivo para exportación.

La cuestión inicial es la alteración de la territorialidad refleja en la seguridad y soberanía alimentaria. Paraguay ha reducido drásticamente el territorio destinado a la producción de alimentos, entre 2002 y 2014 la expansión del agronegocio 130% y la agricultura campesina, que realmente proviene alimentos, presentó retracción del 50% (ORTEGA, 2016; MAG, 2018). Además, hay un cambio en la dieta alimentaria de la población, lo que también repercute en la soberanía cultural, ya que la población deja de reproducir ciertos hábitos alimentarios culturales debido a la imposición de un régimen alimentario corporativo (McMICHAEL, 2016).

Además, la sojización (CORREIA, 2017) resulta en alteraciones en las relaciones sociales de producción, considerando que es un cultivo de escala caracterizado por la densa mecanización, lo que no permite el empleo rural ni la incorporación del

⁷ En 2003 el hijo de un dirigente del CONAMURI fue muerto debido a intoxicaciones causadas por pulverizaciones en plantaciones de soja en el departamento de Itapúa (PALAU; KRETSCHMER, 2004).

campesinado, ya que son lógicas de producción distintas. Este proceso ha generado una alta tasa de desterritorialización, sea esta efectuada por medios económicos [venta, arrendamiento y contratos] o extra-económicos [expropiaciones violentas e ilegales], particularmente frecuentes en Paraguay.

Esta es una cuestión compleja, porque las prácticas de venta y arrendamiento no son totalmente voluntarias, sino porque el campesinado es afectado con el uso indiscriminado de agroquímicos, además de ser excluido de las políticas públicas y aún criminalizado por el agronegocio y también por el Estado. Además, cuando el campesinado decide no vender la tierra, el agronegocio utiliza estrategias como pulverización sobre las comunidades o desterritorializaciones forzadas bajo la utilización de títulos falsos de propiedad. En una entrevista el CONAMURI⁸ (2015) nos fue relatado:

El impacto mayor que tiene el acaparamiento de tierra en Paraguay, quiere decir, las ocupaciones ilegales que hacen las empresas de las tierras campesina e indígenas en Paraguay, sobre todo, el primero efecto es social. Impacta primeramente las comunidades, desplazando las comunidades y las pocas que quedan en resistencia las afectan la salud, porque las tierras que son acaparadas son utilizadas para la producción principalmente de soja o alguna otra semilla transgénica y que incluye un paquete tecnológico con el uso intensivo de agro toxico.

Con la desterritorialización, el campesinado se reterritorializa en la periferia de centros urbanos, especialmente en Asunción, promoviendo prácticas de urbanización sin ordenamiento. Los Bañados de Asunción corresponden a un nítido ejemplo. Los Bañados consisten en comunidades que viven en las márgenes del Río Paraguay en Asunción. En 2012, 100.000 personas habitaban los bañados (DGEEC, 2012), número que creció, sobre todo, en los últimos catorce años, o sea, desde el inicio de la expansión de la producción de soja en el país. Como abordan Palau, Cabrello, Maeyens, Ruilli y Segovia (2007, s/p), "relocalización de familias de agricultores desplazados reubicándose en los mayores centros urbanos y en las periferias de pequeños núcleos

⁸ La entrevista fue realizada en diciembre de 2015 en Asunción.

urbanos, en condiciones de marginalidad y precaria subsistencia", los campesinos e indígenas son los refugiados del modelo agroexportador.

La cuestión de la soberanía territorial también es relevante, porque Paraguay presenta un alto porcentaje de extranjerización del territorio. En 2008 se estima que 19% del territorio estaba bajo control [directo e indirecto] de extranjeros (GLAUSER, 2009). En el año 2008, los brasileños concentraban cerca del 30% de las propiedades por encima de 1.000 hectáreas (MAG, 2008). En este sentido, hay la discusión del Estado Capturado (GEOGHEGAN, 2017), donde el Estado es alienado⁹ para atender la demanda del agronegocio, sobre todo extranjero. En una entrevista con funcionarios del INDERT, MAG y SENAVE, la postura de estos órganos fue bastante clara en el sentido de reproducir los discursos/narrativas del agronegocio: soja transgénica es necesaria para disminuir el hambre, la extranjerización de la tierra es importante para la balanza comercial y campesinado es criminalizado como *invasores de tierra*.

Desde la deposición de Fernando Lugo (Partido Frente Guasú), en junio de 2012, la criminalización y violencia en relación al campesinado paraguayo ha avanzado, especialmente en lo que se refiere a la eliminación física de campesinos (FOGEL, 2018). Además, a partir de 2013 hay un aumento de las políticas públicas que benefician al agronegocio y el Estado paraguayo, más que nunca, demarca muy bien su posición contraria y de criminalización del campesinado.

Este modelo también promueve impactos ambientales, como deforestación y contaminación del suelo y de cursos de agua. En mayo de 2018, la National Aeronautics and Space Administration (NASA) divulgó imágenes de satélite que demuestran la deforestación en el Gran Chaco - Paraguay, Argentina y Bolivia. El Paraguay presenta la mayor tasa de deforestación, de 1987 a 2012 cerca de 4.400.000 hectáreas fueron deforestadas (ÚLTIMA HORA, 08 de mayo de 2018). Según el Instituto Forestal Nacional del Paraguay (INFONA), sólo en 2017 10.000 hectáreas fueron deforestadas

⁹ En Paraguay no hay un Estado contradictorio, en el sentido de promover el agronegocio, específicamente extranjero, al mismo tiempo que defiende su soberanía y población, como argumenta la literatura internacional (WOLFORD, BORRAS JR., HALL, SCOONES y WHITE, 2013). En Paraguay hay un Estado totalmente alienado [en diferentes esferas] para atender la demanda del capital.

en el Chaco Paraguayo (ÚLTIMA HORA, 25 de abril de 2018). Dada la expansión de la ganadería a la región a partir de 2012, estimamos que este número sea mucho mayor.

Los impactos generados por este modelo de desarrollo neoextrativista reflejan en los conflictos territoriales y resistencias. En este sentido, defendemos que el territorio, comprendido como espacio multidimensional y multiescalar constituido por medio de relaciones de poder (RAFFESTIN, 1993), es la categoría adecuada para abordar el proceso de sojización del Paraguay, pues nos permite comprender el proceso como un todo.

4 CONSIDERACIONES FINALES

La actual incorporación de territorios por el capital es intrínseca al desarrollo del modelo capitalista de producción (MARX, 1970), luego, es una estrategia histórica de acumulación. La historia social de Paraguay se confunde con la historia de la lucha por la tierra, donde desde 1870 el campesinado ha luchado por su territorio y por su modelo de desarrollo. Con la introducción del cultivo de soja en la década de 1970, este proceso asume un nuevo formato, más contradictorio y excluyente.

El inicio del cultivo de la soja transgénica y con las alteraciones promovidas por el avance del neoliberalismo en la región a finales de la década de 1990, sumadas a la nueva fase de la demanda mundial por tierras inaugurada en 2008, en un contexto histórico específico de convergencia de múltiples crisis y de los cambios geopolíticos globales, han promovido cambios significativos en todo el territorio paraguayo, tales como: cambio en la territorialidad para atender la demanda del mercado externo, aumento de la inseguridad alimentaria, pérdida de la soberanía alimentaria, aumento de impactos ambientales, desterritorialización del campesinado, urbanización sin ordenación y criminalización de movimientos de lucha por la tierra.

Al mismo tiempo, el gobierno de Paraguay vende una imagen de nuevo primo rico del MERCOSUR (LA NACIÓN, 06 de marzo de 2018) y promueve una política de atracción de inversiones extranjeras en diferentes sectores y a todo costo, incluyendo

políticas públicas de incentivos fiscales y legislación ambiental y laboral flexibles. En el caso de la soja, ésta representa el 40% del PIB del país, pero el impuesto de exportación in natura es del 2,5%, lo que estimula el no procesamiento del grano en el país, promoviendo el neoextrativismo.

Los impactos generados por el proceso de sojización son multidimensionales y multiescalares y con el avance de la frontera agrícola hacia el Chaco paraguayo, sumado a la reciente elección de Mario Abdo Benítez (Partido Colorado), que asumió la presidencia del país en agosto de 2018, es el mantenimiento de un modelo que concentra la tierra en posesión de aquellos que a menudo se apropian del territorio de forma ilegal y que criminalizan a aquellos que luchan de forma digna por el acceso a un pedazo de tierra para su reproducción.

5 REFERENCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century*. Londres: Verso, 1996.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. *ICAS Working Paper Series*, The Hague, 2010.

CAPECO. *Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas*. Disponible: <http://capeco.org.py/>. Acceso en: 15 mar. 2019.

CORREIA, Joel E. Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay. *The Journal of Peasant Studies*, p. 01-21, 2017.

DGEEC. *Paraguay – Principales indicadores de viviendas*. Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2012.

DGEEC. *Encuesta Permanente de Hogares*. Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOGEL, Ramón Bruno. Reforma agraria en el Paraguay: retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina.

(Org.). *La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-138.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

GEOGHEGAN, Verónica Serafini. *Élites y Captura del Estado*. Paraguay: un estudio exploratorio. Asunción: OXFAM, 2017.

GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del territorio paraguayo*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. *Territorios*, v. 5, p. 37-54, 2010.

KLEINPENNING, Jan. *Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza*. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

LA NACIÓN. Paraguay, 'el nuevo primo rico del MERCOSUL'. *La Nación*, cuaderno Economía, publicado en: 08 mar. 2018.

MAG. *Síntesis estadísticas – producción agropecuaria año agrícola 2017/2019*. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2018.

MARX, Karl. *Capital I: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sergio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? *Third World Quarterly Journal*, p. 01-18, 2017.

McKAY, Ben. *Extractivismo agrario: dinámicas de poder, acumulación y exclusión en Bolivia*. La Paz: Fundación Tierra, 2018.

McMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*. Brasil - Paraguai (1955-1980). Campinas: Papirus, 1987.

MORA, Carlos. Participación y organizaciones campesinas en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. (Orgs.). *Construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, p. 343-365, 2006.

MORÍNGO, José Nicolás. De la protesta social al movimiento campesino. *Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)*, n. 2, p. 24-31, 2003.

OLIVEIRA, G. de L. T. The geopolitics of Brazilian soybeans. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

ORTEGA, Guillermo. *Mapeamiento del extractivismo*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

PALAU, Marielle; KRETSCHMER, Regina. La ‘guerra de soja’ y el avance del neoliberalismo en el campo. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, ano 5, n. 13, p. 105-115, 2004.

PALAU, Marielle. *Movimiento Popular y Democracia*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. *Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, ano 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005.

PALAU, Tomás; CABRELLO, Daniel. MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. *Los refugiados del modelo agroexportador*. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE IS, 2007.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 (1972).

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. *Revista NERA*, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIQUELME, Quintín. *Los sin tierra en Paraguay*. Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. *Concentración de tierras y producción en Paraguay*. Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008. Asunción: CDE, 2016.

ROJAS VIÑALES, Ana Teresa. Las políticas sociales en Paraguay. El camino recorrido entre 1990-2014. *Cuadernos CLACSO-CONACYT*, n. 15, p. 05-17, 2017.

TALESCA, Ignacio. *Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980): Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay*. Asunción: CEPAG, 2004.

ÚLTIMA HORA. Infona detectó deforestación de diez mil hectáreas de bosque en el Chaco. *Última Hora*, cuaderno Economía, publicado en 25 abr. 2018.

ÚLTIMA HORA. Satélite de la Nasa muestra gran deforestación en el Chaco – Paraguay. *Última Hora*, cuaderno Nacionales, publicado en: 08 may. 2018.

VÁZQUEZ, Fabricio. *Territorio y población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay*. Asunción: ADEPO, 2006.

VÁZQUEZ, Fabricio. *Geografía humana del Chaco Paraguayo*. Transformaciones territoriales y desarrollo regional. Asunción: ADEPO, 2013.

VILLAGRA, Luis Rojas. *Actores del Agronegocio en Paraguay*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

VILLAGRA, Luis Rojas. *Proceso histórico de la economía paraguaya*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012.

VILLAGRA, Luis Rojas. *La metamorfosis del Paraguay*. Del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

WESZ JR., Valdemar João. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.

WOLFORD, Wendy; BORRAS JR., Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. Governing global land deals: the role of State in the rush for land. *Development and Change*, v. 44, n. 2, p. 189-210, 2013.

Recebido em: 20/03/2019

Aprovado em: 08/11/2019

Publicado em: 26/12/2019

**LA CRIMINALIZACIÓN BRASILEÑA DE MANO DE OBRA INMIGRANTE
LATINOAMERICANA EN CASAS DE APUESTAS CLANDESTINAS**

*A CRIMINALIZAÇÃO BRASILEIRA DA MÃO-DE-OBRA IMIGRANTE
LATINO-AMERICANA EM CASAS DE JOGOS CLANDESTINAS*

*THE BRAZILIAN CRIMINALIZATION OF LATIN AMERICAN IMMIGRANT LABOR IN
ILLEGAL GAMBLING ESTABLISHMENTS*

*Lucas Fernandes da Costa¹
Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez²
Universidade de São Paulo, Brasil*

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la protección penal brasileña de la fuerza laboral inmigrante en las casas clandestinas de juegos, considerando los actuales flujos migratorios latinoamericanos. Con este fin, primero se aborda el tema de la migración en el contexto de América Latina, en el cual Brasil aparece como uno de los principales destinos, describiendo su principal motivación en términos socioeconómicos y el propósito relacionado. A continuación, se considera la trata de personas como antecedentes para cuestionar cuál es el tratamiento dado al inmigrante usado como fuerza laboral en el escenario de la explotación de la actividad económica del juego como un mercado ilícito, además de intentar investigar cuál es el nivel de tutela penal a la trata de personas en esos supuestos.

PALABRAS CLAVE: inmigración latinoamericana; casas de apuestas clandestinas; Brasil; custodia penal del inmigrante.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the Brazilian penal protection of the immigrant workforce in clandestine gambling places, considering the Latin American migratory flows. To this end, we will first address the issue of migration in the context of Latin America, in which Brazil figures as one of the main destinations, outlining its main motivation in socio-economic terms and the related purpose. We will then talk about trafficking in persons as a background to question how the immigrant who is used as a labor force is treated in the

¹Doutorando pelo Programa de Pós-graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP). Advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Contato: lucas.fernandes.costa@usp.br.

²Professor Associado de Direito Penal da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Livre-docente pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Membro do Programa Interunidades Integração Latino-americana (PROLAM) da USP. Contato: victorgabriel@usp.br.

scenario of exploiting gambling economic activity as an illicit market, as well as criminal enforcement to avoid this kind of exploitation.

KEYWORDS: Latin American migration; Brazil; clandestine gambling houses; criminal protection of the immigrant; criminalization of the immigrant.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a tutela penal brasileira da mão-de-obra imigrante em casas de jogos clandestinos, considerando os fluxos migratórios latino-americanos. Para isso, trataremos, de início, do tema da migração no contexto da América Latina, tendo o Brasil como um dos principais destinos, traçando a sua principal motivação em termos socioeconômicos e a finalidade correlacionada. Em seguida, falaremos sobre o tráfico de pessoas como pano de fundo para questionarmos como é tratado o imigrante que é utilizado como mão-de-obra no cenário da exploração da atividade econômica dos jogos de azar, enquanto mercado ilícito, bem como a tutela penal oferecida a ele pelo país.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Latino-Americana; Casas de Jogos Clandestinas; Brasil; Tutela Penal do Imigrante.

1 INTRODUCCIÓN

En el contexto de la globalización, las crecientes migraciones internacionales han sido objeto de una importante cantidad de contribuciones científicas, tanto teóricas como empíricas, que observan, entre varios aspectos, su diversidad, sus significados y sus implicaciones. Una considerable fracción de este marco de contribuciones (por ejemplo, los estudios más recientes sobre el tema: BEINE, BOURGEON e BRICONGNE, 2019; AZOSE e RAFTERY, 2019; LAVENEX, 2019) abordan las impactantes transformaciones socioeconómicas, políticas, demográficas y culturales que han tenido lugar internacionalmente, en especial desde la década de los ochenta. En este escenario, las tendencias actuales de los flujos migratorios internacionales han exigido la revitalización de paradigmas para su mejor conocimiento y comprensión. Así, se hace esencial incorporar nuevas dimensiones teóricas y una revisión de la definición de lo que sería, en realidad, el fenómeno migratorio. En este sentido, el tema de la lucha y los compromisos internacionales para la vigencia de los llamados derechos humanos de los migrantes es de gran importancia, en vista del papel conflictivo de los estados y las políticas sociales con respecto a los procesos

internos e internacionais de distribución demográfica. Los movimientos migratorios internacionales se presentan como contrapartida de la reestructuración territorial mundial, que, a su vez, está relacionada con la reestructuración de los ciclos económicos productivos a escala planetaria. (GEDDES, 2019).

En el contexto internacional, es necesario definir cuáles países tendrán acceso al desarrollo, es decir, intentar decir cuáles de ellos tendrán éxito en convertirse en un modelo de desarrollo económico y social capaz de hacerles dejar de la franja gris de ‘países en desarrollo’. En este escenario, miramos hacia los países latinoamericanos que, durante décadas, aunque con excepciones, experimentaron un proceso de democratización caracterizado, sin embargo, por crisis financieras, déficit fiscal, deudas externas e internas, estancamiento de sus procesos productivos, entre otros factores que, a su vez, conllevan al aumento de la pobreza, la desigualdad y la exclusión socioeconómica. Por lo tanto, aunque a menudo oscile entre la obediencia a los paradigmas económicos neoliberales y los intentos de aumentar la redención de las desigualdades sociales acumuladas, América Latina desarrolla estrategias para comprender y lidiar con los flujos migratorios internos, y en algunos casos, suministrar mayor dinamismo y un avance relativo en las políticas sociales que involucren directamente a quienes se mueven en los territorios de la extensa región. Estos desplazamientos se deben a varios motivos, como el cambio de residencia, el escape de situaciones precarias anteriores, la circularidad, la doble residencia o las estancias temporales, que ocurren en grupos o individualmente, a menudo con acciones ilegales o clandestinas. (GEDDES, 2019).

En este texto, hacemos foco en el tema de las casas clandestinas de apuestas en Brasil y la protección penal de la fuerza laboral inmigrante latinoamericana. La pregunta principal es si los inmigrantes, según el sistema legal brasileño, son tratados como agresores o víctimas cuando se utilizan como mano de obra en el contexto de ese extracto de mercado ilícito. Para ello, inicialmente abordamos el desarrollo de estudios sobre la inmigración latinoamericana en Brasil desde la década de 1950 hasta la década de 2000, haciendo hincapié en la evolución de los métodos de recolección de datos y su fiabilidad. Enseguida pasamos a la comprensión de los motivos y propósitos que desencadenan los flujos migratorios hacia Brasil, destacando los factores de expulsión en el contexto de la pobreza estructural, los factores de atracción socialmente contruidos y las consecuencias de la migración interna. Finalmente,

examinaremos el tema de la criminalización de la explotación comercial de los juegos de azar en el país y la protección penal de la fuerza laboral inmigrante.

2 AMÉRICA LATINA Y LA MIGRACIÓN

El fenómeno de la migración ha sido una constante en la realidad de América Latina y el Caribe. Aunque durante varios siglos América Latina fue un destino importante para muchas poblaciones europeas, africanas e incluso asiáticas. A principios del siglo XX, las migraciones sur-norte del período 1960-2010 profundizaron el carácter emisor de su estatus de receptor a nivel mundial (HERRERA, 2012). Por otro lado, en los últimos tiempos ha aumentado la migración económica y forzada en la subregión. Según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (MARTÍNEZ PIZARRO ET AL., 2014), hubo un aumento en los flujos intrarregionales y transcontinentales entre 2000 y 2010, con los principales volúmenes de migrantes que iban de Colombia a Venezuela y Ecuador; de Centroamérica a México; de Haití a la República Dominicana; y de Nicaragua a Costa Rica. (HERRERA; SORENSEN, 2017).

Aunque los patrones migratorios hayan evolucionado constantemente en América Latina, la investigación sobre el tema no se ha desarrollado necesariamente en la misma medida y se encuentra lejos de ser exhaustiva. Sin embargo, es importante reconocer que la multiplicación de los perfiles de migración, así como una mirada más cercana a la diversidad de género y étnica, ha producido un creciente cuerpo de estudios. Esto nos permite hablar sobre el resurgimiento de los estudios migratorios en América Latina, un campo que ha permanecido relativamente letárgico desde la década de 1980, en el que se ha realizado un trabajo importante sobre la migración interna, vinculado a los procesos de urbanización y reestructuración agraria. En los últimos 20 años, hubo numerosas publicaciones sobre las causas y consecuencias de estas nuevas migraciones, su impacto en las sociedades de origen y destino, su feminización, su racialización y su diversificación socioeconómica. También tuvieron influencia en estos procesos migratorios las crisis sociales, políticas y económicas

experimentadas en la región y con la creciente globalización de los mercados laborales. Finalmente, el interés en examinar el papel de los estados y las políticas de migración en estos procesos ha aumentado, particularmente en relación con la creciente aplicación de políticas de migración y control de fronteras. (HERRERA; SORENSEN, 2017).

América Latina ha experimentado un crecimiento considerable en sus migraciones en los últimos años. Este crecimiento ocurrió como parte de la intensificación de los procesos de globalización y también encuentra explicaciones en la intensificación de las crisis económicas y políticas que la región experimentó en diferentes territorios. Los cambios en los procesos de acumulación capitalista y la titulización de las fronteras son dos fenómenos que también han afectado en gran medida los movimientos de las personas en la región, reduciendo los flujos en algunos casos, redirigiéndolos a otros destinos en otros, aumentando los retornos voluntarios y forzados y también multiplicándose tipo de movilidad. (HERRERA; SORENSEN, 2017).

DONATO ET AL. (2010) identificaron tres patrones críticos de movimiento regional en los últimos 50 años: (1) migración sur-norte de América Latina a los Estados Unidos y Canadá, (2) migración interregional en América Latina y (3) migración transoceánica a Europa y Japón: ahora, si se estudian las migraciones Sur-Norte, se observan varios patrones. Primero, aunque la salida de personas a los Estados Unidos parece haber disminuido en los últimos 10 años de países como México (MASSEY, 2015) no se detuvo desde Ecuador, Bolivia y Colombia y aumentó desde América Central. En segundo lugar, en lo que respecta al Sur de Europa, las migraciones han disminuido significativamente en los últimos 10 años después de la crisis económica de 2008. Más allá de eso, existe una complejidad de estos flujos, además de las salidas de personas a los países del norte. Existieron procesos de retorno voluntario y forzado debido al aumento de deportaciones o reubicaciones a terceros países y una mayor visibilidad de los procesos de migración circular entre el Sur y el Norte.

De manera similar, junto con la migración sur-norte, más y más migrantes de otras regiones de América Latina y el sur global han llegado a las ciudades de nuestra región, incluso a aquellas que no tienen tradición internacional de migración, como las ciudades andinas. A tasas mucho más lentas que los flujos de dinero, material e información que circulan a nivel mundial, los migrantes intrarregionales y transcontinentales están cambiando la faz de las ciudades latinoamericanas, al igual que los migrantes internos en las décadas de

1950 a 1970 en todo el subcontinente. Si bien estos flujos también son cultural y socioeconómicamente heterogéneos, la mayoría de estos nuevos inmigrantes contribuyen a las economías locales, a menudo basadas en trabajos precarios. En ciudades con poca tradición internacional de migración, este tipo de inserción predomina sobre los procesos de asentamiento definitivos y la integración social exitosa. Factores estructurales, relacionados con las economías de la ciudad, y factores políticos, que se refieren a la falta de visibilidad de la población inmigrante en las políticas locales, contribuyen a esta difícil inserción. (HERRERA; SORENSEN, 2017).

Merece la pena señalar que las causas de la migración no fueron estáticas o permanentes. Las necesidades económicas que se han acuñado para explicar por qué las personas abandonan sus comunidades para vivir en otros países, el desplazamiento forzado causado por la violencia, los megaproyectos de desarrollo o los desastres naturales se han sumado en ese contexto. En algunos territorios, la conjunción de todos estos fenómenos explica el aumento de la migración. Actualmente, en varias regiones de Colombia, México, Honduras, Guatemala, El Salvador, entre otros, los desplazamientos forzados de la población están en la agenda debido a la violencia social y política imperante en estos territorios. La movilidad causada por la violencia ha aumentado considerablemente en los últimos 20 años, desde los migrantes que buscan asilo en diferentes ciudades latinoamericanas como Quito, Santiago o San José hasta los migrantes clandestinos y vulnerables, como los niños y adolescentes no acompañados que viajan por México a la frontera Norte. (HERRERA; SORENSEN, 2017).

3 LAS RAZONES, PROPÓSITOS Y CONSECUENCIAS DE LA INMIGRACIÓN LATINOAMERICANA A BRASIL

SASSEN (2018) entiende que la migración, a pesar de en su raíz ser un acto de voluntad individual - todos los que migran llevan en sus mentes aspiraciones y razones personales - solo es posible ya que la opción de migrar es un fenómeno estructural desde la perspectiva de una estructura. (MARINUCCI; MILESI, 2005). La intensificación

contemporánea de los múltiples flujos internacionales de bienes, personas y capitales eventualmente creó un único sistema planetario multipolar (GONÇALVES, 2009) caracterizado por la dualidad centro-periferia, mediada por una semi-periferia, un concepto que circunscribe espacios en los que el modo de producción capitalista se desarrolla en la dependencia financiera y técnica de las naciones del centro (GONÇALVES, 2009). Por lo tanto, la migración internacional sería el resultado de la división internacional del trabajo, que llevaría de los países periféricos a los países desarrollados la mano de obra barata que estos necesitan para el funcionamiento de sus economías (BAENINGER; MESQUITA, 2016). De hecho, para HARVEY (2012), una característica central de la globalización es la aparición de un ejército de reserva integrado, que elude la segmentación geográfica de los mercados laborales. Tal mirada a la migración internacional indica que la fuerza de atracción por el trabajo que ejercita los mercados laborales supera cualquier restricción que los estados puedan imponer a los flujos migratorios (BAENINGER; MESQUITA, 2016).

En este escenario, las migraciones internacionales han ganado importancia debido a las enormes transformaciones económicas, sociales, políticas, culturales e ideológicas experimentadas en el siglo XXI. Desde las décadas de 1980 y 1990, Brasil ya se insertó en este nuevo contexto de migraciones internacionales: bien con salidas de brasileños al extranjero, bien con la reciente llegada de inmigrantes al país. El tema de las migraciones internacionales está emergiendo como un tema demográfico en Brasil a fines del siglo XX. (BAENINGER; MEZQUITA, 2016). La historia de la formación social de la población brasileña se puede resumir en una serie de movimientos de inmigrantes en diferentes momentos de la economía (BAENINGER, 2012). Sin embargo, sólo a partir de la segunda mitad de la década de 1980 el tema de la migración internacional volvió a la agenda de investigación y la política del País. Inicialmente, fue el movimiento externo de los brasileños lo que llamó la atención, ya que más de un millón de ellos estaban fuera de Brasil en la década de 1990, principalmente en los Estados Unidos, Paraguay y Japón, y otros países. como Italia, Portugal, Inglaterra, Francia, Canadá, Australia, Suiza, Alemania, Bélgica, los Países Bajos e Israel. Sin embargo, es digno de mención que la emigración de brasileños a Paraguay data de la década de 1970, reapareciendo y siendo vista solo ahora en el nuevo contexto de migraciones transfronterizas (BAENINGER; MESQUITA, 2016).

Desde distinta perspectiva, el fenómeno migratorio internacional en Brasil se observa por la entrada de nuevos contingentes de inmigrantes. El escenario de la globalización, además de acortar las distancias, ha redefinido las ubicaciones y creado bloques económicos, de modo que el país está asistiendo a la entrada de inmigrantes latinoamericanos, coreanos, asiáticos, haitianos y estadounidenses, franceses, coreanos, españoles y portugueses, con intensificación del movimiento de capitales y bienes. En el contexto de América Latina, hasta la década de 1970, Brasil figuraba como un área de evasión de población para los países vecinos, especialmente Paraguay y Argentina Argentina. El siglo XXI altera esta lógica, ya que el país se convierte en una de las áreas más fuertes de recepción de la migración para los latinoamericanos, pasando del cuarto mayor stock de estos extranjeros (alrededor de 190 mil), frente a unos 180 mil. Brasileños que viven en los países de la región. (BAENINGER; MEZQUITA, 2016).

Sin embargo, es necesario enfatizar la diversidad de flujos de inmigrantes y emigrantes internacionales. Por un lado, Brasil recibe flujos de mano de obra calificada de Chile, Argentina, Estados Unidos, Francia, Alemania, China, Corea, España y Portugal; Por otro lado, los inmigrantes van a estos países que, aunque tienen niveles de educación secundaria alta y superior, son trabajadores insertados en los niveles más bajos del mercado laboral. La diversidad de flujos en Brasil según la nacionalidad y el país de origen también necesita atención especial, como en el caso de bolivianos, paraguayos, peruanos, colombianos que se encuentran en una situación que revela la ausencia de derechos humanos para estos contingentes de población. En este sentido, destacamos el caso de la ciudad de São Paulo, entendida como el centro operativo de una región de capitalismo semiperiférico, ya que es el lugar de mayor concentración de inversión extranjera (SASSEN, 2018) en América Latina. Esta vez, se explica la atracción que la metrópoli ejerce sobre mano de obra calificada, cuya situación migratoria se ha regularizado desde su partida por parte de empleadores multinacionales y, al mismo tiempo, también sobre un contingente proveniente de la periferia del sistema mundial (BASSO, 2010).

En comparación, bolivianos, peruanos, colombianos, haitianos, senegaleses, congoleños, entre otros pueblos, están en gran medida vinculados a economías informales e invisibles a los ojos de la sociedad civil y el estado (VILLEN, 2012), revelando nuevos contornos de la migración internacional, algo que puede desvelar aspectos criminológicos

relevantes, como en el caso de la trata de personas y la reducción de trabajadores a la condición análoga a la esclavitud. (BAENINGER; MEZQUITA, 2016).

4 LA SITUACIÓN DEL TRABAJADOR INMIGRANTE LATINOAMERICANO EN EL CONTEXTO DE LA TRATA DE PERSONAS

Tanto los factores individuales como las circunstancias externas contribuyen a la trata de personas en y desde América Latina y el Caribe. Los factores de riesgo individuales incluyen pobreza, paro, analfabetismo, antecedentes de abuso físico o sexual, falta de vivienda, uso de drogas y membresía a pandillas criminales. La OIM en Colombia ha identificado algunas características personales comunes entre las víctimas de la trata. Esto incluye una tendencia a correr riesgos para cumplir objetivos, un enfoque en recompensas a corto plazo que pueden resultar de inmediatos riesgos a la seguridad a la falta de apoyo familiar o redes sociales fuertes. Estos factores de peligro que pueden influir en una persona que acepta una oferta de trabajo arriesgada en otro país están contrastados a fuertes a factores de atracción, incluida la esperanza de encontrar oportunidades económicas en el extranjero, que se ven impulsadas por las imágenes ricas de televisión e Internet, por ejemplo, en Estados Unidos, Europa o incluso Brasil. (SEELKE, 2010).

Los factores que contribuyen a la trata de seres humanos son: (1) la alta demanda mundial de trabajadores domésticos, trabajadores agrícolas, trabajadores sexuales y mano de obra barata; (2) crisis políticas, sociales o económicas, así como desastres naturales que ocurren en ciertos países, como los recientes terremotos en Haití; (3) machismo persistente que tiende a conducir a la discriminación contra las mujeres y las niñas; (4) existencia de redes de tráfico establecidas con métodos sofisticados de reclutamiento; (5) corrupción pública, especialmente complicidad entre la policía y los agentes fronterizos con traficantes y contrabandistas extranjeros; (6) políticas restrictivas de inmigración en algunos países de destino que tienen oportunidades limitadas para que ocurran flujos de migración legal; (7) desinterés del gobierno hacia el control a la trata de personas; y (8) oportunidades económicas limitadas para las mujeres en América Latina. Aunque las mujeres han alcanzado los mismos

(o mayores) niveles de educación que los hombres en muchos países, el empleo de las mujeres sigue concentrado en trabajos informales y de bajos salarios. (SEELKE, 2010).

Entre 1995 y 2008, el gobierno brasileño rescató a más de 30,000 trabajadores de situaciones laborales irregulares, en condiciones análogas a la esclavitud (COSTA, 2009). En Brasil, el trabajo forzoso es más común en áreas rurales aisladas, pero también ocurre en áreas urbanas, como fábricas clandestinas de ropas, casas de prostitución y, como se verá en el siguiente tema, casas de juego clandestinas. Cabe señalar que uno de los principales destinos para los inmigrantes que vienen a Brasil en busca de mejores condiciones de vida, en términos de trabajo, son establecimientos clandestinos que explotan actividades económicas, a veces criminalizadas, a veces de manera irregular, en este último caso, tenemos ejemplos de pequeñas prendas tercerizadas que utilizan mano de obra esclava de inmigrantes, en su mayoría latinoamericanos, como es el caso de los bolivianos en la ciudad de São Paulo. (KEMPFER; MARTINS, 2013). Con respecto a las actividades criminalizadas, tenemos el ejemplo de las casas de prostitución y el tráfico de drogas. Sin embargo, con respecto a este texto, dirigimos la mirada específicamente a las casas de juegos clandestinas y la protección victimológica propuesta al trabajador inmigrante.

5 LA CRIMINALIZACIÓN DE LAS CASAS DE APUESTAS EN BRASIL Y LA CRIMINALIZACIÓN DE LA MANO DE OBRA INMIGRANTE

La declaración normativa del artículo 50 de la Ley de faltas penales (BRASIL, 1941) establece la descripción abstracta del tipo de delito que penaliza la explotación comercial de las apuestas. Al principio, tenemos las palabras “establecer o explotar”. El primero se centra en el acto de crear, instituir, reafirmar, hacer cumplir, hacer que una práctica particular sea regular, estable, mientras que el tercero se centra en el acto de aprovechar, sacar provecho. La conjunción “o” entre ellos propone una suma entre estos comportamientos, agregando todos estos actos dirigidos, luego, a las apuestas, el siguiente término. En este sentido, en aras del elemento objetivo, tenemos comportamientos comisionados, asociados con el elemento

subjetivo de la intención, es decir, dirigidos a un propósito específico, que no indican factores que enmarcan una conducta culpable, como imprudencia, negligencia o mala práctica.

En cuanto al término juego, el § 50 del Artículo 50 establece definirlo en tres hipótesis: (1) el juego en el que la ganancia o pérdida depende exclusiva o principalmente de la suerte; (2) apuestas de carreras de caballos fuera de los lugares específicos previamente autorizados; (3) apuestas en cualquier otra competición deportiva. Sobre el concepto de juego de las hipótesis anteriores, ya hemos desglosado en líneas anteriores. Vale la pena señalar aquí que, observando el principio de legalidad propuesto para el área penal (BRASIL, 1988), no es factible una interpretación extensa del concepto más allá de estas tres situaciones: la norma penal debe interpretarse estrictamente y no permite analogías. (RODRÍGUEZ, 2010, p. 69-ss).

El juego no puede establecerse u operarse en un lugar público o accesible al público. En este sentido, se entiende como un lugar público, que está bajo el dominio del Gobierno, con interferencia del Estado, mientras que un lugar accesible al público, que, incluso bajo el dominio de lo privado, está abierto a la libre circulación de personas o incluso a grupos segmentados de la sociedad (clubes, por ejemplo). El párrafo 4 del artículo 50 equivale a un lugar accesible al público: (a) la casa privada en la que se realiza el juego con apuestas, cuando las personas que no son de la familia en cuya posesión generalmente participa; b) el hotel o la vivienda colectiva, cuyos huéspedes y residentes actúan en juegos de azar; c) el domicilio social o la dependencia de una empresa o asociación en la que se realiza el juego; y (d) el establecimiento destinado a la operación de juegos de azar, incluso si dicho destino está oculto. Con respecto a estas hipótesis, algunas consideraciones son válidas.

En relación a la casa privada en la que se realizan los juegos de azar, cuando los miembros que no son de la familia generalmente participan en ellos, tenemos una hipótesis excluyente, que debe leerse diametralmente opuesta, a saber: cuando los participantes de una familia que ocupa una casa practican juegos de azar dentro de ella, dentro del espectro de su privacidad, no se tipifica el comportamiento criminal. En este sentido, si los miembros de un hogar usan el juego, ya sea por diversión o para ganancia o pérdida, dicho establecimiento o explotación no está dentro de la esfera de posible intervención del Estado.

Con respecto a la hipótesis de un hotel o vivienda colectiva, cuyos huéspedes y residentes reciben juegos de azar, tenemos que considerar, incluso para fines de entretenimiento, los hoteles y casas de huéspedes no pueden ofrecer juegos de azar a sus

huéspedes, ya que hay una operación hotelera comercial, que no puede asociarse con la práctica del juego, la cual, en esta hipótesis, podría confundirse con el propósito económico de la actividad, o incluso agregarse a su propósito principal. La misma lógica se aplica a la sede o dependencia de una sociedad o asociación en la que las apuestas se llevan a cabo, a riesgo, la sociedad o asociación, de constituirse para un propósito criminal y, en consecuencia, sus miembros acusados de organización criminal.

Finalmente, en lo que respecta al establecimiento de juego, a pesar de que este destino está disfrazado, tenemos un establecimiento que aparentemente está destinado a una actividad económica legal, como un mercado, una ferretería, un papelería o incluso un bar, pero en realidad obtiene su beneficio de la explotación comercial de las apuestas. Vale la pena señalar que, incluso si tenemos un establecimiento que es realmente para un propósito rentable a través de una actividad económica legal que promueve, ocasional o habitualmente, el juego, tenemos la tipificación de la falta delictiva, como bares o incluso tiendas, conveniencia que ofrecía a sus clientes la posibilidad de apostar en máquinas tragaperras, totalmente prohibidas por la ley brasileña.

Tras el análisis del artículo 50, al final de su caput, la criminalización del establecimiento o la explotación de los juegos de azar en un lugar público o accesible al público se configura con un pago inicial o sin él. En otras palabras, no es necesario que la explotación comercial ocurra con fines de lucro, siendo criminalizada incluso cuando el propósito es meramente lúdico, gratuito, no costoso. También vale la pena mencionar la disposición del párrafo 2 del artículo 50 de la Ley de Faltas Penales (BRASIL, 2015), que trata sobre el particular jugador, que incurre en una multa de dos mil a doscientos mil reales, si se encuentra que participa en el juego, incluso a través de Internet o cualquier otro medio de comunicación, como puntero o apostador. La declaración normativa se dirige correctamente al jugador que participa en el juego, incluida su presencia física u otros medios de comunicación, como Internet.

Y, finalizando el análisis del artículo 50 de la Ley de faltas penales, tenemos la causa del aumento de la pena de un tercio propuesto por su § 1, que cuida de las hipótesis en que, en el establecimiento o la explotación del juego, haya empleados contratados para la actividad o participantes menores de dieciocho años. En la primera situación, observando el vínculo de subordinación y la situación de vulnerabilidad propuesta al empleado, en teoría, esto no puede

enmarcarse en la tipificación del delito menor, aunque, si se observa su autonomía y ciencia con respecto al destino de la actividad, puede ser considerado como un agente en la práctica criminal. En el segundo, a su vez, los menores de dieciocho años son penalmente imputables, pero el Estatuto del Niño y el Adolescente establece que, al cometer delitos, delitos engendrados por menores, la autoridad competente puede aplicar medidas socioeducativas, que van desde la advertencia hasta la hospitalización en establecimientos educativos. (BRASIL, 1990).

En la Ley de faltas penales, los artículos 51 a 58 se refieren a loterías no autorizadas, específicamente en relación con la hipótesis del “jogo do bicho”, tradicional quiniela ilegal de Brasil. El párrafo 2 del artículo 51 define una lotería como cualquier operación que, a través de la distribución de boletos, listas, cupones, vales, letreros, símbolos o medios similares, hace que el sorteo de premios u otros bienes dependa de la lotería. Su promoción y su extracción se caracterizan por la declaración normativa del artículo 51, que incurre en lo que vende o expone a la venta, tiene bajo su custodia con el fin de vender, introducir o intentar introducir en circulación billetes de lotería no autorizados. Téngase en cuenta que la lotería vuelve a la ganancia de bien o dinero basada exclusivamente en el factor suerte, criminalizó su explotación sin autorización legal, como se destaca en el § 3 del artículo.

En este sentido, el Artículo 52 cuida de la circulación de boletos de lotería, quiniela o tómbola extranjeros; Artículo 53 de un boleto de lotería estatal en un territorio donde no puede circular legalmente; El artículo 54 de la lista de sorteo de lotería extranjera muestra o guarda; El artículo 55, de la imprenta o cualquier boleto de lotería, lista de sorteos, aviso o servicio de carteles, en un lugar donde no puede circular legalmente, y 56, de su distribución en el mismo territorio ilegal; y, finalmente, el Artículo 57 trata de la divulgación por parte de los medios, aunque de manera encubierta, de publicidad, advertencia o el resultado de la extracción de la lotería, donde la circulación de sus boletos no sería permitida. El artículo 58 trata de la explotación o realización de la lotería llamada apuestas, o la práctica de cualquier acto relacionado con su realización o explotación.

Dicho esto, debemos preguntar, después de todo, cuál es la protección penal que se le da al trabajador inmigrante que se encuentra en las casas de juego clandestinas. Como se ha discutido en líneas anteriores, no existe un tratamiento de la ley penal específica con respecto al empleado que se encuentra en la actividad en las casas de juego. Sin embargo, es necesario

observar que el trabajador incurre en la explotación de la actividad económica como agente, observando los ingresos obtenidos de ella. En otras palabras, además de quien establece la casa de juego y la financia, la persona que trabaja en ella, incluso en actividades de mantenimiento, aprovecha su explotación, de modo que, según la letra objetiva de la ley, su conducta puede ser considerada típica, es decir, pasible de pena. El inmigrante que se utiliza como fuerza laboral en casas de juego, en este sentido, es criminalizado en términos de dogmática legal penal. De ahí, vale la pena mencionar la hipótesis de la clasificación del empleador en los artículos 149 y 149-A del Código Penal (BRASIL, 1940), que se refieren a la reducción del trabajador (inmigrante o nacional) a la condición análoga a la de esclavo y trata de personas, respectivamente, cuando, por otro lado, el trabajo inmigrante es víctima del sistema legal. En términos generales, la ley otorga al inmigrante un doble trato con respecto a su uso como fuerza laboral en el contexto de una actividad económica criminalizada: a veces se trata como una víctima, al observar las condiciones típicas de la conducta de los artículos 149 y 149-del código penal; otras veces, como agente, cuando dichos aspectos no se verifican, a pesar de la relación de vulnerabilidad con el que establece y explota efectivamente la actividad económica en cuestión.

6 CONCLUSIÓN

El derecho penal brasileño no tiene en cuenta, en términos de atribución de responsabilidad, las condiciones de vulnerabilidad de los agentes en la conducta tipificada. Con la excepción de la prostitución, que en el país no es un delito per se, pero cuya explotación está tipificada por el artículo 229, con respecto al narcotráfico y, más específicamente, a las casas de apuestas ilegales, inmigrantes que, en busca de mejores condiciones de vida, llegan a Brasil, atraídos por la facilidad de trabajar en mercados ilícitos, se penalizan cuando no se verifican las condiciones que los rodean como víctimas de trata de personas, de conformidad con el artículo 149-A del Código Penal, o cuando se reducen a condiciones análogo al de los esclavos, artículo 149 de la ley penal. Los intensos flujos migratorios en América Latina, que llevan a los inmigrantes a Brasil, dadas las deficiencias

sociales estructurales, a veces se vuelcan hacia mercados ilícitos, generando riesgos añadidos a estas personas ante un sistema legal no receptivo, que rechaza hacer distinciones entre las distintas situaciones criminógenas de cada individuo.

7 BIBLIOGRAFÍA

ARÉVALO, Jorge et al. **Migración intercensal de seis países de América Latina**. Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1974.

AZOSE, Jonathan J.; RAFTERY, Adrian E. Estimation of emigration, return migration, and transit migration between all pairs of countries. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 1, p. 116-122, 2019.

BAENINGER, Rosana. Fases e faces da migração em São Paulo. **Campinas: Nepo/Unicamp**, 2012.

BAENINGER, Rosana; MESQUITA, Romeu Bonk. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. **Revista Transporte y Territorio**, n. 15, p. 146-163, 2016.

BALÁN, J. Migraciones e desarrollo capitalista en el Brasil: ensaio de interpretación histórico-comparativa. **Migración y Desarrollo, CLACSO**, 1974.

BASSO, Pietro. L'ascesa del razzismo nella crisi globale. **Razzismo di stato. Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco Angeli**, p. 5-46, 2010.

BEINE, Michel; BOURGEON, Pauline; BRICONGNE, Jean-Charles. Aggregate fluctuations and international migration. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 121, n. 1, p. 117-152, 2019.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 5 de julho de 2019.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 5 de julho de 2019.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em 5 de julho de 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.155, DE 14 DE AGOSTO DE 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis n.º 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. Brasília, 4 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm#art37>. Acesso em 10 de maio de 2019.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 10 de maio de 2019.

CONNING, Arthur M. **Estimación de la migración interna neta, clasificada por edad y por sexo, en las provincias y regiones de Chile durante los años 1930-1940, 1940-1952 y 1952-1960: con una breve introducción referente a la metodología.** Centro Latinoamericano de Demografía, 1969.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Fighting forced labour: The example of Brazil**. International Labour Office, Special Action Programme to Combat Forced Labour, 2009.

DONATO, KATHARINE M. et al. INTRODUCTION: Migration in the Americas: Mexico and Latin America in Comparative Context. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 630, p. 6-17, 2010.

GEDDES, Andrew et al. Introduction: the dynamics of regional migration governance. In: **The Dynamics of Regional Migration Governance**. Edward Elgar Publishing, 2019.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migrações e desenvolvimento**. Universidade Aberta, 2009.

HARVEY, David. O enigma do capital. **Revista Geografares**, n. 10, p. 17-24, 2012.

HERRERA, Gioconda. Migraciones internacionales y democracia: nuevos desafíos para una ciudadanía inclusiva en América Latina. En **Mirando al norte: algunas tendencias de la migración latinoamericana**, compilado por Isabel Álvarez Echandi. San José: FLACSO, 2012.

HERRERA, Gioconda; SØRENSEN, Ninna Nyberg. Migraciones internacionales en América Latina: miradas críticas a la producción de un campo de conocimientos. Presentación del dossier. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 58, p. 11-36, 2017.

JONES, Richard C.; BROWN, Lawrence A. Cross-national tests of a third world development-migration paradigm: With particular attention to Venezuela. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 19, n. 5, 1985. p. 357-361.

KEMPFER, Marlene; MARTINS, Lara Caxico. Trabalho escravo urbano contemporâneo: o trabalho de bolivianos nas oficinas de costura em São Paulo. **Revista do Direito Público**, v. 8, n. 3, 2013. p. 77-102.

LAVENEX, Sandra. Regional migration governance—building block of global initiatives?. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 45, n. 8, p. 1275-1293, 2019.

LOPES, Juarez; PATARRA Neide. Aménagement du peuplement au Brésil suivant les régions et entre zones urbaines et rurales, **La population du Brésil**, Paris, Comité para la

Cooperación Internacional en las Investigaciones Nacionales sobre Demografía (CICRED), 1975.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações internacionais contemporâneas. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, 2005.

MARTINE, George R. Migraciones internas:¿ Investigación para qué?. **Notas de población**, 1979.

MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge; CANO CHRISTINY, María Verónica; CONTRUCCI, Magdalena Soffia. **Tendencias y patrones de la migración latinoamericana y caribeña hacia 2010 y desafíos para una agenda regional**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2014.

MASSEY, Douglas S. et al. A missing element in migration theories. **Migration Letters**, v. 12, n. 3, p. 279-299, 2015.

MORRISON, Andrew R. Violence or economics: what drives internal migration in Guatemala?. **Economic Development and Cultural Change**, v. 41, n. 4, 1993. p. 817-831.

RINCÓN, M. La investigación de las migraciones internas en los censos de población. **América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000**, 1999.

RODRÍGUEZ, Jorge. Paradojas y contrapuntos de dinámica demográfica metropolitana: algunas respuestas basadas en la explotación intensiva de microdatos censales. **Santiago de Chile: movilidad espacial y reconfiguración metropolitana**, 2007. p. 19-52.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel de Oliveira. **Fundamentos do direito penal brasileiro: lei penal e teoria geral do crime**. São Paulo: Atlas, 2010.

SASSEN, Saskia. **Cities in a world economy**. Sage Publications, 2018.

SAWYER, Donald R. **Frontier expansion and retraction in Brazil**. Univ. federal de Minas Gerais, Centro de desenvolvimento e planejamento regional, 1982.

SEELKE, Clare Ribando. **Trafficking in persons in Latin America and the Caribbean**. DIANE Publishing, 2010.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez; BUSSO, Gustavo. **Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005: un estudio comparativo con perspectiva regional basada en siete países**. United Nations Publications, 2009.

VILLA, Miguel; RIVERA, Felipe. Una visión histórica de los esfuerzos de medición de la migración interna. Aproximación preliminar. **Taller Nacional sobre Migración interna y desarrollo en Chile: diagnóstico, perspectivas y política**, 2007.

VILLEN, Patricia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. **SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho e políticas sociais no século**, v. 21, n. 8, 2012.

Recebido em: 27/07/2019
Aprovado em: 25/11/2019
Publicado em: 26/12/2019

AMÉRICA LATINA E A ONDA PROGRESSISTA: RÉQUIEM PARA UM SONHO¹

LATIN AMERICA AND THE PINK TIDE: REQUIEM FOR A DREAM

Joana Salém Vasconcelos²

Universidade de São Paulo, Brasil

RESUMO

Este texto é uma resenha do livro “*Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*”, de Fabio Luis Barbosa dos Santos. Resultado de pesquisas de campo em onze países, o livro apresenta uma análise bem-informada sobre os alcances e limites da onda progressista, explicando as particularidades de cada situação nacional e identificando seu movimento histórico comum. O fenômeno da onda progressista é entendido em sua heterogeneidade, não como um conjunto de governos, mas como um momento histórico. Ao explicar seus dilemas nacionais, o autor conseguiu traçar um quadro das suas correlações regionais e determinações compartilhadas. As tensões específicas de cada governo são analisadas a partir das suas alianças de classe, apoios e fraturas com os movimentos sociais e com as oligarquias, bem como os matizes de diferentes estratégias de integração. Ao problematizar o consenso extrativista, o autor propõe uma compreensão histórico-estrutural dos impasses da conjuntura latino-americana, recolocando a dependência e a desigualdade como fortalezas que obstruem os horizontes da transformação.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Onda Progressista; Bolivarianismo; Dependência; Extrativismo.

ABSTRACT

This work reviews the book “*Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*”, by Fabio Luis Barbosa dos Santos. As a result of field research in eleven countries, the book presents a well-informed analysis of the achievements and limits of the Pink Tide, explaining the particularities of each national situation and identifying their common historical movement. The Pink Tide phenomenon is understood in its heterogeneity, not as a set of governments, but as a historical moment. By explaining its national dilemmas, the author was able to draw a picture of their regional correlations and shared determinations. The specific tensions of each government are analyzed from their class alliances, supports and fractures with social movements and oligarchies, as well as the nuances of different integration strategies. By questioning the extractivist consensus, the author proposes a historical-structural understanding of the impasses of the Latin American conjuncture, reassessing dependence and inequality as the fortresses that block the horizons of change.

KEY-WORDS: Latin America; Pink Tide; Bolivarianism; Dependency; Extractivism.

¹ Resenha do livro de Fabio Luis Barbosa dos Santos, *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018 (1ª ed.), 2019 (2ª ed), 648 p.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). // Ph.D Candidate in Economic History at Universidade de São Paulo (USP). Master Degree in Economic Development at Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). // E-mail: joana.salem@gmail.com. Orcid: 0000-0002-2984-7630.

La regresión o la progresión, la repetición o la superación del pasado están en juego en cada coyuntura y dependen de nuestros actos más que de nuestras palabras.

Silvia Rivera Cusicanqui (2014, p. 57)

1 INTRODUÇÃO

O aforisma proposto por Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga indígena boliviana, oferece uma pista sobre as inquietações que levaram o historiador Fabio Luis Barbosa dos Santos a escrever *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. Baseado em sete anos de pesquisa de campo e viagens por onze países, o autor convida ao debate sobre os impasses e limites da onda progressista, analisando os problemas da realidade latino-americana pelas lentes da história. Com sua primeira edição esgotada em poucos meses, o livro parece responder ao aumento da demanda dos leitores brasileiros por compreender a crise atual em perspectiva latino-americana³. Afinal, como a euforia do progressismo desembocou em uma maré de mal-estar? De onde veio o sentimento de quebra de normalidade? Por que, com o que e como nos deixamos iludir?

O livro é formado por catorze capítulos, cada um dedicado à história e à conjuntura de um país latino-americano, observando sua inserção particular na onda progressista⁴. O progressismo não foi tratado aqui como um *grupo de governos*, mas sim como um *momento histórico heterogêneo*. Portanto, além de Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina, Brasil, Paraguai e México⁵, o autor dedica capítulos ao Chile, à Colômbia e ao Peru, hegemonizados pelo neoliberalismo sem freios. No outro lado, há um capítulo sobre Cuba e as idiossincrasias da última revolução socialista que subsistiu. A integração latino-americana mereceu também um capítulo próprio, que decifra a sobreposição da Unasul, da Celac e da Alba. Ao destrinchar seus matizes, o autor abriu um *locus* pouco explorado de atritos entre lulismo e chavismo.

³ A segunda edição (julho/2019) foi atualizada e ampliada com três acréscimos: um tópico a mais sobre Venezuela; uma extensão ao capítulo do Brasil; e um capítulo inteiramente novo sobre o México.

⁴ Isto é, o ciclo político identificado com as eleições de Hugo Chávez (1998), Lula (2002), Néstor Kirchner (2003), Tabaré Vázquez (2004), Evo Morales (2005), Rafael Correa (2006), Fernando Lugo (2008) e, tardiamente, Lopez Obrador (2018).

⁵ O Uruguai ficou de fora, sendo “o único país sul-americano onde não fiz pesquisa de campo” (p. 23-24), escreveu.

Perguntando-se sobre a relação dos progressismos com o campo popular e as classes dominantes em cada país, sobre sua funcionalidade política para ordem capitalista e sobre os alcances das mudanças projetadas, o autor adotou um método batizado como “pedagogia da viagem”, através do qual auscultou a realidade latino-americana com incursões em campo. A pesquisa foi construída em viagens coletivas e individuais, nas quais realizou cerca de duzentas entrevistas, visitas e observações empíricas, além de uma extensa exploração bibliográfica. Fabio Luis combinou tarefas de docência com investigação, formando grupos de alunos-pesquisadores-viajantes⁶. Tal metodologia lhe permitiu resgatar elos perdidos entre o fazer historiográfico, a política contemporânea e o aprendizado coletivo. Além disso, viabilizou uma unidade orgânica entre pesquisa, ensino e extensão, à revelia de um contexto acadêmico que conduz à atomização das formas de conhecer. O resultado é uma espécie de arqueologia latino-americana do tempo presente, construída através do deslocamento e da imersão.

2 PROGRESSISMOS, PARTICULARIDADES DE UMA HISTÓRIA COMUM

A onda progressista, para o historiador, foi um processo heterogêneo e polifônico, repleto de especificidades e matizes nacionais, mas que, em perspectiva histórica, compõem um movimento comum, indicado na hipótese central da pesquisa: “a onda progressista explicita os estreitos limites para a mudança dentro da ordem na América Latina” (p. 19). E prossegue: “O ensejo de modificar estas sociedades sem enfrentar a raiz dos problemas – que remete à articulação entre dependência e desigualdade legada do passado colonial – limitou a mudança à superfície da política” (p. 19). Ou seja, “na América Latina, não há espaço para o meio-termo” (p. 75).

O autor recorda que as vitórias eleitorais dos progressismos resultam de um ciclo anterior de lutas populares e rechaço ao neoliberalismo dos anos 1990. A dose mudancista de cada experiência variou de acordo com seu atrelamento específico aos interesses das classes dominantes e sua permeabilidade às pressões do campo popular. Nessa equação, entraram também as características do setor primário-exportador nacional e as estratégias de estabilização

⁶ As pesquisas de campo coletivas ocorreram no âmbito do programa de extensão Realidade Latino-Americana, da UNIFESP, que desenvolveu ciclos de estudo e viagens para oito países entre 2014 e 2018. O programa resultou em quatro livros coletivos, indicados nas referências desta resenha.

institucional de cada arranjo partidário. Cada capítulo, portanto, é um mergulho na realidade de um país conduzido por perguntas afins e atravessado pela análise do movimento geral.

Em termos teóricos, o autor sugere que a curta duração dos progressismos precisa ser apreendida no seu cruzamento com a longa duração das estruturas. Para ele, a articulação entre dependência e desigualdade na América Latina e a fortaleza dos interesses de classe que as preservam ajudam a explicar o estreitamento dos horizontes para mudança, herdado do século passado e consolidado pelos pactos espúrios do presente. “As linhas gerais do movimento que desaguou na onda progressista remetem ao triunfo da contrarrevolução no período da Guerra Fria, que congelou a mudança histórica”, sintetiza. “O congelamento da mudança significou não só a derrota da revolução, mas também da reforma” (p. 520).

Nesse sentido, torna-se fundamental mapear as estruturas do neoextrativismo e as dinâmicas dos conflitos socioambientais – lidos pelo autor na chave da luta de classes. Estes seriam os fios condutores que explicam os limites do progressismo de cada realidade nacional. O “consenso das *commodities*”, como definiu Maristella Svampa, unificou progressistas e neoliberais na mesma Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), destinada a escoar os recursos naturais do nosso continente, sem processamento industrial (exceto aquele que ergueu os corredores de escoamento), gerenciadas por capitais estrangeiros (ou domésticos sem projeto nacional) e, por fim, em flagrante violação da soberania dos territórios indígenas e camponeses.

Concebida como infraestrutura da ALCA (regionalismo aberto), a IIRSA foi adotada pelos progressismos e envernizada com a retórica do “regionalismo neodesenvolvimentista”, ato contínuo dos acordos bilaterais de livre comércio com a China. Para Fabio Luis, em âmbito regional, o Brasil lulista neutralizou os propostas contra-hegemônicas da Venezuela chavista, como a ALBA, a moeda independente (Sucre) ou o Banco do Sul. Na contramão de um paradigma integrador de vínculos horizontais e isonômicos, a IIRSA foi financiada com créditos com BNDES e o Brasil se postulou como principal fiador da infraestrutura continental, por meio de megaempreendimentos que tornaram-se epicentro dos conflitos socioambientais e das rachaduras políticas do próprio progressismo.

A pesquisa de Fabio Luis nos mostra que, na contramão do *wishful thinking*, o pano de fundo da onda progressista foi a crise terminal dos projetos nacionais e a exacerbação da ordem desigual e dependente do capitalismo periférico latino-americano. Enfrentar esse *ethos*

demandaria uma radicalidade antissistêmica que o progressismo, mesmo nas suas versões mais ousadas, não chegou a alcançar. E assim, pereceu.

3 VENEZUELA, ARGENTINA, BOLÍVIA, EQUADOR, PARAGUAI

E como os arranjos progressistas atuaram em cada país? Na impossibilidade de resenhar cada experiência nacional, escolhi cinco casos emblemáticos.

Para Fabio Luis, a Venezuela representa o progressismo radicalizado pela Revolução Bolivariana de Chávez, que caiu na armadilha de um “subdesenvolvimento com abundância de divisas” (Furtado). Urdido por um humanismo que inflexionou ao “socialismo do século XXI”, Chávez enfrentou as oligarquias na disputa pelo excedente petrolero, mas não desenvolveu um plano de contingência que assegurasse a continuidade das suas políticas sociais para além dos limites do “Estado mágico” (Coronil). Assim, as promessas chavistas se materializaram de modo incipiente durante a alta dos preços do petróleo, mas nem a indústria petroleira era soberana para sustentar as mudanças, nem as comunas populares foram autônomas o suficiente para consolidar o poder das bases. Quando o preço do barril de petróleo despencou de 118 para 58 dólares em 2008, o frágil equilíbrio do “socialismo rentista” se desestabilizou numa crise sem retorno, agravada pela morte de Chávez em 2013. O dramático declínio das condições de vida expandiu o mercado ilegal de divisas (“sociabilidade rentista”) e desencadeou um feroz descontrole cambial. Para o autor, “a dinâmica eleitoral condicionou o alcance do chavismo a uma redistribuição democratizadora da receita petroleira, em que a extensão dos subsídios sob uma ótica universalista reforçou os padrões característicos do rentismo” (p. 70). Assim, ao confrontar as classes dominantes no “terreno da política”, o bolivarianismo furtou-se do desafio da diversificação econômica, jogando gasolina na própria crise. Por último, o conglomerado econômico-militar que o chavismo ajudou a edificar para se perpetuar no poder criou uma elite estatal-extrativista armada, em contradição com o empoderamento comunitário.

Na Argentina, Fabio Luis mostra que é preciso compreender o kirchnerismo a partir de dois fenômenos: a história das duas almas do peronismo; e a crise do *argentino* de 2001, quando a revolta popular derrubou cinco presidentes em dez dias. E por que Néstor Kirchner, eleito em 2003, canalizou a mobilização? Exaltando a ideia de um “*capitalismo en serio*”,

aproveitou-se do *boom* das *commodities* para turbinar políticas sociais de combate à pobreza e à fome, criando empregos e aumentando salários. No plano do poder, “os governos Kirchner compraram brigas que seus homólogos brasileiros jamais cogitaram” (p. 152), como a renegociação da dívida, a guerra contra os fundos abutres; a lei de meios; a reversão de privatizações (YPF); e especialmente, o julgamento e condenação de torturadores e assassinos da ditadura (tema que poderia ter sido mais desenvolvido). Porém, o *capitalismo en serio* dos Kirchner não recuperou as indústrias e se sustentou igualmente no extrativismo, fabricando sua própria crise. O kirschnerismo, como definiu Fabio Luis, foi “o mínimo denominador possível entre a fúria popular e as exigências da ordem” (p. 153). Seguiu deslegitimando o setor social dissidente, suspendeu licenças para meios de comunicação comunitária, abusou da permissividade com agrotóxicos e apostou em atividades mineradoras multinacionais de alto risco socioambiental, como o *fracking*. A despeito da “amplificação retórica do conflito” (p. 163), o projeto de Cristina já teria atingido seu limite.

Na Bolívia, a dupla Evo Morales e Álvaro García Linera talvez seja a que melhor confeccionou e disseminou uma autoimagem harmônica, integrada aos valores dos povos originários, emulando uma via indianista para a revolução social, vinculada à Pacha Mama e ao Bem Viver (*Suma Qamaña*). O autor menciona duas fases do governo Evo, a primeira marcada pelo enfrentamento com as oligarquias da *medialuna*; e a segunda, pelo confronto com sua própria base, como os indígenas de TIPNIS. Aqui o modelo de integração IIRSA transformou o “socialismo indianista” em uma ideologia operadora do capitalismo neodesenvolvimentista financiado pelo BNDES. Assim, o Estado Plurinacional e as autonomias indígenas da Constituição de 2009 tornaram-se palavras diluídas em um projeto modernizador convencional, que apostou na mineração, no agronegócio e na repressão aos movimentos que romperam com o governo em 2011 (CIDOB, CONAMAQ). “No *proceso de cambio* boliviano, o aspecto criativo destas tensões só sobrevive como ideologia”, explica (p. 218).

No Equador, Rafael Correa permitiu que o Bem Viver (*Sumak Kawsay*) e os Direitos da Natureza fossem cristalizados na nova Constituição de 2008, ao mesmo tempo que afastou os sujeitos políticos e sociais que pretendiam levar a cabo uma transição ecológica e comunitária rumo ao modelo alternativo. Apesar de protagonizar a auditoria da dívida, o presidente da Revolução Cidadã nunca ameaçou a dolarização do país, que desde 2000 obstrui qualquer política econômica soberana. Assim como o conflito de TIPNIS na Bolívia, o conflito do

Parque Nacional Yasuní no Equador foi um divisor de águas, no qual o progressismo escolheu o lado da modernização transnacional extrativa, que adota como ingrediente a repressão às comunidades indígenas, movimentos sociais e ONGs. “Em 2010, registraram-se, cerca de 900 conflitos; em 2011, houve em torno de 800; em 2012, estimaram-se 700”, contabiliza o autor (p. 242). Para concluir que, “a intensificação do extrativismo alienou o apoio de setores populares organizados, o que se pretendeu compensar com políticas assistencialistas aos empobrecidos inorgânicos” (p. 248).

Baseado em uma pesquisa sobre o “espaço brasiguaiio”, Fabio Luis conta como latifundiários brasileiros da fronteira com o Paraguai, beneficiados com terras pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), protagonizaram a expansão da soja de 40 mil de hectares em 1973 para 2,8 milhões em 2011, tornando o país o 4º maior exportador mundial (p. 266). Lula foi fiador dessa política, consolidando a “República Unida da Soja” com créditos do BNDES e diplomacia. O autor articula as vozes de latifundiários brasiguaios, que em 2010 eram entusiastas no petismo: “o Lula nos deu uma assistência espetacular” (p. 271), diz um empresário rural brasileiro. “Ex-diretores dos órgãos encarregados de proceder a reforma agrária na Bolívia e no Paraguai relatam pressões exercidas pela diplomacia brasileira em defesa do empresariado rural” (p. 272), alerta. Conhecidos por discriminar paraguaios, latifundiários brasiguaios como Tranquilo Favero foram atores-chave na deposição de Lugo, dias depois do massacre de Curuguaty, em 2012. Para se estabilizar no poder, Lugo já havia se aliado a liberais e a dissidentes colorados⁷, recuado no conflito de Ñacunday, desistido da reforma agrária e aceitado uma base militar dos Estados Unidos. Não foi suficiente. O governo petista se posicionou contra sua deposição, depois de passar oito anos fortalecendo os empresários rurais que o derrubaram. Ambivalências do progressismo?

4 CRÍTICA E CONCLUSÃO

Por fim, além de registrar meu enfático convite à leitura da obra inteira, gostaria de concluir com um elemento crítico. A minúcia da exposição de Fabio Luis sobre os sujeitos históricos indígenas, camponeses e trabalhadores organizados, infelizmente, contrasta com a

⁷ “Não me perguntem sobre quem entra, mas sim sobre quem sai”, teria dito Fernando Lugo em 2008 (p. 275).

reduzida importância dada aos movimentos feministas latino-americanos do último período. Não se trata de “reivindicar um lugar ao sol” para as mulheres na história, mas sim reconhecer analiticamente que os feminismos produziram um terremoto nas lutas do continente. Por que ocorre tamanha omissão? A teoria e a política dos feminismos latino-americanos têm demonstrado que as dominações capitalista, patriarcal e colonial estiveram e estão organicamente atreladas, exigindo um olhar interseccional sobre os sujeitos das lutas populares. Além disso, a necessidade de uma alternativa anticapitalista e ecológica aos progressismos, postulada pelo autor em suas teses finais, encontra nos movimentos feministas uma reserva de independência política transversal indispensável, sobretudo entre as correntes ecofeministas, da economia do cuidado, da ética da reciprocidade, da luta comunitária territorial e do compromisso com a horizontalidade. Ou seja, são as mulheres que tem protagonizado, nesse século, a alternativa política sinalizada pelo próprio autor. Por que não mapear seus feitos e identificar sua potência?

Ainda assim, *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)* é o melhor livro sobre a América Latina recente publicado no Brasil. Leitura indispensável a todos os interessados em compreender as particularidades dos arranjos de forças que sustentaram cada um dos governos progressistas; os limites da modernização via “consenso das *commodities*”; o esgotamento da inclusão via programas de renda focalizada; e, enfim, as raízes da frustração social que acometeu o continente. Apesar do seu ocaso, a onda progressista é uma fábrica de ilusões que permanece ativa. Não tenho dúvidas de que o livro de Fabio Luis nos ajuda a escapar das mesmas armadilhas no futuro.

5 REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. (ORG.). **Pedagogia da viagem: Colômbia e Venezuela**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2017.

_____. (ORG.). **Pedagogia da viagem: Peru e Bolívia**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2018.

DOS SANTOS, Fabio Luis; VASCONCELOS, Joana Salém & DESSOTI, Fabiana Rita (ORG.). **Cuba no século XXI: dilemas da revolução**. São Paulo: Elefante, 2017.

DOS SANTOS, Fabio Luis; DESSOTI, Fabiana Rita & FRANZONI, Marcela (ORG.). **México e os desafios do progressismo tardio**. Elefante: São Paulo, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Hambre de huelga**. Morelos: Mirada Salvaje, 2014.

Recebido em: 10/08/2019

Aprovado em: 08/11/2019

Publicado em: 26/12/2019